

ISSN 0103-4979

Salvador, v. 31, n. 84, p. 437-644

Set/Dez. 2018

publicação quadrimestral

Caderno CRH

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades



Caderno CRH é uma publicação quadrimestral do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH centro de pesquisas em ciências sociais, vinculado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Este periódico está classificado no Qualis-Capes - base 2013, no Estrato A1.
Portal de periódicos da Capes - www.periodicos.capes.gov.br

Indexação/Indexed in: Redalyc, Sociological Abstracts (ProQuest), CLASE - Citas Latinoamericanas en Sociologia y Economía, Oasis.br, SciELO-Brasil, Scopus, CLACSO, IRESIE, Google Acadêmico, IBICT Oásis.br

Caderno CRH: revista do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH/UFBA.
n.1 (1987) - Salvador, UFBA, 2018.

Quadrimestral
ISSN 0103-4979

1. Teoria da dependência 2. Marxismo 3. Reprodução do capital 4. Capitalismo contemporâneo
I. Universidade Federal da Bahia II. Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH/UFBA
CDU: 3(05)

REITOR UFBA:

João Carlos Salles

DIRETOR FFCH:

Maria Hilda Baqueiro Paraíso

COORDENAÇÃO CRH:

Selma Cristina Silva de Jesus

EDITOR CIENTÍFICO:

Iracema Brandão Guimarães

EDITORES DE RESENHA:

Jair Batista da Silva

EDITOR ASSISTENTE:

Maria Auxiliadora dos Santos Alencar

SECRETARIA EXECUTIVA:

Maria Auxiliadora dos Santos Alencar

A coordenação editorial do Dossiê desse número é de responsabilidade de *Carlos Eduardo Martins e Luiz Filgueiras*

EDIÇÃO

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO:

Dadá Marques

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA:

Keite Birne de Lira, Letícia Oliveira de Araújo

REVISÃO DE LINGUAGEM:

Ana Maria de Carvalho Luz

CAPA:

Ilustração (sem título) de *J. de Dome*, publicada no Calendário BRASIL/ARTES - 1978, editado pela Colorama Propaganda Fototécnica e Artes Gráficas Ltda - Rio de Janeiro.

CONSELHO DE REDAÇÃO:

Alvino Oliveira Sanches Filho, Anete Brito Leal Ivo, Graça Druck, Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Iracema Brandão Guimarães, Jair Batista da Silva, Paulo Fabio Dantas Neto

CONSELHO EDITORIAL:

Afrânio Garcia (EHESS-FR), Alda Britto da Motta (UFBA-BA), Beatriz Heredia (UFRJ-RJ), Benício Viero Schmidt (UnB-DF), Carlos Benedito Martins (UnB-DF), César Barreira (UFCE-CE), Claudia Fonseca (UFRGS-RS), Emilio Horacio Taddei (UBA-CONICET-AR), Francisco de Oliveira (USP-SP), Helena Hirata (CNRS-FR), Ilse Scherer-Warren (UFSC-SC), Jacob Carlos Lima (UFSCar-SP), José Crisóstomo de Souza (UFBA-BA), José Ricardo Ramalho (UFRJ-RJ), José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS-RS), Júlia Silva Guivant (UFSC-SC), Lia Zanotta Machado (UnB-DF), Lícia Valladares (Univ. Lille-FR/URBANDATA), Luiz Antônio Machado da Silva (UFRJ-RJ), Marcello Musto (York University-CA), Renato Boschi (IUPERJ-RJ), Sérgio Azevedo (UENF-RJ), Silke Weber (UFPE-PE), Vanda Sá Barreto (CEAO/UFBA), Vera da Silva Telles (USP-SP)

A revista conta com o corpo de funcionários do CRH/UFBA, nas suas diversas áreas de competências.

Aceita-se permuta / *Exchanges desired*

Tiragem: 500 exemplares

Circulação: Dezembro 2018

Correspondência e Assinatura:

Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades – CRH/FFCH/UFBA
Editoria “*Caderno CRH*”

Estrada de São Lázaro, 197 – Federação

40.210-730 Salvador – Bahia – Brasil

Fone: 55 (71) 3283-5857 Fax: 55 (71) 3283-5851

www.cadernocrh.ufba.br

www.scielo.br/ccrh

revcrh@ufba.br



Programa de Apoio



Beneficiário de auxílio financeiro da CAPES



Adrián Sotelo Valencia Doutor em Estudos Latinoamericanos. Professor-investigador do Centro de Estudios Latinoamericanos. Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM). Membro do Sistema Nacional de Investigadores (SNI) del CONACyT-México, Nivel III a partir de janeiro de 2018. Linhas de estudos e pesquisas: Pensamento Social Latinoamericano y Teoría de la Dependencia; Sociología do trabalho e Problemas estruturais e econômicos de desenvolvimento contemporâneo de América Latina. Publicações recentes: *México (des)cargado: del mexico's moment al mexico's disaster*, ITACA- Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas (FISYP) de Argentina -Posgrado en Estudios Latinoamericanos-UNAM, México. 2016; *Precariado ou proletariado?*, Editora Praxis, Londrina, Paraná, Brasil. 2016; *Subimperialism Revisited: Dependency Theory in the Thought of Ruy Mauro Marini*, Brill, Boston, USA, Brill, Boston, USA, 2017.

Carlos Eduardo Martins Doutor em Sociologia. Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID) e do Programa de Economia Política Internacional da UFRJ (PEPI). Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-hegemonia da UFRJ (LEHC). Pesquisador dos grupos de trabalho sobre Estados Unidos e sobre Integração Regional e unidade sul-americana e caribenha de CLACSO. Prêmio Jabuti de 2007, livro do ano não ficção, pela coordenação da Latino-americana; enciclopédia contemporânea de América Latina e Caribe. Principal Publicação: *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. Boitempo, 2011, 367p.

Cristóbal Kay Professor Emérito do Instituto Internacional de Estudos Sociais (ISS), Erasmus University Rotterdam. Pesquisador Associado do Departamento de Estudos de Desenvolvimento da SOAS, Universidade de Londres. Professor Emérito da FLACSO, Quito, Equador. Fez seus estudos na Universidade do Chile e no Instituto de Estudos de Desenvolvimento da Universidade de Sussex (Ph.D.). Foi pesquisador do Centro de Estudos Sócio Econômicos (CESO) da Universidade do Chile, em Santiago, e depois de 1973, na Universidade de Glasgow e da ISS, em Haia. Em 1979-1980 ele foi professor visitante na Universidade Católica de Lima. Seus interesses de pesquisa estão nos campos de estudos de desenvolvimento e desenvolvimento rural. Autor das teorias latino-americanas de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Foi editor do European Journal of Development Research (EJDR) e co-editor da European Review of Latin and Caribbean Studies (ERLACS). Atualmente é editor do Journal of Agrarian Change (JAC).

- Fábio Kerche* Doutor em Ciência Política. Pesquisador titular da Fundação Casa de Rui Barbosa no Rio de Janeiro. Foi pesquisador visitante na *New York University* durante seu programa de doutorado e pesquisador associado na *American University*. Publicações recentes: *Operação Lava Jato e a democracia brasileira* (Org.). São Paulo, Ed. Contracorrente, 2018); *Virtude e Limites: autonomia e atribuições do Ministério Público no Brasil* (São Paulo, Edusp, 2009).
- Flávio Mendes* Doutor em Sociologia pela UNICAMP. Trabalha com temas relacionados ao Pensamento Social no Brasil e na América Latina. Autor, entre outros textos, do livro *Hugo Chávez em seu labirinto: o Movimento Bolivariano e a política na Venezuela*, pela editora Alameda (São Paulo, 2012).
- Francisco Lima Cruz Teixeira* Doutor em Política de Ciência e Tecnologia. Professor Titular da Universidade Federal da Bahia. Membro permanente do seu Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA). Tem experiência na área de Gestão e Política de Ciência e Tecnologia, trabalhando principalmente nos seguintes temas: tecnologia, inovação, competitividade, indústria, planejamento e desenvolvimento tecnológico. Atualmente trabalha com temas relacionados à política regional e, na linha da inovação, no desenvolvimento de jogos educacionais nas áreas de inovação, estratégia e políticas públicas. Autor do artigo: Desigualdade, emprego e aglomerações produtivas: análise da dinâmica dos Territórios de Identidade da Bahia. *Bahia Análise & Dados*, v. 26, p. 9, 2016.
- Gilberto Geribola Moreno* Doutor em Sociologia da Educação. Professor no Curso de Antropologia da Universidade Federal da Integração Latino Americana UNILA e, também, professor substituto no Centro de Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Coordenador do Projeto Intervenção Poética – Círculo de Leitura de Poesias na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Integra o Núcleo de Antropologia Urbana da USP - LabNAU, desenvolvendo pesquisas na área de cidades. Suas mais recentes publicações são: *Entre fronteiras: juventude, crime e relações de amizade na periferia de São Paulo*. *Revista Ambivalências*, v. 4, p. 277-310, 2017; *Militantes, irmãos e cabos eleitorais: vida associativa e território nas periferias da cidade de São Paulo*. *Mana* (Rio de Janeiro. Online), v. 22, p. 403-434, 2016.
- Jaime Osorio* Docente e investigador do Departamento de Relaciones Sociales, Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco. Publicaciones: *El Estado en el Centro de la Mundialización*. Fondo de Cultura Económica, 2004, 263 p.; *Estado, biopoder y exclusión. Análisis desde la lógica del capital*, 2012. Anthropos, UAM. 159 p.
- Juan Pablo Hudson* Doctor en Ciencias Sociales por la Universidad de Buenos Aires. Trabaja como Investigador Asistente en el CONICET (Ministerio de Educación, Cultura, Ciencia y Tecnología) con sede en la UBA. Investiga desde 2004 temas relacionados con las luchas de los movimientos sociales, la autogestión obrera y los planes de empleo estatales. Publicó los libros “*Acá no, Acá no me manda nadie*. Empresas recuperadas por obreros 2000-2010” (Buenos Aires, 2011), “*Wir übernehmen. Selbstverwaltete Betriebe in Argentinien - eine militante Untersuchung*” (Viena, Mandelbaum Verlag); “*Las partes vitales*. Experiencias con jóvenes de las periferias” (Buenos Aires, 2015). Ha publicado también numerosos artículos sobre autogestión obrera y políticas públicas en la última década y media.

Luiz Filgueiras Doutor em Teoria Econômica. Pós-Doutorado em Economia pela Universidade Paris 13. Professor Titular da Universidade Federal da Bahia. Atua na área de Economia Política e Economia Brasileira Contemporânea, com ênfase principalmente nos seguintes temas: padrões de acumulação e de desenvolvimento, inserção internacional, política econômica, planos de estabilização, crise e padrões de desenvolvimento, políticas sociais e mercado de trabalho, reestruturação produtiva e emprego. Publicações recentes: *Economia política versus economia positiva: proposta de um antimanual de introdução à economia*. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, v. 50, p. 142-164, 2018; *Ajuste fiscal e as universidades públicas brasileiras: a nova investida do banco mundial*. Caderno do CEAS, v. 242, p. 603-634, 2017; *Economia, política e o bloco no poder no Brasil*. Bahia Análise & Dados, v. 27, p. 147-177, 2017; *História do Plano Real*. Ed. Boitempo, 2000, 2016.

Maira Machado Bichir Doutora em Ciência Política. Professora Adjunta do curso de Ciência Política e Sociologia - Sociedade, Estado e Política na América Latina, da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). Integra o grupo de pesquisa Neoliberalismo e Relações de Classe no Brasil, vinculado ao Centro de Estudos Marxistas (CEMARX), na UNICAMP, o Grupo de Estudos de Teoria da Dependência (GETD), vinculado à UNILA e o Grupo de Estudos e Pesquisa para Alternativas em Relações Internacionais (GARI), vinculado à UNESP - Franca. Seu campo de pesquisa abrange estudos sobre pensamento político e social latino-americano, Estado, poder e dependência na América Latina. Suas mais recentes publicações são: Dossiê *A atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini*. Cadernos Cemarx, v. 9, p. 9-11, 2017; Resenha: *O Estado no centro da mundialização - A sociedade civil e o tema do poder*. Critica Marxista (São Paulo), v. 42, p. 191-193, 2016.

Sílvio Vanderlei Araújo Sousa Mestre e Doutor em Administração pelo Núcleo de Pós-Graduação em Administração da UFBA. Autor do artigo: *Desigualdade, emprego e aglomerações produtivas: análise da dinâmica dos Territórios de Identidade da Bahia*. Bahia Análise & Dados, v. 26, p. 9, 2016.

445	A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI - INTRODUÇÃO Carlos Eduardo Martins, Luiz Filgueiras
451	AS CONTRIBUIÇÕES LATINO-AMERICANAS PARA A TEORIA CRÍTICA DE DESENVOLVIMENTO Cristóbal Kay
463	A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA À LUZ DE MARX E DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO Carlos Eduardo Martins
483	SOBRE SUPEREXPLORAÇÃO E CAPITALISMO DEPENDENTE Jaime Osorio
501	SUBIMPERIALISMO Y DEPENDENCIA EN LA ERA NEOLIBERAL Adrian Sotelo Valencia
519	PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL E CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL ATUAL Luiz Filgueiras
535	APORTES DE RUY MAURO MARINI AO DEBATE SOBRE O ESTADO NOS PAÍSES DEPENDENTES Maira Machado Bichir
555	QUARENTA ANOS DE UMA ELEGIA: Francisco de Oliveira e o Nordeste Flávio Mendes
567	INDEPENDÊNCIA, PODER JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO Fábio Kerche
581	JUVENTUDE E VIDA ASSOCIATIVA NAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO Gilberto Geribola Moreno
601	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO: o que se pode esperar da Ponte Salvador-Itaparica? Bahia-Brasil Francisco Lima Cruz Teixeira, Sílvio Vanderlei Araújo Sousa
621	GOBIERNOS PROGRESISTAS Y COOPERATIVISMO: planes de empleo en la Argentina Juan Pablo Hudson
RESENHA	
635	AS NOVAS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS NA SAÚDE E NA ASSISTÊNCIA: produção local do serviço e relações de gênero de Isabel Pauline Hildegard e Yumi Garcia dos Santos Tarcísio Perdigão Araújo Filho
643	TABLE OF CONTENTS
644	TABLE DES MATIÈRES

A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI

INTRODUÇÃO

*Carlos Eduardo Martins**
*Luiz Filgueiras***

Ainda que tenham suas raízes no pensamento anti-imperialista das primeiras décadas do século XX, que Ruy Mauro Marini (cf. Marini, 1994) chama de sua primeira floração, as teorias da dependência surgem, de forma mais elaborada, na segunda metade dos anos 1960, expressando os impasses do nacional-desenvolvimentismo e a crise do desenvolvimento dependente e associado na América Latina.

Tais teorias dirigem suas críticas às distintas versões de teorias de desenvolvimento sob a liderança de uma burguesia nacional industrial, formuladas pelos Partidos Comunistas, pela CEPAL, ou pelo ISEB, e às teorias da modernização, que pretendiam replicar, nas periferias, os padrões de desenvolvimento dos países centrais. Ao fazê-las, reorganizam a interpretação das formações sociais latino-americanas, ao apontarem a economia mundial capitalista, dirigida pelos centros europeus

e anglo-saxões, como formadora das classes dominantes da região e articuladora de seus processos de desenvolvimento mediante uma divisão internacional do trabalho monopólica, competitiva e hierarquizada, que atravessou os Estados, estando na origem de sua constituição moderna e nacional.

Elas descartaram o caráter feudal das economias latino-americanas e afirmaram a subordinação de suas formas semisservi, servi e escravas de trabalho ao capitalismo comercial e industrial dos centros, analisando-as como relações sociais pré-capitalistas ou de transição ao capitalismo, que prevaleceram entre os séculos XVI e XIX. Rejeitaram o caráter revolucionário de suas burguesias industriais, sua missão anti-imperialista e antifeudal, apontando sua forte tendência ao compromisso com as estruturas agroexportadoras oligárquicas, de cujos excedentes dependeram para impulsionar seus projetos de industrialização substitutiva. Ressalva-se o caso excepcional do México, onde se combinou a nacionalização de recursos estratégicos, como o petróleo, com reforma agrária, em processos impulsionados inicialmente por movimentos revolucionários,

* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Instituto de Relações Internacionais e Defesa. Avenida Pasteur nº 250. Campus da Praia Vermelha. Cep: 22.290-902. Urca – Rio de Janeiro – Brasil. cadu.m@uol.com.br

** Universidade Federal da Bahia (UFBA). Faculdade de Economia. Praça Treze de Maio, n. 06, Centro. Cep: 40.060-300. Salvador – Bahia – Brasil. luizmfil@gmail.com

mas posteriormente submetidos à direção da burguesia nacional.

Adicionalmente, as teorias da dependência reelaboraram as análises do imperialismo estabelecidas pelo paradigma leninista – que protagonizou os debates dos anos 1910-40 – para interpretar a reestruturação da economia mundial no pós-guerra sob a hegemonia dos Estados Unidos e das corporações multinacionais, bem como as novas bases da divisão internacional do trabalho e dos padrões de acumulação que buscavam estabelecer nos países dependentes e na periferia. Incorporaram ainda, nessa reelaboração, a redefinição desse processo de integração a partir dos anos 1970 – com a crise da hegemonia estadunidense e a ascensão dos processos de financeirização e dos padrões neoliberais de acumulação.

Elas se expandiram da América Latina para as periferias e semiperiferias do mundo, alcançando o Caribe, a África e a Ásia, mas também os centros europeus e os Estados Unidos. Constituíram-se não apenas em fonte de reinterpretação do desenvolvimento do capitalismo nas periferias, mas da economia mundial em seu conjunto, sendo, até certo ponto, parte da formulação de outros desdobramentos teóricos, como as análises do sistema-mundo. Influenciaram diversos campos do pensamento: sociologia, economia, relações internacionais, história, ciência política, antropologia, filosofia, geografia e teologia (cf. Marini, 1994; Martins, 2015; Santos, 2000).

Ao longo dos anos, dividiram-se em duas grandes correntes: uma versão crítica à dependência, com forte inspiração marxista, que busca a transição a uma formação social socialista, e cujos mais destacados autores são Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra (Bambirra, 1974, 1978; Marini, 1973, 1974, 1976, 1978; cf. Santos, 1968, 1971, 1972, 1978a, 1978b, 1991, 2000); e outra que propõe a dependência como o tipo ideal histórico-estrutural de desenvolvimento das sociedades latino-americanas, reivindicando certa margem interna de negociação com o

imperialismo, cuja amplitude variaria com as possibilidades abertas por cada estrutura histórica, e tendo como principais representantes Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (cf. Cardoso, 1975, 1979, 1993, 2010; Cardoso; Serra, 1978; Cardoso; Faletto, 1984).

Após ter as suas primeiras formulações desenvolvidas em uma organização da esquerda brasileira – POLOP – e na UNB, a teoria marxista da dependência teve o seu principal lugar de elaboração no Centro de Estudos Socio-Econômicos da Universidade do Chile (CESO), reorganizando-se posteriormente, a partir do golpe de Estado de Pinochet, na UNAM, no México.

A derrota das experiências nacional-populares nos anos 1970, em particular a de Salvador Allende e da Unidade-Popular no Chile, atingiu grande parte do protagonismo que alcançou. Sofreu, então, intensa ofensiva da análise weberiana sobre a dependência e dos pensamentos neodesenvolvimentista, neogramsciano e endogenista que, apesar de certas divergências de grau ou mais substantivas, enfatizavam a força da dinâmica interna de desenvolvimento e democratização do capitalismo industrial latino-americano. Importantes debates foram travados no período, sendo o de maior destaque, aquele que envolveu Ruy Mauro Marini, de um lado, e Fernando Henrique Cardoso e José Serra, de outro (Cf. Cardoso; Serra, 1978; Kay, 1989; Marini, 1978, 1992; Santos, 2000). Todavia esses enfoques críticos à teoria marxista da dependência foram colocados em questão, nos anos 1980, pela crise da dívida externa, a recessão e o abandono dos programas desenvolvimentistas, e, nos anos 1990, pela ofensiva neoliberal, que impôs a regressão e a perda de direitos sociais por meio das reformas do Estado, trabalhistas e previdenciárias.

A internalização do Consenso de Washington restringiu a autonomia do pensamento latino-americano e implementou uma agenda de políticas públicas na contramão das demandas sociais que ganhavam força com a

onda de redemocratização do Cone Sul: aprofundou-se a financeirização; expandiram-se a dívida pública, a desindustrialização, o desemprego e a desigualdade; liquidou-se grande parte das empresas estatais; e se fortaleceram mecanismos autocráticos de decisão em detrimento do controle público. A teoria weberiana da dependência teve protagonismo intelectual discreto nesse período. Entre as razões para isso, além da mudança dos marcos gerais de integração à economia mundial, a adoção do padrão neoliberal pelo governo FHC gerou resultados medíocres em termos de desenvolvimento, limitando o componente interno da teoria, aproximando-a da condição de um apêndice do Consenso de Washington (cf. Martins, 2011, 2015).

A crise das experiências neoliberais na América Latina, que se iniciou em 1994, com a irrupção do movimento zapatista em Chiapas, levou a uma nova ascensão dos movimentos sociais, à formação de governos nacionais populares e de centro-esquerda e a impasses que recolocaram em destaque a teoria marxista da dependência como uma das fontes de interpretação dos processos econômicos, sociais, políticos e ideológicos em curso tanto na América Latina quanto no mundo contemporâneo.

Essa nova ofensiva da teoria marxista da dependência, que constitui sua terceira floração, articula a contribuição que seus fundadores fizeram acerca da emergência e do desenvolvimento do padrão neoliberal de globalização, com a de seus discípulos mais próximos e a de novas gerações de autores. Entre os temas que ganham destaque estão: o lugar da teoria marxista da dependência no balanço do pensamento social latino-americano e contra-hegemônico mundial; a gênese e a vigência de conceitos-chave, como os de superexploração do trabalho e de subimperialismo, bem como suas expressões contemporâneas; os ciclos econômicos mundiais e sua relação com aqueles internos à América Latina; o conceito de padrão de reprodução do capital e seus desdobramentos empíricos e articulações analíticas;

a crise e a debilidade das democracias no capitalismo dependente e a potência analítica dos conceitos de fascismo ou de Estados de Contrainsegurança e de 4º poder para explicá-las; e as alternativas ao capitalismo dependente na América Latina e sua vinculação à construção de um novo eixo de poder geopolítico regional e mundial (cf. Martins, 2015, 2017).

Embora a atual ofensiva neoconservadora dificulte o alcance dessa nova floração da Teoria Marxista da Dependência, não tem capacidade de deslocá-la definitivamente. Pelo contrário, em um cenário de radicalização da luta de classes que tende a se aprofundar na América Latina e no Brasil nos próximos anos, a TMD poderá vir a cumprir um papel destacado. Neste dossiê, apresentamos seis artigos que tratam alguns dos temas centrais que vêm sendo destacados pela revisão crítico-analítica que se constitui com a ampliação da teoria marxista da dependência.

Cristóbal Kay situa a teoria marxista da dependência no âmbito dos aportes latino-americanos à crítica das teorias do desenvolvimento. Destaca, além da teoria da dependência e sua vertente marxista, as contribuições estruturalistas e neoestruturalistas, os estudos sobre o colonialismo interno e a marginalidade, e os aportes de Mariátegui. Aponta que esses enfoques apresentaram novas formas de interpretar o desenvolvimento na América Latina e no mundo, mas falharam em transformá-lo. Entretanto isso não indica sua obsolescência, mas a necessidade de aprofundar os estudos críticos sobre o desenvolvimento em busca de um mundo melhor.

Carlos Eduardo Martins realiza um amplo balanço da economia política da dependência. Sistematiza o pensamento de Ruy Mauro Marini e as principais críticas que lhe são dirigidas, tanto de fora quanto no âmbito da teoria marxista da dependência, para reivindicar os conceitos de superexploração do trabalho e de subimperialismo, a partir da proposição de reestruturações teóricas e de atualizações históricas que desenvolvam suas

potencialidades analíticas de interpretação do capitalismo dependente e da economia mundial no século XXI.

Jaime Osório retoma a análise do conceito de superexploração do trabalho, a partir de novas polêmicas e debates, e questiona as formulações que sustentam que Marx descartou a violação do valor força de trabalho como tema relevante do capitalismo, ou ignoram sua pertinência no capitalismo dependente. O autor dedica-se ainda ao diálogo com as formulações que defendem a extensão da superexploração ao capitalismo central, reivindicando sua especificidade no capitalismo dependente.

Adrian Sotelo Valencia reivindica a pertinência contemporânea do conceito de subimperialismo, utilizando-o como chave conceitual de interpretação da crise produtiva, financeira e política do capitalismo brasileiro, e o inscreve como dimensão analítica indispensável do trinômio dependência, subimperialismo e imperialismo, na análise do capitalismo mundial no século XXI.

Luiz Filgueiras interpela o conceito de *padrão de reprodução do capital* a partir da análise do capitalismo brasileiro, e indica sua insuficiência para captar sua complexidade e seus níveis de concreção. Aponta, assim, a necessidade de se desenvolverem outras mediações analíticas e formula os conceitos de *padrão de desenvolvimento capitalista* e *regime de política macroeconômica* para descrever e interpretar o padrão liberal periférico no Brasil, articulando as dimensões estruturais e conjunturais do desenvolvimento capitalista nesse país.

E Mayra Bichir analisa a concepção de Estado na obra de Marini, destacando os conceitos de subimperialismo, Estado de Contrainsurgência e o Estado de Quarto Poder, assim como os estudos sobre a transição ao socialismo, a partir da experiência socialista no Chile.

Finalizamos a apresentação deste dossiê, dedicando-o à memória de Theotônio dos Santos, cuja vasta obra constitui um dos mais

importantes legados para o desenvolvimento da teoria marxista da dependência e para a construção de uma teoria marxista do sistema mundial.

Recebido para publicação em 10 de junho de 2018
Aceito em 17 de agosto de 2018

REFERÊNCIAS

- Bambirra, V. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. México DF: Siglo XXI, 1974. 180 p.
- _____. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. México DF: Era, 1978. 113 p.
- Cardoso, F. H. *Autoritarismo e burocratização*. São Paulo: Difel, 1975. 240 p.
- _____. *As ideias e seu lugar*. Petrópolis: Vozes, 1993. 244 p.
- _____. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: Difel, 1979. 211 p.
- _____. *Xadrez internacional & social-democracia*. Lisboa: Dom Quixote, 2010. 261 p.
- Cardoso, F. H.; Faletto, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1984. 143 p.
- Cardoso, F. H.; Serra, J. Las desventuras de la dialéctica de la dependencia. *Revista Mexicana de Sociología*, UNAM. México D.F., n. extraordinario, p. 9-55, 1978.
- Kay, C. *Latin American and underdevelopment*. Londres: Routledge, 1989. 295 p. (Theories of Development).
- Martins, C. E. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011. 367 p.
- _____. Pensamento social. In: Martins, C. E. et al. (Orgs.) *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea de América Latina e Caribe*. 2015. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/p/pensamento-social>. Acesso em 30.04.2018.
- _____. *A subordinação da esquerda brasileira ao neoliberalismo e o abandono da teoria da dependência*. Entrevista Especial com Carlos Eduardo Martins. 2017. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/571195-a-subordinacao-da-esquerda-brasileira-ao-neoliberalismo-e-o-abandono-da-teoria-da-dependencia-entrevista-especial-com-carlos-eduardo-martins>. Acesso em 30.04.2018
- Marini, R. M. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992. 153p.
- _____. *Dialéctica de la dependencia*. México DF: Era, 1973. 101p.
- _____. Las razones del neodesarrollismo: respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra. *Revista Mexicana de Sociología*, UNAM. México DF, n. extraordinario, p. 57-106, 1978.
- _____. Las raíces del pensamiento latinoamericano In: Marini, R.M; Millan, M. (Coords.) *La teoría social latinoamericana: los orígenes: tomo I*. México D.F.: El Caballito, 1994. p. 17-35.
- _____. *El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre el Chile*. México DF: Era, 1976. 250 p.
- _____. *Subdesarrollo y revolución*. 5ª edición. México DF: Siglo XXI, 1974. 204 p.

Santos, T. dos *La crisis norteamericana y América Latina*. Santiago de Chile: Prensa Latinoamericana, 1971.

_____. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1991. 288 p.

_____. *Dependencia y cambio social*. Santiago de Chile: Cesó, 1972.

_____. *Imperialismo y dependencia*. México DF: Era, 1978a. 491 p.

_____. *El nuevo carácter de la dependencia*. Santiago de Chile: Cesó, 1968.

_____. *Socialismo o fascismo: el nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano*. México DF:Edicol, 1978b. 341 p.

_____. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 176 p.

AS CONTRIBUIÇÕES LATINO-AMERICANAS PARA A TEORIA CRÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

*Cristóbal Kay**

Neste artigo, exploro a genealogia da contribuição crucial que os cientistas sociais latino-americanos fizeram para os estudos de desenvolvimento durante a segunda metade do século XX. Os estruturalistas contestaram a teoria convencional do comércio internacional, que havia sido proposta pelos teóricos do norte. Os teóricos da dependência criticaram as interpretações ortodoxas do subdesenvolvimento, como as propostas pelos teóricos da modernização, também principalmente do Norte. Aponto duas vertentes da teoria da dependência. Uma emergiu do processo de autocritica de estruturalistas, e a outra teve suas raízes no marxismo crítico. Com o surgimento do neoliberalismo, alguns estruturalistas de dependência desenvolveram o neoestruturalismo, enquanto alguns dependentistas marxistas desenvolveram a teoria do sistema mundial. As idéias de pensadores estruturalistas e de dependência geraram debates acirrados, capazes de desafiar suas teorias ortodoxas, centradas no Norte, e de propor uma teoria alternativa do desenvolvimento do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Estruturalismo. Colonialismo interno. Marginalidade. Teoria da dependência. Neoestruturalismo.

INTRODUÇÃO

Pode-se argumentar que uma das origens dos estudos críticos sobre desenvolvimento na América Latina são os escritos do marxista e peruano José Carlos Mariátegui (Cf. Mariátegui, 1971). Seus principais escritos foram publicados entre o final dos anos 1920 e o começo dos anos 30, nos quais argumenta que a classe feudal de proprietários de terra e a burguesia nacional, aliadas ao imperialismo, reproduziram continuamente o sistema de exploração e dominação. Ele não acreditava que a burguesia nacional era capaz de representar o papel progressista que havia sido conquistado na Europa. Conseqüentemente, advogou em prol de uma revolução socialista para alcançar a libertação de classes oprimidas e, em particular, dos povos indígenas. Ao contrário de muitos pensadores contemporâneos, ele previu o potencial revolucionário dos camponeses indígenas. Foi um dos primeiros marxistas que ten-

tu adaptar a teoria de Marx para a realidade latino-americana a partir de seu entendimento e em rompimento com o pensamento eurocêntrico (Cf. Kay, 1991; Quijano, 2000). Nesse sentido, Mariátegui previu o estruturalismo e a teoria da dependência, que considero as maiores contribuições para as teorias críticas sobre desenvolvimento que emanaram no continente latino-americano (Cf. Seabra, 2016a). Contudo, enquanto o estruturalismo, em sua crítica à ortodoxia econômica e ao desenvolvimentismo, somente buscou reformar o capitalismo, a vertente marxista, dentro da teoria da dependência, orientou-se para derrubá-lo, com o objetivo de alcançar o socialismo. A análise de Mariátegui, em relação aos povos indígenas e à questão da terra, também constitui uma previsão, em alguns aspectos, das análises dos conceitos de “colonialismo interno” e “marginalidade”, que abordarei neste artigo.

Embora o debate sobre “revolução ou reforma” já emergisse nas primeiras décadas do século XX, adquiriu particular intensidade após a Revolução Cubana em 1959 (Cf. Petras; Zeitlin, 1968). Diversos governos, na América Latina e no Caribe, seguiram, de maneira

* Erasmus University Rotterdam. Instituto Internacional de Estudos Sociais (ISS). Kortenaerkade 12, 2502 LT The Hague, The Netherlands. kay@iss.nl

limitada, algumas das políticas recomendadas pelo estruturalismo durante as décadas de 50, 60 e começo dos anos 70, enquanto a teoria da dependência teve muito menos influência nas políticas públicas naquela época, apesar de ela ser bastante popular entre estudantes, partidos de esquerda e movimentos sociais revolucionários. Com a ascensão da contrarrevolução na teoria crítica (Cf. Toye, 1987) no fim da década de 70 e começo dos anos 80, as idéias neoliberais ganharam proeminência e moldaram políticas governamentais não apenas no mundo em desenvolvimento, mas também em países desenvolvidos. Foi apenas a partir do começo dos anos 1980 que os pensadores estruturalistas foram capazes de reagir ao desafio neoliberal, ao propor estratégias de desenvolvimento neoestructuralistas, como será discutido posteriormente. O artigo termina com algumas breves conclusões, destacando a significância dessas teorias críticas de desenvolvimento que emanaram da América Latina para os estudos de desenvolvimento (Cf. Munck; O'Hearn, 1999; Nederveen-Pieterse, 2001).

TEORIA ESTRUTURALISTA DO DESENVOLVIMENTO

O surgimento do que veio a ser chamado de escola estruturalista ou teoria do desenvolvimento foi ao acaso. Teve origem com a publicação pioneira e inovadora “Economic Survey of Latin America 1949” (Cf. United Nations Department of Economic Affairs, New York, 1951). O texto original, em espanhol, já havia sido publicado em 1950 pela Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas (CEPAL), criada em 1948. O renomado economista, especializado em desenvolvimento, Albert Hirschman (1961), referiu-se a essa publicação como o “manifesto da CEPAL” (que reverberou junto com outro bastante conhecido manifesto) e não sem motivos. A publicação foi escrita por Raúl Prebisch, que acabou se tornando chefe da comissão, em 1949. Na

sua análise, ele desafia a ortodoxia econômica da época, que argumentava, com base na teoria das vantagens comparativas, que o comércio internacional era benéfico para as nações envolvidas, especialmente para os países menos desenvolvidos. Prebisch argumentou que, através do comércio, aumenta-se a desigualdade de renda, ao invés de diminuir. Tal conclusão obteve consequências explosivas nas relações entre os países ricos e pobres, não sendo, portanto, surpreendente que Prebisch tenha sido atacado e vilipendiado pelos poderosos, particularmente nos países centrais (Dosman, 2008). Porém Prebisch soube como defender a si e a instituição que conduzia. Ele, de fato, havia montado, liderado e inspirado uma equipe multinacional de cientistas sociais extraordinariamente talentosos (Cf. Furtado, 1964; Kay, 2005).

Prebisch dividiu o mundo entre países centrais e periféricos, o que, em geral, correspondia à terminologia convencional de países desenvolvidos e menos desenvolvidos, ou em desenvolvimento, respectivamente. Ao usar essa terminologia, Prebisch já estava destacando a assimetria de poder entre as nações do mundo. Usando estatísticas históricas, ele descobriu que as tendências de longo prazo dos termos de troca entre a América Latina (a periferia) com os seus principais parceiros comerciais, principalmente os Estados Unidos e a Europa (o centro), estavam deteriorando. A América Latina foi quase exclusivamente exportadora de produtos primários, como minerais e *commodities* agrícolas, para os países do centro, enquanto importava deles grande parte das *commodities* manufaturadas. Durante a flutuação dos termos de troca ao longo do tempo, a tendência era negativa para a periferia, o que significava, nos ciclos de expansão, que o valor das *commodities* exportadas pela periferia aumentava menos que o preço daquelas importadas pela periferia, e o oposto acontecia durante a queda cíclica. Consequentemente, a deterioração dos termos de troca contra a periferia e em favor do centro contrariava o que a teoria ortodoxa do comércio in-

ternacional sustentava. Isso significa, dito de maneira mais direta, que a periferia tinha de exportar uma quantidade crescente de *commodities* primárias para ser capaz de importar a mesma quantidade de *commodities* industriais dos países centrais. Isso significava, portanto, uma troca desigual. Prebisch não afirmava que o comércio internacional era necessariamente negativo para a periferia, mas sim que os frutos da troca entre as nações favoreciam mais o centro (Cf. Kay, 2006b). Essa tese é conhecida como a “tese Prebisch-Singer sobre a deterioração dos termos de troca” e tem gerado muita controvérsia desde então (Cf. Toye, J.; Toye, R., 2004). Dada a pioneira conceitualização feita por Prebisch das relações entre centro e periferia, alguns autores, de uma maneira geral, se referem ao estruturalismo como o paradigma centro-periferia nos estudos sobre desenvolvimento (Cf. Rodríguez, 1977).

A lição tirada dessa descoberta por parte de Prebisch e sua equipe, na CEPAL, foi a de que a periferia deveria mudar a sua estratégia de desenvolvimento, do “para fora” em direção ao “para dentro”. Isso teria de ser feito a partir dos estados da periferia, ao promoverem a industrialização através de vários meios, como o protecionismo, os subsídios e os investimentos em infraestrutura para as nascentes indústrias, um processo que se tornou conhecido como “substituição de importações”. O objetivo era reduzir a dependência em exportações de produtos primários e transformar o centro de gravidade da economia para a indústria e os mercados internos. Diversos governos, não só na América Latina, seguiram uma estratégia de desenvolvimento de substituição de importações entre as décadas de 1950 e 70, o que deu origem ao denominado “desenvolvimentismo de estado”, dada a centralidade assumida pelos entes estatais nesse processo. Essa estratégia foi bastante criticada por economistas ortodoxos e amplamente derrubada pela onda neoliberal dos anos 80, como será discutido posteriormente.

Outro importante legado da escola estruturalista diz respeito à inflação, que atormen-

tou alguns países latino-americanos durante décadas. Novamente, essa interpretação particular das causas da inflação desafiou a posição ortodoxa e gerou debates intensos. Tal debate se tornou conhecido como o debate “monetário-estruturalista” sobre a inflação. Ao invés de enfatizar os fatores monetários, os estruturalistas cepalinos se debruçaram no que eles chamaram de fatores estruturais subjacentes ao fenômeno inflacionário, como a ineficiência do setor agrícola em aumentar a oferta de comida para satisfazer à demanda crescente, desse modo aumentando o preço dos alimentos, causando uma demanda por aumento dos salários dos trabalhadores, e assim por diante, criando uma espiral inflacionária. A culpa por essa falta de resposta, no que se refere à inelasticidade da demanda, segundo os estruturalistas, está no sistema desigual de posse de terras e na atitude rentista de proprietários de terra. Outro fator estrutural surgiu do contínuo déficit de balança comercial, o que requereu desvalorização da moeda local, de maneira a aumentar o preço de produtos importados. Esse desequilíbrio no comércio internacional resulta não somente na deterioração dos termos de troca, mas também em algo característico na política de substituição de importações: crescente demanda de importações de insumos, maquinaria e equipamentos, que foram incapazes de entrar no mercado de exportações. No setor agrícola, as exportações também não cresceram rápido o suficiente. Todos esses gargalos estruturais foram penetrados na estrutura de diversos países. Essa espiral inflacionária, conseqüentemente, não poderia ser solucionada meramente por meios monetários, como a restrição de moeda; deveria ser encarada com reformas estruturais, como a reforma agrária e uma política de substituição de importações mais competitiva e voltada para exportações. Portanto, os estruturalistas afirmavam que a receita monetarista de se enfrentar a inflação apenas combatia os fatores de propagação, e poderiam prejudicar a economia ao atingir diretamente o crescimento (Cf. Sunkel, 1960).

Além disso, o que considero notável é a interpretação do economista estruturalista Noyola (Cf. Noyola, 1956), que também introduziu uma dimensão social e política no debate, enfatizando que as pressões inflacionárias surgiram também como consequência da luta de classes entre trabalhadores e capitalistas e proprietários. Enquanto proprietários buscavam aumentar sua apropriação do aluguel de terras aos camponeses e trabalhadores rurais, e os capitalistas seus lucros, ao arrochar salários de trabalhadores, aqueles afetados resistiam à opressão, demandando menores aluguéis e maiores salários, respectivamente. Devido ao poder econômico dos proprietários e capitalistas, qualquer concessão dada aos trabalhadores e camponeses era repassada aos consumidores, aumentando os preços, e contribuindo para o processo inflacionário. Por conseguinte, para a perspectiva estruturalista, domar a inflação também requeria um novo pacto entre as forças sociais em conflito. Em resumo, uma distribuição de renda mais equitativa é necessária. Essa questão da equidade se torna um componente importante para os pensadores neoestruturalistas do desenvolvimento, o que será discutido mais adiante.

A análise de Prebisch das relações desiguais entre centro e periferia o levou além da CEPAL. Ele foi a principal força motriz da criação da UNCTAD, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, que foi estabelecida em 1964 em Genebra, com o objetivo de negociar relações comerciais mais justas entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Prebisch se tornou o primeiro Secretário-Geral da Conferência, porém renunciou em 1969 por não conseguir avançar em seu objetivo de estabelecer uma nova ordem econômica internacional. Realmente, tratava-se de um objetivo muito ambicioso, que permanece descumprido até hoje (Cf. Toye, J.; Toye, R., 2004). O crescimento de Taiwan e da Coreia do Sul, nos anos 70 e 80, e a subsequente ascensão, nas últimas décadas, da China e de outros países da antiga periferia, esteve e

está remodelando as relações entre o centro e a periferia, porém não exatamente do jeito que Prebisch e os estruturalistas desejavam, já que o contexto da mudança se dá na era da globalização neoliberal.

COLONIALISMO INTERNO, MARGINALIDADE E O SETOR INFORMAL

Embora a perspectiva estruturalista tenha sido articulada pelos economistas do desenvolvimento, as análises sobre “colonialismo interno” e “marginalidade” envolveram principalmente antropólogos, sociólogos e cientistas políticos. Elas são, portanto, um enriquecedor complemento ao estruturalismo e, na minha visão, podem ser consideradas parte integrante dele, pois também criticam a teoria ortodoxa de modernização ao afirmarem que o colonialismo interno e a marginalidade (na sua variante marxista) são resultados da pretérita dominação imperialista e da atual integração com o sistema-mundo capitalista, respectivamente. Esse fenômeno tem, portanto, características específicas dentro do contexto dos países da periferia, em contraste com os países do centro, que dominam o sistema.

O colonialismo interno se refere à dominação, exploração e discriminação de povos indígenas pelos conquistadores ibéricos e, após as independências, durante as primeiras décadas do século XIX, pelas populações brancas e mestiças (Cf. Cotler, 1967; González Casanova, 1965; Stavenhagen, 1965). Ele tem, portanto, a virtude de focar no sofrimento dos povos indígenas, que vêm sendo amplamente negligenciados pelos estudos de desenvolvimento. Os estudos sobre colonialismo interno também começaram a explorar as conexões complexas e envolventes entre etnia e classe (Cf. Kay, 1989).

A marginalidade refere-se ao impacto do processo de substituição de importações, que se tornou a estratégia de desenvolvimento tomada pela maioria de países latino-americanos

(assim como outros países em desenvolvimento), inicialmente dentro da classe trabalhadora, (Cf. Nun, 1969) e posteriormente nos camponeses (Cf. Quijano, 1974, 1983; Stavenhagen, 1970, 1980). Ao contrário de antigas experiências em países desenvolvidos, a industrialização não criou tantos postos de trabalho quanto era esperado. Ademais, também contribuiu para o desemprego, ao destruir oficinas locais e empresas incipientes, que foram incapazes de concorrer com a moderna tecnologia importada das novas indústrias. De maneira similar, a introdução de novas tecnologias agrícolas, especialmente a mecanização, fez com que menos trabalhadores fossem necessários e que os pequenos camponeses fossem substituídos, já que não eram capazes de competir com as fazendas capitalistas modernas. Isso levou a um processo de “proletarização”, e a crescente migração rural se deu principalmente para favelas urbanas, que não eram capazes de empregar a crescente oferta de trabalho (Cf. Lomnitz, 1977). As altas taxas de crescimento populacional na época só pioraram a situação para os trabalhadores. O conceito de marginalidade, mais tarde, se uniu com o conceito de setor informal (Cf. Tokman, 1978).

Assim como acontece com a marginalidade, existem diferentes conceituações de setor informal. Na estruturação teórica ortodoxa da modernização, esse fenômeno é apenas uma etapa intermediária dos países em desenvolvimento. Já estruturalistas e especialmente marxistas argumentam que a evolução do capitalismo em países em desenvolvimento recria um excedente populacional que necessita buscar maneiras de se sustentar sob as mais precárias e vulneráveis condições. Para a classe capitalista, esse excedente constitui uma oferta constante e segura de mão de obra barata e flexível, de acordo com as suas necessidades. A diferença entre estruturalistas e marxistas reside, principalmente, nas soluções para superar esse fenômeno.

TEORIA DA DEPENDÊNCIA

A teoria da dependência é uma perspectiva crítica fundamental que surgiu a partir da crítica e da desilusão com o processo de substituição de importações. Não estou me referindo aqui às críticas feitas por economistas ortodoxos e neoliberais (mais sobre isso em breve), mas às críticas que emergiram tanto de estruturalistas como de marxistas. Dentro da teoria da dependência, portanto, é possível identificar, pelo menos, duas vertentes: a estruturalista e a marxista. Apesar das diferenças, ambas compartilham da mesma premissa, de que o processo de desenvolvimento de países emergentes pode ser entendido apenas no contexto das relações com os países desenvolvidos. Tal como formulado por Osvaldo Sunkel (1972, p. 17) a partir de uma perspectiva estruturalista: “O desenvolvimento e o subdesenvolvimento podem, portanto, ser entendidos como estruturas parciais, porém interdependentes, que formam um único sistema”. Da mesma forma, para André Gunder Frank (1966, p. 18), de uma perspectiva marxista: “Em grande parte, o subdesenvolvimento contemporâneo é o produto histórico das relações econômicas passadas e contínuas entre os países subdesenvolvidos e as metrópoles, agora desenvolvidas”.

Nessa relação interdependente, os países desenvolvidos são os dominantes, enquanto os países em desenvolvimento estão em uma situação de dependência. Tal dependência tem origens históricas no colonialismo e no imperialismo, porém persistem até os dias atuais, por diversos fatores. A diferença principal entre as duas vertentes está nas ferramentas analíticas implementadas e, acima de tudo, na solução proposta para superar a relação de dependência. Por razões óbvias, a vertente marxista utiliza conceitos derivados da política econômica marxista. No entanto, ao contrário de Marx, eles argumentam que o desenvolvimento do capitalismo, nos países dependentes, não demonstra as características progressivas que existem nos países dominantes. Por conseguinte, alguns autores se referem a essa posição como neomarxis-

ta. Como solução, os estruturalistas acreditam que é possível superar a dependência ao reformar radicalmente o sistema capitalista através da criação de uma nova ordem econômica internacional (Sunkel, 1990); já para os marxistas, a superação do sistema capitalista rumo a uma ordem mundial socialista é a única solução possível (Cf. Dos Santos, 1972; Marini, 1973).

Teóricos da dependência constituem um grupo bastante eclético. Eles enfatizam fatores distintos para explicar as situações de dependência, mesmo entre as duas vertentes que proponho. Por exemplo, dentro da vertente estruturalista, Sunkel afirma que o aumento das corporações multinacionais, como consequência da substituição de importações em países dependentes, está levando a um processo de desintegração nacional e marginalização de grupos sociais que são deslocados durante esse processo (Cf. Sunkel, 1969). Enquanto isso, Celso Furtado enfatiza os “padrões dependentes de consumo” gerados por essas multinacionais, criando, desse modo, uma estrutura industrial imprópria para países subdesenvolvidos, uma vez que é muito diversificada e muito capital intensiva, portanto, aumentando o excedente populacional e perpetuando a alta concentração de renda, consequentemente, o padrão de consumo dependente (Cf. Furtado, 1973). Dessa forma, o ciclo da dependência continua. Assim como meu último exemplo, embora existam muitos mais, para um autor dentro da vertente estruturalista, remeto-me a Fernando Henrique Cardoso, que cunhou o termo “desenvolvimento dependente associado”, que destoa de Frank e outros, ao argumentar que dependência não é termo sinônimo de estagnação, e pode levar a altas taxas de crescimento (Cf. Cardoso, 1973). Da mesma forma, ele destacou a ideia de “diversidade na unidade”, ao invés de “unidade na diversidade”, já que, para ele, a situação de dependência varia entre os países, devido a diferenças históricas, econômicas, sociais e políticas.

Na vertente marxista, posso me remeter a Frank, que já mencionei, assim como a The-

otonio dos Santos e Ruy Mauro Marini, entre outros (Cf. Frank, 1966; Osorio, 2016). Ele cunhou o famoso termo “o desenvolvimento do subdesenvolvimento”, o qual significa que a relação de dependência reproduz o subdesenvolvimento dos países, ao invés de levá-los a um caminho de desenvolvimento sustentável. Dos Santos afirmou que um elemento-chave nas relações de dependência cresce devido à falta de um setor de bens de capitais nos países desenvolvidos (Cf. Dos Santos, 1970). O processo de substituição de importações não habilitou esses países a produzirem suas próprias tecnologias, já que empresas multinacionais preferem manter controle dessas tecnologias nos países-sede, em países desenvolvidos. Logo, os países em desenvolvimento têm se tornado dependentes das importações para ter acesso a maquinarias, equipamentos e outros produtos, bem como para manter a industrialização por substituição de importações e outros setores. Desse modo, a “dependência tecnológica” é um fator-chave para a reprodução de relações de dependência. Como exemplo final dessa vertente da teoria da dependência, eu gostaria de realçar a contribuição de Marini, que destacou a “superexploração do trabalho” pelo capital, que emerge da “troca desigual” entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido (Cf. Bueno, 2016; Marini, 1973).

Também é possível falar sobre uma vertente caribenha da teoria da dependência, que surgiu principalmente de um grupo de acadêmicos e ativistas ligados à Universidade das Índias Ocidentais. Embora influenciados pelos teóricos estruturalistas e marxistas, eles afirmavam que deveria haver uma adaptação ao contexto dos países caribenhos, que são pequenas economias, com passados coloniais recentes (Cf. Girvan, 1973; Levitt, 2005).

A teoria da dependência foi particularmente influente entre o final dos anos 60 e nos anos 70. Provocou muitos debates e críticas no passado, mas continua relevante atualmente, embora com algumas mudanças como é discutido por Cristóbal Kay e Robert Gwynne (2000) e Ronaldo Munck (Cf. Kay; Gwynne, 2000;

Munck, 1999). Enquanto a vertente marxista da dependência tendeu a se converter em teoria do sistema-mundo, particularmente no caso de Frank (Cf. Kay, 2006a, 2011), a vertente estruturalista se transformou em neoestruturalista, o que será discutido em seguida.

NEOESTRUTURALISMO E DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO

A contrarrevolução neoliberal em estudos sobre desenvolvimento (Krugman, 1992), que fermentou durante os anos 1970, ganhou impulso na virada da década com a vitória do partido conservador, sob a liderança de Margaret Thatcher em 1979 no Reino Unido e a subsequente eleição de Ronald Reagan em 1981 para a presidência dos Estados Unidos. Ambas as administrações levaram a cabo a agenda neoliberal, que buscava dismantelar muitas das conquistas do estado de bem-estar social e fortalecer as forças impulsionadoras do neoliberalismo em países em desenvolvimento. Com a crise da dívida da década de 1980, que foi particularmente aguda na América Latina, as forças neoliberais se aproveitaram do momento e utilizaram as instituições financeiras internacionais (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional) e os programas de ajuda dos EUA e Reino Unido, entre outros, para impor certas condições para a liberação de crédito e financiamento aos países endividados.

Essa ampla gama de reformas foi batizada de “programa de ajuste estrutural” e levou ao “consenso de Washington”, cidade que não somente é sede do Governo dos Estados Unidos e de seu Tesouro, mas também do Banco Mundial, do FMI, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Organização dos Estados Americanos, todos promotores do neoliberalismo. Entre as reformas exigidas estavam o desmonte do estado desenvolvimentista e das medidas protecionistas do período de substituição de importações, para deixar liberdade total para as forças do mercado global (Sa-

ad-Filho; Johnston, 2005). Sob a ditadura do general Pinochet (1973-1990), o Chile foi o pioneiro do neoliberalismo (Cf. Valdés, 1995), que acabou se tornando o discurso político dominante em vários países do mundo.

Situada entre as primeiras instituições de estudo sobre desenvolvimento a desafiar o paradigma neoliberal, a CEPAL passou a incluir o Caribe em seu nome e, a partir de 1990 e publicou uma série de livros que estabeleceram sua nova abordagem para o desenvolvimento, evoluindo do estruturalismo, buscando renová-lo e chamando-o de “neoestruturalismo” (Cf. Sunkel, 1993). O texto fundacional do neoestruturalismo é *La transformación productiva con equidad* (1990), cujo autor intelectual foi Fernando Fajnzylber (Cf. Torres, 2006). Os neoestruturalistas tentaram “se acertar” com o desaparecimento do estruturalismo e da teoria da dependência, o surgimento de países recém-industrializados, os desafios da globalização, e o aumento da pobreza e da desigualdade na América Latina, como consequência de políticas neoliberais.

Os elementos-chave do neoestruturalismo podem ser resumidos da forma apresentada a seguir.

- A teoria muda sua ênfase em relação ao estruturalismo, de um desenvolvimento “interno” para um desenvolvimento “de dentro” e prioridades domésticas seletivas, mas, cada vez mais, em áreas do mercado global que oferecem as melhores oportunidades para o desenvolvimento estratégico e de longo prazo do país. O comércio internacional se tornaria, portanto, um setor mais importante que no passado, pois seria visto como mais dinâmico que o mercado doméstico. À questão de troca desigual foi dada menor prioridade ou sequer era mencionada.
- Isso exigiu a transformação da estrutura de produção do país, passando das exportações tradicionais de matérias-primas para as exportações com maior valor agregado e, especialmente, para as exportações industriais. Em vez de continuar com as vantagens com-

parativas do país, o estado agora foi encarregado de desenvolver suas “vantagens competitivas”. Logo, o estado deveria expandir a educação, melhorar o padrão de vida e promover a tecnologia e a inovação.

- Para alcançar esse objetivo, era necessário um estado mais ágil, competente, pragmático, hábil e catalisador, em comparação com um estado clientelista, burocrático e grande demais para poder encorajar o setor privado a buscar as novas oportunidades da globalização, bem como ser capaz de adaptar suas políticas de acordo com as circunstâncias internas e extensas. O estado não necessitava mais criar empresas estatais. Ao invés disso, poderia estabelecer parcerias público-privadas quando fosse a forma mais apropriada de incentivar investimentos, empreendedorismo e atividades de alto valor econômico. Em suma, um estado desenvolvimentista “leve” (Cf. Petras; Veltmeyer, 2007).
- Uma visão mais flexível e aberta do mercado foi assumida. Logo, ao invés de usar medidas protecionistas, controle de preços, controle de taxa de câmbio de maneira clientelista e indiscriminada, o objetivo agora era “governar o mercado” de uma maneira premeditada, com o objetivo de alcançar certas metas de desenvolvimento, em certo período de tempo, para que a intervenção do mercado não se tornasse impregnada. Portanto um olho estava sempre atento aos sinais do mercado.
- Para estar em uma posição melhor face ao mercado global, neoestruturalistas propuseram uma política de “regionalismo aberto”, por exemplo, com acordos de troca e investimento entre países da região, mas com a visão de que deveria ser a região a negociar com outros países e regiões do mundo. Assim, os acordos bilaterais com os países deveriam ser evitados, pois um único país latino-americano, especialmente quando fosse o menor, teria pouca capacidade de barganha ao lidar com países ricos e grandes.
- Por fim, como os mercados tendem a fomentar desigualdades, especialmente os neoli-

berais, o Estado deveria encorajar medidas que promovessem a equidade. Um dos slogans foi “crescer com equidade”, já que, sem crescimento, seria difícil financiar medidas de equidade. A conquista da inclusão, da coesão social e da redução da pobreza foi, portanto, uma parte importante da agenda desenvolvimentista neoestruturalista.

O neoestruturalismo foi atacado por neoliberais, assim como setores da esquerda radical. Os neoliberais o veem como muito estatista, intervencionista e muito ligado ao desgastado e desacreditado estruturalismo. Já a visão da esquerda radical o analisa como se fosse uma versão nova, talvez pragmaticamente mais humana, do neoliberalismo, chegando perto de ser chamado de um “pós-consenso de Washington”, em que medidas específicas de mitigação social e de pobreza foram introduzidas nas primeiras versões do “Consenso de Washington”, considerado muito severo (Cf. Leiva, 2008).

Enquanto poucos governos latino-americanos admitem abertamente sofrer influência das idéias neoestruturalistas, ou sequer tentam seguir aspectos de uma estratégia de desenvolvimento neoestruturalista, ela é muito mais influente do que na revisão da literatura de desenvolvimento, onde raramente é mencionada, exceto nos escritos da CEPAL (Cf. Bárcenas; Prado, 2016; Gwynne; Kay, 2004). A maioria dos governos de esquerda e centro-esquerda, na América Latina, quando se trata de ir além da retórica e examinar a implementação de políticas públicas, é bastante influenciada pelo pensamento neoestruturalista, mesmo aqueles governos que proclamam seguir caminhos alternativos ou pós-desenvolvimentistas, como o “Buen vivir” (Equador) ou o “Vivir bien” (Bolívia). O que pode ser ainda mais surpreendente é que, em alguns casos, suas políticas são ainda menos radicais do que aquelas propostas pelos neoestruturalistas, os quais são, com frequência, rejeitados pelos críticos à esquerda, por serem reformistas e não irem além do neodesenvolvimentismo. Enquanto os governos de esquerda conseguem reduzir significativamente a pobreza e promover a inclusão social, eles não conseguem

ram mudar a matriz produtiva; ao invés disso, reforçaram uma agenda de desenvolvimento insustentável e neoextrativista (Cf. Acosta, 2013; Veltmeyer; Petras, 2014).

CONCLUSÕES

Neste artigo, destaquei algumas contribuições para os estudos críticos sobre desenvolvimento que surgiram na América Latina (Cf. Munck, 2013). Estou ciente de que não tratei de todas elas, porém eu espero ter focado nas mais relevantes. O que considero marcante e desejo enfatizar é a habilidade de alguns pensadores, acadêmicos e ativistas de virar de cabeça para baixo a ortodoxia dominante, ao perceber que as teorias, vindas principalmente dos países desenvolvidos, não eram capazes de explicar as complexidades dos países em desenvolvimento, principalmente na América Latina.

Mariátegui e teóricos da dependência marxista foram além das interpretações dogmáticas do marxismo e buscaram desenvolver interpretações criativas sobre a realidade latino-americana. Prebisch e os estruturalistas, enquanto isso, desafiaram a ortodoxia econômica e as teorias sobre desenvolvimento e criaram uma interpretação alternativa da dinâmica do sistema-mundo. Ambas as teorias críticas latino-americanas sobre o desenvolvimento buscaram transformar o sistema capitalista existente, por meios reformistas ou revolucionários, para alcançar seus respectivos objetivos. Esses objetivos ainda não foram conquistados (Cf. Petras; Veltmeyer, 2009). Por isso, destaco, finalmente, a relevância da continuidade dos estudos críticos sobre o desenvolvimento, a necessidade de desenvolvê-los ainda mais e de promover sua relevância para os movimentos sociais e organizações que lutam por um mundo melhor (Cf. Seabra, 2016b).

Recebido para publicação em 02 de abril de 2018
Aceito em 13 de maio de 2018

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. 'Extractivism and neoextractivism: two sides of the same curse'. In: LAND, M.; MOKRANI, D. (Ed.). *Beyond development: alternative visions from Latin America*. Quito: Fundación Rosa Luxemburg, 2013. p. 61-86.
- BÁRCENAS, A.; PRADO, A. (Ed.). *Neoliberalism and heterodox thinking in Latin America and the Caribbean in the early twenty-first century*. Santiago: ECLAC, 2016.
- BUENO, F. M. 'Presente, passado e future do capitalismo brasileiro: o debate da obra de Ruy Mauro Marini'. In: SEABRA, R. L. (Ed.). *Dependência e Marxismo: contribuições ao debate Crítico Latino-americano*. Florianópolis: Editora Insular, 2016.
- CARDOSO, F. H. 'Dependency and development in Latin America'. *New left review*, v. 74, p. 83-95, 1972.
- _____. 'Associated dependent development: theoretical and practical implications'. In: ŠTEPAN, A. (Ed.). *Authoritarian Brazil: origins, policies and future*. Yale: Yale University Press, 1973. p. 142-176.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA DAS NAÇÕES UNIDAS (CEPAL). *Changing production patterns with social equity*. Santiago: United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean, 1990.
- COTLER, J. 'The mechanics of internal domination and social change in Peru'. *Studies in comparative international development*, v. 3, n. 12, 1967.
- DOS SANTOS, T. dos. *Dependencia y cambio social*. Santiago: Centro de Estudios Socio-Económicos, 1970.
- _____. *Socialismo o Fascismo: el nuevo carácter de la dependencia y el dilema Latinoamericano*. Santiago: Ediciones PLA, 1972.
- DOSMAN, E. J. *The life and times of Raúl Prebisch 1901-1986*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2008.
- FITZGERALD, E. V. K. 'ECLA and the theory of import substituting industrialization in Latin America'. In: CARDENAS, E.; OCAMPO, J. A.; THORP, R. (Ed.). *An Economic history of twentieth-century Latin America: industrialization and the State in Latin America: the postwar years*. Nova York: Palgrave, 2000. v. 3.
- FRANK, A. G. 'The Development of underdevelopment'. *Monthly review*, v. 18, n. 4, p. 17-31, 1966.
- FURTADO, C. *Development and underdevelopment: a structural view of the problems of developed and underdeveloped countries*. Berkeley: University of California Press, 1964.
- _____. 'The concept of external dependence in the study of underdevelopment'. In: WILBER, C. K. (Ed.). *The political economy of development and underdevelopment*. Nova York: Random House, 1973. p. 118-123.
- GIRVAN, N. 'The development of dependency economics in the Caribbean and Latin America'. *Social and economic studies*, v. 22, n. 1, p. 1-33, 1973.
- GONZÁLEZ CASANOVA, P. 'Internal colonialism and national development'. *Studies in comparative international development*, v. 1, n. 4, p. 27-37, 1965.
- GWYNNE, R. N.; KAY, C. (Ed.). *Latin America transformed: globalization and modernity*. Londres: Hodder Education, 2004.
- HIRSCHMAN, A. O. 'Ideologies of economic development in Latin America'. In: HIRSCHMAN, A. O. (Ed.). *Latin American issues: essays and comments*. Londres: George Allen & Unwin, 1961.
- KAY, C. *Latin American theories of development and underdevelopment*. Londres: Routledge, 1989.

- _____. 'Marxism in Latin America'. In: BOTTOMORE, T. (Ed.). *A dictionary of marxist thought*. 2. ed. Oxford: Basil Blackwell, 1991. p. 362-365.
- _____. 'Celso Furtado: pioneer of structuralist development theory'. *Development and change*, v. 36, n. 6, p. 1201-1207, 2005.
- Kay, C. 'André Gunder Frank (1929-2005): pionero de la teoría de la dependencia y de la mundialización'. *Revista mexicana de Sociología*, v. 68, n. 1, p. 181-190, 2006a.
- _____. 'Raúl Prebisch. In: SIMON, D. (Ed.). *Fifty key thinkers on development*. Londres: Routledge, 2006b. p. 199-205.
- _____. 'The Latin American structuralist school'. In: KITCHIN, R.; THRIFT, N. (Ed.). *International encyclopedia of human geography*. Oxford: Elsevier, 2009. v. 6. p. 159-164.
- _____. 'Andre Gunder Frank: "unity in diversity" from the development of underdevelopment to the world system'. *New political economy*, v. 16, n. 4, p. 523-538, 2011.
- KAY, C.; GWYNNE, R. N. 'Relevance of structuralist and dependency theories in the neoliberal period: a Latin American perspective'. *Journal of developing societies*, v. 16, n. 1, p. 49-69, 2000.
- KRUGMAN, P. 'Toward a counter-counterrevolution in development theory'. In: WORLD BANK ANNUAL CONFERENCE ON DEVELOPMENT ECONOMICS, 1992, Washington. *Proceedings*. Washington, DC: World Bank 1992.
- LEIVA, F. I. *Latin American neostructuralism: the contradictions of post-Neoliberal Development*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.
- LEVITT, K. *Reclaiming development: independent thought and caribbean community*. Kingston: Ian Randle Publishers, 2005.
- LITTLE, I.; SCITOVSKY, T.; SCOTT, M. *Industry and trade in some developing countries: a comparative study*. Oxford: Oxford University Press, 1970.
- LOMNITZ, L. *Networks and marginality: life in a mexican shanty town*. Nova York: Academic Press, 1977.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Seven interpretive essays on peruvian reality*. Austin: University of Texas Press, 1971.
- MARINI, R. M. *Dialéctica de la dependencia*. Cidade do México: Ediciones Era, 1973.
- MUNCK, R. 'Dependency and Imperialism in the new times: a Latin American perspective'. *European journal of development research*, v. 11, n. 1, p. 56-74, 1999.
- _____. *Rethinking Latin America: development, hegemony, and social transformation*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2013.
- _____. 'Critical development theory: results and prospects'. In: VELTMEYER, H.; BOWLES, P. (Ed.). *The essential guide to critical development studies*. Nova York: Routledge, 2018.
- MUNCK, R.; O'HEARN, D. (Ed.). *Critical development theory: contributions to a new paradigm*. Londres: Zed Books, 1999.
- NEDERVEEN-PIETERSE, J. *Development theory: deconstructions / reconstructions*. Londres: Sage, 2001.
- NOYOLA, J. 'El desarrollo económico y la inflación en México y otros países latinoamericanos'. *Investigación económica*, v. 16, n. 4, 1956.
- OSORIO, J. 'O Marxismo latino-americano e a teoria da dependência'. In: SEABRA, R. L. (Ed.). *Dependência e Marxismo: contribuições ao debate crítico Latino-americano*. Florianópolis: Editora Insular, 2016.
- PETRAS, J.; VELTMEYER, H. 'The development state in Latin America: whose development? Whose state?' *The journal of peasant studies*, v. 32, n. 3-4, p. 371-407, 2007.
- _____. *What's left in Latin America? regime change in new times*. Farnham: Ashgate, 2009.
- PETRAS, J.; ZEITLIN, M. (Ed.). *Latin America: reform or revolution? Nova York: Fawcett, 1968.*
- QUIJANO, A. 'The marginal pole of the economy and the marginalized labour force'. *Economy and society*, v. 3, n. 4, 1974.
- _____. 'Imperialism and marginality in Latin America'. *Latin American perspectives*, v. 10, n. 2-3, p. 37-38, 1983.
- _____. 'Coloniality of power, eurocentrism, and Latin America'. *Nepantla: views from south*, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000.
- RODRÍGUEZ, O. 'On the conception of the centre-periphery system'. *CEPAL review*, v. 3, p. 195-239, 1977.
- SAAD-FILHO, A.; JOHNSTON, D. (Ed.). *Neoliberalism: a critical reader*. Londres: Pluto Press, 2005.
- SEABRA, R. L. 'Notas metodológicas sobre a antecipação mariateguiana à teoria a dependência'. In: SEABRA, R. L. (Ed.). *Dependência e Marxismo: contribuições ao debate crítico Latino-americano*. Florianópolis: Editora Insular, 2016a.
- _____. 'O imperativo da interpretação própria sobre o desenvolvimento do capitalismo Latino-Americano'. In: SEABRA, R. L. (Ed.). *Dependência e Marxismo: contribuições ao debate crítico Latino-americano*. Florianópolis: Editora Insular, 2016b.
- STAVENHAGEN, R. 'Classes, colonialism, and acculturation: essay on a system of inter-ethnic relations in mesoamerica'. *Studies in comparative international development*, v. 1, n. 6, p. 53-77, 1965.
- _____. 'Marginality, participation and agrarian structure in Latin America'. *International institute for labour studies bulletin*, n. 7, 1970.
- _____. *Between underdevelopment and revolution: a Latin American perspective*. Nova Delhi: Abhinav publications, 1980.
- SUNKEL, O. 'Inflation in Chile: an unorthodox approach'. *International economic papers*, v. 10, p. 107-131, 1960.
- _____. 'National development policy and external dependence in Latin America'. *Journal of development studies*, v. 6, n. 1, p. 23-48, 1969.
- _____. 'Big business and "dependencia": a Latin American view'. *Foreign affairs*, v. 50, n. 3, p. 517-531, 1972.
- _____. 'Structuralism, dependency, and institutionalism: an exploration of common ground and disparities'. In: DIETZ, J. L.; JAMES, D. D. *Progress toward development in Latin America*. Boulder: Lynne Rienner, 1990. p. 29-39.
- SUNKEL, O. (Ed.). *Development from Within: toward a neostructuralist approach for Latin America*. Boulder: Lynne Rienner, 1993.
- TOKMAN, V. 'Informal-formal sector relationships: an exploration into their nature'. *CEPAL review*, n. 5, 1978.
- TORRES, M. (Ed.). *Fernando Fajnzylber: una visión renovadora del desarrollo en América Latina*. Santiago: CEPAL, 2006.
- TOYE, J. *Dilemmas of development: reflections on the Counter-Revolution in development theory and policy*. Oxford: Blackwell, 1987.
- TOYE, J.; TOYE, R. *The UN and global political economy*. Bloomington: Indiana University Press, 2004.
- UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AFFAIRS. *Economic survey of Latin America 1949*. Nova York: UN Department of Economic Affairs, 1951.
- VALDÉS, J. G. *Pinochet's economists: the Chicago School of Economics in Chile*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- VELTMEYER, H.; PETRAS, J. (Ed.). *The new extractivism: a post-neoliberal development model or imperialism of the twenty-first century?* Londres: Zed Books, 2014.

**THE LATIN AMERICAN CONTRIBUTIONS TO
CRITICAL DEVELOPMENT THEORY**

Cristóbal Kay

In this article I explore the genealogy of the crucial contribution which Latin American social scientists made to development studies during the second half of the twentieth century. The structuralists, through their centre-periphery paradigm, disputed the conventional theory of international trade which had been proposed by the theorists from the North. In turn, dependency theorists critiqued the orthodox interpretations of underdevelopment, such as those proposed by modernization theorists, also mainly from the North. It is important to distinguish between two strands within dependency theory. One emerged from a process of self-criticism by structuralists and the other had its roots in critical Marxism. With the rise of neoliberalism some dependency structuralists developed neostructuralism while some Marxist *dependentistas* developed world-system theory. The ideas of structuralist and dependency thinkers generated fierce debates. They were able to challenge their orthodox and Northern-centric theories and propose an alternative critical theory of development from the South.

KEYWORDS: Structuralism. Internal colonialism. Marginality. Dependency theory. Neostructuralisms.

**LES CONTRIBUTIONS DE L'AMÉRIQUE LATINE
À LA THÉORIE CRITIQUE DU DÉVELOPPEMENT**

Cristóbal Kay

Dans cet article, j'explore la généalogie de la contribution cruciale que les chercheurs en sciences sociales d'Amérique latine ont apportée aux études sur le développement au cours de la seconde moitié du XXe siècle. Les structuralistes ont contesté la théorie conventionnelle du commerce international qui avait été proposée aux théoriciens du Nord. Les théoriciens de la dépendance ont critiqué les interprétations orthodoxes du sous-développement, telles que celles proposées par les théoriciens de la modernisation, aussi principalement du Nord. Il est important de distinguer deux volets dans la théorie de la dépendance. L'un a émergé d'un processus d'autocritique par les structuralistes et l'autre a ses racines dans le marxisme critique. Avec la montée du néolibéralisme, certains structuralistes dépendants ont développé le néostructuralisme tandis que certains dépendantistes marxistes ont développé la théorie du système mondial. Les idées des penseurs structuralistes et dépendants ont suscité de vifs débats.

MOTS CLÉS: Structuralisme. Colonialisme interne. Marginalité. Théorie de la dépendance. Néostructuralisme.

A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA À LUZ DE MARX E DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Carlos Eduardo Martins*

Neste artigo, analisam-se as principais contribuições da economia política da dependência a partir dos debates que a obra de Ruy Mauro Marini suscitou. Propõe-se a reformulação teórica dos conceitos de superexploração do trabalho e de subimperialismo, com o objetivo de atualizar e enriquecer a teoria marxista da dependência, para a análise das tendências do capitalismo contemporâneo e das formas históricas que ele assumiu na América Latina. O texto se divide em três partes: a primeira onde se expõem o pensamento de Marini e suas contribuições para a economia política; a segunda onde se apresentam as principais críticas realizadas ao seu enfoque; e a terceira onde se busca sustentar seu enfoque a partir de algumas reformulações que se consideram necessárias para desenvolvê-lo.

PALAVRAS-CHAVE: Superexploração do trabalho. Subimperialismo. Economia política marxista. Marini. Marx.

APRESENTAÇÃO

Neste artigo, propomo-nos a revisitar a economia política da dependência, tomando como eixo os debates relacionados à obra de Ruy Mauro Marini. Um dos principais temas de destaque da economia política latino-americana foi a existência ou não de leis específicas do capitalismo dependente, em particular quanto à pertinência dos conceitos de superexploração do trabalho e de subimperialismo. Buscamos, a partir de um balanço crítico da obra desse autor e das polêmicas por ela suscitadas, reformular alguns de seus conceitos, contribuindo para atualizar a teoria marxista da dependência como um instrumento de análise do capitalismo contemporâneo e das formas históricas que assumiu na América Latina.

Na primeira parte, apontamos os principais conceitos formulados por Marini na elaboração de uma economia política da dependência, contemplando sua extensão ao capitalismo

central, defendida pelo autor a partir da globalização do padrão de acumulação neoliberal. Na segunda parte, apresentamos algumas das principais críticas que seu enfoque sofreu, tanto as oriundas do desenvolvimentismo em seus diversos matizes quanto aquelas formuladas dentro da própria teoria marxista da dependência. Na terceira parte, interpelamos a obra de Marini a partir do diálogo com essas críticas, sustentando seu enfoque a partir de reformulações que consideramos indispensáveis para seu desenvolvimento e atualização histórica.

MARINI E A ECONOMIA POLÍTICA DO CAPITALISMO DEPENDENTE

Marini formulou o conceito de superexploração pela primeira vez, de forma mais sistemática, em *Dialética da dependência* (1973), que ampliou *Dialectica de la dependencia: la economia exportadora* (1972) – publicado inicialmente como artigo na revista *Sociedad y desarrollo*, editada pelo *Centro de Estudios Socio-Económicos* (CESO) no Chile – para analisar as etapas da industrialização na América

* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Instituto de Relações Internacionais e Defesa. Av. Pasteur nº 250. Campus da Praia Vermelha. CEP: 22.290-902. Urca – Rio de Janeiro – Brasil. cadu.m@uol.com.br

Latina, acrescentando-lhe um *post scriptum*.¹ As teses de *Dialética da Dependência* (1973) foram desenvolvidas posteriormente, durante os anos 1970, em dois artigos, *Plusvalía extraordinária e acumulación de capital* (1979) – que o autor considera complemento indispensável ao seu livro – e *El ciclo del capital en la economía dependiente* (1979). Nos anos 1990, ao coordenar, no *Centro de Estudios latinoamericanos de la Universidad Autónoma do México* (CELA/UNAM), um balanço das contribuições do pensamento latino-americano durante a transição para o padrão de acumulação neoliberal que se impunha na região, o autor postulou, em *Tendencias y procesos de La globalización capitalista* (1996), a extensão, aos países centrais, da superexploração do trabalho, que considera constitutiva do capitalismo dependente, em razão das mudanças introduzidas na divisão internacional do trabalho e nos padrões globais de acumulação.

Ao desenvolver o conceito de superexploração do trabalho, Marini considerou necessário ir além do ponto de partida de Marx para a formulação do conceito de mais-valia, de que para o conjunto da classe trabalhadora, no longo prazo, desprezando-se as oscilações conjunturais, o preço da força de trabalho equivale a seu valor. Postulou, então, a existência de duas grandes formas de exploração do trabalho, que são o aumento da força produtiva do trabalho, vinculada à elevação da produtividade, e a maior exploração do trabalhador, que constitui a superexploração. Essa última se define pelo aumento da jornada de trabalho ou da intensidade de trabalho, sem a remuneração equivalente do trabalhador, ou pela apropriação de parte do seu fundo de consumo, implicando redução salarial e violação de suas condições de existência. No seu conjunto, a superexploração do trabalho significa a queda dos preços da força de trabalho, abaixo de

seu valor, implicando maior desgaste e redução de sua vida útil.

A maior exploração do trabalhador, todavia, não se restringe, segundo Marini, a situações onde o aumento da produtividade é irrelevante ou inexistente. Ele aponta que essas duas formas de exploração não se excluem, mas se articulam, tendendo a se compensar no conjunto da economia mundial capitalista, pois o aumento da força produtiva do trabalho cria a possibilidade de maior exploração do trabalhador, conduzindo, efetivamente, a esse resultado. Isso é assim porque o aumento da força produtiva do trabalho não possibilita apenas a elevação da taxa geral de mais-valia e a mais-valia relativa, mas também a mais-valia extraordinária e a apropriação de mais-valia. O aumento da força produtiva do trabalho apenas se converte em mais-valia relativa quando reduz o valor da força de trabalho, barateando os bens de consumo necessários, diminuindo o tempo de trabalho necessário e elevando os salários. Isso ocorreria quando a competição intercapitalista assim o impusesse, e as lutas dos trabalhadores garantissem um aumento do seu poder de consumo e a redistribuição parcial do excedente em seu favor. Mas o aumento da força produtiva do trabalho poderia implicar mais-valia extraordinária, objetivo primordial do capitalista individual, levando ao emprego da maior exploração do trabalhador pelos capitais que não pudessem neutralizá-la por meio da inovação tecnológica.

Em razão da forma como se inserem no ciclo de reprodução ampliada do capital na economia mundial, as burguesias dos países dependentes, inscritas de maneira subordinada na divisão internacional do trabalho, recorreriam regularmente à maior exploração do trabalhador como forma de compensar as transferências de mais-valia determinadas pelo monopólio tecnológico dos países centrais. Estas transferências se apresentam associadas a distintos contextos históricos e a padrões de reprodução do capital. Marini aponta que o emprego da maior exploração do trabalhador

¹ O conceito de superexploração do trabalho apareceu também embrionariamente em *Subdesarrollo y revolución* (1968) e, de forma mais destacada, em *La acumulación capitalista dependiente y La superexplotación del trabajo* (1972), resultado de sua intervenção no encontro de economistas latino-americanos e italianos em Roma.

nos países dependentes ocorreria em função dos fatores a seguir apresentados:

- a) Da busca do lucro extraordinário por parte das oligarquias dirigentes, na velha economia primário-exportadora, que, impulsionada pelo mercado mundial, mas limitada pela baixa produtividade, as levaria a recorrer ao aumento da jornada de trabalho para atender às pressões de demanda dos países centrais.
- b) Da introdução do desenvolvimento tecnológico associado ao capital estrangeiro no setor exportador, implicando a desvalorização de mercadorias que não se dirigem preferencialmente ao consumo dos trabalhadores nacionais – mas ao da burguesia e dos trabalhadores dos países centrais e das oligarquias e camadas médias locais – e a repartição desigual da massa de mais-valia nesse segmento, em função da elevação da heterogeneidade tecnológica imposta pela fixação dos preços de produção. Assim, de um lado, a elevação da composição orgânica do capital soma-se à desvalorização das mercadorias, com efeitos marginais sobre a taxa de mais-valia – o que contribui para reduzir a taxa de lucro– e, de outro, o monopólio tecnológico reparte desigualmente a massa de valor em detrimento dos capitais de menor composição técnica.
- c) Da introdução da tecnologia estrangeira e do monopólio tecnológico no setor industrial, que se orienta preferencialmente para o setor de bens de consumo suntuários, estabelece escassa relação entre a desvalorização das mercadorias e a da força de trabalho, e desloca o valor de mercado em direção aos capitais de maior composição técnica do segmento.
- d) Da fixação da mais-valia extraordinária como componente interno estrutural do capitalismo dependente, em função do monopólio tecnológico estabelecido pela entrada da tecnologia estrangeira. A mais-valia extraordinária se estabelece não apenas dentro dos ramos produtivos, mas também no plano intersetorial, violando os preços de produção, ao impor, com a substituição da

força de trabalho por maquinaria, transferências de valor em favor do setor de bens de consumo suntuário, convertendo parte da demanda dos trabalhadores em mais-valia não acumulada, isto é, em demanda dos que vivem do gasto de excedente.

e) Das remessas de capital por parte das empresas estrangeiras internalizadas nos países dependentes às suas matrizes, motivadas por seu planejamento estratégico mundial, pelo baixo nível de competitividade local e pelas restrições relativas ao investimento impostas pela superexploração do trabalho.

f) E, finalmente, ela deriva do estabelecimento da mais-valia extraordinária no comércio internacional em favor dos monopólios empresariais sediados nos países centrais, em razão, com o desenvolvimento da divisão internacional do trabalho, da contradição entre a transferência tecnológica crescente para os países dependentes, destinada à produção de partes, componentes ou produtos de menor complexidade, e a economia relativa desse consumo pelos monopólios tecnológicos e consumidores dos países centrais.

A superexploração do trabalho surge, assim, essencialmente como recurso de compensação às transferências de valor intrasetoriais e intersetoriais por parte de capitais que estão abaixo das condições médias de produção, internas e internacionais, e que empregam a maior parte da força de trabalho de seus países, determinando-lhes os marcos gerais do mercado de trabalho. Segundo o autor, a superexploração do trabalho tenderia a obstaculizar o trânsito da mais-valia absoluta para a relativa como forma dominante de acumulação e engendraria sua forma própria de mais-valia relativa: o aumento da intensidade do trabalho, sem a remuneração equivalente ao maior desgaste da força de trabalho, o que, ao se generalizar, rebaixa seu valor histórico moral e eleva o tempo de trabalho excedente. A superexploração exigiria a presença de altos níveis de desemprego e subemprego para que os preços da força de trabalho se nivelassem

abaixo de seu valor, e democracias limitadas ou regimes políticos ditatoriais que impusessem tal situação.

Os padrões de acumulação do capitalismo dependente estariam marcados por forte concentração de renda e de propriedade e seriam liderados pelas frações burguesas concentradas nos setores primário-exportadores, de bens de consumo suntuário ou financeiros. Haveria restrições ao investimento produtivo no mercado interno aos segmentos orientados para os bens de consumo necessários, que sofreriam concentração e monopolização precoce e cujo dinamismo se vincularia, em parte, ao mercado internacional.

Marini menciona que o mercado interno, impulsionado pelo consumo de bens suntuários e pela demanda estatal, seria relativamente insuficiente para atender à dinâmica de investimento industrial dos países dependentes que tivessem atingido composição orgânica média e a etapa do capital financeiro, fomentando, neles, tendências subimperialistas. Tais tendências se manifestariam na exportação de mercadorias ou de capitais, em busca de matérias-primas ou de controle de mercados, e no estabelecimento de projetos geopolíticos para países periféricos e regiões, mas sua oportunidade estaria condicionada a espaços e conjunturas em que fossem menores os obstáculos impostos pelos grandes centros imperialistas e suas empresas. Para Marini, poucos países poderiam jogar um papel subimperialista, cabendo essa possibilidade, na América Latina, ao Brasil. O subimperialismo, para além de um esquema econômico de realização que saltaria limitações do mercado interno, teria sua plena configuração em um projeto de autonomia na dependência, que se expressaria na busca do desenvolvimento da indústria pesada - onde poderia ganhar destaque a militar -, do estabelecimento de centros internos de decisão e da ascensão nas hierarquias de poder e cadeias produtivas internacionais. Todavia sua incapacidade para romper com os vínculos financeiros, tecnológicos e políticos do imperialismo e

de assentar seu modelo de acumulação sobre o aumento dos preços e a desvalorização da força de trabalho, para dar lastro à sua pretensão de autonomia, limitaria fortemente sua capacidade de expansão (Cf. Marini, 1974, 1977a, 1978).

Nos anos 1990, Marini afirma que a superexploração do trabalho estaria deixando de ser uma característica exclusiva da acumulação nos países dependentes, ao se estender aos países centrais. Os processos de globalização criariam novas fontes de mais-valia extraordinária ao deslocar o monopólio da tecnologia para a ciência e fragmentar a fabricação do produto em partes e componentes, orientando-a para mercados mundiais e permitindo combinar a alta tecnologia e a força de trabalho superexplorada da periferia para substituir parcialmente a produção realizada nos países centrais (Marini, 1996). Dessa forma, com o novo desenho organizacional das corporações transnacionais, os salários da periferia passariam a nivelar para baixo os do centro, e as empresas de base estritamente nacional desse cairiam a níveis inferiores aos das condições médias de produtividade dos mercados internacionais, levando-as a empregar a maior exploração do trabalhador.

CRÍTICAS E DEBATES

As críticas ao pensamento de Marini se originaram de diversas fontes, sendo as mais antagônicas as que partiram do enfoque weberiano da dependência, do neodesenvolvimentismo e do endogenismo. Outras críticas têm partido do próprio campo da teoria marxista da dependência que, estimuladas pela ascensão das esquerdas na América Latina no século XXI, buscam maior precisão nos marcos conceituais paradigmáticos lançados por Marini. Tais marcos, situados em alto nível de abstração, são introdutórios e gerais, suscetíveis de posterior desenvolvimento, como o autor reconhece no *post scriptum* de *Dialética da dependência*:

Dialéctica de la dependencia no pretende ser sino esto: una introducción a la temática de investigación que me viene ocupando y de las líneas generales que me orientan en esa labor. Su publicación obedece al propósito de adelantar algunas de las conclusiones a que he llegado, susceptible quizá de contribuir al esfuerzo de otros que se dedican al estudio de las leyes de desarrollo del capitalismo dependiente, así como al deseo de darme a mí mismo la oportunidad de echar una ojeada global sobre el terreno que intento desbrozar.

Aprovecharé, pues, este *post scriptum* para aclarar algunas cuestiones y deshacer ciertos equívocos que el texto ha suscitado. En efecto, pese al cuidado puesto en matizar las afirmaciones más tajantes, su extensión limitada llevó a que las tendencias analizadas se pintaran a brochazos, lo que les confirió a veces un perfil muy acusado. Por otra parte, el nivel mismo de abstracción del ensayo no propiciaba el examen de situaciones particulares, que permitirían introducir en el estudio cierto grado de relativización (Marini, 1973, p. 81-82).

A principal crítica formulada pelo enfoque weberiano da dependência foi feita isoladamente por Fernando Henrique Cardoso, ou em trabalho conjunto com José Serra, expoente do pensamento neodesenvolvimentista brasileiro. Cardoso descarta a proposta teórica de Marini, respaldada por Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra, de que existiriam leis de movimento específicas para o capitalismo dependente, argumentando que isso só poderia ocorrer caso este representasse um modo de produção específico (Cf. Cardoso, 1975, 1979, 1993). Para Cardoso, o capitalismo industrial estaria baseado na mais-valia relativa e na expansão da produtividade, condicionando as novas formas de dependência que o internalizavam, ou suas tecnologias, a partir dos anos 1950, na América Latina. Cardoso aponta que a superexploração poderia ocorrer em situações específicas, independentes da dinâmica do moderno capitalismo dependente. Elas seriam oriundas de determinações políticas que atuassem sobre seus marcos estruturais e debilitassem a atuação dos trabalhadores na luta de classes, ou de articulações de modos de produção, entre o capitalismo e formas econômicas pré-capitalistas, que limitassem o desenvolvi-

mento do primeiro. Cardoso destaca que, para analisar a dinâmica da dependência, a ênfase deve ser posta no conceito de desenvolvimento, uma vez que a dependência é condicionada pela expansão do capitalismo internacional (Cf. Cardoso, 2010). Ele descarta a formulação de uma teoria da dependência em favor de uma teoria global do desenvolvimento capitalista que daria os marcos da articulação de forças externas e internas, constituídas por classes sociais e grupos políticos, cuja interação definiria as formas concretas e particulares que este assumiria na periferia (Cf. Cardoso, 1979).

Cardoso e Serra, em sua análise das transferências internacionais de valor – tema que surpreendentemente descartam com o argumento de que a baixa mobilidade internacional de força de trabalho não permitiria medir o trabalho socialmente necessário –, acusam Marini de confundir intercâmbio desigual e deterioração dos termos da troca² (Cf. Cardoso; Serra, 1978). Apontam que o intercâmbio desigual não atinge negativamente a taxa de lucro, enquanto a deterioração dos termos da troca só o faz quando a queda dos preços na periferia for independente das variações de produtividade. Afirmam que Marini sustentaria sua teoria da superexploração em condições de estagnação ou de produtividade decrescente do setor exportador na periferia. Apontam ainda que ele prioriza a taxa de mais-valia ao invés da taxa de lucro e negligencia o papel do barateamento do capital constante na recuperação desta taxa, indicando, para isso, apenas a redução dos custos da força de trabalho. Sua teoria da superexploração exigiria ainda, como condição, a estagnação produtiva no setor de bens de consumo necessários, desdobrando-se na busca de mercados externos, fundamento de sua teoria do subimperialismo. Assinalam que a produtividade concentrou-se no setor de

² Segundo Cardoso e Serra, o intercâmbio desigual se expressa nos diferenciais de produtividade entre os setores exportadores da periferia e do centro, em benefício desse último, sem impactos na variação dos preços das mercadorias de ambas as regiões; já a deterioração dos termos de troca implica não apenas diferenciais de produtividade em favor do centro, mas de preços, afetando-os negativamente na periferia, sem alterá-los nos centros (Cf. Cardoso; Serra, 1978).

bens de consumo duráveis, mas avançou também no setor de bens de consumo necessários e, em ambos os casos, muito mais do que a extensão da jornada de trabalho.³ Para Cardoso e Serra, as contenções salariais realizadas pelos governos militares teriam sua determinação em seu reacionarismo, e não nas necessidades do capitalismo dependente. Concluem que o dilema socialismo ou fascismo, sustentado por Theotônio dos Santos, mas também por Marini, basear-se-ia na tese da estagnação do capitalismo dependente e que são escassas as bases empíricas apresentadas pelo autor para comprovar seu enfoque.

O texto de Cardoso e Serra constitui-se como paradigmático das interpelações neodesenvolvimentistas a Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Andre Gunter Frank, negligenciando as críticas explícitas dos três primeiros à identificação entre dependência e situação colonial, presente no texto de Frank, *O desenvolvimento do subdesenvolvimento* (1966), que subestima o desenvolvimento das forças produtivas e a autonomia formal do Estado nacional⁴ (Cf. Cardoso; Serra, 1978). Na mesma direção situa-se o texto de Gabriel Palma, que busca contrapor o enfoque da dependência, postulado pelo CESO aos escritos de Marx, e apresenta o livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1967) de Cardoso e Falleto, reforçado pelo prefácio de 1977, como fundador de um marco analítico capaz de perceber a dinâmica interna da dependência (Cf. Palma, 1978). Segundo Palma, Marx assinalou que o desenvolvimento apenas ocorreria em países sob o modo de produção asiático, carentes de dinamismo interno, se in-

roduzido pelo capitalismo europeu e, quando superada a fase de acumulação primitiva, eles poderiam ser integrados aos níveis mais avançados do desenvolvimento capitalista, pouco importando se o agente inicial fosse externo ou interno. Para Palma, a escola do CESO, de forma diametralmente oposta, negaria a possibilidade de desenvolvimento na dependência.

Agustín Cueva, em *Problemas e perspectivas da teoria da dependência* (1974) assinala que Marini estiliza as diferenças entre capitalismo clássico e dependente, e trabalha com modelos e não leis. Cueva aponta que as leis gerais do capitalismo são modificadas pela presença do imperialismo e pela articulação de modos de produção, mas que são modificações de grau e não de qualidade, e não dão lugar a nenhuma teoria da dependência. As diferenças entre formulações sociais devem ser vistas mais nas articulações internas que nas internacionais entre países dependentes e industriais.⁵ Ele afirma que o conceito de subdesenvolvimento é mais explicativo sobre as restrições ao consumo da classe trabalhadora que o de superexploração, e pode se aplicar aos países centrais, como na França dos anos 1940. Destaca que, apesar de sugestivo, o conceito de superexploração apresenta inconsistências históricas, apontando, entre elas, a subestimação do alto consumo de carne pela população argentina e do consumo popular de produtos industriais na América Latina. Posteriormente, Cueva matiza suas afirmações em *Las democracias restringidas de América Latina* (1989), quando revisita o tema da superexploração, admitindo sua pertinência no plano histórico, ainda que não no teórico, o que se explica por um desvio imposto pelo imperialismo sobre as leis puras de desenvolvimento do capital. Todavia, se reconhece a pertinência da superexploração, Cueva aponta que o subimperialismo não se confirmou historicamente, acossado pela amplitude do imperialismo neoliberal (Cf. Cueva, 1989).

³ Cardoso e Serra confundem a elevação da produtividade com a mais-valia relativa, sem questionarem como afeta o grau de exploração na economia, o valor dos bens-salários, e se articula com a demanda. Mantega também o faz e cita Desventuras para afirmar: "Aqui os dados são ainda mais eloquentes, pois mostram que a produtividade industrial (não distribuída aos trabalhadores), representando a mais-valia relativa, cresceu de 1959 a 1970 em 75% [...] e a queda do salário real foi de 35%" (Mantega, 1984, p. 271).

⁴ A influência de Cardoso e Serra (1978), no Brasil, na leitura da obra de Marini e da vertente marxista da dependência, está presente em textos como os de Luiz Carlos Bresser Pereira (1982), Guido Mantega (1984) e Lidia Goldenstein (1994).

⁵ Posição similar apresenta Hector Diaz Polanco em seus comentários ao artigo de Marini, *El ciclo del capital em la economía dependiente* (1979) (Cf. Polanco, 1979).

Castañeda e Hett, que expressam variantes do pensamento neodesenvolvimentista e sustentam a hipótese da emergência de imperialismos latino-americanos, pretendem criticar os pilares do conceito de superexploração ao apontarem que não há base teórica para afirmar quando o preço da força de trabalho está abaixo de seu valor, pois tal valor seria fixado historicamente pelas lutas de classes e não abstratamente (Cf. Castañeda; Hett, 1978). De forma similar, Jose Valenzuela Feijoó, em um texto com erros grosseiros de exposição do pensamento de Marini, sustenta que os preços da força de trabalho são determinados pela realidade concreta e se, no longo prazo, descartarmos os ciclos de conjuntura, serão iguais ao seu valor⁶ (Cf. Feijoó, 1997). Mais recentemente, Claudio Katz sustentou a tese de uma dependência sem superexploração, defendendo que há baixos salários na periferia e não remuneração abaixo do valor da força de trabalho. O capitalismo periférico pagaria salários equivalentes ao baixo valor de uso ou troca da força de trabalho, atendendo a necessidades fisiológicas e histórico-sociais do trabalhador condicionadas por “produtividade, escala de acumulação, luta de classes e padrões culturais de cada país” (Katz, 2018, p. 2).

No campo mais próximo à teoria marxista da dependência, Cristóbal Kay destacou a importância do aporte de Marini, mas objetou que o autor nunca procurou formalizar matematicamente suas hipóteses, o que restringiu sua capacidade de demonstrá-las (Cf. Kay, 1989). Entre os temas que ganham relevância no debate sobre a superexploração está o de sua compatibilidade ou não com a mais-valia relativa, tal como foi assinalada por Marx, o que implica elevação da produtividade e barateamento dos bens salariais. Em publicação recente, ao avançarmos na questão da for-

⁶ Veja-se, de Jose Valenzuela Feijoó, *Sobre explotación y dependencia* (1997), publicado meses após à morte de Marini. Entre os estranhos erros de interpretação do pensamento de Marini está o de lhe atribuir a afirmação de que os países da periferia possuem uma taxa de mais-valia superior aos do centro e que, nos últimos, há um nível maior de superexploração do trabalho, formulações totalmente alheias ao pensamento do autor.

malização matemática da superexploração, apontamos que a hipótese da compatibilidade da superexploração com a mais-valia relativa deve ser analisada à luz dos padrões concretos de reprodução do capital e que não há elementos suficientes apresentados por Marini para afastar essa possibilidade. Assinalamos a necessidade de se avançar na reelaboração do conceito de superexploração, que aprofundaremos neste artigo, pois entendemos ser indispensável para desenvolver as formulações de Marini e ampliar seu alcance (Cf. Martins, 2017). Indicamos ainda a necessidade de se integrar, ao conceito de superexploração, uma quarta forma de maior exploração do trabalhador, referente ao aumento do valor da força de trabalho, associada à elevação de sua qualificação sem a remuneração equivalente. Afirmamos que essa quarta forma, apesar de não estar explicitada por Ruy Mauro Marini, surge em várias passagens de seus trabalhos (Cf. Martins, 2011, 2017).

Marcelo Carcanholo faz objeções ao termo superexploração do trabalho para nomear o conceito de Marini, considerando que o mais adequado é superexploração da força de trabalho, e questiona ainda a atribuição, por Marini, de mais-valia relativa ao aumento da intensidade do trabalho⁷ (Cf. Carcanholo, 2017). Ganha destaque ainda, no debate sobre a superexploração, a questão de sua extensão ou não aos países centrais, pois aqueles que defendem a extensão apontam a reestruturação da divisão internacional do trabalho e novas formas monopólicas e de mais-valia extraordinária como o seu determinante, e aqueles que a negam defendem a superexploração como uma especificidade do capitalismo dependente (Cf. Carcanholo, 2017; Osório, 2013).

Na próxima seção, faremos um balanço

⁷ A contraposição dos termos superexploração da força de trabalho e trabalho nos parece equivocada e pouco dialética. Marini usa ambos, com predominância do segundo. Marx se refere tanto à exploração da força de trabalho assalariada e do trabalhador que é seu proprietário. A forma objetificadora em que a exploração se apresenta é parte das relações que o capital impõe, mas constitui apenas uma dimensão dessa totalidade, pois a exploração do trabalho pelo capital é a exploração entre sujeitos.

crítico da obra de Ruy Mauro Marini para dialogar com as interpelações a ela dirigidas.

PARA A REFORMULAÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA DA DEPENDÊNCIA

Ruy Mauro Marini deixou uma obra de enorme fecundidade e criatividade, que avançou na direção do método dialético de Marx, orientando-se para o desdobramento do nível analítico mais abstrato ao mais concreto. Avançou do plano mais geral, que parte dos supostos à produção de capital e se estende à efetiva produção de mais-valia, ao mais complexo da circulação e concorrência intercapitalista, onde se estabelecem os desvios de preços sobre o valor e as transferências de mais-valia entre capitais de distintas composições técnicas e orgânicas, para dedicar-se à análise de formações sociais inscritas no sistema mundial capitalista, em particular as dependentes. No âmbito mais abstrato da concorrência intercapitalista, em que Marx situa *O Capital*, para tratar dos determinantes gerais das transferências de valor, Marini também inova ao postular que a mais-valia extraordinária pode atuar não apenas dentro dos ramos produtivos, mas entre ramos distintos, violando os preços de produção. Ele demonstra a compatibilidade do progresso técnico e da mais-valia extraordinária com o pressuposto de equilíbrio dos esquemas de reprodução do Livro II, ao apontar que o progresso técnico economiza força de trabalho e transfere demanda ao setor de bens de consumo suntuário, articulando o setor I a essa fração do setor II (Cf. Marini, 1979b).

O pensamento de Marini teoriza, portanto, a superexploração do trabalho, avançando criativamente do plano do capital em geral e dos determinantes mais abstratos da concorrência intercapitalista para incluir, na análise, o funcionamento específico de determinadas formações sociais nos marcos do sistema mundial capitalista, patamar analítico que corres-

ponde a níveis de abstração que Marx se propôs, mas não pode avançar, como são os do Estado, das relações internacionais de produção e do mercado mundial. Grande parte das críticas que Marini recebeu é oriunda de um marxismo formalista e mecanicista, incapaz de compreender que os conceitos se transformam a partir da necessidade de desdobramento para níveis mais concretos da realidade, ou provêm de um pensamento neodesenvolvimentista, dependentista ou neoliberal que, diante de opção que faz pela subordinação, se preocupa com a crítica radical de Marini aos efeitos econômicos, políticos e sociais do capitalismo dependente. Todavia, se Marini abriu fecundas perspectivas teóricas e analíticas, deixou lacunas que fragilizam sua promissora perspectiva. Diante de certas insuficiências, não cabe à teoria marxista da dependência sacralizar os textos fundadores, mas buscar avançar no vigoroso caminho aberto pelo autor e aprofundar suas formulações.

Uma precisão inicial diz respeito ao próprio conceito de superexploração do trabalho. Se é importante reconhecer, como aponta Jaime Osório, que o conceito não está formulado em *O Capital*, pois Marx, para elaborar sua teoria da mais-valia, parte do suposto de que os preços da força de trabalho correspondem a seu valor (Cf. Osório, 2004), cumpre destacar que suas raízes teóricas estão claramente delimitadas nessa obra, ainda que não sejam desenvolvidas pelas razões assinaladas. Não se trata, aqui, de sublinhar as referências de Marx no *Livro I*, em que reconhece a importância histórica da queda dos preços da força de trabalho abaixo de seu valor, apesar de descartá-la para fins analíticos, ou no *Livro III*, quando a situa como uma importante contratendência ao aumento da composição orgânica do capital e à queda da taxa de lucro. O que importa evidenciar é que, já no *Livro I*, Marx assinala que a força de trabalho apenas possui valor médio se apresentar intensidade e destreza médias e atuar em condições normais de produtividade. Caso contrário, seu trabalho não apresenta va-

lor médio e tampouco sua força de trabalho é considerada média, sendo vendida abaixo desse valor. Marx é ainda mais explícito e aponta que a lei geral de valorização do capital só se realiza plenamente quando o capitalista individual emprega diversos trabalhadores, neutralizando suas diferenças, e empregando trabalho social médio:

Se um trabalhador consumisse significativamente mais tempo na produção de uma mercadoria do que o socialmente necessário, se o tempo de trabalho de que ele individualmente necessita se desviasse significativamente do tempo de trabalho socialmente necessário ou tempo de trabalho médio, seu trabalho não seria considerado trabalho médio, tampouco sua força de trabalho como força de trabalho média. Esta não seria vendida, ou o seria apenas abaixo do valor médio da força de trabalho [...] Assim, a lei geral da valorização só se realiza plenamente para o produtor individual quando ele produz como capitalista, emprega muitos trabalhadores simultaneamente e, desse modo, põe em movimento, desde o início, o trabalho social médio (Marx, 2013, p. 495-496).

Portanto, para Marx, a base de sua teoria da mais-valia e das leis gerais da acumulação de capital, fundadas na equivalência entre preços e o valor para grandezas numéricas expressivas, é o valor médio da força de trabalho. Quando se menciona a queda dos preços por debaixo do valor da força de trabalho é ao seu valor médio que se está fazendo referência, caso se tome como parâmetro a teoria marxista. Se uma força de trabalho de destreza e intensidade médias atua por debaixo das condições médias de produtividade, não poderá ser vendida pelo valor da força de trabalho em geral, se lhe atribuindo um preço, pela concorrência, que viola o seu valor de uso.

O valor médio da força de trabalho se define historicamente na economia mundial capitalista, seja de forma análoga ao capital em geral, como síntese das múltiplas particularidades dos preços da força de trabalho, pouco importando a dimensão de sua expressão concreta específica, seja determinando esse valor pelo valor da força de trabalho que atua nas condições médias de produção. Todavia, para

calculá-lo em situações monopólicas, que predominam nesse tipo de sistema mundial, deve-se tomar em consideração que as condições médias de produção são estabelecidas pelos capitais de composição superior, os quais produzem a maior parte das mercadorias; que o valor de mercado dos produtos tende a se aproximar do valor individual das mercadorias desse segmento; e que, como contrapartida, os preços da força de trabalho tendem a ser determinados pela grande massa de trabalhadores que a vende abaixo das condições médias, o que desloca os seus preços médios para baixo do valor médio.

A teoria da superexploração do trabalho deve, portanto, tomar como primeiro indicador a queda sistemática dos preços da força de trabalho em relação a seu valor médio na economia mundial. Todavia a superexploração não se caracteriza apenas pela forma aparente, pelos desvios de preços da força de trabalho em relação a seu valor, mas pelo emprego da maior exploração que os determina em função das transferências de valor. Considerando-se que a inscrição de formações sociais na economia mundial capitalista é mediada por classes dominantes que dirigem o Estado nacional e estabelecem espaços de circulação e produção de mercadorias com autonomia relativa, podemos afirmar que a superexploração do trabalho ocorre de forma estrutural, tipicamente, quando esses processos de acumulação estão determinados, interna e externamente, por situações monopólicas que inserem a maior parte de sua força de trabalho significativamente por baixo das condições médias de produtividade do capital, em âmbito nacional e internacional, mais a afastando delas do que aproximando-as. Face à queda das taxas de mais-valia que lhes são impostas, os capitais de composição média e inferior recorreriam à maior exploração do trabalhador. Define-se, assim, um segundo indicador para o fenômeno: a queda de preços da força de trabalho frente aos estabelecidos pelas condições médias de produção em âmbito nacional.

Essas observações são importantes para

assinalar que, ao contrário do que imaginam autores como Jorge Castañeda, Enrique Hett e José Valenzuela Feijoó, os preços da força de trabalho, nos países dependentes, não podem ser tomados como equivalentes aos seus valores, por estarem determinados pela luta de classes, descartando-se as flutuações de conjuntura. Tampouco representam os valores histórico-morais de nossos trabalhadores, limitados por razões internas, como quer Claudio Katz. Essas postulações derivam de um nacionalismo metodológico que incorre em dois erros: concebe a produtividade em termos nacionais, desarticulando-a das transferências de valor que incidem sobre as economias dependentes e no seu interior, afetando, particularmente, a grande massa de trabalhadores;⁸ além disso, manejam um conceito equivocado de valor da força de trabalho que não toma em consideração o valor social médio da força de trabalho na economia mundial capitalista.

No caso de Cardoso e Serra, o obscurecimento se faz ainda mais profundo, porque se trata, como vimos, não apenas de ignorar o valor médio da força de trabalho na economia mundial, mas de negá-lo sob a afirmação de que o conceito de trabalho socialmente necessário não possuiria operacionalidade na economia mundial, em função da escassa mobilidade internacional da força de trabalho (Cf. Cardoso; Serra, 1978). Como assinala corretamente Marini, em réplica, a mobilidade internacional da força de trabalho não tem relação alguma com a vigência do trabalho socialmente necessário na economia mundial, que continua comparando valores em função da produtividade, podendo apenas afetar sua medida quando incide sobre esta (Cf. Marini, 1978).⁹

⁸ Brasil, México e Argentina possuíam, em relação aos Estados Unidos, quanto à renda *per capita* (PPP), anos de escolaridade e jornada de trabalho (JT), em 2015: o Brasil tinha 59% da escolaridade dos Estados Unidos, 27,5% da renda *per capita* e a mesma JT; o México, 65% da escolaridade, 33,5% da renda *per capita*, e 27% a mais de horas trabalhadas; e a Argentina 75% da escolaridade e 36% da renda *per capita*, sem diferenças de JT (Cf. PNUD, 2018; The Conference Board, 2018).

⁹ Marini assinala que a chave para as transferências de mais-valia e para os diferenciais de salário na economia mundial capitalista são as assimetrias de produtividade, oriundas dos

Se essa crítica pode ser feita aos opositores do pensamento de Marini, é preciso reconhecer que, embora esse autor tenha demonstrado corretamente que as transferências de valor impostas aos países dependentes lhes determinam uma forma específica de exploração – pautada na queda dos preços da força de trabalho abaixo de seu valor –, não se desvincilhou inteiramente do nacionalismo metodológico. Ao utilizar o conceito de valor da força de trabalho, embora não explicitamente, parece fazê-lo exclusivamente em bases nacionais, desarticulando-o de seu eixo de referência mundial, entrando em contradição com seu ponto de partida analítico, vale dizer, a inscrição das formações sociais dependentes nos processos de acumulação da economia mundial capitalista. Dessa forma, desvincula a queda dos preços da força de trabalho do seu valor médio mundial, que pode se expressar em uma massa superior de bens de consumo necessários, com a sua desvalorização, associada ao aumento da capacidade produtiva nos países centrais.

Esta confusão conceitual inclinou Marini a afirmar que a mais-valia relativa, tal como definida por Marx, seria incompatível com a superexploração do trabalho. Embora seus trabalhos não sejam totalmente conclusivos em relação a isso, essa visão parece predominar. Em sua resposta a Cardoso e Serra, coloca muita ênfase no fato de que a dinamização do setor de bens de consumo necessários se associaria à expansão do comércio exterior. Assim, ele aponta que a superexploração inclui uma modalidade de mais-valia relativa, vinculada ao aumento da intensidade do trabalho, que, ao se generalizar, afetaria os dois tempos da força de trabalho. “Señalemos, inicialmente, que el concepto de superexplotación no es idéntico al de plusvalía absoluta, ya que incluye también una modalidad de plusvalía relativa – la que corresponde al aumento de la intensidad del trabajo” (Marini, 1973, p. 92).

Todavia não fica explicitado por Marini monopólios tecnológicos, e não a restrita circulação internacional de força de trabalho, como querem autores como Claudio Katz (Cf. Amin, 1993; Katz, 2018).

em que nível de análise está situando sua abordagem quando descreve a intensidade do trabalho como a mais-valia relativa específica da superexploração: se está se referindo aos mecanismos pelos quais funciona uma tipologia pura, a superexploração do trabalho, ou se está analisando diretamente a realidade concreta.

Em outras passagens, parece apontar para caminho metodológico distinto, quando menciona que, nos países dependentes, a superexploração obstaculiza o trânsito da mais-valia relativa como forma predominante das relações entre capital e trabalho, abrindo espaço para incorporar sua presença de forma subordinada ao protagonismo da maior exploração do trabalhador.

La tarea fundamental de la teoría marxista de la dependencia consiste en determinar la legalidad específica por la que se rige la economía dependiente [...] Como quiera que sea, la exigencia de especificar las leyes generales del desarrollo capitalista no permite, desde un punto de vista rigurosamente científico, recurrir a generalidades como la de que la nueva forma de la dependencia reposa en la plusvalía relativa y el aumento de la productividad. Y no lo permite porque ésta es la característica general de todo desarrollo capitalista, como se ha visto. El problema está pues en determinar el carácter que asume en la economía dependiente la producción de plusvalía relativa y el aumento de la productividad del trabajo.

En este sentido, se pueden encontrar en mi ensayo indicaciones que, aunque notoriamente insuficientes, permiten vislumbrar el problema de fondo que la teoría marxista de la dependencia está urgida a enfrentar: el hecho de que las condiciones creadas por la superexplotación del trabajo en la economía capitalista dependiente *tienden a obstaculizar su tránsito desde la producción de plusvalía absoluta a la de plusvalía relativa, en tanto que forma dominante* en las relaciones entre el capital y el trabajo. La gravitación desproporcionada que asume en el sistema dependiente la plusvalía extraordinaria es un resultado de esto y corresponde a la expansión del ejército industrial de reserva y al estrangulamiento relativo de la capacidad de realización de la producción (Marini, 1973, p. 99-100, grifo nosso).

Entretanto, o autor não desenvolve posteriormente essa indicação metodológica pro-

missora. Embora a centralidade da superexploração do trabalho fosse corretamente apontada por Marini, sua compatibilidade ou não com a mais-valia relativa não pode ser determinada em níveis teóricos mais abstratos, mas em sua articulação com a análise concreta dos padrões de acumulação de capital. A tentativa de determinar essa incompatibilidade – ressalvado o caso polêmico da intensidade do trabalho¹⁰ –, em níveis abstratos, que se imporia sobre os padrões concretos específicos de acumulação, fragilizou, desnecessariamente, o importante aporte de Marini, cujos desdobramentos teóricos, no plano econômico, social e político – alta concentração de capitais, altos níveis de desigualdade, baixos salários dos trabalhadores, fortes restrições ao mercado interno, subimperialismo e busca do socialismo como alternativa à dependência –, prescindem dessa hipótese tão restritiva. Essa incompatibilidade sugerida não foi demonstrada nem empiricamente, nem formalmente por Marini, o que colocou seu aporte sob ataques que lhe objetavam haver expansão do consumo das classes trabalhadoras já com o desenvolvimento da produção agroexportadora, em determinados países da América Latina,¹¹ e ser a mais-valia relativa a especificidade do desenvolvimento do capitalismo a partir da grande indústria, pontos de convergência da crítica de Cardoso (1975, 1979, 1993, 2010), Cardoso e Serra (1978), Palma (1978) e, inicialmente, Cueva (1974).

Entretanto essas críticas possuem forte

¹⁰ Marcelo Carcanholo (2017) tem razão em questionar a intensidade do trabalho como forma de mais-valia relativa. A hipótese de Marini de que o aumento da intensidade de trabalho ao se generalizar, sem a remuneração equivalente, cria um novo eixo de valor da força de trabalho, afetando os dois tempos da jornada de trabalho, entra em contradição com a tese inerente à superexploração de que os preços da força de trabalho estão sistematicamente abaixo do valor.

¹¹ Argentina e Uruguai se tornaram os países com maior consumo *per capita* de carne bovina do mundo na primeira metade do século XX. O consumo *per capita* anual de carne na Argentina saltou de 56,1 kg, nos anos 1914-19, para 87,9 kg, nos anos 1950-59. Entre 1914-19, as exportações superavam o consumo interno, com 590.000 toneladas exportadas e 460.000 consumidas internamente; mas, a partir dos anos 1920, o consumo interno se tornou o eixo dinâmico (Cf. Guadagni, 1964).

teor desenvolvimentista, lançam mão de uma interpretação mecanicista e equivocada da obra de Marx e pecam no essencial: negligenciam o fenômeno da superexploração e os fortes limites que coloca à expansão da mais-valia relativa. Postular a possibilidade de coexistência da mais-valia relativa com a centralidade da superexploração do trabalho não significa atribuir-lhe caráter progressivo e pertinência às etapas mais avançadas do capitalismo dependente. Junto ao fenômeno do desenvolvimento da produtividade e da elevação da composição técnica e orgânica do capital, crescem também sua concentração e centralização, assim como as transferências de mais-valia intercapitalistas. Mesmo no *Tomo I* de *O Capital*, dedicado ao capital em geral, Marx deixou importantes indicações sobre tais desdobramentos, colocando em cheque as interpretações que fazem da mais-valia relativa o futuro do capitalismo baseado no progresso técnico. Essas observações estão alinhadas também a determinadas formulações feitas por Marx e Engels em *O Manifesto do Partido Comunista*.

No Capítulo XXIV do *Tomo I* de *O Capital*, Marx menciona que a etapa que sucede à acumulação primitiva e à pré-história do capital se desenvolve por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, onde crescem, de maneira correlata, em escala cada vez maior, a forma cooperativa do processo de trabalho, a aplicação técnica e consciente da ciência, a exploração planejada da terra, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial, o caráter internacional do regime capitalista, mas também a concentração e a centralização do capital. Assim, aponta:

Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista (Marx, 2013, p. 832).

Da mesma forma, em *O Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels assinalam:

Até aqui todas as sociedades repousaram, como vimos, no antagonismo entre classes opressoras e oprimidas. Mas, para se oprimir uma classe, é necessário assegurar-lhe condições para que possa, no mínimo, prolongar sua existência servil. Sob o regime da servidão, o servo chegou a membro da comuna, tal como sob o jugo do absolutismo feudal, o pequeno burguês chegou a burguês. Por sua vez, o operário moderno, em vez de elevar-se com o progresso da indústria, decaí cada vez mais, abaixo das condições de sua própria classe. O operário transforma-se em indigente, e a miséria cresce mais rápido do que a população e a riqueza. Evidencia-se assim, claramente, que a burguesia é incapaz de permanecer por mais tempo como classe dominante da sociedade e de impor-lhe, como lei e como regra, as condições de vida de sua classe (Marx; Engels, 2001, p. 44).

As contradições entre a superexploração do trabalho e a mais-valia relativa avançam à medida que se desenvolvem a composição orgânica do capital, o monopólio tecnológico, o peso do setor de bens de consumo suntuários, a centralização do capital e a financeirização no processo de acumulação, podendo, no limite, levar ao bloqueio dessa forma de mais-valia e à regressão salarial de amplos contingentes de trabalhadores. Assim, a título de demonstração algébrica, podemos apontar três situações: a primeira, referente a um capital determinado antes de sofrer transferências de mais-valia; a segunda, em que esse capital passa a sofrer transferências de mais-valia que incidem no setor de bens de consumo suntuário a partir de variações da produtividade; e a terceira, em que um capital de composição inicial idêntica, que atua no setor de bens de consumo necessário, também passa a sofrer transferências de mais-valia pelo mesmo motivo:

$$1) \quad c + v + m = p$$

$$2) \quad c + \frac{v}{x} + m = \frac{p \cdot y}{z}$$

$$3) \quad c + \frac{v}{x} + m = \frac{p \cdot y}{x}$$

Sabe-se que c = capital constante, v = capital variável e x = desvalorização das mercadorias que representam os bens de consumo necessário, a qual é superior à variação de sua produtividade, implicando a queda do preço abaixo do valor; m = mais-valia, p = valor do produto, y = variação da produtividade do capital de composição técnica inferior e z = desvalorização média das mercadorias no setor de bens de consumo suntuários, que é inferior à variação de sua produtividade, implicando elevação do preço acima do valor. Por questões de simplificação, supomos que cada mercadoria do setor de bens de consumo necessário representa a média daquelas que o compõem quanto ao valor e à produtividade; tal suposição é extensiva às mercadorias do setor de bens de consumo suntuário.

Na primeira equação, se supusermos $c = 200$, $v = 300$, $m = 500$ e $p = 1000$ e, na segunda, $x = 2$, $y = 1,4$ e $z = 2$, veremos que a apropriação de mais-valia sofrida pelo capital de composição inferior neutraliza a elevação de sua taxa de mais-valia e mantém inalterada a taxa de lucro, bloqueando-lhe a mais-valia relativa e o aumento dos salários. Assim, a taxa de lucro de um determinado capital igual a 1, na equação 1, se reproduz na equação 2, havendo queda do valor das mercadorias que representam os bens de consumo necessário e suntuário idêntica à da massa nominal de salários. Mas, se, para elevar a produtividade, esse capital aumentou sua composição orgânica, a restituição de sua taxa de lucro exigiria corte de salários reais, aumento da jornada ou da intensidade de trabalho. Se alterarmos os valores de z , aumentando-os, e reduzindo os de y , novamente a taxa de lucro cai. Igualmente, a taxa de lucro cairá se partirmos de uma taxa de mais-valia maior na composição original do capital tecnicamente inferior, mantendo-se as variações de produtividade inicialmente indicadas.

Na terceira equação, se supusermos $x = 2$ e $y = 1,3$, a taxa de lucro cairá para o capital de composição inferior em relação à equação 1 – de 1 para 0,85 –, impedindo que ele desfrute

de mais-valia relativa e elevação de salários. Para restabelecê-la, total ou parcialmente, terá de utilizar a maior exploração do trabalhador e, eventualmente, reorientar a produção para os bens de consumo suntuários. As mesmas correlações anteriores se aplicam aqui: a subida de y e a queda de x favorecem a mais-valia relativa para o capital de composição inferior, o aumento da composição orgânica desfavorece, o aumento da taxa de mais-valia na equação 1, mantidas as variações de produtividade inicialmente indicadas, desfavorece na equação 3.

Essas equações elementares demonstram que a heterogeneidade tecnológica e a atuação da mais-valia extraordinária, dentro e entre os ramos ou setores produtivos, podem levar ao bloqueio da mais-valia relativa nos capitais de composição tecnicamente inferior, mesmo na vigência da elevação de sua produtividade. Se esses capitais empregarem a maior parte da força de trabalho de uma formação social, estará instituída uma situação de prevalência da superexploração do trabalho que restringirá ou abolirá a mais-valia relativa, como resultado das transferências de valor que sofrem. Mas, se os exercícios algébricos indicam essas possibilidades, serão as análises históricas dos padrões de acumulação que permitirão deslindar as formas em que se apresenta a superexploração nos países dependentes. Nessas análises retrospectivas e prospectivas, há de se integrar, entre as variáveis da superexploração, o aumento do valor da força de trabalho sem a elevação correlata dos seus preços, o que constitui uma forma disfarçada de queda de preços por baixo do seu valor, compatível, entretanto, com o aumento real de salários.

A extensão da superexploração aos países centrais proposta por Marini encontra articulação com o próprio pensamento de Marx e de Engels referente aos efeitos das etapas avançadas da concentração e centralização de capitais sobre os trabalhadores. Essa extensão não elimina a especificidade dos países dependentes na divisão internacional do trabalho, como apontam alguns teóricos identificados com a

teoria marxista da dependência, mas introduz um novo patamar na composição técnica dos monopólios, o qual situa a maior parte da força de trabalho dos países centrais por baixo das condições sociais médias de produção mundial. O aumento vertiginoso dos índices de desigualdade, nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, e a estagnação dos salários, demonstrados pelos estudos de Piketty (Cf. Piketty, 2014), constituem expressão dessa tendência.

O alto nível de centralização e concentração de capital se expressa nos impactos cada vez mais medíocres dos ciclos de ingresso de capital estrangeiro para o desenvolvimento do capitalismo dependente. Os estudos sobre esses ciclos, realizados pela teoria marxista da dependência, destacam a tendência à descapitalização no médio e longo prazo, intermediada por períodos de predomínio de ingressos que concentram e centralizam o capital (Cf. Caputo; Pizarro, 1974; Martins, 2011; Santos 1978a). O resultado tende a ser o aumento estrutural dos estoques de capital estrangeiro em relação ao PIB e das transferências, o que se combina com a volatilidade dos fluxos de entrada, pressionando, na longa duração, em favor da expansão dos saldos comerciais, via superexploração do trabalho, salvo situação específica de forte ingresso de divisas com turismo ou emigrantes. Se Fernando Henrique Cardoso (1993) destacou que sua ênfase nos estudos sobre capitalismo periférico está no desenvolvimento, e não na dependência, apostando que suas necessidades de expansão seriam financiadas pelas corporações transacionais e por organismos internacionais, expressando processos históricos que supostamente teriam ocorrido a partir dos anos 1960, a realidade concreta parece dar pouco respaldo às suas opções teóricas: as contradições do desenvolvimento dependente e associado expuseram o capitalismo periférico às vulnerabilidades financeiras e à ofensiva do padrão neoliberal que desindustrializou, desnacionalizou, impulsionou o capital fictício, reduziu as taxas de investimento e tornou medíocres as de crescimento. Excetuado o pe-

ríodo do *boom* das *commodities*, entre 2004 e 2013, a partir dos anos 1980, a América Latina cresceu abaixo das taxas de crescimento *per capita* da economia mundial e se afastou dos níveis de renda *per capita* do núcleo orgânico da economia mundial.¹²

O padrão neoliberal, ao elevar dramaticamente os estoques relativos de capital estrangeiro na América Latina, aumentou muito mais as remessas do que as entradas de capital, tornando negativos os fluxos líquidos internacionais de capital, mesmo durante os períodos de crescimento dos ingressos. Tal situação exigiu uma balança comercial fortemente positiva, inclusive no período de apreciação cambial, o que só foi possível com a forte alta dos preços das *commodities*, que se iniciou em 2004 e abriu o espaço para um reformismo moderado na região, implementado pelos governos de centro-esquerda, ou mais radicais, sob forte mobilização nacional-popular e orientação latino-americanista.¹³

A queda dos preços das *commodities* e as reversões do ciclo de ingressos de capitais estrangeiros tornaram-se o ponto de partida para um novo período de inflexão na história latino-americana, quando as forças neoliberais, suas variações fascistas e o imperialismo tomam o protagonismo na região, aproveitando-se das debilidades da centro-esquerda e da desarticulação interna do bloco histórico que emergiu a partir da primeira década do século XXI. O provável esgotamento, no final desta década, do ciclo de Kondratiev expansivo, iniciado em 1994, a perda intensa de velocidade

¹² Se compararmos os níveis de renda *per capita* de Brasil Argentina e México, em relação aos Estados Unidos, teremos os seguintes resultados: Brasil-E.U.A.: 1950: 25,5%; 1980: 39,9%; 2003: 24,8% 2013: 30%; 2017: 25,7%; Argentina-E.U.A.: 1950: 61,7%; 1980: 52,2%; 2003: 28,7%; 2013: 37,5%; 2017: 34,2%; e México-E.U.A.: 1950: 35%; 1980: 48,9%; 2003: 32,6%; 2013: 33,9%; 2017: 33,5%. Cálculos do autor (Cf. The Conference Board, 2018).

¹³ Entre 1992 e 1998, período cíclico de *boom* de ingressos de capital estrangeiro, eles superaram as saídas sob a forma de remessas de lucros, juros e outros serviços em US\$ 27 bilhões, ao passo que a balança comercial foi negativa em US\$ 89 bilhões. Entre 2010 e 2014, novo período de *boom* de ingressos de capital estrangeiro, as saídas os superaram em US\$ 34 bilhões, e a balança comercial foi positiva em US\$ 136 bilhões (Cf. Cepalstat, 2018).

de expansão dos fluxos internacionais de capital e do comércio exterior, o aumento do patamar estrutural de remessas com a elevação dos estoques de investimento direto e o avanço dos processos de concentração e centralização de capitais fazem prever um forte aumento das taxas de superexploração no capitalismo dependente latino-americano, restringindo, cada vez mais, as possibilidades da mais-valia relativa.

Entre as formas que impulsionam a superexploração no capitalismo contemporâneo está a financeirização do capital, produtora de capital fictício, respaldado essencialmente pelo Estado, em particular pela expansão da dívida pública. O impacto que assume a produção de capital fictício no capitalismo contemporâneo tem forte relação com a revolução científico-técnica e a automação que, ao reduzirem significativamente a massa de valor representada pela força de trabalho, tornam cada vez mais medíocres os incrementos na taxa de mais-valia e a economia de força de trabalho para sustentar a mais-valia extraordinária. Busca-se resolver a contradição entre o aumento da produtividade e a produção de valor para a acumulação de capital. Essa hipótese tem sido sustentada nos trabalhos de Adrián Sotelo Valencia (2010) e Carlos Eduardo Martins (2011). A geração de capital fictício, cuja fórmula básica é $D-D'$, traz consigo a expectativa de produzir mais-valia sem a mediação do trabalho e, para realizar-se, subtrai demanda e valor aos segmentos produtores de bens de consumo necessários, transferindo-os ao setor de bens de consumo suntuários.

Marini não se debruçou suficientemente sobre o tema da financeirização e suas implicações sobre o subimperialismo, embora o tenha destacado em sua análise da crise do desenvolvimento associado, quando sublinha as vinculações entre a dívida interna e a dívida externa. O autor aponta, entretanto, em textos como *La política de fomento a las exportaciones y el déficit público en Brasil* (1988) e *El experimento neoliberal en Brasil* (1992), a presença de uma economia da transferência que

impossibilitava à economia brasileira funcionar efetivamente como uma economia exportadora. Essa economia da transferência atuava a partir de dois grandes mecanismos: a) regulações protecionistas da substituição de importações, que garantiam a reserva de mercado e preços monopólicos à burguesia industrial interna, estrangeira ou associada; e b) formação de uma grande dívida pública interna, originalmente para envio de dólares aos pagamentos de juros da dívida externa, que tornou-se parte substantiva do processo de acumulação da burguesia local, internacionalizando-se a partir da abertura financeira promovida pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso, mantida nos governos petistas.

Essa economia da transferência limitou significativamente o alcance do projeto subimperialista brasileiro ao reduzir as taxas de investimento e criar, no Estado, uma fonte de acumulação e realização de capital fictício, que substituiu parcialmente a produção e realização de mercadorias. O desmonte do regime de acumulação vinculado à dependência industrial, pela abertura comercial e financeira dos anos 1990, aprofundou ainda mais essa limitação, ao sobrevalorizar a moeda, desindustrializar, desincentivar as exportações e tornar a produção de capital fictício, via expansão da dívida pública, o componente central da economia de transferência.

Durante os governos petistas, a retomada da política industrial via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) reativou o projeto subimperialista, atribuindo-lhe novo caráter em relação ao dos anos 1970 e 1980, quando se vinculou à pretensão de internalizar a indústria pesada e o controle das tecnologias nuclear e eletrônica por meio da dependência financeira, à superexploração, ao terrorismo de Estado e à imposição de fronteiras regionais ideológicas, idealizadas por Golbery do Couto e Silva, o mais destacado teórico da ditadura militar do grande capital no Brasil. Nos governos petistas, buscou-se alavancar setores industriais muito mais específicos, sem a

mesma importância estratégica nas cadeias de valor globais, vinculados à agroindústria, recursos minerais e construção civil, impulsionando sua internacionalização a partir da formação de grandes monopólios produtivos internos.

Este subimperialismo projetou-se comercial e financeiramente, principalmente sobre a América do Sul, com quem auferiu expressivos superávits comerciais, mas também sobre o Caribe e a África, obtendo significativas remessas de lucros, geradas a partir de investimentos no exterior. Vinculou-se a uma política internacional centrista e multilateral, de afastamento relativo dos Estados Unidos, aproximação da China por meio do BRICS, e do integracionismo bolivariano, sem adotar o seu anti-imperialismo. No plano interno, o centrismo manifestou-se em uma política moderada de avanços sociais e democráticos, que pretendeu se agregar ao padrão neoliberal, fortalecendo a fração industrial da burguesia, sua base nacional e o controle estatal dos recursos naturais, reajustando a hegemonia do capital financeiro fictício e do capital estrangeiro, mas sem ameaçá-la. O golpe de 2016 desarticulou esse projeto em favor de um padrão neoliberal muito mais puro: alinhado aos Estados Unidos, baseado em altas taxas de superexploração, no protagonismo do capital financeiro fictício e na alienação ao capital estrangeiro do controle nacional sobre recursos estratégicos e cadeias de valor agregado importantes.

O subimperialismo brasileiro apresenta, assim, duas possibilidades: como forma de realização do excedente econômico e de investimentos em função das limitações do mercado interno provocadas pela superexploração do trabalho; e como projeto geopolítico de frações internas da tecnoburocracia estatal, que buscam ampliar o grau de autonomia na dependência e se articulam com distintas forças sociais, podendo apresentar-se sob várias formas históricas.

Como projeto geopolítico, o subimperialismo foi duplamente derrotado: pelo isolamento dos governos militares e o desmonte de seu projeto de autonomia tecnológica na de-

pendência em favor do neoliberal; e pelo golpe de 2016, que bloqueou e destruiu a lenta reativação do capitalismo de Estado para impulsionar políticas industriais e elevar o controle nacional sobre recursos estratégicos. Como forma de realização dos excedentes e de investimentos, o subimperialismo foi limitado pela financeirização do Estado no Brasil, pela destruição parcial de sua base industrial e pela expansão do mercado interno proporcionada pelo *boom* das *commodities*. A economia política do golpe, todavia, impõe a retração do consumo popular e o corte drástico de gastos públicos primários, vinculando o dinamismo econômico às exportações e aprofundando o grau de transnacionalização da economia brasileira, devendo implicar a reorientação para a conquista agressiva de mercados internacionais.

A tentativa de conter o protagonismo do capital financeiro, reduzindo as taxas de juros, e combinando-a a uma política fiscal fortemente restritiva, indica que esse movimento de reorientação tende a se articular aos setores de menor complexidade tecnológica e a ser dirigido pelo capital internacional, desvinculando-se, cada vez mais, da associação entre capitalismo de Estado e frações burguesas industriais locais. Seus limites estão na associação a segmentos de baixo valor agregado e na ausência de um sistema nacional de inovação capaz de projetá-lo para etapas superiores da divisão internacional do trabalho.

Finalmente, em relação ao tema do socialismo, nem Ruy Mauro Marini, nem Theotonio dos Santos ou Vânia Bambirra sustentaram essa opção política com base na estagnação econômica que Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Bresser Pereira, Guido Mantega e Gabriel Palma, entre outros, lhes atribuíram. Para eles, o socialismo era a opção para enfrentar a superexploração, os altos níveis de desigualdade, a desnacionalização, as violações à democracia e os limites crescentes que a dependência coloca ao desenvolvimento no capitalismo periférico, condenando-o a novas formas de subdesenvolvimento. O socialismo,

embora partisse de revoluções nacionais, não deveria se restringir a esse espaço, nem buscar o *delinking* como um modelo independente de condições históricas específicas e provisórias, mas sim articular um novo eixo geopolítico de poder regional e intercontinental na economia mundial, estabelecendo guerras de posição e de movimento de curto, médio e longo prazo com o imperialismo e seus sócios periféricos, capazes de abrir brechas na divisão do mundo entre centro e periferia e impulsionar a construção de outra ordem mundial.

Recebido para publicação em 31 de março de 2018
Aceito em 13 de maio de 2018

REFERÊNCIAS

- AMIN, S. *Autobiografía intelectual*. Rafaela: H. Garetto Editor, 1993. 240p.
- BAMBIRRA, V. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. México: Siglo XXI, 1974. 180 p.
- _____. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. México: Era, 1978. 113p.
- CAPUTO, O.; PIZARRO, R. *Dependencia y relaciones internacionales*. Costa Rica: Educa, 1974. 281p.
- CARCANHOLO, M. *Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx*. Madrid: Maia, 2017. 179p.
- CARDOSO, F. H. *Autoritarismo e burocratização*. São Paulo: Difel, 1975. 240p.
- _____. O modelo político brasileiro e outros ensaios. São Paulo: Difel, 1979. 211p.
- _____. *As ideias e seu lugar*. Petrópolis: Vozes, 1993. 244p.
- _____. *Xadrez internacional & social-democracia*. Lisboa: Dom Quixote, 2010. 261p.
- _____; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1984. 143p.
- _____; SERRA, J. Las desventuras de la dialéctica de la dependencia. *Revista mexicana de Sociología*, México, v. 40, p. 9-55, 1978. Número extraordinario.
- CASTAÑEDA, J.; HETT, E. *El economismo dependientista*. México: Siglo XXI, 1978. 191p.
- CEPALSTAT. Comisión económica para América Latina y el Caribe. *Bases de datos y publicaciones estadísticas*. 2018-. Disponível em: <<http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Portada.html>>. Acesso em: 10 fev. 2018.
- CUEVA, A. Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia. *Historia y sociedad*, p. 55-77, 1974.
- _____. *Las democracias restringidas de América Latina*. Quito: Planeta, 1989. 147p.
- FEIJÓO, J. V. Sobreexplotación y dependencia. *Investigación económica*, México, v. 57, n. 221, p. 105-127, jul./sept. 1997.
- GOLDENSTEIN, L. *Repensando a dependência*. São Paulo: Paz e Terra, 1994. 173p.
- GUADANI, A. Estudio econométrico del consumo de carne vacuna en Argentina en el período 1914-1959. *Desarrollo económico*, Buenos Aires, v. 3, n. 4, p. 517-533, jan./marzo. 1964.
- GUNDER FRANK, A. *América Latina: subdesarrollo o revolución*. México: Era, 1973. 353p.
- KATZ, C. Controversias sobre la superexplotación. *Viento sur*, marzo 2018. Disponível em: <<http://vientosur.info/spip.php?article13568>>. Acesso em: 10 fev. 2018.
- KAY, C. *Latin American theories of development and underdevelopment*. Londres: Routledge, 1989. 295p.
- MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984. 288p.
- MARINI, R. M. La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo. In: RUY Mauro Marini Escritos. 1972. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/043_acumulacion_superexplotacion.html>. Acesso em: 25 fev. 2018.
- _____. *Dialéctica de la dependencia*. México: Era, 1973. 101p.
- _____. *Subdesarrollo y revolución*. 5. ed. México: Siglo XXI, 1974. 204p.
- _____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos políticos*, México, n. 12, p. 20-39, abr./jun., 1977a. Ediciones era.
- _____. Estado y crisis en Brasil. *Cuadernos políticos*, México, n. 13, p. 76-84. jul./sept. 1977b. Ediciones era.
- _____. Las razones del neodesarrollismo: respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra. *Revista Mexicana de Sociología*, México, n. 40, p. 57-106, 1978. Número extraordinario.
- _____. El ciclo del capital en la economía dependiente. In: OSWALD, Ú. (Org.). *Mercado y dependencia*. México: Nueva Imagen, 1979a. p. 37-55.
- _____. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. *Cuadernos políticos*, México, n. 20, p. 18-39, abr./jun. 1979b. Ediciones era.
- _____. *Promoção às exportações e déficit público*. Brasília: UNB: CNPq, 1988.
- _____. El experimento neoliberal en Brasil. In: RUY Mauro Marini escritos, 1992. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/072_experimento_neoliberal_brasil.html>. Acesso em: 5 fev. 2018.
- _____. Procesos y tendencias de la globalización capitalista. In: _____; MILLÁN, M. (Org.). *La teoría social latinoamericana: cuestiones contemporáneas*. México: UNAM, 1994. t 4., p. 49-68.
- MARTINS, C. E. Pensamento social. In: MARTINS, C. E. et al. (Org.). *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea de América Latina e Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 925-934
- _____. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011. 367p.
- _____. Algumas reflexões em torno do conceito de superexplotação do trabalho. *Revista da sociedade brasileira de economia política*, n. 48, p. 28-43, set./dez. 2017.
- MARX, K. *O capital: livro I*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. 894p.
- _____. *O capital: livro I*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017. 980p.
- _____; ENGELS, F. *O manifesto do partido comunista*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2001. 131p.

- OSÓRIO, J. *Crítica de la economía vulgar: reproducción del capital y dependencia*. México: Miguel Ángel Porrúa, 2004. (Coleção América Latina e Nova ordem mundial).
- _____. Sobre dialéctica, superexplotación y dependencia: notas acerca de Dialéctica de la dependencia. *Argumentos*, México, n. 72, p. 57-73, mayo/agosto, 2013.
- PALMA, G. Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment. *World development*, Londres, v. 6, p. 881-924, 1978.
- PEREIRA, L. C. B. Seis interpretações sobre o Brasil. *Dados: revista de Ciências sociais*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 269-306, 1982.
- PIKETTY, T. *Capital in the twenty-first century*. Cambridge: Harvard University Press, 2014. 685p.
- PNUD. Human Development Index (HDI). [20--]. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/human-development-index-hdi>>. Acesso em: 5 fev. 2018.
- POLANCO, H.-D. Comentarios a el ciclo del capital en la economía dependiente In: OSWALD, Ú. (Org.). *Mercado y dependencia*. México: Nueva imagen, 1979. p. 57-61.
- SANTOS, T. *Imperialismo y dependencia*. México: Era, 1978a. 491p.
- _____. *Socialismo o fascismo: el nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano*. México: Edicol, 1978b. 341p.
- _____. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 176.
- THE CONFERENCE BOARD. Total Economy Database. mar. 2018. Disponível em: <<https://www.conference-board.org/data/economydatabase/>>. Acesso em: 30 mar. 2018.
- VALENCIA, A. S. *Crisis capitalista y desmedida del valor: un enfoque desde los Grundrisse*. Mexico: Itaca, 2010. 143p.

**THE DEPENDENCY THEORY IN THE LIGHT OF
MARX AND CONTEMPORARY CAPITALISM**

Carlos Eduardo Martins

The article analyzes the main contributions of the political economy of dependence from the debates that the work of Ruy Mauro Marini aroused. It proposes the theoretical reformulation of the concepts of superexploitation of labor and of subimperialism with the aim of updating and enriching the Marxist theory of dependency to analyze the trends of contemporary capitalism and the historical forms it has assumed in Latin America. It is divided into three parts, the first where Marini's thinking and his contributions to political economy are presented, the second where the main criticisms of his approach are presented, and the third one where we sustain his approach from some reformulations that are considered necessary to develop it.

KEY WORDS: Superexploitation of labour. Subimperialism. Marxist political economy. Marini. Marx.

**LA THÉORIE DE LA DÉPENDANCE À LA LUMIÈRE
DU MARX ET DU CAPITALISME CONTEMPORAINE**

Carlos Eduardo Martins

L'article analyse les principales contributions de l'économie politique de la dépendance aux débats suscités par le travail de Ruy Mauro Marini. Il propose la reformulation théorique des concepts de surexploitation du travail et de sub-impérialisme dans le but de mettre à jour et d'enrichir la théorie marxiste de la dépendance pour analyser les tendances du capitalisme contemporain et les formes historiques qu'il a assumées en Amérique Latine. Il est divisé en trois parties, la première où la pensée de Marini et ses contributions à l'économie politique sont présentées, la seconde où les principales critiques de son approche sont présentées, et la troisième où il cherche à soutenir son approche à partir de certaines reformulations qui sont considérés comme nécessaires pour le développer.

MOTS CLÉS: Superexploitation du travail. Sous-impérialisme. Économie politique marxiste. Marini. Marx.

Jaime Osorio *

Este artigo é uma crítica às teses que sustentam que Marx não teria deixado dúvidas de que a força de trabalho de nosso tempo é paga por seu valor, o que exigiria abandonar a categoria de superexploração. Aqui, procuramos mostrar que a violação do valor da força de trabalho é um problema inscrito na teoria marxista e presente em *O Capital*. Por outro lado, argumentamos sobre a relevância da noção de capitalismo dependente e seu significado para entender as particularidades desse capitalismo, que o separa das trajetórias e objetivos do capitalismo desenvolvido.

PALAVRAS-CHAVE: Superexploração. Capitalismo dependente. Formas de capitalismo.

INTRODUÇÃO

O que é um suposto para “a análise geral do capital”, que as mercadorias, incluindo entre elas a força de trabalho, se compram e vendem por todo seu valor, é assumido por algumas correntes marxistas como uma lei de ferro. Porém existe em *O capital* uma tensão entre o suposto assinalado e as tendências que pressionam por sua alteração, como o próprio Marx se encarrega de fazer notar em sua obra maior. O anterior alcança maior sentido quando se assume o capitalismo dependente como uma forma de capitalismo, a qual exige superexplorar não só pelas particularidades de sua reprodução interna, como pelos processos que resolve na reprodução do sistema mundial capitalista.

O suposto da análise geral

Em sua exposição em *O capital*,² Marx indica o “... pressuposto de que as mercadorias, portanto também a força de trabalho, sejam compradas e vendidas por seu valor integral” (Marx, [1973, t. I, p. 251] 2013, livro I, p. 389). As razões da afirmação anterior se devem a que “a transformação do dinheiro em capital tem de ser explicada com base nas leis imanentes da troca de mercadorias, de modo que a troca de equivalentes seja o ponto de partida” (Marx, [1973, t. I, p. 120] 2013, livro I, p. 240-241). Isso implica que o “possuidor de dinheiro, que ainda é apenas um capitalista em estado larval, tem de comprar as mercadorias pelo seu valor, vendê-las pelo seu valor

² N.T.: Para as citações de *O capital* transcrevemos os trechos a partir da edição em português da Boitempo, sempre as cotejando com a edição da Abril Cultural. No texto original, o autor utiliza predominantemente a edição de *O capital* da Fondo de Cultura Económica, remetendo-se, em algumas passagens, contudo, à edição da Siglo XXI. Todas as referências originais utilizadas pelo autor estão indicadas ao longo da tradução entre colchetes. No caso das demais obras citadas, que possuem edições em português, utilizamos igualmente as respectivas traduções já publicadas no Brasil, sempre indicando a referência do texto da edição brasileira e, entre colchetes, a referência utilizada pelo autor; e, no caso de textos ainda não traduzidos para o português, a tradução é nossa.

* Universidad Autónoma Metropolitana. Departamento de Relaciones Sociales. Unidad Xochimilco. Villa Quietud, 04960. Cidade do México – Distrito Federal – México. josorio@correo.xoc.uam.mx

¹ Traduzido do original em castelhano por Maíra Machado Bichir, Marina Machado Gouvea e Fernando Correa Prado.

e, no entanto, no final do processo, retirar da circulação mais valor do que ele nela lançara inicialmente” (Marx, [1973, t. I, p. 120] 2013, livro I, p. 241).

Esse é o caminho para explicar a geração de mais-valia e a exploração capitalista. Mas como, para o capitalista, “o valor de uso jamais pode ser considerado como finalidade imediata [...], tampouco pode sê-lo o ganho isolado, mas apenas o apetite insaciável de ganhar” mais-valia de forma crescente (Marx, [1973, t. I, p. 109] 2013, livro I, p. 229), em definitivo, “o capital tem um único impulso vital, o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valia, de absorver [...] a maior quantidade possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga” (Marx, [1973, t. I, p. 179] 2013, livro I, p. 307). Veremos que nem sempre o capital logra essa apropriação de “trabalho vivo” por mecanismos que impliquem acatar o pressuposto acima descrito, como o próprio Marx se encarregará de destacar em sua obra máxima.

O que é um pressuposto da “análise geral do capital” (Marx, [1973, t. III, p. 235] 2017, livro III, p. 274), isto é, no nível do modo de produção,³ é assumido por algumas correntes marxistas como uma lei de ferro, na qual, se a realidade se comporta de outras maneiras, pior para a realidade. Assume-se, com isso, que o pressuposto deve prevalecer no capitalismo em todos os níveis de análise,⁴ em to-

dos os lugares ou espaços⁵ e em todo tempo.⁶ É possível que se chegue a reconhecer que existem processos nos quais o salário e o valor da força de trabalho diferem entre si, alcançando relevância histórica, porém isso não significa, para essas leituras, que tais processos alcancem relevância teórica. No máximo, serão considerados como anomalias ou exceções.⁷ Não é difícil constatar que estamos diante de um tipo de análise que assume uma ortodoxia mal compreendida.

Situado na análise da mais-valia relativa, o que supõe a não alteração da duração da jornada de trabalho, Marx sublinha que o capital pode prolongar o tempo de trabalho excedente reduzindo o pagamento correspondente ao tempo de trabalho necessário, e que isso implica “...compressão do salário do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho” (Marx, [1973, t. I, p. 251] 2013, livro I, p. 388). E, linhas adiante, agrega que, “nesse caso, o mais-trabalho só seria prolongado se ultrapassasse seus limites normais, seus domínios só seriam expandidos mediante a invasão usurpatória do domínio do tempo de trabalho necessário” (Marx, [1973, t. I, p. 251] 2013, livro I, p. 388). Ao finalizar essas linhas, Marx indica algumas razões que limitam o marco de sua reflexão. Ali, lemos: “Apesar do importante papel que desempenha no movimento real do salário, esse método [compressão do salário do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho] é aqui excluído pelo pressuposto de que as mercadorias, portanto também a força de trabalho, sejam compradas e vendidas por seu valor integral” (Marx, [1973, t. I, p. 251] 2013, livro I, p. 388-389).⁸

⁵ Sejam economias desenvolvidas, ou mesmo economias dependentes.

⁶ E, em caso de se alterar, isso foi próprio do capitalismo novecentista, porém não do de nossos dias.

⁷ O escrito mais recente nessa linha é “Aciertos y problemas de la superexplotación”, de Claudio Katz (2017).

⁸ N.T.: No artigo original em castelhano, o autor salienta que, na edição da Siglo XXI, tal parágrafo apresenta mudanças, as quais, entretanto, não alteram substancialmente o sentido do texto anterior. A mudança mais significativa estaria no uso de “procedimento” (Marx, 1975, t. I, v. 2, p. 381), em vez de “método”.

³ “A possibilidade de uma incongruência quantitativa entre preço e grandeza de valor, ou o desvio do preço em relação à grandeza de valor, reside, portanto, na própria forma-preço. Isso não é nenhum defeito dessa forma, mas, ao contrário, aquilo que faz dela a forma adequada a um modo de produção em que a regra só se pode impor como a lei média do desregramento que se aplica cegamente” (Marx, [1975, t. I, v. 1, p. 125] 2013, livro I, p. 177, grifo do autor).

[N.T.: No artigo original em castelhano, o autor destaca aqui que, diferentemente da edição da Siglo XXI, utilizada por ele na citação acima, na edição da Fondo de Cultura Económica “modo de produção” é traduzido como “regime de produção” (Marx, 1973, t. I, p. 63). Segundo o autor, a mesma diferença está presente no tomo III de ambas as edições: “La tendencia progresiva de la tasa general de ganancia a la baja sólo es [...] una expresión, peculiar al modo de producción capitalista [...]” (Marx, 1976, t. III, v. 6, p. 271). Nas edições em português da Boitempo e da Abril Cultural emprega-se “modo de produção”.

⁴ Desde o modo de produção à conjuntura, passando pelo sistema mundial e pelas formações econômico-sociais.

Destaquemos alguns pontos dessa citação. Primeiro, Marx estabelece uma temporalidade, indicando “esse método é *aqui* excluído”. E esse “aqui” está dado pelo nível em que se formula a reflexão, a análise geral do capital. Isso se reforça com o “partindo-se desse pressuposto”. Fora desse momento ou nível reflexivo, já não é necessário excluí-lo, porque os problemas e processos apresentam determinações que *alteram o pressuposto*.

Segundo, frente ao método ou procedimento de “compressão do salário do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho”, Marx não poupa advérbios para acentuar sua relevância, sublinhando o “*importante* papel que desempenha no movimento real do salário” (Marx, [1973, t. I, p. 251] 2013, livro I, p. 389, grifo do autor).

Terceiro, ao enfatizar o peso daquela compressão “no movimento *real* do salário” (Marx, [1973, t. I, p. 251] 2013, livro I, p. 389, grifo nosso), evidencia que, em níveis de maior concretude, ali onde opera um número maior de determinações – como a competição entre trabalhadores, o peso da superpopulação relativa, a força do campo trabalhador e a força do capital, os espaços no sistema mundial, etc. –, o “pressuposto” assumido tende a ser efetivamente alterado.

Não se trata de um assunto menor o fato de que, de maneira reiterada, prevaleça a indicação de que é o valor da força de trabalho que se remunera abaixo de seu valor, o que não ocorre em relação a outras mercadorias. Isso está relacionado à particularidade dessa mercadoria, que não apenas cria valor, que gera valorização, mas também permite, por meio de prolongamentos da jornada de trabalho, da intensificação do trabalho ou por salários abaixo do valor da força de trabalho, elevar a taxa e a massa de mais-valia, sem alterar a composição orgânica do capital, e tudo isso sem pressionar para baixo a taxa de lucro. Aqui repousam algumas das primeiras razões para explicar por que o “pressuposto” se desnaturaliza naqueles espaços do sistema mundial onde existe abun-

dância de mão de obra, onde a reprodução do capital é voltada para mercados externos, o que facilita a “redução violenta” dos salários, e onde não há generalização de elevadas tecnologias ou de altas tecnificações, o que favorece um intercâmbio comercial desfavorável com outras economias. Tudo isso acontece justamente no capitalismo denominado dependente.

Acerca do valor da força de trabalho

Para refletir sobre a superexploração, é pertinente destacar algumas ideias relativas ao valor da força de trabalho. Nas páginas de *O Capital*, nas quais Marx se dedica especificamente a estabelecer critérios para determinar esse valor, não são indicadas cifras, nem sequer para a Inglaterra de sua época. Tal elemento se encontra fora do nível de análise subjacente ao livro, na medida em que elementos histórico-morais intervêm no valor da força de trabalho, o que exigiria análises mais concretas. Isso não significa, entretanto, que não encontremos bases para aproximações, nem mecanismos que pressionem para a transgressão daquele valor. *Essas duas perspectivas se conjugam de maneira permanente em O Capital*, de modo que a afirmação de que “[Marx] concentrou seus estudos no caso inglês, para desvelar a lógica laboral imperante na era contemporânea” é correta, porém o mesmo não se pode dizer daquela que a segue: “nessa indagação [Marx] não deixou nenhuma dúvida sobre a remuneração da força de trabalho pelo seu valor” (Katz, 2017, p. 7).

Nem mesmo nos capítulos teóricos Marx deixa de lado a permanente tensão entre o respeito ao valor da força de trabalho e sua transgressão. Tampouco quando reflete sobre situações de maior concretude. E menos ainda quando destaca o que ocorria na Inglaterra com a jornada laboral, com a intensidade e com o trabalho de mulheres e crianças, apoiado na informação dos “inspetores de fábrica”, nos *Factory Reports*, nos *Reports in Mines*, ou

em *Essay on Trade and Commerce*, entre outros, onde explicita o horror em que se encontravam os trabalhadores, as mulheres e as crianças que trabalhavam.⁹

“Por *força de trabalho ou capacidade de trabalho* entendemos – aponta Marx – o complexo [*Inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo” (Marx, [1973, t. I, p. 121] 2013, livro I, p. 242, grifo nosso). Na determinação do valor da força de trabalho, é necessário considerar, portanto, “o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor” (Marx, [1973, t. I, p. 124] 2013, livro I, p. 245).

Aqui, Marx introduz dois elementos da maior relevância. O primeiro: que a força de trabalho somente se realiza trabalhando, o que implica um gasto de uma determinada quantidade de músculos, de nervos, de cérebro humano, etc., que é necessário repor, e que “esse gasto aumentado implica uma renda aumentada” (Marx, [1973, t. I, p. 124] 2013, livro I, p. 245). A intensificação no gasto de energia vital implica, “forçosamente”, maior receita, isto é, aquele desgaste extra, seja por uma maior jornada laboral ou uma maior intensidade do trabalho, o que carrega, implicitamente, uma elevação do valor da força de trabalho, que deve se expressar no salário. Isso implica que, em estudos concretos, o número de horas trabalhadas, em média, e a intensidade média do trabalho devem ser levados em consideração, já que esses desgastes médios, ao se excederem, alteram o valor da força de trabalho para cima.

O segundo: que o desgaste médio da força de trabalho tem um condicionante, porque, “se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele tem de poder repetir o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições no que diz respeito à sua saúde e força. A quantidade dos meios de subsistência tem, portanto,

de ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua *condição normal de vida*” (Marx, [1973, t. I, p. 124] 2013, livro I, p. 245-246, grifo do autor).

A referência a “manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida” mostra que Marx considera um critério de normalidade que não está marcado simplesmente pela média existente, seja de horas de trabalho, de salários ou de intensidade, mas que se estabelece por uma qualidade *de vida* de um ser humano, em cuja corporeidade repousa a força de trabalho. Um trabalhador tem de se alimentar, vestir-se, proteger-se sob um teto, descansar e se reproduzir nessa condição de vida.

Marx indica que as necessidades naturais, vestuário, alimentação e moradia, variam de acordo com o clima e com as demais condições naturais de cada país, e seu *volume e o modo de satisfazê-las* constituem um *produto histórico*, que depende do *nível de cultura de um país*, e, sobretudo, das *condições, hábitos e exigências sob as quais se formou a classe dos trabalhadores livres*. Por essa razão, existe um elemento *histórico-moral* no valor da força de trabalho. Uma das consequências da afirmação anterior é que a reprodução da força de trabalho não pode ser assumida como a reprodução de animais de carga.¹⁰ Esse tema coloca em questão a utilização de cestas básicas de consumo para determinar os salários, tendo em vista as proteínas, os carboidratos, etc., que um ser humano necessita e considerando em que condição tais produtos são encontrados (em geral, os mais baratos, para justificar os reduzidos salários), porém sem respeitar os hábitos alimentares daqueles a quem se dirigem, nem o tempo histórico em que vivem. A dimensão histórico-moral coloca limites também àqueles que consideram que “a força” do antagonismo entre capital e trabalho pode definir o volume dos valores de uso incorporados

¹⁰ No século XVIII, assim como no século XXI, um animal de carga pode se reproduzir consumindo os mesmos tipos de pastagem, em quantidade e qualidade. Para um trabalhador satisfazer suas necessidades naturais, o volume e o modo de satisfazê-las são elementos que variam na história.

⁹ Ver Marx ([1973, t. I] 2013, livro I), capítulos VIII, XII e XIII, em particular.

à cesta, ou os limites da jornada ou da intensidade, para não falar da quantidade de salário, já que essas mudanças estariam dentro da lógica do valor. Os “graus de força” do capital podem propiciar mudanças nas condições salariais e de trabalho que atentem contra o valor da força de trabalho.¹¹ Esse valor apenas pode se ver reduzido por uma elevação da produtividade nos ramos produtores de bens-salários, e pela conseqüente queda de seus preços.

“A quantidade dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui [...] os meios de subsistência dos substitutos dos trabalhadores, isto é, de seus filhos, de modo que essa peculiar linhagem de possuidores de mercadorias possa se perpetuar no mercado” (Marx, [1973, v. I, p. 125] 2013, livro I, p. 246), o que implica, além de alimentos, vestuário, etc., saúde, medicamentos, gastos com educação e com ócio e descanso, pelo menos, para a média de filhos de uma família trabalhadora em tempos determinados. De acordo com esses tempos, o grau de educação que se deve proporcionar e os gastos com ócio e recreação podem variar em função dos distintos modos como eles são assumidos.¹² Ainda assim, tais elementos devem estar contemplados no valor da força de trabalho. Os filhos, sua criação e proteção, elevam necessariamente o valor da força de trabalho.

O valor dos *meios de vida fisicamente indispensáveis* indica o limite último ou mínimo do valor da força de trabalho. Mas “se o preço da força de trabalho é reduzido a esse mínimo, ele cai abaixo de seu valor, pois, em tais circunstâncias, a força de trabalho só pode se manter e se desenvolver de forma precária”,

¹¹ Erroneamente, e depois das brutais quedas salariais propiciadas pelas ditaduras do Cone Sul nos anos setenta e oitenta do século XX, Valenzuela Feijóo indica: “O que acontece quando v. g. [por exemplo] o salário real de tendência cai? [...] Devemos falar então de superexploração? Em nossa opinião não. Em vez disso, deve-se falar de uma queda no valor da força de trabalho, de uma redefinição para baixo e pela via da redução salarial desse valor (Valenzuela, 1997, p. 113).

¹² Na primeira metade do século XX, não se podia considerar o uso da televisão, por exemplo, que se massifica nas últimas décadas desse século, o que vale também para o caso da América Latina.

uma vez que o valor de toda mercadoria depende do tempo de trabalho necessário para “fornecê-la com sua qualidade normal” (Marx, [1973, t. 1, p. 126] 2013, livro I, p. 247).

O capítulo XIII de *O capital* termina com um parágrafo que critica aqueles que assumem que, no mercado, a compra e venda de força de trabalho existe apenas pelo seu valor e que sua utilização na produção se atém ao “normal”, sem que apareça o “roubo sistemático das condições de vida do operário durante o trabalho” (Marx, [1973, t. I, p. 353] 2013, livro I, p. 498). Marx afirma que: “Ao abandonarmos essa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias [na qual ‘contratam como pessoas livres, juridicamente iguais’, o ‘verdadeiro éden dos direitos naturais do homem’], de onde o livre-cambista vulgaris [vulgar] extrai noções, conceitos e parâmetros para julgar a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já podemos perceber certa transformação, ao que parece, na fisionomia de nossas *dramatis personae* [personagens teatrais]. O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como *capitalista*, e o possuidor de força de trabalho, como *seu trabalhador*. O primeiro, com um ar de importância [...]; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da...*despela*” (Marx, [1973, t. I, p. 129] 2013, livro I, p. 251, grifos do autor).

Apesar da suposição na qual se move (de que a força de trabalho é comprada e vendida por todo o seu valor), Marx tem de soltar as amarras, pois é a própria corporeidade do trabalhador e a normalidade de sua vida e de sua saúde que são postas em jogo, quando ele entra na oficina ou na fábrica. E o drama, como bem indica Marx, apenas está começando. Por isso, ao terminar a jornada de trabalho “temos de reconhecer que nosso trabalhador sai do processo de produção diferente de quando nele entrou. [...] O contrato pelo qual ele vende sua força de trabalho ao capitalista demonstrava [...] que ele dispunha livremente de si mesmo. Fechado o contrato, descobre-se

que ele não era ‘nenhum agente livre’, que o tempo de que livremente dispõe para vender sua força de trabalho é o tempo em que é forçado a vendê-la, e que, na verdade, seu parasita [Sauger] não o deixará ‘enquanto houver um músculo, um nervo, uma gota de sangue para explorar’” (Marx, [1973, t. I, p. 240-241] 2013, livro I, p. 373).

Na análise da jornada de trabalho, Marx apresenta novos elementos que colocam em questão a ideia de que, em *O capital*, “não deixou nenhuma dúvida sobre a remuneração da força de trabalho pelo seu valor” (Katz, 2017, p. 7). Indica, na voz de um trabalhador: “Por meio de um prolongamento desmedido da jornada de trabalho, podes, em um dia, fazer fluir uma quantidade de minha força de trabalho maior do que a que posso repor em três dias. O que assim ganhas em trabalho eu perco em substância do trabalho. A utilização de minha força de trabalho e o roubo dessa força são coisas completamente distintas”. Por isso, “exijo [...] uma jornada de trabalho de duração normal” (Marx, [1973, t. I, p. 179-180] 2013, livro I, p. 308).

A defesa do trabalhador é vital, pois “o capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. O que lhe interessa é única e exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em movimento numa jornada de trabalho. Ele atinge esse objetivo por meio do encurtamento da duração da força de trabalho, como um agricultor ganancioso que obtém uma maior produtividade da terra roubando dela sua fertilidade” (Marx, [1973, t. I, p. 208] 2013, livro I, p. 338).

O prolongamento da jornada de trabalho pode ser retribuído com o pagamento de horas extras que busquem compensar o maior desgaste de energia. Mas esse procedimento tem um limite, mesmo supondo que o aumento do salário por meio de horas extras pudesse cobrir aquele desgaste maior. “Até certo ponto, o desgaste maior da força de trabalho, inseparável do prolongamento da jornada de trabalho, pode ser compensado com uma remuneração maior. Além desse ponto, porém, o desgaste

aumenta em progressão geométrica, ao mesmo tempo em que se destroem todas as condições normais de reprodução e atuação da força de trabalho. O preço da força de trabalho e o grau de sua exploração deixam de ser grandezas reciprocamente comensuráveis” (Marx, [1973, t. I, p. 441] 2013, livro I, p. 594 grifo do autor). Essa é uma forma da superexploração, exposta e desenvolvida em *O Capital*.¹³

O mesmo pode ocorrer quando é a intensidade do trabalho que se impõe. Marx afirma que “a redução forçada da jornada de trabalho, juntamente com o enorme impulso que ela imprime no desenvolvimento da força produtiva e à redução de gastos com as condições de produção, impõe, no mesmo período de tempo, um dispêndio aumentado de trabalho, uma tensão maior da força de trabalho, um preenchimento mais denso dos poros do tempo de trabalho, isto é, impõe ao trabalhador uma condensação do trabalho num grau que só pode ser atingido com uma jornada de trabalho mais curta. [...] A hora mais intensa da jornada de trabalho de 10 horas encerra tanto ou mais trabalho, isto é, força de trabalho despendida, que a hora mais porosa da jornada de trabalho de 12 horas” (Marx, [1973, t. I, p. 337-338] 2013, livro I, p. 482-483).

Ora, “dentro de certos limites, o que se perde em duração se ganha no grau de esforço realizado. Mas o capital assegura, mediante o método de pagamento, que o trabalhador efetivamente movimenta mais força de trabalho” (Marx, [1973, t. I, p. 338] 2013, livro I, p. 483). Aumentar a velocidade das máquinas, pagar o salário por peça e estender o raio do maquinário que deve ser vigiado por um mesmo trabalhador são algumas das formas de elevar a

¹³ Com apontamentos como este, cabe questionar que versão de *O capital* é lida por aqueles que repetem e repetem, como um mantra, que Marx sustenta que “a força de trabalho é remunerada por seu valor”. Não deveriam dizer algo a respeito quando Marx indica o contrário? Ou ao menos problematizar o tema, em vez de se conformarem com a fórmula simples: se há salários insuficientes, jornadas de trabalho extensas e intensificação elevada, deve ser porque o valor da força de trabalho é baixo. E assim o mantra segue vigente, em toda parte e a toda hora. Parece ser mais importante salvá-lo, mesmo que isso nos afaste da realidade.

intensidade do trabalho. Mas, também aqui, existe um ponto de agudização da intensidade no qual, *por mais que se paguem melhores salários, eles não podem recuperar o desgaste produzido*, destruindo-se as condições normais de reprodução da força de trabalho.

Na medida em que o valor diário da força de trabalho está determinado por seu valor total, isto é, pelo tempo total de vida útil dos trabalhadores, com seu desgaste normal de energia, é no valor diário que os processos de prolongamento da jornada de trabalho e de intensificação do trabalho se fazem presentes como salários abaixo do valor.¹⁴ “Sabemos que o valor diário da força de trabalho é calculado sobre a base de certa duração da vida do trabalhador.” (Marx, [1973, t. I, p. 451] 2013, livro I, p. 609). Novamente, na voz de um trabalhador, Marx indica: “Se o período médio que um trabalhador médio pode viver executando uma quantidade razoável de trabalho é de 30 anos, o valor de minha força de trabalho, que me pagas diariamente, é de $1/365 \times 30$, ou $1/10.950$ de seu valor total. Mas se a consumes em 10 anos, me pagas diariamente $1/10.950$, em vez de $1/3.650$ de seu valor total; portanto, apenas $1/3$ de seu valor diário, e me furtas, assim, diariamente, $2/3$ do valor de minha mercadoria. Pagas a mim pela força de trabalho de um dia, mas consumes a de 3 dias” (Marx, [1973, t. I, p. 180] 2013, livro I, p. 308).

O desgaste presente de anos futuros de vida útil exige que o salário diário se eleve de maneira equivalente ao valor da força de trabalho. Se essa elevação não é equivalente ao desgaste produzido, está violentando seu valor, isto é, está ocorrendo superexploração. Também não devemos nos esquecer de que, “até certo ponto”, é possível compensar o desgaste maior. Passado esse ponto, por mais elevada que seja a retribuição, a força de trabalho

¹⁴ Nas páginas seguintes, quando nos referirmos ao salário abaixo do valor da força de trabalho devido ao prolongamento da jornada ou à intensificação do trabalho, diremos “salários abaixo do valor” – isto é, quando tratarmos da forma como a força de trabalho é desgastada na produção. Ao tratar diretamente da compra ou venda da força de trabalho no mercado abaixo de seu valor, empregaremos a expressão “salários diretos abaixo do valor”.

não pode se reproduzir em condições normais, sendo esgotada prematuramente. Toda a deterioração propiciada pela superexploração se expressará nos anos futuros de vida.

Se o prolongamento da jornada de trabalho e a elevação da intensidade operam na esfera da produção, afetando o valor total da força de trabalho e suas próprias condições futuras de vida, na esfera da circulação o capital pode adquirir a força de trabalho por um salário abaixo de seu valor no próprio momento da compra. É a forma mais tosca e visível de superexploração. Sobre essa forma, Marx indica: “Nas seções dedicadas à produção de mais-valia, partimos sempre do pressuposto de que o salário era pelo menos igual ao valor da força de trabalho. Mas a redução forçada do salário abaixo desse valor desempenha um papel importante demais no movimento prático para que não nos dediquemos a ela por um momento”. E conclui: “De fato, ela transforma, dentro de certos limites, *o fundo necessário de consumo do trabalhador* num fundo de acumulação de capital” (Marx, [1973, t. I, p. 505] 2013, livro I, p. 675, grifo do autor).

Dessa forma, os trabalhadores são impedidos de se reproduzir em condições normais, afetando por sua vez a reprodução normal de seus filhos, que crescerão e se desenvolverão física e espiritualmente com as marcas da espoliação e do aviltamento.

Capitalismo dependente: outra forma de capitalismo

A pergunta que subjaz ao exposto e aos múltiplos apontamentos em *O capital* sobre o pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho é o porquê da reiteração desse tema por Marx, quando já se havia indicado, em contraste, que se assume o pressuposto de que todas as mercadorias são compradas e vendidas por seu valor, inclusive a força de trabalho.

Minha resposta é a de que esse pressuposto é necessário para o nível de abstração no

qual Marx o formula. *A exploração no capitalismo é possível, mesmo que se respeite o valor da força de trabalho. Sob essa premissa, é possível a produção de mais-valia.* Mas quando aparecem novas determinações, por aproximações sucessivas ao concreto no uso de força de trabalho por tempos, jornada de trabalho e condições de intensidade determinados, aquele pressuposto sobre a compra de força de trabalho é sacudido pela ânsia insaciável por trabalho excedente, em meio à competição acirrada entre distintos capitais,¹⁵ uma vez que a elevação do trabalho excedente exige não apenas acréscimos no emprego da força produtiva de novas máquinas e tecnologias, mas também o emprego de crescente força física dos trabalhadores.

Os problemas se tornam mais agudos quando aumenta a composição orgânica do capital e onde a sobrevivência do conjunto dos capitais – e não apenas de alguns – se vê em risco frente à queda da taxa de lucro e às crises. Esses processos se convertem em problemas urgentes que devem ser contidos, sendo o incremento dos graus de exploração e o pagamento de salários abaixo do valor dos dois dos fatores centrais dessa contenção. Esses elementos explicam a constante imbricação entre o pagamento da força de trabalho por seu valor e abaixo de seu valor, no decorrer de todo *O capital*.

Tais processos assumirão novas determinações quando forem abordados problemas indicados por Marx que não competem a esse livro e que seriam tratados em outros, como o comércio exterior, o mercado mundial e as crises,¹⁶ aos quais podemos agregar a troca desigual entre economias e a conformação de novas formas de capitalismo, o que alentará novas influências sobre os pressupostos originários.

Na qualidade de fundamento do capitalismo dependente, o ponto de partida para a análise da superexploração é o sistema mundial capitalista, ali onde as diversas economias

e suas modalidades de exploração se integram e se articulam, e ali onde o capital funciona como capital mundial.

Nessa fase, a organização do capitalismo se apresenta como *unidade diferenciada de diversas formas de capitalismo*. O capitalismo desenvolvido e o capitalismo dependente são as formas fundamentais, com modalidades particulares de reprodução de capital imbricadas. Assim, os padrões de reprodução, em umas e em outras formas de capitalismo, apresentam originalidades que conferem conotações específicas ao processo de reprodução. Por exemplo, o significado do desenvolvimento científico e tecnológico, ou o peso da mais-valia relativa, na primeira forma fundamental mencionada; e a cisão do ciclo do capital e o surgimento de uma estrutura produtiva afastada das necessidades da maioria da população trabalhadora, na segunda.

É apenas a partir da consideração dos níveis e elementos indicados anteriormente que ganham sentido processos como a constante revolução das forças produtivas em uma forma de capitalismo, ou os salários estruturalmente instalados abaixo do valor da força de trabalho na outra. Esses processos não podem ser analisados de maneira isolada, sem se considerar a estrutura reprodutiva da qual fazem parte, tanto em nível de economias nacionais quanto no sistema mundial, tampouco sem considerar sua relevância para a reprodução do capital mundial.

O sistema mundial capitalista está conformado por diversas *formas de capitalismo*¹⁷ interdependentes, de modo que a sorte de umas determina a sorte de outras. É nesses marcos que autores da teoria marxista da dependência formularam a necessidade de dar conta das leis e tendências que regem a *forma* capitalismo dependente. Marini a apontava da seguinte maneira: “A tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar a *legalidade específica* pela qual se rege a economia dependente” (Marini, [1973, p. 99] 2005, p. 193).

¹⁵ Não nos esqueçamos de que Marx afirmou que a questão do pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho é importante, mas é um tema que concerne à concorrência, de modo que, pelo momento, deve deixá-lo de lado.

¹⁶ Ver Marx ([1971, t. I, p. 29-30] 2011, p. 61).

¹⁷ Osorio (2016, p. 403-442).

Em 1970, Theotônio Dos Santos indicou que “...a dependência havia sido geralmente entendida como um fenômeno externo à nossa realidade [...] uma espécie de força exógena [...] que se introduzia a partir do exterior e nos era imposta”. E agregava: “...o que se explicitou teoricamente foi, principalmente, o fato de que a situação de dependência em que vivemos dentro do sistema capitalista mundial *condiciona as estruturas internas de nossos países, tornando-as dependentes em sua própria formação*”. E mais, prosseguia Dos Santos: “constatou-se [...] que a dependência era algo muito mais profundo, ligado a mecanismos internos do funcionamento de nossas sociedades” e que “há [...] *um tipo de formações socioeconômicas dentro do sistema mundial capitalista que, devido a seu papel dentro desse sistema, tem leis próprias de desenvolvimento, contradições específicas que devem ser analisadas*” (Dos Santos, 1970, p. 7-8, grifo do autor).

Junto às tarefas de desvelar as relações da forma capitalismo dependente no e com o sistema mundial, bem como com o capitalismo desenvolvido em suas diversas etapas e as consequências dessas relações para ambos e para a região, definitivamente a tarefa central da teoria marxista da dependência passa a ser explicar a legalidade que impera no capitalismo dependente e que define sua reprodução. É nessa direção que ganham sentido noções como superexploração, cisão do ciclo do capital, desenvolvimento do subdesenvolvimento ou troca desigual, na qualidade de categorias de um corpo teórico que define relações e determinações e as conjuga, conferindo-lhes conteúdo.

Seguir falando de economias com baixa composição orgânica e baixa produtividade, com salários baixos, produtoras fundamentalmente de matérias-primas e alimentos e com muita força de trabalho, bem como da maneira pela qual isso propicia modalidades de inserção no mercado mundial que as desfavorecem, é seguir movendo-se na superfície dos problemas, com peças soltas e desarticuladas de um quebra-cabeça. Um quebra-cabeça inclusive

incompleto, pois lhe faltam aquelas peças que explicam processos particulares, que permitem explicar as relações e as hierarquizações próprias de qualquer formulação teórica e de uma teoria marxista da dependência substantiva. O mesmo ocorre com denominações como periferia, atraso, subdesenvolvimento ou países em vias de desenvolvimento. Não deixam de ser descrições – melhores ou piores, mas descrições –, que não permitem avançar em nada na explicação do porquê aquilo ocorre e que tendências e forças o tornam possível.

É justamente nesse ponto que se estabelece um divisor de águas, expresso por Agustín Cueva e hoje repetido de distintas maneiras. Aqueles que falam de economias “subdesenvolvidas” ou “atrasadas”, e não de *capitalismo dependente*, o fazem porque seguem submersos nos mesmos dilemas de Cueva quando indicou que “... resta [...] a inquietude de saber se, entre o capitalismo chamado clássico e o dependente, existe realmente uma diferença qualitativa que autorize a formulação de leis específicas para um ou outro” (Cueva, 2007, p. 77). A inquietude inicial se torna, contudo, uma certeza: “Nossa tese”, afirma Cueva, “é [...] de que não existe nenhum espaço teórico no qual uma teoria da dependência, marxista ou não, possa assentar-se” (Cueva, 2007, p. 78).

Esse é o marco divisor de águas, pois, se os seguidores de Cueva também desconhecem a diferença qualitativa entre capitalismo desenvolvido e capitalismo dependente, efetivamente não existe espaço teórico para qualquer teoria marxista da dependência, de modo que discutir sobre a cisão do ciclo do capital, o desenvolvimento do subdesenvolvimento ou a superexploração aparece como assunto banal. Nesse cenário, adquire perfeito sentido postular a “revisão” da superexploração, forma eufemística de dizer que ela deve ser “corrigida”, considerando que “a modificação *substitui* a ideia de pagamento abaixo do valor da força de trabalho pela baixa remuneração desse recurso” (Katz, 2017, p.15, grifo do autor), de modo que a essência da superexploração é confundi-

da e convertida em outra coisa.¹⁸

Seria mais pertinente, então, regressar às discussões primárias, como: que relação guardam entre si desenvolvimento e subdesenvolvimento? São entidades autônomas, ou se explicam somente pela relação que estabelecem entre si? Se se explicam apenas a partir da relação que estabelecem entre si, apresentam apenas diferenças de grau ou contam com diferenças qualitativas?

Com a noção de capitalismo dependente, o capitalismo deixou de ter apenas uma forma, com variações marcadas pelo avanço de algumas economias e pelo atraso de outras nas quais estas últimas – de modo regular – podem avançar para o desenvolvimento, ou a periferia pode alcançar formas que a aproximem da condição de centro. Trata-se de *entidades que, no seio do sistema mundial, prosseguem caminhos diferenciados e, em lugar de se aproximarem, separam-se*. Com a nova formulação, passar do atraso ao desenvolvimento é possível, mas apenas como processo de exceção, e nunca como um caminho normal e regular de qualquer economia. Ao contrário da visão predominante, a Coreia do Sul, no sudeste asiático, é precisamente um caso de exceção, e não a norma, no desenvolvimento de qualquer capitalismo.¹⁹

É paradoxal que seja a partir da América Latina que se sustenta a ideia de “repetir o milagre” do sudeste asiático, após dois séculos de

desenvolvimento do capitalismo, em uma região com Estados formalmente independentes e cujas economias, neste já longo período, caminham pela rota do desenvolvimento do subdesenvolvimento e não pela rota da Coreia do Sul.

Superexploração e esgotamento da força de trabalho

No capitalismo dependente, existem condições objetivas para que a superexploração se constitua como um mecanismo fundamental de exploração por parte do capital. O primeiro fator que a favorece consiste na cisão do ciclo do capital presente nos padrões de reprodução do capital que se gestaram a partir dos processos de independência. A vocação exportadora presente em todos esses padrões, apenas atenuada na curta vida do padrão industrial, cria o cenário propício para que o capital gere estruturas produtivas afastadas das necessidades da maioria da população trabalhadora. Dessa maneira, ao passo em que os trabalhadores não têm um papel relevante na realização dos bens produzidos pelas empresas de ponta na acumulação, o capital pode operar com maior folga para implementar as diversas formas de superexploração, em particular o pagamento direto da força de trabalho abaixo de seu valor e o prolongamento da jornada de trabalho. O segundo fator que favorece a superexploração está constituído pelas perdas de valor sofridas pelo capitalismo dependente no mercado mundial, por meio da troca desigual e de outros tipos de transferências. Essas perdas alcançam algum grau de reposição através da apropriação, pelo capital, de parte do fundo de consumo dos trabalhadores e de sua conversão em fundo de acumulação, ou da apropriação presente de parte dos anos futuros de trabalho e de vida, por intermédio da extensão das jornadas de trabalho e da intensificação do trabalho. Nada disso seria possível se o capitalismo dependente não gerasse mão de obra abundante, o que permite, como terceiro fator, a pre-

¹⁸ Katz assinala que “el punto de partida de la polémica (sobre la superexplotación) es la revisión encarada por Marini”, onde “en su mirada de la globalización señaló que la retribución de la fuerza de trabajo por debajo de su valor tendía a extenderse a las economías centrales”, e que “esa ampliación suscita las controversias”, para de imediato assinalar a sua posição: “En nuestra opinión, la superexplotación afecta las franjas más vulnerables (sic) de los asalariados de todas las economías. “No define – prossegue – distinciones entre regiones avanzadas, emergentes o subdesarrolladas”, para chegar ao central: “Esas diferencias se concentran en la preeminencia de niveles altos, bajos y medios del valor de la fuerza de trabajo”, para agregar que “cada país se sitúan unos de esos tres rangos...”, (Katz, 2018, p. 1), (grifos do autor). Não é difícil ver que Katz e Marini estão falando de coisas muito distintas. Um de remunerações da força de trabalho “abaixo de seu valor”, e o outro de “níveis altos, médios, ou baixos do valor da força de trabalho”. Essa diferença, para Katz, não é a que suscita a controvérsia, mas apenas o tema de sua ampliação. Mas ampliação do que? Do que assinala Marini ou do que assinala Katz?

¹⁹ (Cf. Osorio, 2015, 2016).

sença de uma extensa superpopulação relativa que não apenas resolve a substituição imediata dos braços esgotados prematuramente, mas também se constitui em uma força que o capital emprega para pressionar as condições salariais e de trabalho dos trabalhadores ativos.

A capacidade de o capital criar braços excedentes na região é tal, que sequer os elevados movimentos migratórios, na segunda metade do século XX e no início do XXI, rumo às economias desenvolvidas e particularmente os Estados Unidos, afetam as necessidades do capital operante na região. Inclusive ultrapassam essas necessidades, gestando verdadeiros problemas para a acumulação, como ocorre com a concentração de *paupers* no entorno das grandes cidades, demandando serviços como água, luz, moradia, saneamento, escolas, unidades de serviços médicos, segurança, transporte, etc. E isso apesar das políticas públicas voltadas para a redução dos nascimentos e o retardamento da gravidez nos setores populares.

Falar do esgotamento prematuro da força de trabalho como resultado da superexploração não implica, necessariamente, morte prematura,²⁰ embora possa gerar esse resultado em uma parcela de trabalhadores. O esgotamento implica que um trabalhador (homem ou mulher) que se incorpore jovem à produção já não gera os mesmos rendimentos para o capital, uma vez alcançada a idade de 40 ou 50 anos. Daí em diante, pode se manter na produção, mas sua produtividade minguará devido ao desgaste prematuro, o que afetará o montante de seu salário. Alternativamente, podem se manter realizando trabalhos que não exijam a mesma energia física, mas com pior remuneração. E é muito possível que sua vida se aproxime da expectativa média da sociedade. Seguramente, contudo, o esgotamento prematuro da força de trabalho se verifica no caso de uma grande parcela dos trabalhadores, em

condições de pobreza devido às baixas pensões e aposentadorias, sem a atenção médica e os medicamentos requeridos e com enfermidades derivadas do esgotamento sofrido precocemente em sua vida produtiva. “A economia dos meios de produção, que a produção mecanizada desenvolve sistematicamente pela primeira vez e que consiste, ao mesmo tempo, no desperdício mais inescrupuloso de força de trabalho e no roubo dos pressupostos normais da função do trabalho, revela agora tanto mais esse seu aspecto antagônico e homicida quanto menos estiverem desenvolvidas, num ramo industrial, a força produtiva social do trabalho e a base técnica dos processos combinados de trabalho” (Marx, [1973, t. I, p. 385-386] 2013, livro I, p. 534). O esgotamento prematuro, embora não esteja descartado, não se remete exclusivamente à redução da expectativa média de vida, mas sim às condições em que sobrevivem os trabalhadores nos anos restantes de vida.

Superexploração não é sinônimo de pobreza absoluta. Em seu livro *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*, Agustín Cueva utiliza noções e conceitos da teoria marxista da dependência, entre os quais o de superexploração. Afirma, nesse sentido, que “a exploração e a conseqüente pauperização das massas assumem o aspecto de uma ‘superexploração’” (Cueva, [1977, p. 99] 1983, p. 97.). A noção, contudo, é ali transformada em sinônimo de empobrecimento absoluto (Cueva, [1977, p. 228] 1983, p. 201).

Na determinação do valor da força de trabalho operam mecanismos contraditórios. A incorporação de novos bens à condição de bens-salários tende a aumentar o montante de valores de uso e elevar o valor da força de trabalho. Mas o aumento da produtividade tende a reduzir o preço desses produtos, o que atenua aquela tendência anterior. A existência de salários abaixo do valor da força de trabalho faz com que, pela necessidade de obter certos bens-salários – como ter uma geladeira, em tempos em que cresce o emprego de homens e mulheres, e a compra de certos alimentos, que

²⁰ Como se depreende do comentário de Katz, no sentido de que, uma vez que a expectativa de vida média dos trabalhadores aumentou, a superexploração se desqualificaria – ao ser associada à morte prematura (cf. Katz, 2017, p. 2).

não pode ser feita diariamente, ou de televisores ou celulares de segunda categoria, tendo em vista que são bens necessários para ocupar os momentos de ócio na sociabilidade imperante e os celulares formam parte das novas necessidades de trabalho –, a própria obtenção desses bens implica deixar de atender a outras necessidades vitais, como, por exemplo, comer menos carne, verduras e frutas, ou então reduzir o dinheiro disponível para gastos com médicos, dentistas ou remédios.

Nessas condições, a força de trabalho se reproduz, mas em condições *anormais*, mas não por maior pobreza absoluta, já que o montante de bens incorporado ao consumo tende a se incrementar, só que, em muitos bens e serviços, se terá um consumo deficiente, de acordo com as necessidades histórico-sociais prevalentes, em razão do que isso pode afetar os anos futuros de trabalho e de vida e a própria geração dos novos braços que irão se incorporar futuramente ao mercado de trabalho. Em meio ao esgotamento prematuro e salários diretos abaixo do valor da força de trabalho, uma fórmula para sobreviver passa pela crescente conformação de lares em que convivem duas ou três gerações de trabalhadores, o que permite resolver o cuidado dos menores de idade e dos trabalhadores idosos, aposentados ou simplesmente retirados do mercado de trabalho, além de conformar um salário familiar que potencializa a precariedade e a superexploração imperante nos rendimentos de cada trabalhador.²¹

O fato de que em todo o sistema mundial capitalista se produza mais-valia absolu-

ta ou mais-valia relativa não pode nos levar a afirmar que qualquer uma das formas de extração de mais-valia tem o mesmo peso nas diversas economias que formam esse sistema e que, portanto, provocariam os mesmos resultados.

O mesmo equívoco ocorre quando se afirma que a superexploração está presente em todo o sistema mundial capitalista, buscando desqualificar sua relevância no capitalismo dependente. É preciso ponderar e destacar as particularidades da forma como a superexploração ocorre em diferentes regiões, em diferentes economias e formas de capitalismo, e constatar que ela gera consequências diferenciadas na reprodução do capital e, portanto, no sistema mundial e na acumulação mundial. Isso exige, portanto, colocar a superexploração no contexto desses processos para compreender seu significado histórico e teórico,²² e não analisá-la de maneira isolada.

No capitalismo desenvolvido, a intensidade do trabalho tem um peso maior e há muito menos pagamento direto de salários abaixo do valor. Isso torna possível que a maioria dos trabalhadores, nessas economias, tenha um peso relevante na conformação do mercado interno, tenha acesso a bens que, em outras economias, são bens suntuários, que o bem-estar material seja mais generalizado. E que a camada de trabalhadores que recebe diretamente salários abaixo do valor seja relativamente reduzida.

Isso é diferente no capitalismo dependente, onde predominam o pagamento direto de salários abaixo do valor e a prolongação da jornada de trabalho, processos que afetam a maioria da população trabalhadora, gerando estruturas produtivas voltadas fundamentalmente para os mercados externos e para o estreito mercado interno de alto poder de consumo, tudo isso impulsionado pelos setores mais dinâmicos do capital. São os capitais menos poderosos que direcionam sua produção para

²¹ Isso questiona a ideia de que “o capitalismo não precisa de mecanismos adicionais para se desenvolver” e que “a sub-remuneração dos assalariados transgride os princípios da acumulação”, já que “a violação desses critérios *ameaçaria a própria sobrevivência dos trabalhadores*” (Katz, 2017, p. 2, grifo do autor). Toda essa reflexão, referente a apontamentos de Cueva, associa superexploração com pauperismo absoluto. Katz realiza essa mesma associação quando indica: “A retração do consumo obedece à simples vigência de salários reduzidos. Não implica pagamentos abaixo do valor da força de trabalho. Se os salários fossem tão insignificantes, os frágeis circuitos de compra sequer poderiam emergir” (Katz, 2017, p. 9). Ao dissociar “salários reduzidos” de “pagamentos abaixo do valor da força de trabalho”, remete esse último ao pauperismo absoluto, o que se compadece com a conclusão: “os [...] circuitos de compra sequer poderiam emergir” (Katz, 2017, p. 9).

²² No próprio exercício feito por Katz, a superexploração aparece em todos os estratos. Mas é evidente que a superexploração não opera em todos os estratos da mesma forma, nem com os mesmos resultados (Katz, 2017, p. 12).

o mercado interno dos assalariados, mercado esse reduzido pelos efeitos da superexploração e pelo enorme número de trabalhadores confinados na superpopulação relativa. Isso não significa que não existam núcleos e franjas de assalariados que não são superexplorados. Mas, para a reprodução do capital no capitalismo dependente, a superexploração é fundamental.

Superexploração e taxa de lucro

A extensão da superexploração, no conjunto do sistema, se explica, por sua vez, pelo fato de que, como menciona Marx, o pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho é uma das causas que contra-arrestam a queda da taxa de lucro (Marx, [1973, t. III, p. 235] 2017, livro III, p. 274), tal como ocorre no período em que vivemos. Como as condições de existência dos trabalhadores, em cada economia, são diferentes, a generalização da superexploração tem consequências relativas diferenciadas em cada economia.

No início da exposição das causas contra-arrestantes da lei da queda da taxa de lucro, Marx assinala que “a dificuldade que se apresenta não é a mesma na qual os economistas tropeçam até hoje, isto é, a de explicar a queda da taxa de lucro, mas a dificuldade inversa, a saber: a de explicar por que essa queda da taxa de lucro não é maior nem mais rápida. É preciso que aí atuem influências contra-arrestantes, que interfiram na ação da lei geral e a anulem, dando a ela apenas o caráter de tendência, razão pela qual também caracterizamos a queda da taxa geral de lucro como tendencial” (Marx, [1973, t. III, p. 232] 2017, livro III, p. 271, grifo do autor).

Frente às causas que alimentam a queda da taxa de lucro e que a tornam lei – “se consideramos o enorme desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social apenas nos últimos trinta anos e comparamos esse período com todos os anteriores, e se levamos em conta sobretudo a enorme massa de capital fixo que, além da maquinaria em sentido es-

trito, entra no processo social de produção em seu conjunto” (Marx, [1973, t. III, p. 232] 2017, livro III, p. 271) –, aparecem causas poderosas que contra-arrestam essa lei e a fazem operar apenas como tendência, na medida em que “é contida, refreada e enfraquecida por circunstâncias contra-arrestantes” (Marx, [1973, t. III, p. 234] 2017, livro III, p. 273). Comentemos algumas dessas circunstâncias.

A primeira causa apontada é o aumento do grau de exploração do trabalho. Aqui, Marx aponta que “o grau de exploração do trabalho, a apropriação do mais-trabalho e da mais-valia aumentam especialmente por meio do prolongamento da jornada de trabalho e da intensificação do trabalho”. E agrega: “é especialmente o prolongamento da jornada de trabalho, essa invenção da indústria moderna, que incrementa a massa do mais-trabalho apropriado sem alterar essencialmente a relação entre a força de trabalho empregada e o capital constante que ela põe em movimento e que, de fato, faz diminuir relativamente este último” (Marx, 1973, t. III, p. 232-233).

Mas o prolongamento da jornada de trabalho e a intensidade do trabalho com avanços tecnológicos atuam em sentidos inversos na elevação do grau de exploração e na massa de mais-valia, com consequências diferentes para a queda da taxa de lucro, porque “as causas que elevam a taxa da mais-valia relativa são as mesmas que reduzem a massa da força de trabalho empregada”, de modo que “a tendência de diminuição da taxa de lucro é especialmente enfraquecida pela elevação da taxa de mais-valia absoluta, gerada graças ao prolongamento da jornada de trabalho” (Marx, [1973, t. III, p. 233-234] 2017, livro III, p. 273).

Nem todo prolongamento da jornada ou todo aumento da intensidade implicam superexploração. Mas o limite é muito tênue, como Marx já notou no livro I de *O capital*, quando trata da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa, de modo que aquela primeira causa que contra-arresta a queda da taxa de lucro tem vínculos estreitos com a superexploração.

Por isso, entre a perspectiva do capitalista – que considera que a compra do valor diário da força de trabalho significa que ela lhe pertence por uma jornada, tratada como menor do que um dia natural (mas, quão menor?) – e a perspectiva do trabalhador – que deve acordar no dia seguinte em condições “de trabalhar amanhã com o mesmo nível normal de força, saúde e disposição que hoje”, de modo que colocará em movimento sua energia “apenas na medida compatível com sua duração normal e seu desenvolvimento saudável” (Marx, [1973, t. I, p. 178-179] 2013, livro I, p. 308) –, Marx conclui: “entre direitos iguais, quem decide é a força” (Marx, [1973, t. I, p. 180] 2013, livro I, p. 309). Daí a fragilidade dos limites da jornada de uma extensão *normal* e a tensão que permite que, “em seu impulso cego e desmedido, sua voracidade de lobisomem por mais-trabalho, o capital transgride não apenas os limites morais da jornada de trabalho, mas também seus limites puramente físicos” (Marx, [1973, t. I, p. 207] 2013, livro I, p. 337).

A tendência à superexploração é expressa por Marx também quando assinala que, “se um trabalhador é forçado a efetuar o trabalho que racionalmente só poderia ser executado por dois trabalhadores, e se isso ocorre em circunstâncias nas quais ele poderia substituir outros três, esse trabalhador produzirá tanto mais-trabalho quanto antes o forneciam dois trabalhadores e, em tal medida, terá aumentado a taxa de mais-valia. Mas ele não produzirá tanto quanto antes produziam três, e, desse modo, a massa de mais-valia²³ terá diminuído. Sua queda estará compensada ou limitada pelo aumento da taxa de mais-valia” (Marx, 2017, livro III, p. 273-274). Esse maior desgaste da força de trabalho é um indicador de superexploração, ainda mais quando um trabalhador é forçado a fazer o que corresponderia a dois trabalhadores.

No bojo da atual crise, e embora tenha

havido aumentos nas horas de trabalho no conjunto das economias, tanto desenvolvidas quando dependentes, é nessas últimas, em geral, que se concentram as economias com maiores horas de trabalho. De acordo com dados da OCDE de 2016, o México é o país com mais horas trabalhadas por ano por trabalhador dentre 35 economias em que se realizou a medição, com 2.237 horas anuais. Na sequência, estão: Costa Rica, com 2.200 horas; Coréia do Sul, com 2.163; Grécia, com 2.037; e Rússia e Chile, com pouco menos de 2.000 horas trabalhadas por ano. Mais abaixo estão Polônia, Israel, Lituânia e Islândia. Estados Unidos, com 1.788 horas trabalhadas por ano, aparece no 15º lugar e o Japão no 21º, com 1.715 horas. Fecham a lista, com menos de 1.400 horas, Holanda, Noruega, Dinamarca e Alemanha, essa última com 1.360 horas trabalhadas por ano por trabalhador (OCDE, 2016).

A redução do salário abaixo do valor da força de trabalho aparece como a segunda causa que contra-arresta a queda da taxa de lucro.²⁴ “Isso só é mencionado aqui empiricamente, já que, de fato, tal como muitas outras coisas que caberiam ser referidas, esse aspecto não guarda nenhuma relação com a análise geral do capital, mas diz respeito à exposição da concorrência, que não é tratada nessa obra. *No entanto, é uma das causas mais importantes de contenção da tendência à queda da taxa de lucro*” (Marx, [1973, t. III, p. 235] 2017, livro III, p. 274, grifo do autor).

O discurso de um anônimo capitalista inglês serve a Marx para dar conta da justificativa capitalista para os salários abaixo do valor: “‘Mas se nossos pobres’ (termo técnico para trabalhadores) ‘querem viver de modo

²⁴ Não deve passar inadvertidamente que Marx não se conforma com a cômoda indicação de “salários baixos” ou “remunerações baixas”, solução tão generalizada como inútil frente aos problemas que se busca explicar, como faz Katz ao se perguntar: “Como se poderia reformular a intuição de Marini sem os problemas da superexploração?”. E responde: “A solução mais simples é postular que, nessas regiões (economias dependentes), predomina um baixo valor da força de trabalho” (Katz, 2017, p. 3). Marx não se conforma com essas “soluções simples” e trata de “salários abaixo do valor da força de trabalho”. Com “soluções simples” os capitais podem assinalar que não existe exploração e corrigir Marx, da mesma forma que faz Katz com Marini.

²³ N.T.: Neste ponto, o autor destaca que, na edição de *O capital* da FCE (Marx, 1973, t. III, p. 234), se utiliza, nessa passagem, “taxa de mais-valia” (*cuota de plusvalía*), em vez de massa de mais-valia (*masa de plusvalor*), o que torna ininteligível o raciocínio.

luxuoso [...], é evidente que seu trabalho tem de ser caro [...]. Basta considerar a horripilante massa de superfluidades (*heap of super fluidities*) que nossos trabalhadores manufatureiros consomem, como aguardente, gim, chá, açúcar, frutas importadas, cerveja forte, lenços estampados, rapé e tabaco etc.”. Não são poucas as análises que atualmente destacam “as coisas supérfluas que consomem os trabalhadores nesta parte do mundo”, chamando a atenção, por exemplo, para as múltiplas antenas de TV nos tetos em que se aglomeram “os pobres”.²⁵ E segue Marx: “Ele cita o escrito de um fabricante de Northamptonshire, que, mirando o céu, lamenta: ‘Na França, o trabalho é 1/3 mais barato que na Inglaterra, pois os franceses pobres trabalham duramente e economizam na alimentação e no vestuário; sua dieta é composta principalmente de pão, frutas, verduras, raízes e peixe salgado, pois comem carne muito raramente e, estando caro o trigo, muito pouco pão.’” (Marx, [1973, t. I, p. 506] 2013, livro I, p. 676). E páginas mais adiante, ressalta: “O chamado trabalho domiciliar, por exemplo, demonstrou qual é o papel que hoje desempenha, na formação da mais-valia e, portanto, do fundo de acumulação do capital, *o roubo direto perpetrado contra o fundo de consumo necessário do trabalhador*” (Marx, [1973, t. I, p. 508] 2013, livro I, p. 678, grifo do autor).

Tratemos do barateamento dos elementos que formam o capital constante. A persistência de padrões exportadores de matérias primas e alimentos na história econômica da América Latina e a manutenção dessas exportações, mesmo sob o padrão industrial, expressam a relevância da região não apenas para favorecer as necessidades de produção do capital no mundo desenvolvido, mas também para conter as pressões de queda da taxa de lucro.

Essa causa se associa com o comércio exterior, mencionado também como causa

contra-arrestante. Em relação a isso, Marx sustenta que, “na medida em que o comércio exterior barateia em parte, os elementos do capital constante, em parte os meios de subsistência nos quais se transforma o capital variável, ele atua no incremento da taxa de lucro, elevando a taxa de mais-valia [mediante a redução do valor da força de trabalho - JO] e reduzindo o valor do capital constante” (Marx, [1973, t. III, p. 236] 2017, livro III, p. 276).

Analisando esses processos a partir do capitalismo dependente, Marini assinala que “a contrapartida do processo mediante o qual a América Latina contribuiu para incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos. E o que aparecia como um mecanismo de compensação no nível de mercado é, de fato, um mecanismo que opera no nível da produção interna” (Marini, [1973, p. 37] 2005, p. 154).

Dessa forma, a mudança do eixo da acumulação no mundo desenvolvido da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa e a redução das tendências à queda da taxa de lucro ganham sentido apenas na perspectiva da unidade diferenciada, gerada pelo sistema mundial, e se expressam no capitalismo dependente com o estabelecimento de uma modalidade de exploração redobrada,²⁶ que terá consequências na determinação das particularidades do

²⁵ “Recordar-se-á que a taxa de mais-valia depende, em primeira instância, do grau de exploração da força de trabalho. A economia política confere tanta dignidade a esse papel que chega ocasionalmente a identificar a aceleração da acumulação que resulta do aumento da força produtiva do trabalho com sua aceleração, derivada do aumento da exploração do trabalhador.” (Marx, [1973, t. I, p. 505] 2013, livro I, p. 675). Ver o uso desse termo *explotación redoblada del obrero*, referente à superexploração, também nas páginas 511 e 540 do tomo I.

[N.T.: Aqui o autor se refere ao termo *explotación redoblada*, empregado, conforme por ele indicado, na edição da Fondo de Cultura Económica (FCE). Tanto na edição em castelhano da Siglo XXI, quanto nas edições em português da Boitempo – aqui utilizada para as citações – e da Abril Cultural – com a qual sempre cotejamos – a forma utilizada na passagem citada é, respectivamente, “aumento” e “elevação” da exploração do trabalhador. Contudo, na edição da Siglo XXI, nas passagens indicadas em seguida por Jaime Osorio (p. 511, 540 do tomo I da edição do FCE), se utiliza a expressão *explotación redoblada* (1975, t. I, v. 2, p. 749, 1975, t. I, v. 3, p. 794). Já na edição da Abril Cultural (p. 238, 268), se utiliza nas outras duas passagens “exploração mais elevada” e na edição da Boitempo se utiliza numa passagem “exploração aumentada” (p. 829) e em outra “exploração redobrada” (p. 865).

²⁶ Em estudo sobre uma favela na Cidade do México, publicado em 1973, Larissa Lomnitz aponta que “as características econômicas gerais da favela são de uma pobreza extrema”; contudo, 59,5% das moradias têm televisores (Lomnitz, 1973, p. 62-63).

conjunto do processo de reprodução do capital nessa forma de capitalismo e na sustentação da acumulação mundial de capital.

Todas as causas que operam para contra-arrestar a queda da taxa de lucro alcançam novos significados a partir da análise do mercado mundial e do sistema mundial capitalista. Em *O capital*, Marx aborda essas causas sem lhes outorgar pesos diferenciados entre as economias que conformam esse mercado mundial e o sistema mundial capitalista, porque se limita, como já assinalamos, à análise geral do capital, e porque os problemas pelos quais abordaria aquelas dimensões da expansão do capital estavam pensados para serem tratados em outros livros, com maior concretude, que não chegaram a ser escritos.²⁷

Ao olhar os processos enunciados por Marx, que atuam “contendo, refreando e enfraquecendo” a queda da taxa de lucro à luz das diferentes formas de capitalismo que conformam o sistema mundial capitalista, revela-se a enorme relevância do capitalismo dependente para favorecer a acumulação do capital mundial e para explicar por que a queda da taxa de lucro “não é maior nem mais rápida” no conjunto do sistema mundial.

Aos elementos assinalados por Marx caberia agregar a volumosa saída de mais-valia do capitalismo dependente em direção ao capitalismo desenvolvido, como parte dos lucros dos investimentos de capitais desse último no primeiro, e das transferências de valor na mesma direção, como resultado da troca desigual.

Superexploração e “homogeneidade” do capital

Para Katz, a superexploração do trabalho impede compreender “processos que atualmente modificam as remunerações dos trabalhadores”, “a dispersão salarial” ou o fato de

que as firmas multinacionais, em sua avaliação das taxas de lucro, levam a cabo “a simples estimativa de valores altos, médios ou baixos da força de trabalho [...] para definir o local dos investimentos”, pelo que esse seria o caminho “mais pertinente para compreender a dinâmica da mundialização neoliberal”, o que se perde pela “homogeneização, que implica sustentar que há superexploração (Katz, 2018, p. 4-7).

Mas o caminho que propõe Katz heterogeneiza pela superfície para homogeneizar o substancial. Assim homogeneiza estruturalmente a economia mundial, para apresentar diferenças entre economias, porque o valor da força de trabalho é mais alto em umas, médio ou mais baixo em outras. Mas, no substancial, falamos de uma única e mesma forma de capitalismo, somente com estratos diferenciados pelo montante de valor da força de trabalho. Mas, em sua perspectiva, a análise se empobrece se temos economias em que sua reprodução do capital repousa em violar o valor da força de trabalho.²⁸ Ou se constatamos que as empresas multinacionais se assentam em economias determinadas, porque ali se superexplora, algo não difícil de entender se – como Katz o faz – falamos de Bangladesh ou Filipinas. E tudo isso tem consequências na reprodução e acumulação mundial do capital

“É nesse sentido que a economia dependente – e, por consequência, a superexploração do trabalho – aparece como uma condição necessária do capitalismo mundial, contradizendo àqueles que [...] a entendem como um fenômeno acidental no desenvolvimento deste” (Marini, [1973, p. 91] 2005, p. 188).

A partir dessa perspectiva, é possível compreender a magnitude do desarmamento teórico derivado dos convites para “corrigir” a

²⁸ Sua ideia de que falar de superexploração “homogeneiza” é tão grosseira como dizer o mesmo quando tratamos de exploração. Existem diversas formas de superexplorar e nem todas têm as mesmas consequências sobre como o capital se reproduz, como os trabalhadores participam do mercado interno, como o ferrão produtivista se alimenta ou não, etc., como assinalamos em pontos anteriores. E na base desses processos se definem diversas formas de capitalismo, com os quais as relações no sistema capitalista mundial se complexificam.

²⁷ Em carta a Weydenmeyer datada de 1º de fevereiro de 1859, Marx anuncia a produção de seis livros: “Capital; propriedade territorial; trabalho assalariado; Estado; comércio exterior; mercado mundial” (Marx, 1973, t. I, p. 666).

categoria de superexploração, o que levaria a eliminar ou desvanecer, por sua vez, a categoria de capitalismo dependente, tudo isso para uma reformulação (sic) da teoria marxista da dependência (Katz, 2017, p. 15), que não é outra coisa senão sua negação.

Recebido para publicação em 03 de abril de 2018
Aceito em 07 de maio de 2018

REFERÊNCIAS

- CUEVA, A. *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. México: Siglo XXI Editores, 1977.
- _____. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global, 1983.
- _____. *Entre la ira y la esperanza y otros ensayos de crítica latinoamericana*. Buenos Aires: CLACSO/Prometeo Libros, 2007.
- FRANK, A. G. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Argentina: Siglo XXI Editores, 1971.
- KATZ, C. *Aciertos y problemas de la superexplotación*. 2017. Disponível em: katz.lahaine.org/b2-img/ACIERTOSYPROBLEMASDELASUPERXPLOTACION.pdf. Acesso em: 01.07.2018.
- _____. Controversias sobre la superexplotación. 2018. Disponível em: katz.lahaine.org/b2-img/CONTROVERSIASSOBRELASUPERXPLOTACION.pdf. Acesso em: 30.07.2018.
- LOMNITZ, L. “Supervivencia en una barriada en la Ciudad de México”. *Demografía y Economía*, México, v. 7, n. 1, 1973.
- MARINI, R. M. *Dialéctica de la dependencia*. México: Serie Popular Era, 1973.
- _____. Dialéctica da dependência. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARX, K. *El capital*. México: Fondo de Cultura Económica, 1973. t. I.
- _____. *El capital*. México: Fondo de Cultura Económica, 1973. t.III.
- _____. *El capital*. México: Siglo XXI Editores, 1975. t. I, v. 1.
- _____. *El capital*. México: Siglo XXI Editores, 1975. t. I, v. 2.
- _____. *El capital*. México: Siglo XXI Editores, 1975. t. I, v. 3.
- _____. *El capital*. México: Siglo XXI Editores, 1976. t. III, v. 6.
- _____. *O capital*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *O capital*, livro III, São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (borrador) 1857-1858*. México: Siglo XXI Editores, 1971. t. I.
- _____. *Grundrisse: manuscritos económicos de 1857-1858*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- OCDE. *Hours worked: average annual hours actually worked*. 2016. Disponível em: <https://data.oecd.org/emp/hours-worked.html#indicator-chart>. Acesso em: 27. 12. 2017.
- OSORIO, J. “América Latina frente al espejo del desarrollo de Corea del Sur y China”. *Problemas del desarrollo*, México, n. 182, 2015.
- OSORIO, J. “Sistema mundial y formas de capitalismo. La teoría marxista de la dependencia revisitada”. In: _____. *Teoría marxista de la dependencia*. México: Editorial Itaca/UAM, 2016.
- DOS SANTOS, T. *Dependencia y cambio social*. Santiago de Chile: Centro de Estudios Socio Económicos (CESO), Universidad de Chile, 1970. (Cuadernos de estudios socio económicos n. 11).
- VALENZUELA, F. J. “Sobreexplotación y dependencia”. *Investigación Económica*, México, n. 221, julio-septiembre 1997.

**ABOUT SUPER- EXPLOITATION AND
DEPENDENT CAPITALISM**

Jaime Osorio

This article is a critique of the theories that sustain that Marx affirms that the labor force is paid for its value. Here we try to show that a violation of the value of the labor force is a problem inscribed in Marxist theory and present in *O Capital*. On the other hand, it argues about the importance of the notion of dependent capitalism and its meaning to understand its particularities that separate it from the traits and objectives of capitalism developed.

KEY WORDS: Superexplotation. Dependent capitalism. Capitalism patterns

**SUR SUPEREXPLOTATION ET CAPITALISME
DÉPENDANT**

Jaime Osorio

Cet article est une critique des théories qui soutiennent que Marx affirme que la force de travail est payée pour sa valeur. Nous essayons ici de montrer qu'une violation de la valeur de la force de travail est un problème inscrit dans la théorie marxiste et présent dans *O Capital*. D'autre part, il argumente sur l'importance de la notion de capitalisme dépendant et sa signification pour comprendre ses particularités qui le séparent des traits et des objectifs du capitalisme développé.

MOTS CLÉS: Superexplotation. Capitalisme dépendant. Modèles de capitalisme.

SUBIMPERIALISMO Y DEPENDENCIA EN LA ERA NEOLIBERAL

SUBIMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA NA ERA NEOLIBERAL

*Adrian Sotelo Valencia**

La categoría “subimperialismo” constituye uno de los aportes más importantes de la teoría marxista de la dependencia (TMD). Inmersa en la problemática latinoamericana y, en especial, de Brasil, ella proporciona una de las claves teórico-metodológicas centrales para la comprensión de la dinámica de la crisis económica, social y política de ese país en el convulsionado y complejo contexto internacional y regional. El objetivo del presente ensayo es revisar el concepto subimperialismo y resaltar su vigencia explicativa de la fenomenología económica y política del Brasil actual.

PALABRAS CLAVE: Subimperialismo. Dependencia. Cooperación antagónica. Neoliberalismo. Brasil

A categoria “subimperialismo” é uma das contribuições mais importantes da teoria marxista da dependência (TMD). Imerso na problemática latino-americana e, em particular, no Brasil, fornece uma das chaves teórico-metodológicas fundamentais para entender a dinâmica da crise econômica, social e política daquele país no convulsivo e complexo contexto internacional e regional do país. O objetivo deste ensaio é revisar o conceito de subimperialismo e destacar sua validade explicativa da fenomenologia econômica e política do Brasil atual.

PALAVRAS-CHAVE: Subimperialismo. Dependência. Cooperação antagônica. Neoliberalismo. Brasil.

INTRODUCCIÓN

En el pensamiento latinoamericano de izquierda, es, sin duda, la teoría de la dependencia la que más ha influido las academias y las ciencias sociales de los países capitalistas avanzados. Constituida en el curso de mediados de la década de los sesenta del siglo pasado, ella se bifurcó en dos corrientes encontradas tanto en sus métodos de estudio como en sus marcos teóricos: una corriente de carácter reformista, de corte socialdemócrata, designada por sus representantes como corriente del *enfoque*, y otra distinta, de origen marxista-leninista, que, desde un comienzo, reivindicó el compromiso de forjar una *teoría* de la dependencia en tanto *objeto específico de estudio* con el claro objetivo de aprehender la realidad latinoamericana, tanto en sus particularidades como en sus singularidades, en íntima consonancia con el desarrollo del capitalismo mundial (para este

tema, véase Sotelo, 2008, y para el origen leninista de la TMD, véase Bambilra, 1978).

Mostramos que el subimperialismo, como teoría y realidad en el conglomerado de las relaciones internacionales, está íntimamente imbricado con la teoría de la dependencia y consideramos que otro elemento central es la relación de esta última con la discusión de la teoría del subimperialismo en la formulación de Marini, para indicar la especificidad que asume, en países como Brasil, en el contexto mundial y regional, en sus procesos de acumulación y de reproducción de capital, y sus relaciones internacionales y político-sociales. En síntesis, el subimperialismo constituye un eslabón intermedio, desde el punto de vista de la división internacional del trabajo y de la composición orgánica del capital a nivel mundial, que despliega una industrialización relativa y parcial como complemento de la expansión y dominio de las grandes empresas multinacionales de los países imperialistas del capitalismo avanzado. Y, en este proceso, Brasil constituye un paradigma ejemplar en América Latina.

* Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Centro de Estudios Latinoamericanos da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais. Circuito Cultural “Mario de la Cueva”. Ciudad Universitaria, CDMX, C.P. 04510. adriansotelo@politicas.unam.mx

LA CONTEMPORANEIDAD DEL SUBIMPERIALISMO

Un tema contemporáneo que está derramando mucha tinta, y que ha suscitado numerosos estudios y debates, es el relativo al *subimperialismo* (Sotelo, 2017).¹ Marini identificó particularmente este fenómeno en el caso de Brasil. Por ello, es importante preguntarse: ¿Qué es hoy Brasil y qué papel desempeña en el plano regional e internacional?

Para Marini, el tema del subimperialismo – también denominado “satélite privilegiado” o, al decir de Gunder Frank respecto a Brasil, “socio menor de Estados Unidos en América Latina” (Frank, 1969, p. 200) – era una cuestión de dimensión económica y político-estratégica, por lo que su metodología tenía que considerar una serie de cuestiones: primero, su expansionismo histórico y su actual expansión que muy bien fundamenta Salles (2013). Además, se debe considerar cómo el capitalismo brasileño depende cada vez más, en promedio histórico, de la expansión al exterior y cuáles son las modalidades que dicha expansión asume en América Latina y en ultramar. Y con mucho mayor fuerza hoy debido a las políticas de austeridad internas que está impulsando el presidente de facto Michel Temer, que mantienen a Brasil sumido en una profunda crisis y recesión, y donde las empresas y los capitales, como salida, buscan el exterior, es decir, el comercio internacional que hoy también experimenta una contracción importante, que coincide con las bajas tasas de crecimiento que experimenta la economía mundial en los últimos años.

Al respecto, Marini percibió – pero no midió su magnitud ni su importancia estratégica simplemente porque el fenómeno no se había desarrollado a plenitud en esa época – que ahora quien comanda la expansión subregional es

justamente el Estado brasileño a través del Banco Nacional de Desenvolvimento Económico y Social del Brasil (BNDES) a países, por ejemplo, como Bolivia y Paraguay (Vuyk, 2014) y a otros ubicados en continentes como el africano.

De cualquier forma, este tema requiere profundizarse a la luz de la actual crisis económica mundial y de las contradicciones particulares por las que atraviesa Brasil, sobre todo a partir del golpe de Estado institucional contra el gobierno constitucional y legítimo de la presidenta Dilma Rousseff.

La TMD, en particular Marini, proporciona el marco general para comprender el fenómeno del subimperialismo en su totalidad tal y como este se constituye en condiciones histórico-concretas dentro de las formaciones sociales capitalistas latinoamericanas, que es el nivel intermedio, donde se inserta justamente la dependencia como teoría y objeto de estudio (Bambirra, 1978).

Si bien varios países de la región poseen características y rasgos subimperialistas, sólo Brasil se constituye como un Estado fuerte y un sistema económico de ese tipo que, por ende, termina diferenciándose de los imperialismos dominantes del capitalismo avanzado (Estados Unidos, Alemania, Francia, Japón, Inglaterra) y del resto de los países de la periferia del capitalismo del área dependiente, que no poseen las condiciones, mecanismos y procesos necesarios para constituirse como subimperialistas. Más bien, éstos terminan siendo dominados por las potencias imperialistas clásicas y por las burguesías y las clases dominantes subimperialistas que están en condiciones económicas, sociales, políticas y militares para volcar sus aparatos productivos, sus inversiones y exportaciones con el fin de obtener cuantiosos beneficios a través de la explotación del trabajo por el capital, así como para resarcirse de las constantes transferencias de valor y de plusvalía a favor de los centros imperialistas, dada su condición sustantiva de ser países paralelamente dependientes de los sistemas productivos imperialistas y de la

¹ En este libro, estudiamos y discutimos este importante fenómeno contemporáneo relativo específicamente al Brasil y su ubicación a nivel regional y en el plano internacional. Se han multiplicado los estudios temáticos sobre subimperialismo (García; Amaral, 2015; Luce, 2008).

dinámica y contradicciones del mercado mundial y de la división internacional del trabajo.

Un concepto que utilizó Marini para aprehender el fenómeno subimperialista fue el que denomina *cooperación antagónica*, que refleja la relación entre un país imperialista (Estados Unidos) con otro subimperialista (Brasil). Implica antagonismo, enfrentamientos relativos de burguesías nacionales poderosas, pero sin llegar al rompimiento, ni a la confrontación abierta, sino a la cooperación y la colaboración interburguesa, que sería más la regla que la excepción, y la que va a regir las relaciones entre esas burguesías con Estados Unidos y otros centros dominantes de poder (Marini, 1985a).² El gobierno actual de facto, encabezado por Michel Temer, cumple cabalmente con esta articulación entre la cooperación no tanto antagónica con Estados Unidos, pero sí complementaria en el plano de la geopolítica regional (véase Ramírez, 2017) que, por cierto, también se dio durante los gobiernos del PT (2003-2016) mediante al estímulo a la expansión de las empresas brasileñas al exterior (Fontes, 2010).

EL CAPITALISMO: un sistema en circuito cerrado

En el pasado mucho se discutió sobre la naturaleza del capitalismo y su relación con otros modos de producción. En particular, con mucha fuerza, en la década de los setenta del siglo pasado, se abordó la dicotomía entre feudalismo y capitalismo, y de aquí surgieron varias y fructíferas interpretaciones.³ Lo cierto es que, independientemente de las diversas posturas y enfoques teóricos, hoy en día es indis-

cutible que el capitalismo, en tanto modo de producción y reproducción de capital y de las relaciones sociales y humanas, constituye, sin duda, un solo sistema prácticamente planetario y, en este sentido, eminentemente global.

En efecto, en la medida en que, a diferencia del pasado histórico cuando el capitalismo avanzado y colonialista se expandía a expensas de las áreas subdesarrolladas y dependientes que constituían espacios y enclaves precapitalistas del sistema productivo (Baran, 1977; Magdoff; Sweezy, 1988), y en donde todavía existía margen para la realización del capital y de la plusvalía de las potencias imperialistas hegemónicas – y que, valga recordar, inspiró en su momento la monumental obra de Rosa Luxemburgo (1967) sobre la *acumulación de capital, la realización de la plusvalía en espacios no capitalistas* y la crítica a los *esquemas de reproducción* de Marx, que por cierto, tildó de ficción teórica –⁴ hoy en día, en el marco de una economía capitalista integrada y cerrada orgánicamente en su modo de producción global, dicha *expansión* sólo puede verificarse *dentro de sus propios sectores y límites* constituidos, tanto en la producción como en la circulación, el intercambio y el consumo (Marx, 2000). Esa cuestión limita aún más, respecto al pasado, las posibilidades expansivas del subimperialismo en los países periféricos, orillándolo a circunscribir su acción, a lo sumo, en sus espacios geopolíticos de alcance regional y, en algunos países del continente africano como Mozambique, Angola, Kenia, Cabo Verde, Guinea Ecuatorial, Tanzania, Zambia y Sudáfrica. Otros autores, como Sternberg (1979), cimentaron de igual forma su argumentación sobre el capitalismo y el imperialismo, suponiendo que, en este

² Es lo que ocurrió con la fricción entre Estados Unidos y Brasil durante el gobierno del general Ernesto Geisel (1974-1979) a causa del tema de los derechos humanos y de la energía nuclear que concluyó con los acuerdos firmados con Alemania Federal para poner en marcha una fábrica nuclear (Salles, 2013).

³ Véase Vitale (2011). Este autor le confiere al argentino Bagú (1992) el mérito de haber formulado, por primera vez, la tesis sobre el carácter capitalista, no feudal, de América Latina constituyendo la caracterización de “capitalismo colonial”.

⁴ “Otra cosa ocurre con la realización de la plusvalía. Esta está ligada, de antemano, a productores y consumidores no capitalistas como tales. Por tanto, la existencia de adquirientes no capitalistas de la plusvalía es una condición de vida directa para el capital y su acumulación. En tal sentido, tales adquirientes son el elemento decisivo en el problema de la acumulación del capital”, Luxemburgo (1967, p. 280-281). Para un análisis: Salles (2009). Una crítica a la concepción de Luxemburgo y de otros autores se encuentra en: Grossman (2004).

sentido, Marx se “equivocó” y que su obra, al igual que la de Rosa Luxemburgo, corrige esta “deficiencia” y lo complementa.

Así, señala ese autor que:

Las ideas fundamentales de Marx son también las suyas; el genial descubrimiento marxiano de que el capital no es un concepto técnico, sino social; de que sólo bajo condiciones muy específicas los medios de producción producidos crean capital, y la consecuencia de esto, que el capitalismo no es una categoría eterna sino una formación histórica única, se sostiene hasta el fin como genial descubrimiento de Marx; así también, consideramos válido no construir mentalmente el socialismo, sino mostrar en el mismo capitalismo las fuerzas que están destinadas a producirlo. La gran trascendencia histórico-mundial de Marx es haber cimentado la superación del capitalismo y la realización del socialismo en la clase cuya misión histórica es fundamentalmente la supresión de la estructura de clases: la clase obrera [...] Pero el camino hacia ese punto final, hacia la socialización de los medios de producción, hacia una sociedad libre de clases y de plusvalor, no fue visualizado por Marx con toda exactitud, por la razón fundamental de que su análisis del ejército industrial de reserva, del salario, del proceso de acumulación del capital, de la crisis, está concebido bajo el supuesto, hasta ahora nunca realizado, de que sobre toda la tierra sólo habría economías nacionales que producen bajo forma capitalista [...] Cuando se lleve a cabo un análisis del capitalismo que permanentemente es consciente del hecho de que, desde el comienzo de la producción capitalista en espacios no capitalistas, ha jugado un papel decisivo, se comprenderá, entonces, que este libro no es sólo una continuación de *El capital* de Marx, sino que los mismos problemas que él ha tratado son modificados drásticamente por las circunstancias del espacio no capitalistas [...] Esto es tan válido que los argumentos empíricos más importantes contra Marx pueden construirse sin la menor dificultad cuando el análisis del capitalismo, y de las condiciones de su reproducción, es realizado considerando el siempre presente espacio no capitalista (Sternberg, 1979, p. 3-4).

El propósito de esta obra monumental de Sternberg (1979) apunta a “demostrar” que la hipótesis metodológica de Marx relativa a que éste consideró al capitalismo como un sistema cerrado, como un capitalismo elaborado en “toda su pureza” que le impidió el conocimiento de “relaciones esenciales”, es

esencialmente falsa dado que el sistema mundial constituye una unidad de relaciones económicas capitalistas y no capitalistas de producción que opera en su esencia (Sternberg, 1979, p. 15). ¿Qué opinarán estos estudiosos del imperialismo, con Rosa Luxemburgo a la cabeza, de que, hoy en día, el capitalismo es un sistema universal que cubre prácticamente toda la tierra, al igual que la influencia que ejerce el extendido radio de acción del imperialismo en tanto sistema mundial?

Si existe una característica aguda de la época actual, que se diferencia del pasado, es la realidad de que el capitalismo es verdaderamente un sistema global. Teóricamente, esta posibilidad fue entrevista por Marx en la Sección Primera del Libro II de *El capital*, bajo la primera premisa que utiliza para formular sus famosos *esquemas de reproducción*:

La tendencia del régimen capitalista es la de ir convirtiendo toda la producción, dentro de lo posible, en producción de mercancías; el medio principal de que se vale para ello consiste, precisamente, en incorporarlas de este modo a su proceso circulatorio. La producción de mercancías, al desarrollarse plenamente, es la producción capitalista de mercancías. La intervención del capital industrial estimula en todas partes esta transformación que lleva aparejada la de todos los productores directos en obreros asalariados (Marx, 2000, l. 2, p. 99).

Y en efecto, esta tendencia se plasmó en la construcción de un auténtico sistema capitalista mundial, en el cual:

[...] una vez que esos espacios de la periferia fueron incorporados a las relaciones capitalistas de producción, el imperialismo siguió avanzando más allá de los límites impuestos por la geografía mediante la mercantilización de sectores de la vida económica y social antaño preservados al margen de la dinámica predatoria de los mercados, como los servicios públicos, los fondos de pensión, la salud, la educación, la seguridad, las cárceles y otros por el estilo. Esta es, en buena parte, la historia del último cuarto de siglo (Borón, 2014, p. 42).

Las otras dos premisas metodológicas de los esquemas de reproducción consisten en la suposición de que sólo existen dos clases socia-

les: la capitalista y la obrera (Marx, 2000) y, por último, la tercera premisa establece la reproducción del capital sobre la base de la invariabilidad de la duración, de la intensidad y de la productividad de la jornada de trabajo (Marx, 2000).

Obviamente que, como dice acertadamente Marini, para avanzar al análisis concreto de la realidad concreta del capitalismo, necesariamente se tienen que modificar los supuestos en que se basan los esquemas de reproducción; en particular, el de la productividad constante – articulado con la producción de plusvalía relativa – que, afirma el autor, el mismo Marx lo habría hecho en aras de la construcción de una teoría dinámica del mercado mundial que finalmente lo hubiera conducido a la formulación de una teoría del imperialismo (Marini, 1979b). Por ello, Marini apunta que los esquemas de reproducción no se pueden aislar de los otros componentes que intervienen en ese proceso como tampoco contraponerse a ellos. Y ratifica que sólo a partir de la teoría del valor-trabajo y su ligazón con la teoría de la plusvalía es como se puede establecer dialécticamente la relación con la principal ley del capitalismo descubierta por Marx: la *tendencia* permanente a la caída de la tasa de ganancia que Marx trata en la Sección III del volumen III de *El capital*, con su *acicate* en la tasa extraordinaria de ganancia (Marini, 1979a).

Más adelante, concluye que, considerados en función de la producción y realización de la plusvalía, los esquemas de reproducción no tienen validez propia y constituyen solamente un instrumental analítico útil en la medida en que se incorporen los demás elementos del análisis marxista fundamentados en la ley del valor, de la plusvalía y de la propensión a la baja de la tasa general de ganancia del capital.

En una visión contemporánea de lo anterior y considerando la madurez del capitalismo, incluso, dada por la llamada globalización, la extensión de la circulación de mercancías y la incorporación de tecnología de punta en los procesos productivos y de la acumulación del

capital, desde otra perspectiva, se plantea que:

Es evidente que hay diferencias entre lo que estamos viviendo en esta época y lo que ocurría en el pasado [...] En primer lugar, la circulación es ahora mucho más amplia. Los capitales están entrando en todas partes. Ahora no hay áreas no capitalistas o precapitalistas. En cuanto a la extensión, el espacio es mucho mayor ahora que en cualquier otra época. No tenemos ahora feudalismo, no tenemos economías separadas del capitalismo, no tenemos sistemas colectivistas, que excluyan la entrada de capitales. Eso sí es distinto: la capacidad de penetrar capitales, invertir, ganar, etcétera, está mucho más extendida. En segundo lugar, está la profundidad. Ahora hay un volumen más grande que nunca de capitales circulando. Y en tercer lugar, está el movimiento de capitales vía las nuevas tecnologías. Eso sí es cierto, particularmente para el capital financiero, que está circulando con enorme velocidad y al respecto todos citan cifras de miles y miles de millones de dólares que circulan en un día. También hay una división del trabajo mucho más extensiva y hay una mayor autonomía de movimientos de capital en relación con el pasado [...] La conclusión final, en este aspecto, es que la globalización no es inevitable (Petras, 2000, p. 28-29).

LOS RASGOS DEL SUBIMPERIALISMO

Numerosos autores, marxistas o no, demeritan el concepto y la teoría del imperialismo de Lenin, al mismo tiempo que enfatizan que, a pesar de los indudables “méritos” de Marini, no se entiende cuál es la “especificidad” que caracteriza al subimperialismo. Por ello, en este apartado, sintetizamos los elementos específicos que, de acuerdo con Marini y otros autores, constituyen el fenómeno subimperialista que, valga subrayar, es un concepto que va más allá de la dictadura militar que fue vigente en Brasil desde mediados de la década de los sesenta hasta mediados de los ochenta del siglo pasado, para caracterizar su actual patrón de reproducción capitalista dependiente sustentado en la producción y exportación de materias primas (soya, hierro, acero) y con una cada vez mayor dependencia de China.

El origen del concepto subimperialismo,

de acuerdo con Marini, alude al hecho de que las dictaduras militares hicieron coincidir los intereses de la burguesía con los intereses de la nación, al mismo tiempo que los promovía a nivel internacional.

De esta manera,

[...] por influência dessa postura crítica, mais de um autor brasileiro preferiu considerar o desenvolvimento recente do país em termos de simples expansionismo. A força do fenômeno a que o conceito de subimperialismo alude levou a que as Nações Unidas, privilegiando sua dimensão estritamente econômica, acunhassem e difundissem, através de seus órgãos técnicos, o conceito de *novos países industrializados*, cujo uso se generalizou na segunda metade dos 70; nessa mesma linha, alguns autores marxistas trabalharam o tema, tendendo a suprimir as diferenças qualitativas entre imperialismo e subimperialismo, particularmente, no México, Enrique Semo e Jorge Castañeda. Na teoria da política internacional, o fenômeno conferiu importância ao conceito de potência média, que foi contraposto por alguns autores ao de subimperialismo e que se incorporou, inclusive, ao vocabulário oficial de certos Estados, notavelmente o México e o Brasil. Observemos, finalmente, que, numa perspectiva estritamente geopolítica, que trabalhou com o conceito de *satélite privilegiado*, o tema foi tratado por Vívian Trías, nos anos 60, assim como Paulo Schilling, Rodolfo Puiggrós, Gregorio Selser e outros. O golpe de 1973 no Chile reacendeu o interesse sobre este aspecto, datando de então os estudos mais detalhados feitos pela esquerda sobre a doutrina geopolítica e suas aplicações na América Latina (Marini, 1985a, cursivas del autor).

Dentro de la TMD, Marini abordó el concepto subimperialismo en distintos trabajos y momentos de su producción teórica. El esfuerzo más acabado lo hizo en su libro *Subdesarrollo y revolución*, publicado en su primera edición en 1969, en México, por la editorial Siglo XXI.⁵ En el *Prefacio* a la quinta edición de este libro, retomó el tema del subimperialismo, en virtud de una serie de confusiones por parte de autores, como Cardoso y otros, que no comprendieron su formulación o francamente disintieron de ella, lo que es perfectamente comprensible dado su enfoque más encuadra-

do en la neoliberal teoría de la interdependencia (Traspadini, 2014).

Muchos autores marxistas niegan que, en el capitalismo, se puedan producir problemas de realización de mercancías; más precisamente, del ciclo del capital mercancías: M...D *mp./ft...P...M'*, tema que fue suficientemente abordado por el mismo Marini (1977a). Aunque no es tema del presente ensayo, sólo mencionamos que, en su lugar, se prefiere hablar de “crisis de sobreproducción”, escondiendo que ésta encierra una desproporción entre oferta y demanda, de la *demanda efectiva*, que obstaculiza la realización de las mercancías y, por ende, de la plusvalía arrancada al trabajador, y que es fundamental para garantizar, en escala ampliada, la reproducción del capital. Como expresa Carcanholo (2013, p. 138), “Clasificar la crisis actual como una crisis de sobreproducción o de sobreacumulación es prácticamente no decir nada”. Lo mismo se argumenta respecto al “subconsumo”, que no es más que una fórmula superficial de la esencia de los fenómenos del capitalismo, que expresa la caída de los ingresos de los trabajadores y de las clases populares que los restringe o descarta como consumidores efectivos de mercancías. Fenómeno que Marini refirió como *divorcio* de la producción de las necesidades de consumo de las masas (Marini, 1973), en virtud de que el capitalismo dependiente está fundamentalmente ligado a la satisfacción de las necesidades y a la demanda de las clases sociales medias y altas de la sociedad.

Atendiendo a esta cuestión, el esquema de realización del subimperialismo, particularmente el referido al Brasil, contempla tres elementos esenciales dialécticamente articulados: a) el consumo suntuario destinado preferentemente a las clases medias y altas de la burguesía, b) las exportaciones como factor de realización de la producción interna y, por último, c) el Estado, en particular, en lo que corresponde al gasto público (Marini, 1974b) como factor de inversión y multiplicador de demanda. Sin embargo, como plantea Martins

⁵ Este libro de Marini fue publicado en Italia con el título: *Il subimperialismo brasiliano* (1974).

en la dinámica del subimperialismo no existe una relación mecánica, sino dialéctica, ya que, entre el proceso de industrialización y el desarrollo tecnológico – mediado por el incremento de la composición orgánica del capital –, se establece una contradicción que se expresa en el aumento de las escalas productivas y el limitado mercado interno de los países dependientes. De esta forma,

[...] la demanda estatal y el consumo suntuario compensan en parte la restricción al consumo de las grandes masas, pero no son suficientes para atender el incremento de la productividad. El resultado de esa contradicción sería la formación de lo que el autor [se refiere a Marini] denomina subimperialismo. Para Marini, esa no es una tendencia absoluta, sino relativa, esto es: el mercado interno continúa creciendo de forma concentrada, pero la dinámica de realización de las mercancías se destina cada vez más al mercado internacional (Martins, 2011, p. 243, traducción nuestra).

Por separados o combinados, estos tres elementos desempeñan un papel central, tanto en los períodos de crisis como en los de expansión, y, en cada uno de ellos, surgen nuevos sectores en la producción, como fue, en Brasil, el nuclear y el “complejo industrial-militar” durante el período de la dictadura militar (1964-1985). En este proceso, el protagonismo le corresponde prioritariamente al Estado burgués, como demuestra Marini: el Estado subimperialista capotea las crisis e impulsa la recuperación y expansión aprovechando las contradicciones y rivalidades interimperialistas al amparo de la autonomía relativa que posee frente al imperialismo. Ello no implica, empero, superar la dependencia estructural, que es la categoría central que lo sobredetermina y condiciona. Aun con el desarrollo nuclear y la instalación de la industria militar en pleno auge de la dictadura y posteriormente, no se superó la dependencia, ya que, como dicen Marini y Pellicer (1967, p. 21-22):

El problema que se presenta aquí, en efecto, es el de saber en qué medida un programa nuclear puede contrarrestar la dependencia tecnológica brasileña

frente a los centros industriales más avanzados [...] Habría que señalar, sin embargo, que esa dependencia se desarrolla en el marco de una contradicción, puesto que aumenta en la medida misma en que se eleva el nivel tecnológico del país dependiente. En otras palabras, el acceso a una etapa superior de tecnología lleva a una necesidad mayor de técnicas y equipos altamente elaborados, cuya producción constituye un privilegio de los países desarrollados.

Superar la dependencia tendría como premisa, necesariamente, romper el monopolio “[...] en materia de investigación y desarrollo, que es lo que hace posible la innovación técnica [...] que agrava la condición dependiente de los demás países” (Marini, 1996, p. 59), además del control que los países avanzados ejercen en los procesos de transferencia de las industrias a los países subdesarrollados por dos vías: “[...] una, transfiriendo prioritariamente a los países más atrasados industrias menos intensivas en conocimiento; dos, dispersando, entre diferentes naciones, las etapas de la producción de mercancías; de esa manera, impiden el surgimiento de economías nacionalmente integradas” (Marini, 1996, p. 59) que, dígame de paso, este último atributo constituye una de las características distintivas del desarrollo capitalista de los países del capitalismo avanzado.

En refuerzo de esta tesis, consideramos que, en la actualidad, este escalonamiento de la economía mundial sigue concentrando y monopolizando – ahora más que nunca – el progreso técnico-científico, sobre todo en materia de ciencia básica y aplicada, en un núcleo reducido de países desarrollados que, por más transferencias de tecnología que estén dispuestos a realizar a los dependientes, no lo hacen con el “código fuente”, con el núcleo duro del desarrollo tecnológico, como suponen algunos autores, como Zibechi, sin demostrarlo, y que, en ese caso, efectivamente, se crearían las bases para superar la dependencia. En efecto, refiriéndose a la “vulnerabilidad de la Fuerza Aérea” brasileña, Zibechi (2013, p. 115), propone dos alternativas: la primera, asociarse

con productores franceses “[...] para proyectar y fabricar en Brasil un caza de quinta generación que ya exista en el mercado internacional”. La segunda sería

[...] comprar cazas de quinta generación en una negociación que contemple la transferencia integral y completa de tecnología, incluyendo el código fuente. La compra sería el paso previo a la fabricación de los cazas en el país por parte de una empresa brasileña orientada por el Estado, que asumiría, en poco tiempo, todo el proceso de fabricación (Zibechi, 2013, p. 115).

Evidentemente que, en el hipotético caso de que se diera esta segunda alternativa, quedaría en pie el hecho señalado por Marini y Pellicer (1967, p. 21-22) de que el “[...] acceso a etapas superiores de tecnología lleva a una necesidad mayor de técnicas y equipos altamente elaborados, cuya producción constituye un privilegio de los países desarrollados”, privilegio al que, agregamos nosotros, esos países no estarían dispuestos a renunciar. Aquí cabe la observación de Oliveira cuando, en relación con las consecuencias de la revolución molecular-digital, sentencia que ésta tiene dos aristas: los países periféricos a lo sumo sólo pueden copiar – de los avanzados – lo descartable, pero no la matriz de la unidad técnico-científica, y que la acumulación de capital que se realiza en función de la copia de lo descartable, pronto entra en obsolescencia acelerada (Oliveira, 2003), lo que, por esta vía, reproduce en escala ampliada – y profundiza – la dependencia tecnológico-científica y la financiera en la medida en que la obsolescencia reclama nuevas inversiones que generalmente cubre el capital extranjero y los organismos internacionales como el FMI-BM cuidando celosamente, por supuesto, los derechos de *copyright* a favor de los propietarios del centro.

Zibechi le confiere un importante papel al complejo industrial militar en Brasil para refutar la tesis subimperialista, poniéndola como ejemplo del avance de ese país hacia su constitución como “potencia imperial” como anhelaban y anhelan los militares. Pero esto no es

nuevo: el mismo Marini advirtió que, desde los años setenta, Brasil experimentó un notable desarrollo de su industria armamentística que de ninguna manera superó la dependencia.

Al respecto, su planteamiento es el siguiente:

Estas orientaciones que se están haciendo presentes en la política económica brasileña, en la perspectiva de desbloquear la acumulación capitalista a través de la creación de nuevos sectores dinámicos, tienen muchas implicaciones. Destacaremos tres, en esta oportunidad. En primer lugar, el señalamiento de que la crisis capitalista mundial, cuyo resorte vital está constituido por el enfrentamiento entre las grandes potencias capitalistas, no ha tan sólo precipitado la crisis económica brasileña: le brinda también a Brasil la posibilidad de superarla. En efecto, tanto en lo referente a la energía nuclear como en relación a la industria bélica, el Estado brasileño se vale hoy de la feroz competencia establecida entre Estados Unidos y Europa occidental, en particular Alemania, así como Japón, para asegurar la captación de recursos proporcionados por el flujo circulatorio mundial de capitales, medios de producción y tecnología. *Brasil no superará, de este modo, la dependencia*; pero, al diversificar su articulación con la economía capitalista mundial, se abrirá espacio para llevar adelante su proyecto de desarrollo industrial y, sobre la base de éste, su afirmación como potencia media en el esquema mundial de reparto del poder. En otros términos el Estado brasileño se sirve de las contradicciones interimperialistas para garantizar la realización de su proyecto subimperialista (Marini, 1977a, p. 82, subrayados nuestros).

¿Seguirá Brasil, en la actualidad, aprovechando las contradicciones interimperialistas existentes para desarrollar su proyecto subimperialista? ¡Por supuesto!, el subimperialismo se vale de las contradicciones interimperialistas para impulsar relativamente sus propios proyectos de desarrollo expansivos sustentados en la industria bélica y nuclear, sin superar, ni mucho menos, su dependencia en los términos en que esta última teoría la define. En la actualidad, es posible advertir esta contradicción interimperialista y competitiva, relativamente, entre países, por ejemplo, como Estados Unidos y Francia, que le ha permitido a Brasil desplegar sus propias geopolíticas

para afirmar su condición a nivel regional y mundial sin trastocar las estructuras de dominación. Lo mismo se puede decir de Argentina que, en los últimos años, desde la crisis de 2001, experimentó un crecimiento sin precedentes sustentado en las actividades primario-exportadoras, pero que, de ninguna manera, ha implicado la superación de la dependencia. Como dice Gambina (2011):

Argentina sigue siendo un país dependiente del capitalismo mundial; subordinado al poder de las corporaciones transnacionales, y es por ello que el capital externo domina los sectores estratégicos de la economía local, sea en el agro, la industria o los servicios. La presencia de empresas argentinas entre las transnacionales de la región, las traslatinas no modifica el carácter enunciado, por el contrario, ratifica que el capital solo puede funcionar con efectividad si logra escala de competencia mundial.

El subimperialismo, como premisa, no puede funcionar sin un Estado fuerte que usufructúe una autonomía relativa frente al imperialismo; papel que fue tempranamente advertido por el mismo Marini, por ejemplo, al señalar que:

Como indicamos anteriormente, el esquema de realización de la economía brasileña, en su fase subimperialista, se encuentra sustentado por el consumo suntuario, el mercado mundial y el Estado. Cuando analicé por primera vez ese esquema, hace algunos años, señalé que el primer elemento de sustentación, el consumo suntuario, aparecía como el más precario, mientras que el más sólido, y el único viable a largo plazo, lo constituía el mercado mundial. Sin embargo, la válvula de escape para los problemas de realización planteada por la economía brasileña – problemas que, obviamente, se agravan en los ciclos recesivos – la constituye el Estado, cuyo papel como promotor de demanda es prácticamente ilimitado, siempre que no se alteren significativamente las condiciones en que se opera la reproducción del capital, es decir, mientras no sea puesta en jaque la superexplotación del trabajo (Marini, 1977b, p. 83).

Como se puede apreciar, siempre en el marco de la superexplotación y de la dependencia, el Estado, en consonancia con esos elementos, desempeña un papel estratégico y funcional para la plena expansión del subim-

perialismo en la región y en otras, como en la asiático-europea, donde se despliega con fuerza el Estado subimperialista dependiente turco. Además, estos elementos sirven al análisis de los países dependientes en la actualidad – particularmente el papel que desempeña el Estado brasileño –, por ejemplo, para entender su participación en la crisis estructural y financiera de 2008-2009, y la manera como actuó el gobierno para intentar paliarla en función de solventar el aumento salarial, estimular el crédito popular en sectores antes excluidos del consumo de bienes durables, como refrigeradores, electrodomésticos y hasta automóviles, así como mediante programas de contención de la pobreza extrema, como el implementado por el gobierno de Lula, denominado Bolsa Familia, creado en 2003 y que, según el Instituto Brasileiro de Geografía e Estatística (IBGE) habría sacado de la pobreza entre 30 y 36 millones de personas desde su implementación. Pero, a pesar de estas cifras tan socorridas y publicitadas en sus campañas electorales por los funcionarios del gobierno y del PT, el IBGE informó que alrededor de 7.2 millones de brasileños padecen carencia alimenticia severa, y otros 52 millones han padecido problemas alimenticios en 2013 (IBGE, 2013).

El neoliberalismo, en particular, y el capitalismo, en general, sólo logran paliar la pobreza “normal” y extrema por cuestiones meramente políticas; de ningún modo la erradican porque la necesitan, en cierto nivel de existencia, para controlar y gestionar los procesos de desempleo y la acumulación de capital, como bien demostró Marx en el capítulo XXIII del primer volumen de *El capital*.

Por otro lado, cuando Marini plantea el tema del subimperialismo, como una particularidad de la economía dependiente al alcanzar la etapa de los monopolios y del capital financiero, la circunscribe específicamente a Brasil, en América Latina. Pero, en general, más que desembocar en el fortalecimiento de economías y países con una mayor autonomía en el mercado mundial y con capacidades

decisorias internas entorno a sus soberanías nacionales, desarrolladas en un marco internacional fundado en “relaciones simétricas” con las naciones desarrolladas, por el contrario, lo anterior redundó en la constitución de economías neoliberales dependientes expuestas y subordinadas a los ciclos económicos de los países hegemónicos del capitalismo avanzado, independientemente de sus niveles de desarrollo, medidos tanto por su composición orgánica de capital, el nivel y desarrollo de sus fuerzas productivas, como por su participación en el reparto de la tasa media de ganancia a nivel mundial.

Se puede sostener esta tesis aún en el caso de países dependientes, como Brasil, que, exhibiendo cierto nivel de desarrollo capitalista y de autonomía política que lo ha colocado en el estatus de miembro de los BRICS (incluyendo a Sudáfrica) – que, por cierto, hoy exhibe dificultades en su relación particularmente con China, a raíz del golpe de Temer y su política de alienación con el imperialismo norteamericano –, mantienen su condición periférica y subordinada de los países avanzados del capitalismo hegemónico, de lo que da cuenta el concepto de *subimperialismo* de Marini. Además, este autor considera a otros países, como pudieran ser, por ejemplo, Egipto, Irán o Israel, pero elige Brasil tanto debido a que aquí se presenta el fenómeno en su máxima pureza, como por ser de peculiar dominio del conocimiento del autor. Al referirse a México, por ejemplo, que es un exportador de manufacturas y de productos ensamblados por las maquiladoras, propiedad de empresas transnacionales norteamericanas, lo refiere como un caso de *anexión económica* – lejos de configurar una situación subimperialista típica –, dado por la superexplotación de la fuerza de trabajo nacional y su migración de una buena parte de ésta a Estados Unidos, así como por su incorporación a la acumulación de capital en absoluto beneficio de la economía norteamericana.

Al respecto, su planteamiento es el siguiente:

Es significativo observar que una de las formas de exportación de manufacturas que se registra en México y que predomina en Filipinas, Corea del Sur, Hong Kong – la de las maquiladoras, mediante la cual plantas ubicadas en territorio nacional terminan o ensamblan partes y componentes recibidos desde plantas extranjeras y los devuelven a éstas para el proceso final – está lejos de generar tendencias subimperialistas, en la medida en que no se presenta para el país donde opera la industria de maquila la necesidad de bregar por la conquista de mercados. La característica esencial de la maquila es la de ser una fase del proceso de producción referida al ciclo de reproducción de un capital individual, que se realiza en un ámbito nacional ajeno a aquél en el que dicho ciclo tiene lugar. Esto implica que – como pasaba en la antigua economía de enclave – un determinado factor de producción (en este caso, la fuerza de trabajo) es sustraído a la economía dependiente e incorporado a la acumulación capitalista de la economía imperialista, configurando pues un caso de *anexión económica* (Marini, 1977b, p. 33).⁶

Al lado de la *anexión económica*, que configura un *status* de neocolonialismo, con la absorción de fuerza de trabajo de millones de trabajadores indocumentados que ella implica, otro factor que explica la imposibilidad de la configuración de México como subimperialista es su cercanía y fuerte dependencia de Estados Unidos, más concretamente, de sus ciclos de reproducción de capital. Al respecto, dice Luce (2014, p. 53, traducción nuestra):

En México, la subordinación económica y política a los proyectos del imperialismo estadounidense impidió al capital en operación en el país tener proyectos propios. El grado de penetración del imperialismo estadounidense en México impidió que el Estado pusiera en práctica una política expansionista relativamente autónoma. De esta manera, en estos dos países (Argentina y México) maduró la formación subordinada y no la subimperialista (autonomía relativa).

Hay que agregar que a dicha subordinación, además, contribuye la vecindad del territorio mexicano con el de Estados Unidos – con una longitud aproximada de 3185 kiló-

⁶ El tema del subimperialismo, en especial de Brasil, lo trata Luce (4 de diciembre de 2008) y en un trabajo más reciente, 2014, p. 43-65.

metros – cuestión que la sella con broche de oro a favor del segundo, sobre todo mediante los flujos migratorios y la necesidad que millones de trabajadores mexicanos (alrededor de 11 millones) tienen de enviar las remesas a su país de origen (Peña, 2012).

Se pueden sintetizar y diferenciar los rasgos fundamentales del subimperialismo para entrever similitudes y diferencias, tanto con los no subimperialistas dependientes, como con los (neo) imperialistas desarrollados del capitalismo avanzado; esto con el fin de aprehender sus especificidades en aras de vislumbrar avances anticapitalistas, y no solamente antiimperialistas, de las masas populares y de los trabajadores.

En contraposición a quienes niegan la existencia del subimperialismo, en términos del planteamiento de Marini, Luce destaca cinco rasgos específicos de la industrialización dependiente, que terminan por configurar un *sistema subimperialista* que *trasciende* el período de la dictadura.

- a) En primer lugar, menciona la configuración de un país dependiente como un “subcentro regional” que irradia su influencia en los países y sistemas de su entorno (por ejemplo a Argentina, Paraguay, Uruguay o Bolivia y en el entorno del Mercosur).
- b) En segundo lugar, figura el hecho de que ocurra una visible unidad entre las diversas fracciones burguesas mediante el desplazamiento o postergación de sus contradicciones internas, cuestión que, por ejemplo, en México, se dio luego del último intento, fracasado por cierto, de golpe de Estado, fraguado en contubernio con funcionarios alemanes, por el general Victoriano Huerta en el episodio que se denominó la “Decena Trágica” contra el presidente Francisco I. Madero, entre el 9 de febrero y el 19 de este mismo mes de 1913. El logro de esta *unidad* de la burguesía y de la oligarquía que se mantiene hasta la actualidad férreamente sellada y garantizada por un sistema partidocrático ensamblado en el presidencialismo mexica-

no autoritario, comandado por el PRI en el gobierno, no condujo, como en Brasil, al subimperialismo, debido a las razones indicadas anteriormente, entre otras, a la existencia de un “Estado de compromiso” (Oliver, 2009), para quien la forma que asumió el Estado nacional, en Brasil, fue la de un “Estado nacional de compromiso” que es fiel expresión de la unidad de las distintas clases y fuerzas dominantes: fundamentalmente el gran capital y la oligarquía exportadora y que se redefine luego de la instalación de la dictadura militar “[...] bajo la hegemonía del gran capital transnacionalizado” (Oliver, 2009, p. 42). En comparación al brasileño, para este autor, el mexicano se constituyó como “Estado nacional jacobino unitario” (Oliver, 2009, p. 40).

Si bien este caso difiere del argentino, donde efectivamente no ocurrió dicha unidad de las distintas fracciones burguesas, sí derivó en un capitalismo dependiente que no se constituyó en un subimperialismo similar al de Brasil.

- c) En tercer lugar, destaca la elaboración de un proyecto específico político-ideológico nacional subimperialista que, en Brasil, tuvo un sólido respaldo en la industrialización sustitutiva de importaciones que, en el contorno latinoamericano, alcanzó su etapa más compleja y se extendió prácticamente hasta inicios de la década de los noventa del siglo pasado (Tavares, 1972), cuando da inicio la política neoliberal, se desindustrializa el país y se convierte en exportador de productos primarios para adoptar el modelo extractivista dependiente (Salles, 2013).
- d) En cuarto lugar, figura la formación de monopolios o *trusts* capitalistas nacionales (las llamadas *empresas translatinas*), que siguen la huella rostowiana de los países avanzados.
- e) Por último, y lo que resulta sumamente específico, tanto respecto a los países imperialistas como a los dependientes que se ubican por debajo de los subimperialistas (los de Centroamérica y del Caribe y andinos como

Bolivia o Ecuador o en el Sur Paraguay y Uruguay), la simultaneidad de las transferencias de valor desde éstos últimos a los centrales, y la apropiación del valor y la plusvalía de los países más débiles por parte de las burguesías subimperialistas en beneficio propio (Luce, 2014).

Al respecto, según el Departamento Intersindical de Estadística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2014, p. 2), entre 2006 y 2013, Brasil transfirió recursos financieros (“remessa de lucros”) por un valor total de 171.300 millones de dólares, con cargo en el déficit de la cuenta corriente de la balanza de pagos y como producto del reenvío de las empresas transnacionales a sus casas matrices. Por países, en 2013, los países bajos (Holanda) acapararon el 23,07%, Estados Unidos, 20,14%, y España, 12,41% (DIEESE, 2014, p. 12) y, por sectores, los más concentrados por las empresas transnacionales son la industria automotriz, los bienes de consumo (incluyendo bebidas), telecomunicaciones, comercio al menudeo y química (DIEESE, 2014, p. 14).

Se equivocan quienes piensan que el subimperialismo es un mero fenómeno de circulación y de “estrechez de mercados” que “obliga” a las empresas a invertir al exterior, como se puede leer a continuación:

Sem ignorar as explicações para o fenômeno, como a tese do subimperialismo brasileiro, compreendemos que a explicação dada por Ruy Mauro Marini e seus adeptos não é suficiente para justificar o fenômeno da internacionalização das empresas brasileiras. Isso porque não é a estreiteza do mercado que explica a atuação das empresas no exterior, mas a própria experiência e alta capacidade de capital que elas desenvolveram no Brasil antes e, principalmente, durante a ditadura civil-militar (1964-1988). Assim, essas empresas atuam em diversos ramos econômicos no mercado doméstico e são capazes, por seu porte e experiência técnica, de executar obras no exterior (Pedreira Campos, 2014, p. 120).

Estamos completamente de acuerdo en que no es la “estrechez” del mercado interno lo que explica la “actuación de las empresas en el exterior” que, por cierto es éste justamente

uno de los argumentos de Marini. Lo que no explica la cita anterior, una vez que, incorrectamente, le atribuye a Marini la expansión de las empresas brasileñas originada únicamente por la “estrechez” del mercado interno, es de dónde se deriva – y que tipo de empresas nacionales o extranjeras poseen – la “experiencia y alta capacidad del capital” y qué factores o conjunto de factores las habilitan para actuar en el exterior. Se desconsidera el argumento central de la teoría de la dependencia que encabeza Marini, y que es la existencia, en los países dependientes y periféricos, de la superexplotación de la fuerza de trabajo como *régimen* económico, social y de organización del mundo del trabajo que, entre otros procesos, coadyuva a contrarrestar los problemas de realización y las dificultades para la obtención de ganancias para el capital.⁷

Además de tergiversar y reducir los planteamientos de Marini respecto a que supuestamente éste deriva la expansión de las empresas brasileñas al exterior únicamente por la “estrechez del mercado interno”, ignora que, en diversos textos, ese autor se cuidó de explicar la naturaleza y características del fenómeno subimperialista que, para él, hay que subrayarlo, no se limita a las empresas, sino al capital brasileño (asociado o no con el extranjero) que fluye al extranjero en la búsqueda insaciable de mercados, inversión, tecnología, plusvalía y rentabilidad, en donde la punta de lanza, como dijimos, es normalmente el Estado.

Al cuestionar los planteamientos que niegan la existencia o posibilidad de que el capitalismo, en general, y el brasileño, en particular, experimenten problemas de realización de la producción de mercancías – en donde, por cierto, la exportación de manufacturas desempeña un rol central para contrarrestarlos –, basado en el argumento de la existencia de la demanda interna proveniente de las clases medias y de aquella creada por el Estado, Marini recurre a la explicación del ciclo del capital tal

⁷ Para una profundización de este punto véase: Martins (2013), especialmente capítulo 6.

y como éste es estudiado por Marx en el T.II de *El capital*, con el fin de demostrar que toda producción de mercancías necesariamente se tiene que resolver en el plano de la realización, del mercado. Planteamiento ubicado en un alto nivel de abstracción pero que, en un nivel concreto, no niega las dificultades que, tarde o temprano, experimenta el capitalismo para la realización de las mercancías. Por ello, para Marini, contraponer la salida al exterior con la demanda que crean las capas medias o el Estado resulta completamente estéril (Marini, 1977b), debido a los límites estructurales que presentan ambos tipos de demanda. Para Salama (1972), la “tercera demanda”, que es un fenómeno eminente de la circulación, brota del antagonismo que se establece entre los ingresos de ciertas capas de trabajadores que acceden al consumo de “bienes de lujo” y la exclusión de otra parte de la misma, que se ve excluida del consumo de los mismos. En consecuencia, concluye el autor,

Se comprende que pueda *surgir* de ese doble proceso una *tercera demanda*, intermediaria entre la de los más ricos y la de los más pobres, demanda que se dirige en parte importante al sector de bienes de consumo durables. Esta demanda, sumada a la de los 10% más ricos, disminuye la contradicción a nivel de la realización de las mercancías producidas, y permite una valorización superior del capital en ese sector [...] Pero la aparición de esta ‘tercera demanda’ no tiene como único origen la recomposición del empleo industrial. En parte proviene también de la aparición de los trabajadores improductivos (Salama, 1972, p. 213, cursivas del autor).

Ciertamente que, en el nivel de la distribución de los ingresos dicha “tercera demanda,” vale decir, la que se crea en función de la clase media, derivada por cierto de la plusvalía social existente, redistribuida por acción de la política del Estado, puede efectivamente disminuir o atenuar las dificultades en la realización y valorización del capital en el mercado. Pero el autor olvida que, por mucho que se distienda o se logre distender dicha contradicción, tarde o temprano ésta aflora con mucho mayor fuerza e intensidad, generando

graves problemas de realización no sólo del valor, sino de la plusvalía y, en general, de las mercancías, fundamentalmente debido a que la base económica y material del ingreso de dicha tercera demanda proviene, ya sea de la redistribución de los salarios de los trabajadores o, bien, de partes alícuotas de la plusvalía de la clase capitalista. *No constituye* una tercera fuente de ingreso distinta al de las clases antagónicas: el trabajo y el capital, el salario y la plusvalía.

Es debido a esto que, para Marini, ese tipo de demanda definitivamente no resuelve los problemas. En un ensayo sobre el ciclo del capital en la economía dependiente, Marini (1979a) demuestra que, ante ese límite de la demanda, el capitalismo, en particular el brasileño, a) necesariamente recurre al exterior para invertir sus capitales y extraer plusvalía de los procesos productivos donde los invierte – como producto de la superexplotación del trabajo que, a la vez, rebaja los salarios reales de los trabajadores; b) con ello, de alguna manera, contrarresta el límite del consumo de las clases medias y superiores de la burguesía; y c) atiende los problemas de realización que esto genera en las esferas de la producción de bienes suntuarios, donde justamente se concentran las inversiones y opera la ganancia extraordinaria, es decir, la que comanda el gran capital internacional y las empresas transnacionales monopólicas.

Por tanto, de ninguna manera se trata de que la expansión al exterior resulte de un voluntarismo caprichoso de los empresarios y de su “[...] própria experiência e alta capacidade” (Pedreira, 2014) – que, por cierto, *sí* influyen y hay que tomarlos en cuenta –, sino de los problemas de realización que, esencialmente, se derivan del mismo ciclo de la producción y reproducción del capital en condiciones de dependencia estructural de las economías dominantes, exacerbados por las crisis económicas y los problemas para la venta de las mercancías y la realización de la plusvalía.

El otro elemento que marca los límites

de la demanda es justamente la superexplotación del trabajo que, a la par, obliga a las empresas capitalistas que están en posibilidad de hacerlo, a volcarse, primero al mercado interno de alto consumo suntuario y, después, y (o) simultáneamente, al exterior en busca de ganancias extraordinarias derivadas de su mayor composición orgánica de capital, respecto al que opera en los países que poseen menor desarrollo relativo expresado en la baja composición orgánica de su capital.

La siguiente cita resume el planteamiento general del ciclo del capital en la economía dependiente:

[...] podríamos decir que el ciclo del capital en la economía dependiente se caracteriza por un conjunto de particularidades. Entre ellas el papel que juega el capital extranjero en la primera fase de circulación, tanto bajo la forma dinero como la de mercancía, así como el hecho de que la producción determina transferencias de plusvalía (que se harán visibles en la segunda fase de circulación); fija la plusvalía extraordinaria y se desarrolla sobre la base de la superexplotación del trabajo; ambos hechos llevan a la concentración del capital y a la monopolización precoz, al tiempo que divorcian la estructura de producción de las necesidades de consumo de las masas. La distorsión en la distribución del ingreso que de allí se origina dinamiza, en la segunda fase de circulación, el sector del mercado capaz de sostener el desarrollo de las ramas de producción suntuaria, forzando a agravar esa distorsión en la medida en que dichas ramas aumentan su producción y demandan más mercado. Los límites con que choca esa segunda fase de circulación, tanto por la transferencia de plusvalía al exterior como por la deformación de la estructura de ingreso interna, la empujan hacia el exterior llevándola a buscar la realización de parte de las mercancías en el mercado mundial, con lo que se cierra el círculo de la dependencia del ciclo del capital respecto al exterior (Marini, 1979a, p. 5).

Como se puede apreciar en esta definición de la dependencia y del ciclo del capital, de ninguna manera se puede describir el expansionismo subimperialista por la mera estrechez del mercado interno, dado que éste, a la par, depende del estado general de la producción, de la composición orgánica del capital y de la inserción del país en la división inter-

nacional del trabajo, así como de la influencia que, a la par, éste pueda ejercer en esta última.

Una vez explicitado el mecanismo de la dependencia, los límites de la producción y de los mercados internos suntuarios, reforzados por la superexplotación del trabajo, resulta la siguiente definición del subimperialismo:

[...] la forma que asume la economía dependiente al llegar a la etapa de los monopolios y el capital financiero. El subimperialismo implica dos componentes básicos: por un lado, una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales y, por otro, el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma, que no sólo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista sino que se mantiene en el marco de la hegemonía ejercida por el imperialismo a escala internacional. Planteado en estos términos, nos parece que, independientemente de los esfuerzos de Argentina y otros países por acceder a un rango subimperialista, sólo Brasil expresa plenamente, en Latinoamérica, un fenómeno de esta naturaleza (Marini, 1977b, p. 37).

CONCLUSIÓN

La teoría de la dependencia proporciona el marco general para comprender el fenómeno del subimperialismo tal y como este se constituye en condiciones histórico-concretas, dentro de las formaciones sociales capitalistas latinoamericanas, que es el nivel intermedio donde se inserta justamente la dependencia como teoría y en tanto objeto de estudio. Este es el nivel de análisis para estudiar y comprender la constitución histórica de las “potencias medias” en el marco internacional, sin desprenderlas de sus ciclos económicos (dependientes), de la especificidad de sus estructuras y luchas de clases y de las características del Estado burgués en relación con la acumulación y reproducción del capital, así como con las condiciones de ejercicio de la dominación y la explotación en la sociedad.

Si bien varios países de la región – y fuera de ella también – poseen rasgos subimperia-

listas, como los identificados anteriormente, sólo Brasil se constituye como un Estado y un sistema económico con esos atributos que, por ende, terminan diferenciándolo de los imperialismos dominantes del capitalismo avanzado (Estados Unidos, Alemania, Francia, Japón, Inglaterra, Italia) y del resto de los países de la periferia del capitalismo del área dependiente, que no poseen las condiciones, mecanismos y procesos necesarios para constituirse como tales, como subimperialistas, y que son la gran mayoría de los países subdesarrollados del orbe. Éstos, más bien, terminan siendo dominados y controlados por las potencias imperialistas clásicas y por las burguesías, los capitales y las clases dominantes subimperialistas, que están en condiciones económicas, sociales, políticas y militares para volcar sus aparatos productivos, sus inversiones y exportaciones con el fin de obtener cuantiosos beneficios mediante la explotación del trabajo por el capital, así como para resarcirse de las transferencias de valor y de plusvalía a favor de los centros imperialistas, dada su condición sustantiva de ser países paralelamente dependientes de los sistemas y ciclos productivos imperialistas, de la dinámica y contradicciones del mercado mundial y de la división internacional del trabajo impuesta, comandada y diseñada, en gran medida, por las grandes corporaciones capitalistas transnacionales, que operan simultáneamente en todo el mundo en alianza estratégica con las burguesías dependientes o *lumpen burguesías*, como certeramente las caracterizó Frank (1971; Vasconcellos, 2014).

Recebido para publicação em 07 de abril de 2018
Aceito em 07 de maio de 2018

REFERENCIAS

- BAGÚ, S. *Economía de la sociedad colonial: ensayo de historia comparada de América Latina*. México: Grijalbo: consejo nacional para la cultura y las artes, 1992.
- BAMBIRRA, V. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. México: Era, 1978.
- BARAN, P. A. *La economía política del crecimiento*. México: FCE, 1977.
- BORÓN, A. *América Latina en la geopolítica del imperialismo*. México: UNAM, 2014.
- CAMPOS, P. H. P. O processo de transnacionalização das empreiteiras brasileiras, 1969-2010: uma abordagem quantitativa. *Tensões mundiais world tensions*, Fortaleza, v. 10, n. 18-19, 2014. Observatório das Nacionalidades.
- CARGANHOLO, R. *Capital: essência e aparência*. São Paulo: Expressão popular, 2013. v. 2.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Remessas de lucros e dividendos: setores e a dinâmica econômica brasileira. *Nota técnica*, n. 137, jun. 2014.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- FRANK, A. G. *América latina: subdesarrollo y revolución*. México: ERA, 1969.
- _____. *Lumpenburguesía: lumpendesarrollo*. México: Era, 1971.
- GAMBINA, Julio. Economía a fines del 2011. 2011. Disponible en: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=141613>>. Acceso en: 20 dic. 2011.
- GARCIA, T. P.; AMARAL, M. S. *O capitalismo dependente e o Brasil contemporâneo: cooperação ou subimperialismo na América Latina?* 2015. No prelo. Documento en PDF.
- GROSSMAN, H. *La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista*. 3. ed. México: Siglo XXI, 2004. p. 269.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: segurança alimentar* 2013. Rio de Janeiro: [S.n.], 2014. Disponible en: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>>. Acceso en: dic. 2016.
- LUCE, M. S. La expansión del subimperialismo brasileño. 2008. Disponible en: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=76977>>. Acceso en: dic. 2016.
- _____. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. *Tensões mundiais*, Fortaleza, v. 10, n. 18-19, p. 43-65, 2014. Disponible em: <<http://www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/article/viewFile/342/425>>. Acceso en: dic. 2016.
- LUXEMBURGO, R. *La acumulación de capital*. México: Grijalbo, 1967.
- MAGDOFF, H.; SWEEZY, P. M. *Estancamiento y explosión financiera en Estados Unidos*. México: Siglo XXI, 1988.
- MARINI, R. M. *Dialéctica de la dependencia*. México: ERA, 1973.
- _____. *Subimperialismobrasiliano*. Torino: Giulio Einaudi editori, 1974a.
- _____. *Subdesarrollo y revolución*. 5. ed. México: Editorial Siglo XXI, 1974b.
- _____. Estado y crisis en Brasil. *Cuadernos políticos*, n. 13, p. 76-84, jul./sept. 1977a.
- _____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos políticos*, n. 12, p. 21-39, abr./jun. 1977b. Ediciones ERA
- _____. El ciclo del capital en la economía dependiente. En: OSWALD, U. (Coord.). *Mercado y dependencia*. México: Nueva Imagen, 1979a. p. 37-55.
- _____. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. *Cuadernos políticos*, n. 20, abr./jun. 1979b.
- _____. Geopolítica latino-americana.ca. 1985a. Disponible

- en: <http://www.marini-escritos.unam.mx/066_geopolitica_latinoamericana.html#_top>. Acceso en: jun. 2017. Arquivo Pessoal de Marini depositado no Programa de Estudos de América Latina e Caribe-Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- _____. *Subdesarrollo y revolución*. 12. ed. México: Siglo XXI, 1985b.
- _____. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. En: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. *La teoría social latinoamericana: cuestiones contemporáneas*. México: Ediciones El Caballito, 1996. Existe versión en internet: <<http://lahaine.org/amauta/b2-img/Mariniglobalizacion.pdf>>.
- MARINI, R. M.; PELLICER DE BRODY, O. Militarismo y desnuclearización en América Latina: el caso de Brasil. *Foro internacional*, n. 29, jul./sept. 1967.
- MARTINS, C. E. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MARX, K. *El capital*. México: FCE, 2000. l. 2.
- MURUA, G. F. F. *Subimperialismo: entrada dependiente da economia periférica à fase imperialista do capitalismo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2014. Disponible en: <http://www2.unifesp.br/ciencias_sociais/dissertacoes-defendidas-versao-final/gabriela-fernandes-feliciano-murua>. Acceso en: jun. 2017.
- OLIVER COSTILLA, L. *El estado ampliado en Brasil y México*. México: UNAM, 2009.
- OLIVEIRA, F. *Crítica da razão dualista o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PEDREIRA CAMPOS, P. H. "O processo de transnacionalização das empreiteiras brasileiras, 1969-2010: uma abordagem quantitativa". *Tensões mundiais*, Fortaleza, v. 10, n. 18-19, 2014. Observatório das nacionalidades.
- PEÑA LÓPEZ, A. A. *Migración internacional y superexplotación del trabajo*. México: Editorial Itaca, 2012.
- PETRAS, J. *Globaloney: el lenguaje imperial, los intelectuales y la izquierda*. Buenos Aires: Editorial Antídoto, 2000.
- RAMÍREZ, K. G. *Geopolítica y subimperialismo en América Latina: el caso de Brasil*. 2017. 118 f. Tesis (Maestría) - Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2017.
- SALAMA, P. *El proceso de subdesarrollo*. Editorial. México: ERA, 1972.
- SALLES, S. *Karl Marx y Rosa Luxemburgo: la acumulación de capital en debate*. Buenos Aires: Peña Lillo: Ediciones continente, 2009.
- _____. *Lucha de clases en Brasil (1960-2010)*. Buenos Aires: Peña Lillo-Ediciones: Continente, 2013.
- SOTELO, V. A. *Teoria da dependência e desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. Londrina: Editora Praxis, 2008.
- _____. *Subimperialism revisited: dependency theory in the thought of Ruy Mauro Marini*. Boston: Brill, 2017.
- STERNBERG, F. *El imperialismo*. México: Siglo XXI, 1979.
- TAVARES, M. da C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. En: _____. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- TRASPADINI, R. *A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Outras expressões, 2014.
- VASCONCELLOS, G. F. *Gunder Frank: o enguiço das ciências sociais*. Florianópolis: Editora Insular, 2014.
- VITALE, L. *Interpretación marxista de la historia de Chile: los decenios de la burguesía comercial y terrateniente (1831-1961)*. Santiago: LOM Ediciones, 2011. v. 2.
- VUYK, C. *Subimperialismo brasileño y dependencia del Paraguay: los intereses económicos detrás del golpe de estado de 2012*. Asunción: Cultura y Participación para el Cambio Social, 2014.
- ZIBECCHI, R. *Brasil potencia: entre la integración regional y un nuevo imperialismo*. México: Bajo Tierra Ediciones-JRA, 2013.

**SUBIMPERIALISM AND DEPENDENCE IN THE
NEOLIBERAL AGE**

Adrian Sotelo Valencia

The category “sub-imperialism” is one of the most important contributions of the Marxist theory of dependency (MTD). Immersed in the Latin American problematic and, in particular, in Brazil, it provides one of the key theoretical-methodological keys for the understanding of the dynamics of the economic, social and political crisis of that country in the convulsed and complex international and regional context. The objective of this essay is to revisit the concept of sub-imperialism and to highlight its explanatory validity of the economic and political phenomenology of present-day Brazil.

KEYWORDS: Subimperialism, Dependency, Antagonistic Cooperation, Neoliberalism, Brazil.

**SUBIMPÉRIALISME ET DÉPENDANCE À L'ÈRE
NÉOLIBÉRALE**

Adrian Sotelo Valencia

La catégorie “sous-impérialisme” est l’une des contributions les plus importantes de la théorie marxiste de la dépendance (TMD). Immergé dans la problématique latino-américaine et plus particulièrement au Brésil, il fournit l’une des clés théoriques et méthodologiques permettant de comprendre la dynamique de la crise économique, sociale et politique de ce pays dans le contexte international et régional complexe et convulsif. L’objectif de cet essai est de revenir sur le concept de sous-impérialisme et de mettre en évidence sa validité explicative de la phénoménologie économique et politique du Brésil actuel.

MOTS-CLÉS: Subimpérialisme, dépendance, coopération antagoniste, néolibéralisme, Brésil.

PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL E CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL ATUAL

*Luiz Filgueiras**

A Teoria Marxista da Dependência (TMD), com o objetivo de entender as formas de reprodução do capital, nas distintas formações econômico-sociais, em diferentes períodos históricos do desenvolvimento capitalista, construiu o conceito de Padrão de Reprodução do Capital (PRC), apoiada na conhecida forma geral do ciclo do capital industrial, que é, também, a forma do ciclo do capital-dinheiro – conforme formulado por Marx. Este texto discute o alcance e o limite desse conceito para a compreensão da formação econômico-social brasileira contemporânea. Aponta que, embora ele contribua para o entendimento de formações econômico-sociais concretas, seu nível de abstração não permite perceber diferenças importantes existentes entre elas – em especial as latino-americanas. Como consequência, propõe, de forma complementar e em um nível menor de abstração, o conceito de Padrão de Desenvolvimento Capitalista (PDC), devidamente redefinido, e que se refere apenas a uma formação econômico-social singular (única pela sua história).

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Marxista da Dependência. Padrão de Reprodução. América Latina. Padrão de Desenvolvimento. Brasil.

INTRODUÇÃO

Segundo a Teoria Marxista da Dependência (TMD), o capitalismo, desde sua gênese na Europa, já trazia, em si, uma tendência expansiva de incorporação e subordinação de todas as regiões do planeta à sua lógica, vindo a se constituir, já na segunda metade do século XIX, como um sistema mundial.

O impulso inicial dessa expansão, expresso no sistema colonial mercantilista (séculos XVI-XVIII), ganhou força com a Revolução Industrial, que colocou a Inglaterra na vanguarda desse movimento, dando origem (ao longo do século XIX) à primeira forma de divisão internacional do trabalho – que, de modo semelhante a todas as demais formas que se sucederam no tempo, foi inequivocamente assimétrica no que se refere ao poder, à inserção e ao lugar ocupado pelos distintos países na ordem capitalista internacional. Esse processo se aprofundou na virada do século XIX para o XX, quando o imperialismo moderno, da era do capital, se

consolidou; e atingiu seu ápice nos últimos cinquenta anos, com o processo de mundialização do capital, sob o comando e a dominância do capital financeiro – o que lhe conferiu novas determinações (Chesnais, 1996).

Assim, a expansão do capitalismo se fez, desde sempre, de forma “desigual e combinada” (Löwy, 1998), através de ondas sucessivas de internacionalização do capital, que instituíram e reconfiguraram, algumas vezes, a divisão internacional do trabalho, primeiramente sob a hegemonia da Inglaterra e, posteriormente, dos EUA.

Por isso, a TMD, tal como as teorias do imperialismo, percebe o sistema capitalista mundial como uma ordem hierárquica, na qual uma pequena minoria de países (pioneiros do desenvolvimento capitalista) condiciona e subordina a grande maioria que, posteriormente, foi sendo incorporada. Distintamente das teorias do imperialismo, mas de forma complementar a elas, a TMD concebe o sistema capitalista mundial a partir da estrutura e da dinâmica econômico-social e política dos países subordinados, que, em última instância, têm seu desenvolvimento condicionado pelo

* Universidade Federal da Bahia (UFBA). Faculdade de Economia. Praça Treze de Maio, n. 06, Centro. Cep: 40.060-300. Salvador – Bahia – Brasil. luizmfil@gmail.com

desenvolvimento dos países imperialistas (Amaral, 2012).

Com essa perspectiva, a TMD identifica características específicas na forma como o capitalismo se desenvolveu nos países subordinados, dando origem ao capitalismo dependente, cuja reprodução está subsumida pela reprodução do capital nos países imperialistas. Portanto, ela advoga a existência de um capitalismo particular que, a despeito de ser regido pelas leis gerais de movimento do capital, apresenta leis específicas que redefinem a forma como as primeiras se realizam nas economias dependentes, condicionando o processo de reprodução do capital nelas existente. Em síntese, embora essas economias não sejam um simples reflexo das economias do centro, no longo prazo, sua dinâmica está delimitada pelo movimento de reprodução do capital imperialista e pela posição subordinada que ocupam na divisão internacional do trabalho (Marini, 1973a, 1973b).

Nessa reconstrução histórico-teórica do capitalismo dependente, situada em nível de abstração menor do que aquele no qual Marx construiu sua teoria do capital e do capitalismo – pois incorpora as relações internacionais entre distintos Estados nacionais, o mercado mundial e a competição intercapitalista –, a TMD elabora novos conceitos que, embora subsumidos aos conceitos construídos por Marx, estão associados à forma de funcionamento do capitalismo dependente (Osório, 2012a).

Esses novos conceitos – troca desigual, superexploração da força de trabalho, subimperialismo, etc. –, embora pertinentes à compreensão do capitalismo dependente, ainda se situam num nível de abstração elevado, ou seja, explicam as características mais gerais desse tipo de capitalismo, as quais o diferenciam do capitalismo dos países imperialistas, evidenciando que seu ciclo de reprodução do capital está condicionado pelo ciclo de reprodução do capital imperialista (Marini, 1979).

No entanto, a TMD deu um passo adiante ao reconhecer que a reprodução do capital

pode assumir formas concretas diferentes ao longo da história do capitalismo e da divisão internacional do trabalho. Tais formas possuem relevância para se entender o modo de articulação internacional dos países, assim como o caráter de suas classes e frações de classe dominantes, suas relações com as classes trabalhadoras, as características do seu Estado, o bloco político no poder, a política econômica posta em prática pelos governos etc. No capitalismo dependente, regido pela troca desigual e a superexploração da força de trabalho, essas formas estão associadas a (e evidenciam) distintos modos como se concretiza a dependência em cada momento histórico.

Para dar conta das formas de reprodução do capital nas distintas formações econômico-sociais, em diferentes períodos históricos do desenvolvimento capitalista, a TMD construiu o conceito de Padrão de Reprodução do Capital (PRC), apoiada na conhecida forma geral do ciclo do capital industrial que é, também, a forma do ciclo do capital-dinheiro. A partir dele, pode-se indagar sobre as principais características que configuram certas regularidades na reprodução do capital em certo espaço territorial, em dado momento histórico – constituindo-se, assim, um padrão que nos informa como o capitalismo, em uma formação econômico-social concreta, se reproduz de modo articulado com a reprodução internacional do capital (Osório, 2012a).

O objetivo deste texto é o de discutir o alcance e o limite desse conceito para a compreensão da formação econômico-social brasileira contemporânea. Aponta-se que, embora ele contribua para o entendimento de formações econômico-sociais concretas, seu nível de abstração não permite perceber diferenças importantes existentes entre elas – em especial as latino-americanas. Como consequência, propõe-se aqui, de forma complementar e em um nível menor de abstração, o conceito de Padrão de Desenvolvimento Capitalista (PDC), devidamente redefinido, que se refere apenas a uma formação econômico-social singular (única pela sua história).

Para isso, na seção que se segue a esta Introdução, é discutido e detalhado o conceito de PRC e seu uso por Osório (2012b) na definição de um Padrão Exportador de Especialização Produtiva que caracterizaria, hoje, todos os países da América Latina. Na sequência, discute-se e detalha-se o conceito de PDC e, posteriormente, a partir dele, analisam-se a estrutura e a dinâmica do capitalismo dependente brasileiro. Por fim, nas Considerações Finais, evidenciam-se, sinteticamente, os dilemas político-econômicos que demarcam, atualmente, o desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro.

O CONCEITO DE PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL¹

A TMD, em seus conceitos básicos, explica as particularidades do capitalismo dependente em geral, isto é, aquilo que ele tem de fundamental e que o diferencia do capitalismo imperialista. No entanto, ao longo do desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial, a forma assumida pela dependência foi se transmutando conforme a reconfiguração do capitalismo nos países imperialistas e, por consequência, o surgimento de outros tipos de divisão internacional do trabalho.

Assim, a forma de reprodução do capital nas economias dependentes, por estar subordinada à reprodução do capital no plano internacional, também se modifica – com a constituição de padrões específicos de reprodução, que podem distinguir um mesmo país ao longo do tempo ou países distintos no mesmo momento histórico.

O conceito de PRC, pensado inicialmente por Marini (1982), e desenvolvido posteriormente por Osório (2012a), tem por função fazer a mediação entre as leis gerais do capitalismo e a dinâmica concreta da reprodução do capital

– com a incorporação de mais determinações histórico-sociais para além daquelas necessárias à caracterização do capitalismo em geral. Ele estabelece “mediações entre os níveis mais abstratos e mais gerais de análise (modo de produção capitalista e sistema mundial capitalista) e os níveis menos abstratos ou históricos concretos (formação econômico-social e conjuntura)” (Osório, 2012a, p. 41). Objetiva “dar conta da forma como o capital se reproduz em um período histórico específico e em um espaço territorial determinado (no centro, na semiperiferia e na periferia), considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação” (Osório, 2012a, p. 40).

Portanto, esse conceito, ao permitir a passagem da análise para o plano da dinâmica histórico-concreta, possibilita a identificação de distintas formas de dependência e de ciclos de reprodução do capital no capitalismo dependente, assim como a hierarquização dos países dependentes como periféricos e semi-periféricos.

A partir do ciclo de reprodução do capital industrial, ou o ciclo do capital-dinheiro, representado por Marx como $D - M \dots P \dots M' - D'$, a TMD identifica e discute os elementos fundamentais, de natureza qualitativa, que determinam e dão substância ao conceito de PRC, que possibilitará a análise da dependência em situações singulares. Ele integra o processo de valorização com as formas materiais que este assume ao encarnar-se em determinados valores de uso: “... o valor de uso da valorização define as características do capitalismo que será gerado” (Osório, 2012a, p. 46).

Considerando-se $D - M$, a primeira fase da circulação, o capital-dinheiro \underline{D} , que dá partida ao processo de reprodução, coloca-se a questão do financiamento da acumulação e das características do investimento realizado: sua origem (capital estatal, apoiado em impostos diretos e indiretos ou através de empresas estatais, capital privado nacional e/ou capital estrangeiro), o modo de realizá-lo (lucros re-

¹ Essa seção tem como referência dois textos de Osório (2012a, 2012b) que tratam, respectivamente, do conceito de PRC e de sua utilização para a caracterização da América Latina na contemporaneidade.

tidos, empréstimos, investimento estrangeiro direto, associações e/ou mercado de capitais) e a que setores se destina primordialmente. Nas circunstâncias atuais do capitalismo, é também importante observar a prevalência da dominância financeira no processo de acumulação.

A compra de mercadorias necessárias ao processo produtivo – isto é, meios de produção e força de trabalho, representados por M – nos remete à identificação da origem dos meios de produção (produzidos e comprados localmente e/ou importados) e à natureza da relação capital-trabalho e de sua regulação.

Nas economias dependentes, o ciclo do capital, nessa primeira fase da circulação, articula-se e subordina-se duplamente ao capital imperialista: os empréstimos e o investimento estrangeiro direto, assim como os meios de produção produzidos nos países imperialistas, são a forma concreta dessa articulação dependente.

A observação de P evidencia a natureza do processo produtivo: a tecnologia utilizada (origem, propriedade e como é adquirida) e as formas de organização do processo produção e de gestão e consumo da força de trabalho pelo capital (jornada de trabalho, produtividade e intensificação do trabalho), além do seu grau de qualificação.

No capitalismo dependente, a introdução de nova tecnologia, decorrente da presença de empresas estrangeiras, leva à diferenciação da estrutura produtiva e a um processo precoce de monopolização, além de se constituir em uma forma essencial de transferência de excedentes. Restará às pequenas e médias empresas, como arma para competir, a superexploração dos trabalhadores, com o aumento da intensidade do trabalho, a extensão da jornada e a redução dos salários – práticas que também beneficiam as empresas dominantes. Por fim, a tecnologia importada implica taxas de desemprego elevadas e subemprego, constituindo-se um vasto exército industrial de reserva, essencial à superexploração, com a estrutura de produção tendendo a se separar progressivamente das necessidades reais de consumo da classe trabalhadora.

Na segunda fase da circulação $M' - D'$, de realização das mercadorias, M' nos informa sobre o tipo de mercadoria (valor de uso) produzida: bens de capital e/ou bens de consumo (bens-salário e suntuários, duráveis e não duráveis), *commodities* industriais e agrícolas etc. e seu destino (mercado interno e/ou exportação). E D' traz subjacente a forma de financiamento da realização das mercadorias (o sistema de crédito para a compra de meios de produção e o consumo das famílias).

Nas economias dependentes, a importância dos bens de consumo é maior, de forma contraditória com o que ocorre no processo de produção – apoiado na superexploração da força de trabalho. A estrutura concentrada da distribuição de renda limita o crescimento do mercado interno e provoca uma cisão ou separação entre produção e consumo de massa, implicando que parte importante da produção é para exportação.

Vê-se, portanto, que, embora esse ciclo de reprodução do capital, como valor, expresse como o processo de acumulação ocorre em qualquer economia capitalista, ele não tem a mesma natureza e o mesmo significado quando se consideram seus elementos materiais nos países imperialistas e nos países dependentes. Há distinções fundamentais sobre como a reprodução do capital se dá em cada um desses polos – que constituem o sistema capitalista mundial.

A subordinação do ciclo do capital dos países dependentes ao ciclo do capital dos países imperialistas se expressa em todas as fases do processo de reprodução do capital. Os vínculos de dependência se fazem presentes no financiamento e no investimento, nas importações de máquinas e equipamentos, na superexploração do trabalho, no uso da tecnologia importada e no pagamento de *royalties* e patentes, no tipo de mercadoria produzida e exportada, na remessa de juros e lucros etc. Em resumo: dependência tecnológica, comercial e financeira. Portanto, todo o ciclo de reprodução do capital, nos países dependentes, está

subsumido à reprodução do capital imperialista – elemento externo, mas que se internaliza ao participar do ciclo da economia dependente – configurando-se numa forma de reprodução “partida”, na qual o consumo dos trabalhadores, na economia dependente, não se constitui em componente fundamental de realização das mercadorias (Marini, 1973a, 1973b, 1979).

Adicionalmente, faz-se necessária a consideração do Estado e das políticas econômicas que constituem o PRC, esfera que articula as suas dimensões econômica e política. Nesse âmbito, devem-se distinguir as frações do capital e os setores que estão no centro do PRC, evidenciando quem exerce a hegemonia em seu interior, além de identificar o propósito das políticas (fins, objetivos, metas etc.) e as práticas ou mecanismos de decisão (ações, meios, instrumentos, medidas, etc.), assim como os destinatários sociais das decisões (setores, classes, grupos etc.).

No capitalismo dependente, tanto o capital estrangeiro quanto o Estado são decisivos no processo de reprodução do capital, com o primeiro articulando diretamente com o exterior o ciclo da economia dependente e o segundo participando direta ou indiretamente de todas as fases do processo de acumulação e influenciando decisivamente a forma de articulação com o imperialismo e a trajetória da economia.

O processo de substituição de sucessivos PRC, acompanhado por revoluções tecnológicas, resulta em mudanças nas condições materiais de reprodução do capital: “mudanças nos setores ou ramos que serão eixos da acumulação, na organização do trabalho, nas condições técnicas, nas mercadorias produzidas, nos mercados para os quais será dirigida a produção, nos agentes que farão os investimentos, no tipo de associação com o capital estrangeiro, enfim, no conjunto ou em alguns dos principais estágios que marcam o rumo do ciclo do capital.” (Osório, 2012a, p. 70).

Padrão exportador de especialização produtiva

A partir do conceito de PRC, Osório (2012b) identifica, na história da América Latina, três padrões, que se sucederam ao longo do tempo: o Padrão Agromineiro Exportador (até a segunda década do século XX), o Padrão Industrial (a partir da segunda metade dos anos 1930 até meados dos anos 1970) e, atualmente, o Padrão Exportador de Especialização Produtiva (de meados dos anos 1980 até o presente). Todos eles fazem parte do movimento mais geral do sistema capitalista mundial, que redefine a divisão internacional e o lugar e o sentido dos países dependentes nela.

O Padrão Exportador de Especialização Produtiva – que, segundo Osório, caracteriza hoje todos os países da América Latina – decorreu de grandes transformações no sistema capitalista mundial nas últimas quatro décadas, e tem os seguintes traços: 1) regresso a produções seletivas (bens secundários e/ou primários); 2) realocação de segmentos produtivos; 3) novas organizações da produção/toyotismo; 4) flexibilidade laboral e precariedade; 5) economias voltadas para a exportação; 6) drásticas reduções e segmentação do mercado interno; 7) fortes polarizações sociais; 8) aumento da exploração e da superexploração; e 9) níveis elevados de pobreza e indigência.

Apesar desses elementos comuns, Osório destaca que é necessário observar como esse padrão se desenvolve nas diversas formações econômico-sociais, em especial suas repercussões na estrutura de classes e no Estado, admitindo, portanto, “diferenças ‘nacionais’ dentro de um mesmo padrão de reprodução do capital” (Osório, 2012a, p. 80).

No entanto, a nosso ver, assumindo-se a análise do PRC a partir das características materiais do ciclo do capital – que permitem identificar as distintas classes e frações de classe e do capital, bem como suas respectivas posições no bloco no poder e o lugar do Estado no processo de acumulação, assim como diversos

outros atributos que caracterizam um PRC –, não se pode generalizar, para todos os países da América Latina, um mesmo tipo de padrão, considerando-se a realidade atual, e muito menos quando se tem por referência o Padrão Industrial. Existem diferenças fundamentais não apenas na forma como esse último padrão se desenvolveu nesses países, mas no próprio padrão: a história factual informa que o processo de industrialização na América Latina se restringiu, fundamentalmente, a Brasil, México e Argentina; os demais tiveram uma ou outra indústria, o que não mostrou força suficiente para redefinir, mesmo que parcialmente, a dinâmica da economia “para dentro”, com a diversificação e ampliação significativa de seus respectivos mercados internos.

O mesmo vale para a situação atual, em que pese o fato de estar ocorrendo um processo de especialização produtiva e desindustrialização da região, com efeitos em suas exportações. Pelo menos no caso do Brasil, essa especialização ocorre fundamentalmente em sua pauta exportadora, pois sua estrutura produtiva é ainda muito diversificada em todos os setores. Por isso, as transformações ocorridas não foram fortes o suficiente para redefinir, de novo, a dinâmica de sua economia “para fora”: seu mercado interno ainda é o destino principal da produção, pois sua desindustrialização (e perda de participação de produtos manufaturados em suas exportações) ainda é um fenômeno relativo e não absoluto (Filgueiras et al., 2012).

Na verdade, a mundialização do capital não homogeneizou os PRC de todos os países da América Latina: há diferenças importantes entre suas respectivas estruturas produtivas (grau de complexidade), suas classes e frações de classes dominantes, o lugar e o papel do Estado no processo de acumulação e, em última instância, o lugar que ocupam na divisão internacional do trabalho: periferia ou semi-periferia. A própria possibilidade de reconhecimento da presença de um subimperialismo brasileiro na América do Sul tem como supos-

to a existência dessas diferenças (Dossiê, 2013; Luce, 2011).

Ademais, acredito que uma maior precisão na qualificação do desenvolvimento capitalista dependente no Brasil exige nível de abstração menor do que aquele no qual se situa a noção de PRC – incorporando traços históricos que o diferenciam dos demais países da América Latina, o que nos leva ao uso do conceito de PDC.

O CONCEITO DE PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA²

O conceito de Padrão de Reprodução do Capital (PRC) aponta para a discussão da estrutura e da dinâmica das economias dependentes, identificando cada forma concreta assumida pela dependência e como ela se realiza. No entanto, seu nível de abstração ainda carece de certas determinações histórico-sociais, o que limita o reconhecimento das diferenças existentes entre os países latino-americanos, apesar de unidos e assemelhados pelo caráter dependente de suas economias, e em especial a passagem da análise para o entendimento das sucessivas conjunturas.

Com o objetivo de sanar essa dificuldade, apresento o conceito de Padrão de Desenvolvimento Capitalista (PDC), devidamente redefinido como um conceito de caráter transdisciplinar, isto é, que sintetiza e expressa, ao mesmo tempo, as dimensões econômica, social e política de uma determinada formação econômico-social. Portanto, ele não se confunde com os conceitos de Padrão de Acumulação, próprio da Escola de Campinas, e de “Regime de Acumulação”, proposto pela Escola da Regulação – ambos construídos também em um nível de abstração mais elevado e focando, essencialmente, a dimensão econômica do fenômeno (Almeida Filho, 1993).

² Essa seção é uma reprodução atualizada de formulações acerca do Modelo Liberal-Periférico desenvolvidas em trabalhos anteriores por Filgueiras (2005, 2006, 2013, 2017).

Mas, da mesma forma que esses dois conceitos, o PDC se refere a um fenômeno histórico-estrutural de longo prazo, não se assemelhando, portanto, aos conceitos de “padrão ou regime de crescimento” e “regime de política macroeconômica” (Oreiro, 2011), “estratégia de crescimento ou desenvolvimento”, “convenções de desenvolvimento” (Erber, 2011) e “políticas de desenvolvimento ou políticas desenvolvimentistas”, conceitos que dizem respeito e se circunscrevem a determinadas situações e características conjunturais que estão presentes, essencialmente, no plano da dinâmica econômica imediata e (ou) da ação dos agentes político-econômicos e do Estado, e que podem variar ao longo da vigência de um mesmo Padrão de Desenvolvimento Capitalista.

Em relação ao conceito de PRC da TMD, o de PDC aqui apresentado é construído em um nível de abstração menor, incorporando a história e as especificidades econômico-sociais e políticas dos distintos países. Isso significa dizer que o PDC é um conceito menos abrangente, uma singularidade que diz respeito apenas a uma determinada formação econômico-social, cujas características, em sua totalidade, não podem ser generalizadas para outros países. Adicionalmente, além de incorporar as dimensões econômica, social e política, ele permite articular estrutura e conjuntura, entendida esta como o modo como a estrutura se expressa em um dado momento. Isto é feito com a ajuda de outro conceito, o de Regime de Política Macroeconômica (RPM), que será esclarecido mais adiante, cuja existência e características sempre estarão subsumidas e condicionadas ao PDC existente.

De forma concisa, um Padrão de Desenvolvimento Capitalista é definido por um “conjunto de atributos – econômico-sociais e políticos – que estrutura, organiza e delimita a dinâmica do processo de acumulação de capital, e as relações econômico-sociais a ele subjacentes, existentes em determinado Estado (espaço) nacional durante certo período histórico” (Filgueiras, 2013).

A configuração do chamado *Bloco Político no Poder* (Poulantzas, 1977), num determinado período histórico, constitui seu atributo fundamental, que precede hierarquicamente todos os demais, porque, ao mesmo tempo em que os expressa sinteticamente, também os subsume, delimitando seu significado e alcance. Ele se situa na confluência entre estrutura e conjuntura, economia e política, Estado e mercado, sendo composto, em cada conjuntura, por determinadas classes e frações de classe que dominam o aparelho de Estado, direcionando-o de acordo com seus interesses – através da escolha e da colocação em prática de certas políticas econômico-sociais.

A classe ou fração que tem a capacidade de unificar e dirigir, política e ideologicamente, as demais, a partir de seus interesses específicos – transformados e reconhecidos como parte dos interesses gerais do conjunto do bloco –, mas também contemplando parcialmente outros interesses localizados em seu interior, assume a liderança e hegemonia do bloco no poder. Se essa hegemonia incorporar, marginal ou mais significativamente, interesses das classes subordinadas ou de algumas de suas frações – que não compõem o bloco no poder –, ela deixa de ser restrita a ele e se amplia, abarcando o conjunto da sociedade (Poulantzas, 1977).

Os demais atributos essenciais na definição de um PDC, sintetizados pelo bloco no poder, expressam, ao mesmo tempo, os interesses nele localizados, dando-lhes sentido e significado. Eles estão estreitamente relacionados e são compatíveis entre si, evidenciando que as diversas dimensões do processo de desenvolvimento capitalista, tal como ele se apresenta numa formação econômico-social específica, se reproduzem de modo articulado e concomitante. Esses atributos são apresentados a seguir.

1. *A natureza e o tipo de regulação da relação entre capital e trabalho.* Indicam o grau de assimetria (correlação de forças) existente entre as duas classes fundamentais de

qualquer PDC (trabalhadores e capitalistas). Isso remete às formas de organização do processo de trabalho e de contratação da força de trabalho, que envolvem as representações corporativas (sindicatos e associações) de trabalhadores e capitalistas, bem como o Estado. Essa relação e o modo como o Estado participa dela permitem visualizar a natureza e o tipo de exploração da força de trabalho, a existência ou não de superexploração do trabalho. Além disso, remete à existência, ou não, de instituições e legislação reguladoras do mercado de trabalho e do consumo da força de trabalho pelo capital.

2. *O caráter e a dinâmica das relações intercapitalistas.* Apontam a força e a importância das distintas frações do capital e suas articulações no interior do Estado, bem como evidenciam as frações e setores do capital que “puxam” a economia (que se situam no centro da acumulação). Aqui se destacam os interesses específicos das distintas frações do capital, do ponto de vista setorial, do seu tamanho, da inserção internacional e da articulação com os capitais imperialistas. Esses são atributos decisivos para definir as frações do capital que participam do bloco no poder e, entre elas, quem exerce a hegemonia em seu interior.

3. *O modo de inserção internacional do país.* Esse atributo evidencia o lugar ocupado pelo país na divisão internacional do trabalho, os tipos de restrições externas existentes e, como consequência, seu grau de vulnerabilidade externa (conjuntural e estrutural) e suas limitações no que concerne à adoção e execução de políticas econômico-sociais. No que se refere aos países periféricos, essa inserção – do ponto de vista produtivo, comercial, financeiro e tecnológico – define e esclarece a natureza de sua dependência no contexto do sistema mundial capitalista.

4. *O lugar e o modo como o Estado se articula com o processo de acumulação.* Informa, desde logo, o caráter do Bloco no Poder e seus interesses, assim como o grau de autonomia relativa do Estado frente às distintas

frações do capital. Aqui se destacam as políticas econômico-sociais e, em especial, o tipo de Regime de Política Macroeconômica; além das articulações e favorecimentos com relação a determinadas frações do capital. A participação do Estado, se diretamente, no plano da própria produção/financiamento e/ou de modo indireto, através da regulação, planejamento e indução do capital em geral, vai depender decisivamente da natureza do bloco no poder.

5. *O processo de criação e incorporação do progresso técnico.* Trata-se de um atributo essencial para definir o lugar ocupado pelo país no sistema capitalista mundial, pois a capacidade endógena de geração, adoção e difusão das inovações, bem como a existência, ou não, de um sistema nacional de inovações e de uma política industrial, comercial e tecnológica definem o caráter dependente ou imperialista do capitalismo. Numa economia dependente, isso se relaciona, estreitamente, com o espaço ocupado pelas empresas multinacionais na estrutura produtiva, a existência ou não de empresas estatais importantes e o tipo de articulação existente entre as distintas frações do capital e o imperialismo. Esse é um aspecto com implicações diretas sobre o tipo e o montante de excedente transferido para os países imperialistas.

6. *O modo de financiamento da acumulação.* Esse também é um aspecto incontornável para se definir o lugar ocupado pelo país no sistema mundial capitalista, pois evidencia a existência, ou não, de uma dependência financeira estrutural – que condiciona seu desenvolvimento e sua capacidade de colocar em prática políticas econômico-sociais. Isso se relaciona com a existência e a importância de instituições financeiras públicas e (ou) privadas nacionais, *vis-à-vis* o financiamento externo, bem como aos mecanismos de financiamento através dos mercados de capitais e de títulos e (ou) de empréstimos e endividamento.

7. *A estrutura de propriedade e a distribuição de renda e da riqueza.* Remetem ao lugar e ao grau de importância dos mercados

interno e externo no processo de acumulação e crescimento, portanto, na dinâmica macroeconômica. Nesse âmbito, a existência e o conteúdo das políticas sociais são cruciais e colocam o Estado, mais uma vez, numa posição decisiva. Esse atributo explicita o grau de desigualdade e pobreza existente na sociedade. No capitalismo dependente, a concentração da propriedade fundiária, rural e urbana, implicou o desenvolvimento de grandes centros urbanos densamente povoados, fortemente segmentados do ponto de vista social e espacial, e com ampla presença de atividades informais (autônomas) precárias.

8. *As formas de organização e representação política das distintas classes e frações de classes.* Trata-se da presença e da força de movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos e, em especial, a atuação e o grau de autonomia relativa do Estado frente às distintas classes e frações de classe.

Todos esses atributos que, conjuntamente, configuram um PDC remetem a uma questão central para a análise de sua estrutura e dinâmica, qual seja: a relação entre as dimensões nacional e internacional do processo de desenvolvimento, isto é, a importância relativa das circunstâncias internas e externas e a forma como elas se articulam e se relacionam na conformação desse padrão.

O CASO BRASILEIRO³

O conceito de Padrão de Desenvolvimento Capitalista (Filgueiras, 2013) procura superar dois problemas que estão presentes no debate sobre a natureza e a dinâmica do capitalismo dependente brasileiro, tal como ele se configurou a partir dos anos 1990: de um lado, a separação (ou frágil articulação) entre economia e política, e, de outro, a não distinção e hierarquização entre as dimensões estrutural – as características mais permanentes e

³ Essa seção reproduz, atualizando, análises desenvolvidas por Filgueiras (2013, 2017).

enraizadas do PDC brasileiro – e conjuntural – a dinâmica macroeconômica de curto prazo.

Ao se fragmentar ou separar economia e política e não se distinguir estrutura de conjuntura, perde-se a visão de conjunto e dificulta-se o entendimento de como os interesses materiais, sociais e políticos – das classes e frações de classe – se cruzam e se determinam mutuamente, dando um sentido e uma tendência de longo prazo, em torno da qual ocorrem flutuações e inflexões (econômicas e políticas), mas que não têm capacidade de alterar esse padrão.

A superação do primeiro problema é dada pelo caráter transdisciplinar do próprio conceito de PDC, expresso na noção de bloco político no poder que, ao se situar na confluência entre economia e política e sintetizar os demais atributos econômico-sociais do PDC, consolida todas as dimensões da formação econômico-social. A solução do segundo problema exige a distinção clara entre o PDC existente e o RPM a ele subsumido, evidenciando como ambos se articulam na explicação da relação entre as tendências de longo prazo e as flutuações e inflexões (econômicas e políticas) conjunturais, com as respectivas políticas econômico-sociais momentaneamente adotadas.

A partir daí se pode enquadrar de forma precisa, e entender melhor, as continuidades e descontinuidades entre os governos que se sucederam no país a partir do início dos anos 1990, assim como os desempenhos distintos apresentados pela economia em cada um deles – com a manutenção da mesma forma de dependência, consubstanciada num mesmo PDC, que denomino de Padrão Liberal Periférico (PLP), mas com sucessivos e distintos RPM.

No plano mundial, o casamento político-prático entre o neoliberalismo e o capital financeiro (uma espécie de afinidade eletiva), possibilitado pela crise do capitalismo e do Estado de Bem-Estar nos anos 1970, deu origem a um programa político-econômico que pode ser resumido pelas seguintes características: privatizações, desregulação e liberalização. No

entanto, esse programa e suas políticas concretas foram postos em prática de acordo com as especificidades das distintas formações econômico-sociais – singularizadas, sobretudo, pela sua condição de centro ou periferia, mas não apenas, pois tanto o centro quanto a periferia também não são homogêneos. Portanto, existe mais de um PDC associado ao neoliberalismo.

O PLP é a forma concreta específica assumida pela mundialização do capital e o neoliberalismo no Brasil a partir dos anos 1990, configurado a partir de rupturas fundamentais com relação à estrutura econômico-social anterior, própria do Padrão de Substituição de Importações vigente até então no país, e como resultado das disputas entre distintas frações de classes de sua burguesia, e entre estas e as classes trabalhadoras. No seu início, com o Governo Collor, cristalizou-se o que já era uma realidade no plano mundial, qual seja: uma nova hegemonia, desta feita comandada pelo capital financeiro, que subordinou a lógica produtiva a sua própria lógica volátil e de curto prazo. Na sequência, esse padrão se aprofundou durante os Governos de FHC e se legitimou. Momentaneamente, durante os Governos Lula e Dilma.

Isso significa dizer que, do ponto de vista do PLP, o caráter dos governos Collor, FHC e Temer, de um lado, e dos Governos Lula e Dilma de outro, se assemelham – seja promovendo-o ativamente (comportamento dos primeiros), seja aceitando-o como irreversível, o limite do possível, e a ele se adaptando (no caso dos segundos). Contudo, quando se consideram os distintos RPM por eles adotados, esses governos se diferenciam na condução e administração, em cada conjuntura, desse padrão de desenvolvimento (Filgueiras, 2006; Filgueiras; Gonçalves, 2007).

O Padrão Liberal Periférico (PLP)

As características fundamentais desse padrão, que o diferenciam do padrão de substituição de importações, são as seguintes (Fil-

gueiras, 2013):

- A relação entre capital e trabalho teve sua assimetria aumentada a favor do primeiro, em razão da reestruturação produtiva e da abertura comercial, que implicaram o crescimento do desemprego estrutural, do trabalho informal, da terceirização e da precarização do trabalho em todas as suas dimensões. Como consequência, a capacidade de organização, mobilização e negociação dos sindicatos se reduziu dramaticamente.
- As relações intercapitalistas, em razão da abertura comercial-financeira e das privatizações, foram redefinidas, alterando-se a posição e a importância relativa das distintas frações do capital no processo de acumulação e na dinâmica macroeconômica: o capital financeiro (nacional e internacional) passou a ocupar posição dominante, deslocando a antiga hegemonia do capital industrial; o capital estatal perdeu relevância em favor do capital estrangeiro; e fortaleceram-se grandes grupos econômicos nacionais produtores e exportadores de *commodities* e o agronegócio.
- A inserção internacional do país na nova divisão internacional do trabalho se alterou para pior, aumentando sua vulnerabilidade externa estrutural. De um lado, a pauta de exportação do país se reprimarizou e se aprofundou o processo de desindustrialização iniciado ainda na década de 1980. De outro, cresceu dramaticamente sua dependência financeira, com o Estado se fragilizando e reduzindo fortemente sua capacidade de fazer política macroeconômica. Tudo isso decorreu da abertura comercial-financeira que também alimentou a desindustrialização do país e o crescimento da dívida pública – esta, como em outros países periféricos, transformou-se em plataforma de acumulação para o capital financeiro internacional.
- O papel e a importância do Estado, no processo de acumulação e na dinâmica macroeconômica, se alteraram – em virtude do processo de privatização e da abertura financeira.

- O Estado se fragilizou financeiramente e perdeu capacidade de financiar e regular a economia e de operacionalizar políticas macroeconômicas – apesar de seu resgate parcial e momentâneo nos governos Lula e Dilma.
- O modo de financiamento da acumulação se modificou radicalmente: investimentos estrangeiros diretos e empréstimos internacionais foram substituídos por investimentos estrangeiros nos mercados financeiros (Bolsa de Valores e Título da Dívida pública); e o financiamento estatal reduziu-se drasticamente – o que resultou em forte queda da taxa investimento em relação ao PIB.
 - A estrutura de propriedade e a distribuição de renda (entre capital e trabalho) e da riqueza não se alteraram, apesar da redução momentânea da pobreza absoluta e de uma pequena melhora na distribuição da renda do trabalho durante os Governos Lula e Dilma. No total dos rendimentos das diversas frações do capital (lucros, juros e aluguéis), o capital financeiro aumentou sua participação na apropriação da mais-valia.
 - O processo de criação e incorporação do progresso técnico: com o PLP, a capacidade do país nessa área, que já não era grande, reduziu-se drasticamente. A redução do financiamento público, as privatizações de empresas estatais e as incorporações (e fusões) de empresas nacionais pelo capital estrangeiro – associadas ao novo Regime de Propriedade Intelectual imposto pelos EUA no plano internacional, através da OMC – afastaram mais ainda o país da fronteira tecnológica e implicaram novas formas de transferência de renda para os países imperialistas. Mais recentemente, após o golpe que levou Temer à Presidência, a desestruturação da engenharia pesada nacional, a abertura das áreas do pré-sal ao capital estrangeiro, com a modificação do regime de exploração, e o desmonte da cadeia produtiva do petróleo, com a extinção da política de conteúdo nacional, fragilizaram ainda mais a capacidade de o país gerar e incorporar conhecimento e progresso técnico.
- As novas formas de organização e representação política das distintas classes e frações de classes, com a ampliação da esfera da sociedade civil, evidenciaram: 1) a incapacidade hegemônica da burguesia, o que levou à centralização e ao deslocamento do poder político real para fora das instituições políticas formais; 2) a importância da grande mídia corporativa na manipulação da esfera pública, como partido principal do capital em geral e do capital financeiro em particular (Souza, 2017); 3) mais recentemente, a “judicialização” da política e a deterioração da democracia formal, com a constituição, ainda em processo, de um Estado de exceção.
 - Por fim, em razão de todas essas mudanças e, ao mesmo tempo, alimentando-as, constituiu-se um novo bloco no poder, sob a hegemonia absoluta, num primeiro momento, do capital financeiro e da burguesia cosmopolita,⁴ que passou a ditar as políticas fundamentais do Estado. Posteriormente, como condição de sobrevivência do próprio PLP, cresceu a importância do agronegócio e da indústria produtora de *commodities*, com o protagonismo da burguesia interna.⁵
- Em suma, o padrão é liberal porque foi constituído a partir da abertura comercial e financeira, das privatizações e da desregulação da economia, com a clara hegemonia do capital financeiro – frente às demais frações do

⁴ Os interesses da burguesia cosmopolita, assim como o seu modo de se reproduzir enquanto classe social, estão, desde sempre, fortemente associados e imbricados com os capitais estrangeiros, o capital financeiro e o imperialismo; com sua hegemonia político-ideológica se expressando, de forma inequívoca, no parlamento, no judiciário e nos grandes meios de comunicação.

⁵ A grande burguesia interna, conceito cunhado por Nicolas Poulantzas (1974, 1977), não é sinônimo de burguesia nacional; diferentemente desta última, que já não existe no Brasil há décadas, não possui contradições incontornáveis com os capitais estrangeiros e o imperialismo, não é nacionalista; mas possui um espaço próprio de reprodução do capital que não passa necessariamente pela aliança com estes últimos – portanto, diferencia-se também da burguesia cosmopolita associada, política e objetivamente, ao imperialismo. Essa fração da burguesia brasileira está presente, e pode ser identificada, em vários ramos da indústria de transformação (têxtil, alimentos, bebidas, bens de capital, entre outros), na cadeia produtiva do petróleo, na construção civil pesada, na produção de *commodities* agrícolas e minerais, em segmentos do grande comércio varejista e do agronegócio.

capital. E é periférico porque o neoliberalismo assume características específicas nos países capitalistas dependentes, as quais o tornam mais regressivo ainda quando comparado à sua agenda e à forma como é operacionalizado nos países capitalistas centrais.

Do ponto de vista da dinâmica macroeconômica, a característica fundamental desse padrão de desenvolvimento capitalista, que aprofundou estruturalmente a dependência tecnológica e financeira do país, se expressa em sua extrema instabilidade e sua grande vulnerabilidade externa estrutural – que acompanham, de perto, as alterações cíclicas da economia internacional. Esse padrão de desenvolvimento, com as características estruturais aqui mencionadas, iguala todos os governos brasileiros que se sucederam a partir de 1990.

No entanto, sua constituição passou por cinco momentos distintos, desde o começo da década de 1990.

1. Uma fase inicial de transição, bastante turbulenta, de ruptura com o MSI e implantação das primeiras ações concretas de natureza neoliberal, com o começo da hegemonia do capital financeiro (Governo Collor).
2. Uma fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal, com a implementação do Plano Real e das reformas neoliberais, na qual se amplia e se consolida a hegemonia absoluta do capital financeiro no interior do bloco no poder (1º Governo FHC).
3. Uma fase iniciada com o fim da âncora cambial e a adoção do tripé macroeconômico, na qual se fortalece o capital produtor-exportador de *commodities* – que amplia seu espaço no bloco no poder por ser vital para reduzir a instabilidade do modelo (2º Governo FHC e 1º Governo Lula).
4. Uma fase na qual se amplia a presença da burguesia interna no interior do bloco no poder, em articulação com o Estado, com esse último voltando a ter um papel ativo e mais direto no processo econômico e na arbitragem (autonomia relativa) dos interesses das

distintas frações do capital (2º governo Lula e governo Dilma).

5. O momento atual (governo Temer), de recomposição da hegemonia absoluta do capital financeiro e da burguesia cosmopolita, com uma nova onda de reformas neoliberais e a volta do tripé macroeconômico em sua versão rígida.

Ao longo dessas cinco fases, o PLP sofreu três inflexões que, além de reconfigurarem parcialmente o bloco no poder, provocaram alterações parciais e circunstanciais em sua dinâmica, em virtude da adoção de distintos RPM,⁶ diretamente relacionados às mudanças na conjuntura econômica internacional, quais sejam: a âncora cambial do Plano Real no primeiro governo FHC; o tripé macroeconômico (metas de inflação, superávit fiscal primário e câmbio flutuante) rígido no segundo Governo FHC e em parte do primeiro governo Lula; esse mesmo tripé, flexibilizado no segundo governo Lula e no primeiro governo Dilma; e, recentemente, a partir do segundo governo Dilma, e mais ainda do Governo Temer, retornou-se à aplicação rígida desse tripé.

O PLP E SEUS RPM

Esses distintos regimes, dependentes decisivamente da conjuntura internacional e que refletem prioridades e vantagens diferentes para as diversas frações do capital, sempre implicam alguma acomodação do bloco no poder. Portanto, são esses RPM que diferenciam os governos de FHC e Temer, de um lado, e os governos de Lula e Dilma, de outro – apesar de todos se assemelharem do ponto de vista do predomínio do Padrão de Desenvolvimento Capitalista Liberal Periférico, seja através de sua promoção ativa (comportamento dos primeiros), seja de forma adaptativa passiva (os segundos).

⁶ Um Regime de Política Macroeconômica se define pelos seus objetivos, metas operacionais e instrumentos utilizados; de acordo com o tipo de regime de crescimento a ser perseguido e consolidado: “puxado” pelo salário, pelo investimento ou pelas exportações.

Desse modo, a hegemonia do capital financeiro no Brasil foi incontestável até o início do segundo Governo FHC (1999-2002), quando a política econômica do Plano Real, centrada na chamada “âncora cambial”, levou à sobrevalorização do real e a uma crise cambial arrasadora, que obrigou à mudança dessa política. A partir daí o bloco no poder passou por uma acomodação em sua correlação de forças internas, com o fortalecimento de frações do capital exportador – indústria extrativa mineral e agronegócio –, condição crucial para redução da vulnerabilidade externa conjuntural do país. Mais adiante, já na virada do primeiro para o segundo Governo Lula, o bloco no poder sofreu uma segunda acomodação: cresceram em importância outras frações do capital, como as grandes empreiteiras e as grandes redes de comércio varejista – na esteira da retomada dos investimentos do Estado e de uma política econômica de estímulo ao consumo. Por fim, a partir do governo Temer, o capital financeiro e a burguesia cosmopolita recuperaram a hegemonia absoluta no interior do bloco no poder.

Durante todo esse período, a hegemonia do capital financeiro nunca foi questionada, muito menos superada – apesar de ele ter sido obrigado a partilhar o poder com outras frações do capital, o que se expressou durante o segundo Governo Lula na flexibilização do tripé de política macroeconômica.

O *boom* econômico internacional nos anos 2000, só interrompido pela crise mundial deflagrada em 2008, permitiu, em razão da redução da vulnerabilidade externa conjuntural do país, a flexibilização (relaxamento) do tripé macroeconômico. Essa flexibilização, associada a outras políticas – Bolsa Família, aumento real do salário mínimo e um programa de habitação popular –, teve como consequência a elevação das taxas de crescimento do país e a redução das taxas de desemprego, assim como a diminuição da pobreza absoluta e uma pequena redução da concentração de renda no interior dos rendimentos do trabalho (Druck; Filgueiras, 2007).

A melhora desses e de outros indicadores veio acompanhada de uma inflexão do bloco no poder, na qual o capital financeiro sofreu um deslocamento em sua hegemonia absoluta, tendo de admitir o crescimento da influência de outras frações do capital na condução do Estado: o agronegócio, o capital produtor e exportador de *commodities*, as grandes empreiteiras e os grandes grupos do comércio varejista. Em suma, a chamada burguesia interna passou a ser objeto prioritário das políticas do Estado, em especial através do BNDES, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Petrobrás. E tudo isso, com apoio em um maior protagonismo do Estado, foi feito sem atingir os interesses fundamentais do capital financeiro.

Esse momento conjuntural específico do PLP, produto de uma conjuntura internacional favorável e caracterizado por um regime de política macroeconômica que flexibilizou o “tripé”, reacomodou as distintas frações do capital no interior do bloco no poder e permitiu incorporar, via mercado e de forma passiva, determinadas demandas populares. Essa circunstância conjuntural – que trouxe para o primeiro plano a constituição de uma aliança informal entre os interesses da burguesia interna e de segmentos da classe trabalhadora, propiciando a incorporação de algumas de suas demandas – foi interpretada, no calor da luta política, como um novo padrão de desenvolvimento, denominado de neodesenvolvimentismo (desenvolvimento com distribuição de renda e inclusão social) – que teria superado o Padrão Liberal Periférico característico dos Governos Collor e FHC (Barbosa; Souza, 2010).

No entanto, a crise mundial do capitalismo deflagrada em 2008, com a consequente piora da conjuntura internacional, bem como o *impeachment* de Dilma e a retomada das contrarreformas neoliberais a partir daí desmentiram categoricamente essa ilusão. A crise inicialmente dificultou e, depois, acabou por inviabilizar a continuação da flexibilização do tripé macroeconômico e a compatibilização

dos interesses divergentes das distintas frações do capital e dos distintos setores populares.

Na esteira da persistência da crise internacional, o capital financeiro voltou a ter protagonismo mais ativo e exigiu o retorno da aplicação rígida do tripé macroeconômico como política econômica permanente de Estado. Abriu-se, então, uma disputa entre a burguesia cosmopolita e a burguesia interna pelo comando do Estado e de suas políticas, que veio a culminar com a derrota da segunda, impulsionada pelo golpe de Estado operacionalizado através do *impeachment* da Presidente e o retorno, já no Governo Temer, da agenda neoliberal em sua face mais radical.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O argumento fundamental apresentado neste texto é o de que o conceito de PRC, próprio da TMD, é insuficiente para dar conta das especificidades das distintas formações econômico-sociais capitalistas, em especial os capitalismo dependentes dos países latino-americanos. Daí a necessidade de uma análise com menor nível de abstração.

No que tange ao Brasil, acredita-se que o padrão exportador de especialização produtiva não expressa o modo de reprodução do capital existente em sua formação econômico-social, apesar de algumas características semelhantes. Em primeiro lugar, porque não se trata de uma economia fundamentalmente exportadora, tampouco uma economia especializada, com uma estrutura produtiva pouco diversificada, embora tenha crescido a participação de *commodities* em suas exportações, nas últimas décadas. E, em segundo, porque sua dinâmica, embora fortemente subordinada à reprodução do capital imperialista e sua projeção internacional, ainda é fortemente influenciada pelo mercado interno, espaço principal de realização das mercadorias produzidas.

Com relação ao PDC brasileiro, evidenciou-se que, apesar dos distintos regimes de

política macroeconômica, adotados desde o início dos anos 1990, e de algumas inflexões ocorridas no bloco no poder, não se alteraram as características essenciais do PLP – forma concreta de expressão da doutrina e do programa neoliberal no Brasil.

Do ponto de vista estrutural, o PLP atualizou, e até piorou, algumas das características mais marcantes da formação econômico-social brasileira: a dependência externa tecnológica e financeira, com grande transferência de renda para fora do país; a inserção passiva e subalterna na divisão internacional do trabalho; a enorme concentração de renda e desigualdade social; o rebaixamento permanente do estatuto do trabalhador; e a apropriação do público (e do Estado) pelo privado (grande capital).

A trajetória do PLP forjou um consenso básico entre as distintas frações do capital, apesar das diferentes posições que ocupam no processo de acumulação capitalista (Filgueiras, 2017): 1- a abertura comercial e financeira da economia, com a sua conseqüente internacionalização, é condição obrigatória de inserção do país na nova ordem dominada pelo capital financeiro; 2) a dominância desse capital e o processo de financeirização da economia não podem ser questionados; a adaptação à nova ordem capitalista é o único caminho possível; 3) a continuação do processo de privatização – com a conseqüente redução do Estado no âmbito produtivo – deve continuar, tanto por meio dos novos investimentos na área de infraestrutura do país, quanto da venda das empresas públicas ainda existentes; 4) a desregulamentação do mercado de trabalho deve ser aprofundada, na linha da “prevalência do negociado sobre o legislado”; 5) as reformas neoliberais, e a redução de direitos sociais, são pré-condições para a redução do “custo Brasil” e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Desse modo, não há qualquer possibilidade de construção política de um projeto nacional de caráter capitalista vir a ser concebido e dirigido por qualquer fração da burguesia brasileira, em virtude de sua absoluta

incapacidade de expressar e incorporar, econômica e politicamente, interesses diferenciados do conjunto da sociedade brasileira e conviver com uma melhor distribuição de renda: a superexploração do trabalho está entranhada em seu *ethos* de classe e na subjetividade de seus integrantes.

Recebido para publicação em 03 de abril de 2018
Aceito em 04 de maio de 2018

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, N. Padrões de acumulação, industrialização e desenvolvimento: elementos para uma atualização conceitual. In: *Economia Ensaios*, Uberlândia, v.8, n. 1, p. 3-24, dez. 1993.
- AMARAL, M. S. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. 2012. 147 p. Tese (Doutorado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia da FEA-USP.
- BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. de. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, E.; GARCIA, M. A. (Orgs.) *Brasil entre o passado e o futuro*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. p. 57-110.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996. 199p.
- DOSSIÊ. Imperialismo brasileiro? Uma polêmica teórica e política. São Paulo: UNESP, 2013. In: *Crítica Marxista*, n. 36, p. 101-151.
- DRUCK, G.; FILGUEIRAS, L. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do Governo Lula. *Revista Katálysi*, Florianópolis, Departamento de Serviço Social da UFSC, v. 10, n. 1, p. 24-34, jan./jun. 2007.
- ERBER, F. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 31, n. 1, p.31-55, jan./mar. 2011.
- FILGUEIRAS, L. *Os governos do partido dos trabalhadores: padrão de desenvolvimento capitalista e regimes de política macroeconômica*. FE-UFBA, 2017. 28p. (mimeo).
- _____. A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização. In: CASTRO, I. S. B. *Novas interpretações desenvolvimentistas*. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado, 2013. p. 371-450.
- _____. O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do Modelo Econômico. In: BASUALDO, B.; ARCEO, E. (Orgs.) *Neoliberalismo y sectores dominantes – tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 179-206. (Colección Grupos de Trabajo).
- _____. *Projeto político e modelo econômico neoliberal no Brasil: implantação, evolução, estrutura e dinâmica*. FE-UFBA, 2005. 57p. (mimeo).
- FILGUEIRAS, L. et al. O desenvolvimento econômico recente: desindustrialização, reprimarização e doença holandesa. *Desenbahia*, Bahia, v. 9, n. 17, p. 119-154, set. 2012.
- FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A economia política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. 254 p.
- LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Revista outubro*, n. 1, p. 73-80, 1998. Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_06.pdf. Acesso em: 01. 06. 2018.
- LUCE, M. S. *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria*. 2011. 225 p. Tese (Doutorado em História)-Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.
- MARINI, R. M. O ciclo do capital na economia dependente. 1979. In: FERREIRA, C., OSÓRIO, J., LUCE M. (Orgs.) *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo, SP: Boitempo, 2012. cap. 1. p. 21-35.
- MARINI, R. M. Dialética da Dependência. 1973a. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.) *Ruy Mauro Marini - Vida e obra*. 2ª edição. São Paulo-SP: Editora Expressão Popular, 2011. p. 131-172.
- _____. Sobre a dialética da dependência. 1973b. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.) *Ruy Mauro Marini - Vida e obra*. 2ª edição. São Paulo-SP: Editora Expressão Popular, 2011. p. 173-185.
- MARINI, R. M. Sobre el patrón de reproducción del capital em Chile. *Cuadernos de Cidamo*, Cidade do México, n. 76, 1982.
- OREIRO, J. L. Crescimento e regimes de política macroeconômica: teoria e aplicação ao caso brasileiro (1999-2011). In: 8º FÓRUM DE ECONOMIA DE SÃO PAULO. São Paulo: FGV, 2011.
- OSÓRIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Orgs.) *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo, SP: Boitempo, 2012b. cap. 4. p. 103-133.
- _____. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Orgs.) *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo, SP: Boitempo, 2012a. cap. 2. p. 37-86.
- POULANTZAS, N. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. RJ: Zahar, 1974. 368p.
- _____. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977. 354p.
- SOUZA, J. *A elite do atraso: da escravidão à lava jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017. 240 p.

**CAPITAL AND CAPITALISM REPRODUCTION
STANDARD DEPENDENT IN CURRENT BRAZIL***Luiz Filgueiras*

The Marxist Theory of Dependency (MTD), with the aim of understanding the ways in which capital is reproduced in different economic and social formations in different historical periods of capitalist development, constructed the concept of Capital Reproduction Pattern (CRP), supported in the known general form of the cycle of industrial capital, which is also the form of the money-capital cycle - as formulated by Marx. This text discusses the scope and limit of this concept for the understanding of contemporary Brazilian socio-economic formation. It is pointed out that, although it contributes to the understanding of concrete socio-economic formations, its level of abstraction does not allow to perceive important differences existing between them - especially the Latin American ones. As a consequence, it is proposed, in a complementary way and in a lower level of abstraction, the concept of a Capitalist Development Pattern (CDP), duly redefined, and which refers only to a unique socio-economic formation (unique in its history).

KEYWORDS: Marxist Theory of Dependence. Dependent Capitalism. Capital Reproduction Pattern. Capitalist Development Pattern. Brazilian Economy.

**CAPITAL ET NORME DE REPRODUCTION DU
CAPITALISME DEPENDANT DU BRESIL ACTUEL***Luiz Filgueiras*

La Théorie Marxiste de la Dépendance (TMD), dans le but de comprendre la façon dont le capital est reproduit dans différentes formations économiques et sociales dans différentes périodes historiques du développement capitaliste, a construit le concept de Modèle de Reproduction du Capital (MRC), soutenu dans la forme générale connue du cycle du capital industriel, qui est aussi la forme du cycle du capital-argent - tel que formulé par Marx. Ce texte discute la portée et la limite de ce concept pour la compréhension de la formation socio-économique brésilienne contemporaine. Il est souligné que, bien qu'il contribue à la compréhension de formations socio-économiques concrètes, son niveau d'abstraction ne permet pas de percevoir les différences importantes existant entre eux - en particulier les latino-américains. En conséquence il est proposé, d'une manière complémentaire et dans un niveau d'abstraction inférieur, le concept de Modèle de Développement Capitaliste (MDC), dûment redéfini, qui se réfère uniquement à une formation économique et sociale singulière (unique pour son histoire).

MOTS-CLÉS: Théorie Marxiste de la Dépendance. Capitalisme Dépendant. Modèle de Reproduction de Capital. Modèle de Développement Capitaliste. Économie brésilienne.

APORTES DE RUY MAURO MARINI AO DEBATE SOBRE O ESTADO NOS PAÍSES DEPENDENTES

Maíra Machado Bichir*

No presente artigo, lançamos nosso olhar para uma temática de especial relevância para o contexto político atual latino-americano – o Estado. Ao revisitar os escritos de Ruy Mauro Marini, uma das principais referências da Teoria Marxista da Dependência, chamamos atenção para suas formulações em torno dos Estados latino-americanos, sobretudo no que se refere a seu caráter dependente, tema ainda pouco trabalhado nos estudos recentes de recuperação de sua obra. Nesse sentido, iniciamos nosso percurso tecendo algumas considerações sobre a concepção de Estado de Marini, salientando sua filiação à tradição teórica marxista, avançando, em seguida, para suas elaborações sobre as particularidades do Estado capitalista dependente latino-americano propriamente, centrando-nos, sobretudo, em dois temas que representam, em nossa perspectiva, dois importantes aportes de Marini à análise dos Estados latino-americanos: suas formulações em torno do subimperialismo e do Estado de contrainsurgência.

PALAVRAS-CHAVE: Estado. Dependência. América Latina. Política. Teoria marxista da dependência.

INTRODUÇÃO

A obra de Ruy Mauro Marini ocupa um lugar de destaque no movimento de recuperação da produção intelectual da Teoria Marxista da Dependência no Brasil. Desde a década de 2000, os conceitos de superexploração do trabalho e subimperialismo, formulados por Marini no final da década de 1960, vêm ganhando atualizações, críticas e revisões de diversos estudiosos e estudiosas, no campo do marxismo brasileiro.¹ Embora tais conceitos

adquiram centralidade nas principais obras de Marini, *Dialética da Dependência* e *Subdesenvolvimento e Revolução*, o conjunto de sua produção teórica é bastante amplo, abrangendo estudos dedicados à interpretação de realidades particulares, como a brasileira e a chilena, passando por temáticas como democracia, integração regional, universidade e movimento estudantil, processos revolucionários e contrarrevolucionários, bem como reflexões em torno das vanguardas políticas e do pensamento político e social – adotando a América Latina como ponto de partida e chegada para suas reflexões.

O tema que nos ocupa neste artigo,² o Estado, também foi objeto de análise por Marini, não tendo sido realizado, entretanto, até o momento, um estudo sistemático da produção de Marini em torno de tal questão. Considerando o momento político latino-americano, marcado por recentes crises e golpes políticos, entendemos que a questão do Estado, na América Latina, adquire fundamental relevância,

* Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). Instituto Latino-americano de Economia e Sociedade (ILAESP).

Av. Tancredo Neves, 6731, Bloco 6, Espaço 4, Sala 05. Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil. mairabichir@gmail.com

¹ Aos escritos de Jaime Osorio (2004, 2009, 2013) e Adrián Sotelo (2003, 2012), discípulos e estudiosos do pensamento de Ruy Mauro Marini de longa data, podemos elencar um movimento mais recente de debate sobre o conceito de superexploração do trabalho, que teve lugar no Brasil, consubstanciando-se em uma série de artigos, dentre os quais podemos citar: Amaral e Carcanholo (2008, 2009); Carcanholo (2013); Carcanholo e Córrea (2016); Luce (2012, 2013a); Martins (2017). Alguns dos temas que têm sido discutidos dizem respeito à atualidade e validade do conceito de superexploração do trabalho, à revisão da formulação original de Marini, à extensão ou não do uso do conceito na análise dos países imperialistas. De maneira semelhante, o conceito de subimperialismo tem sido resgatado, nos últimos dez anos, para analisar a posição brasileira em relação aos países latino-americanos. São exemplos desses estudos: Luce (2013b); Fontes (2010); Bueno e Seabra (2012).

² O presente artigo foi produzido a partir de minha tese de doutorado, intitulada *A questão do Estado na Teoria marxista da dependência* (Cf. Bichir, 2017).

exigindo um olhar atento para suas particularidades. É nesse sentido que revisitamos aqui as contribuições presentes na obra de Ruy Mauro Marini, cujas reflexões lançam luz sobre as articulações entre Estado e dependência em nossa região.

Apresentaremos, inicialmente, um estudo sobre a concepção de Estado de Marini, avançando, em seguida, para suas elaborações em torno das especificidades do Estado capitalista dependente latino-americano, centrando-nos, sobretudo, em dois temas que representam, em nossa perspectiva, dois importantes aportes do autor à análise dos Estados latino-americanos: suas formulações em torno do subimperialismo e do Estado de contrainsurgência.

A CONCEPÇÃO DE ESTADO DE MARINI

Não há, na obra de Marini, algum escrito que reúna ou sistematize sua concepção sobre o Estado, fato que, embora dificulte, não impede que se reconstitua, a partir do agrupamento de elementos dispersos em diferentes momentos de sua produção, a visão do autor sobre tal objeto. Além de se encontrarem definições sobre o Estado nos artigos dedicados especificamente ao tema, constituem fontes para tal procedimento artigos que discutem temas como a transição ao socialismo, a universidade na América Latina, análises concretas do autor sobre processos políticos na América Latina, como nos casos chileno, cubano e nicaraguense, nos quais estão presentes referências às formulações marxistas clássicas, críticas a concepções de Estado de outros autores, como é o caso de Louis Althusser, Celso Furtado, Lelio Bassio, bem como elaborações e interpretações próprias de Marini em torno do aparelho estatal.

Embora a problemática do Estado não tenha ocupado lugar central em suas obras, a confrontação entre seus escritos e os programas de dois de seus cursos, História Mundial Econômica I e II, oferecidos na *Universidad*

Nacional Autónoma de México (UNAM), em 1980,³ por outro lado, permitem afirmar que Marini estava familiarizado não apenas com a discussão do Estado nos autores marxistas clássicos – Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir I. Lênin, Antonio Gramsci, Karl Kautsky e Rosa Luxemburgo –, como também com os debates que lhe eram contemporâneos, nas figuras de Louis Althusser, Nicos Poulantzas e Ralph Miliband, que, a partir de suas originais contribuições, trouxeram novo fôlego ao estudo do Estado sob a ótica do marxismo. Sua filiação teórica a essa corrente do pensamento, nesse sentido, além de se mostrar evidente em sua análise sobre o processo de acumulação e reprodução capitalista, também se explicita em seu entendimento acerca do aparelho estatal, na medida em que destaca como elemento central sua indissociabilidade com a dominação de classe. Tal nexos é sublinhado em sua resenha sobre o livro *Dialéctica del Desarrollo*, de Celso Furtado, quando Marini chama a atenção para o equívoco cometido pelo autor, em sua interpretação da conhecida passagem de Engels, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, segundo a qual “[...] há períodos em que as lutas de classes se equilibram de tal modo, que o Poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes” (Engels, [1884] 1977, p. 194). Ao atribuir ao Estado a capacidade de desempenhar um papel autônomo nos conflitos de classe, Furtado teria desconsiderado que “[...] el ejercicio *directo e indirecto* [grifo do autor] del poder por la clase dominante son grados de su dominación efectiva sobre el *aparato del Estado, el cual, en ninguna hipótesis, se desvincula, en el pensamiento marxista, de la dominación de clase*” (Marini, 1965, p. 214, grifo nosso).

Identificamos três passagens na obra de Marini, orientadas propriamente para a definição do que é o Estado, as quais, por sua vez,

³ Os programas das disciplinas referidas estão disponíveis no sítio eletrônico “Ruy Mauro Marini – Escritos”, na seguinte página: <http://www.marini-escritos.unam.mx/007_cursos_marini.html>.

abrigam duas visões distintas. Na primeira delas, presente no artigo *La pequeña burguesía y el problema del poder*⁴ (1973), Marini salienta a relação existente entre Estado e poder político, remetendo-se à estrutura e à função do aparelho estatal e pontuando os mecanismos por meio dos quais tal instituição exerce a dominação de classe:

Entendido como capacidad coercitiva, el poder político en la sociedad capitalista lo ejerce la burguesía a través del Estado, con el fin de someter a su explotación de clase a los demás grupos sociales. Es por esta razón que la teoría marxista identifica al Estado con el aparato burocrático-represivo representado por el gobierno, la burocracia, los tribunales, las prisiones, la policía, las fuerzas armadas. Esa expresión material del poder burgués se completa con el derecho, el cuerpo de normas cuya infracción activa automáticamente al aparato estatal para forzar su cumplimiento e imponer sanciones (Marini, 1976b, p. 92).

As outras duas definições estão localizadas em artigos escritos no ano de 1978, fundando-se sobre uma mesma concepção de Estado. No artigo jornalístico *Reedición de “El Principito”: Las dictaduras hacen girar el sol*, o Estado é entendido como “[...] el resultado de las fuerzas que constituyen la sociedad real” (Marini, 1978), e, em *Estado de contrainsurgencia*, uma intervenção de Marini no debate *La cuestión del fascismo en América Latina*, tal definição é reforçada: “[...] siendo el Estado como lo es, la fuerza concentrada de la sociedad, la síntesis de las estructuras y relaciones de dominación que allí existen [...]” (Marini et al., 1978). Embora constituam definições sucintas, que não encontram maior desenvolvimento nas obras de Marini, nelas se distinguem duas visões de Estado. Enquanto a primeira delas está centrada no entendimento do Estado como um aparelho, expressão do poder burguês e de caráter burocrático-repressivo, a segunda se aproxima mais de uma concepção relacional do Estado, na medida em que ele é definido como resul-

tado das forças que constituem a sociedade.⁵

Avançando em relação ao entendimento do autor acerca do Estado, cumpre destacar sua interlocução com a formulação desenvolvida por Louis Althusser, em *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado* ([1970] 1980), tendo em vista que é a partir da confrontação com tal perspectiva que Marini constrói sua definição de sistema de dominação, conceito que adquire grande importância em suas formulações sobre o exercício do poder político. O autor questiona a noção ampliada de Estado, proposta originalmente por Antonio Gramsci, reformulada por Althusser, em sua concepção em torno dos aparelhos ideológicos do Estado e, recuperada, por sua vez, por Nicos Poulantzas. Fiel à concepção leninista de Estado, a qual se centra no aspecto coercitivo do aparelho estatal, o autor argumenta que a formulação de Althusser acaba diluindo aquilo que confere especificidade ao aparelho estatal, e propõe, em seu lugar, o conceito de sistema de dominação:

Esta concepción del Estado –el Estado como esfera de la coerción, para decirlo con Lenin – se diluye cuando se le borran los límites, hasta hacerlo coincidir con el sistema de dominación sobre el cual reposa. Es lo que han hecho recientemente Althusser y, en cierta medida, Poulantzas, cuando, recurriendo a algunas proposiciones de Gramsci, desarrollan el tema de los aparatos ideológicos del Estado: escuela, sindicato, partidos, iglesias, medios masivos de comunicación, familia. Por esto nos parece útil distinguir entre el sistema de dominación, que incluye el conjunto de elementos en los que una clase basa su poder, y la expresión institucional de ese poder, el Estado, tomado como cúspide del sistema de dominación (Marini, 1976b, p. 92-93).

Nesse caso, não é o Estado que assume um sentido ampliado, mas sim o sistema de dominação, o qual é composto pelo conjunto de elementos por meio dos quais a classe do-

⁵ Aventamos, inicialmente, a hipótese de que essa mudança na definição de Estado de Marini estaria relacionada às suas leituras das obras de Nicos Poulantzas, já que esse mesmo movimento tem lugar no pensamento do autor grego. Entretanto, Marini apenas faz referência às obras *Poder político e classes sociais* ([1968] 1977), e *Fascismo e Ditadura* ([1970] 1972), obras nas quais tal transformação ainda não havia se concretizado. É de *Fascismo e Ditadura* a concepção de Estado como um aparelho.

⁴ O referido artigo foi incorporado ao livro *El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile* (1976).

minante exerce seu poder. O Estado, na concepção de Marini, não apenas integra tal sistema, senão ocupa seu cume.

As diferenças entre as concepções de Estado de Marini e de Althusser se fazem notar, ademais, no que tange à relação entre o sistema de dominação (no caso de Marini) e os aparelhos ideológicos do Estado (no caso de Althusser) e o exercício da dominação de classe. Diferentemente de Althusser (1980, p. 43), para quem os aparelhos ideológicos do Estado constituem “[...] um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” e exercem, necessariamente, a função de dominação de classe, Marini considera, em seu artigo *La universidad brasileña* (1977d), que as instituições que compõem o sistema de dominação podem escapar ao controle da classe dominante:

Siendo indiscutible que la mayoría de las instituciones que componen lo que podríamos llamar sistema de dominación (Marini, 1976[b]) normalmente se encuentran bajo el control de la clase dominante, es decir, la clase que detenta el poder del Estado, el término aparato ideológico de Estado se presta a confusión, puesto que no permite distinguir qué instituciones del sistema de dominación escapan al control de la clase dominante ni cuándo ocurre esto (Marini, 1977d).

Marini se remete a casos como o do partido revolucionário, que se propõe a derrotar a classe dominante, e a imprensa que combate a ideologia dominante. Para o autor, tais instituições não poderiam ser consideradas aparelhos ideológicos do Estado. É na análise sobre a relação entre universidade e Estado que se torna mais evidente seu entendimento acerca da relação entre as instituições do sistema de dominação e o Estado. De acordo com o autor, “Son las condiciones históricas, determinadas por la lucha de clases, las que determinan la vinculación o la desvinculación, así como el grado de una y otra, de la universidad en relación al Estado” (Marini, 1977d). Notamos, nesse argumento, certa incongruência, já que o autor, mesmo identificando a possibilidade de que algumas instituições escapem ao contro-

le das classes dominantes, ainda as denomina como partes do sistema de dominação. Como uma instituição pertencente a tal sistema poderia se eximir do exercício da dominação? Seu argumento seria mais coerente se considerasse tais instituições como externas ao sistema de dominação, solução que tampouco resolveria um problema ainda maior, qual seja, o da possibilidade de que tais instituições subsistam no capitalismo, isto é, de que elas, como instituições capitalistas, sejam capazes de efetivamente operar em um sentido anticapitalista.

Outro elemento discutido por Marini diz respeito aos mecanismos empregados pelo Estado no exercício da dominação. Se, naquela primeira definição do autor, bem como em sua contestação às teses de Althusser, Poulantzas e Gramsci em torno da noção ampliada de Estado, ficava evidente a relevância atribuída ao aspecto coercitivo do Estado, na seguinte passagem, o autor enfatiza a imprescindibilidade da ideologia, a qual complementa e torna efetiva a dominação burguesa.

En efecto, ningún Estado puede asentarse exclusivamente en la coerción. Aún el Estado esclavista, basado en una relación de opresión-explotación casi indifrazable y que, por eso mismo, se sostiene siempre con las armas en la mano, aún ese Estado es forzado a emplear medios no coercitivos – la costumbre, la idea de la inferioridad del esclavo, etc. – para ejercer su poder. Con el advenimiento de la sociedad burguesa, esto se acentuará, al verse la clase dominante forzada a conciliar la opresión y la explotación de las otras clases con el proyecto histórico que les propuso, centrado en las nociones de igualdad y de libertad, así como de progreso. Esa será la tarea de la ideología burguesa (Marini, 1987, grifo nosso).

Na concepção de Marini, a ideologia adquire profunda importância para a burguesia, como instrumento para o exercício do poder político. Como o autor salienta: “Ninguna clase en la historia, antes de ella [burguesía], concedió a la ideología papel tan decisivo en su modo de dominación” (Marini, 1987). Marini se refere precisamente aos efeitos ideológicos produzidos por meio do direito burguês, o qual teve, no conceito de cidadania, sua maior expressão:

[...] la burguesía debió realizar una labor titánica, hasta convertir a la igualdad en subordinación igual de todos a la ley; a la libertad, en la libre disposición de la propia fuerza de trabajo; y al progreso, en perspectiva individual de promoción social. *La piedra de toque de esa construcción ideológica, en el plano de la dominación, fue el concepto de ciudadanía – o la titularidad individual de los derechos políticos – mediante el cual la burguesía escamoteó las clases sociales e hizo a cada uno partícipe aislado de la vida del Estado.* El individuo ha sido confrontado así, sin ninguna defensa, al Estado, fuente y guardián del orden establecido y que cumple su función mediante el monopolio de la fuerza (Marini, 1987, grifo nosso).

Identificamos, nessa passagem, uma interlocução implícita de Marini com Poulantzas, sobretudo, no que tange à elaboração do autor grego em torno da noção de efeito de isolamento (Cf. Poulantzas, 1977), a qual se manifesta de maneira ainda mais clara em outro trecho de Marini, quando ele atenta para o papel da ideologia burguesa no bloqueio da percepção da classe trabalhadora de sua unidade como classe:

[...] más allá de la conciencia que puedan tener de su pertenencia de clase, los obreros productivos o improductivos, cualquier que sea la modalidad bajo la cual realizan su trabajo y el ámbito donde lo hacen, del mismo modo que otras clases o fracciones de clase sometidas al capital, tienen intereses comunes, cuya percepción establece la base posible de un proyecto de vida solidario. Esta es la razón por la cual todas las instituciones y mecanismos del juego político que caracterizan a la sociedad burguesa, así como sus variadas expresiones ideológicas, visan a bloquear esa percepción, a disolver la unidad latente entre los trabajadores antes que esta tome forma, a cerrarle el paso a la comprensión de los hechos reales que constituyen la esencia del orden capitalista y de su desarrollo (Marini, 1993).

Essas passagens nos permitem afirmar que, na concepção de Marini, o Estado, ao mesmo tempo em que se vale da coerção, da qual detém o monopólio legítimo (Marini, 1987), sustenta-se, também, por meio do direito, na ideologia, como mecanismo para o exercício do poder político.

Ainda no que tange ao exercício do poder político, porém, nesse momento, do ponto de vista da relação entre Estado e classes dominantes, convém ressaltar as considerações do autor a respeito da questão da autonomia relativa do Estado. Em seus artigos, *El Estado en América Latina* (1975) e *Estado y crisis en Brasil* (1977) estão suas principais reflexões em torno do tema. Situando tal discussão no campo da teoria marxista do Estado, Marini afirma que o termo relativo se refere ao fato de que, mesmo nos casos em que o Estado aparente atuar com independência frente às classes sociais, ele se mantém diretamente vinculado às classes dominantes que representa, ainda quando as políticas de Estado firam interesses daquelas classes. Segundo o autor, isso se explica porque

[...] la clase dominante deposita en el Estado, en tanto que organización por excelencia de sus intereses, la responsabilidad de conducción de sí misma. Cuando hay suficiente armonía entre las fracciones que la componen, la presencia de los intereses generales de la clase dominante se hace más visible y el margen de autonomía del Estado en lo que se refiere a su interpretación e implementación se restringe. Cuanto más se agudizan los conflictos al interior de la clase dominante, o aun si ésta encuentra ante sí una clase dominada con suficiente fuerza como para contestar su dominación, mayor es ese grado de autonomía. Es por lo que un Estado fuerte, en el sentido autoritario, es siempre una expresión de debilidad de la clase que él representa (Marini et al., 1975, p. 34).

Tal ideia é reafirmada por Marini em *Estado y crisis en Brasil*, quando o autor a define como uma lei geral da sociedade capitalista, estando a autonomia relativa do Estado em razão inversa à capacidade de a burguesia manter sua dominação de classe, deduzindo-se, daí, que “[...] un Estado capitalista fuerte es siempre la contrapartida de una burguesía débil” (Marini, 1977b).

Além dos elementos já elencados, que conformam a concepção do autor sobre o Estado, cumpre destacar a relevância que este assume em suas análises sobre os processos

revolucionários e sobre a transição socialista. Tanto em sua polêmica com Lelio Basso, intelectual e militante socialista italiano, em *Reforma y revolución: una crítica a Lelio Basso* (1972), quanto em seu prólogo à obra *La revolución cubana: una reinterpretación*, de Vânia Bambirra, Marini (1976) explicita a centralidade que a tomada do poder do Estado adquire para a transição socialista, quando afirma que o problema central de toda política revolucionária consiste na conquista do poder político (1972) e que

La lucha por el socialismo es, fundamentalmente, una *lucha política*, en el sentido de que el proletariado tiene que contar con el poder del Estado para quebrar la resistencia de la burguesía a sus designios de clase e *imponer* a los sectores más débiles de ésta, a las capas medias burguesas, que subsisten todavía durante un cierto tiempo, una política que *destruya sus bases materiales de existencia* (Marini, 1976c, p. 11, grifo do autor).

É, porém, em seus escritos sobre o Chile, reunidos em *El reformismo y la contrarrevolución – Estudios sobre Chile* (1976), que identificamos o estudo mais aprofundado de Marini acerca da problemática do poder político. Analisando desde as condições para a chegada da Unidade Popular ao governo, passando pelas contradições do que se denominou “via chilena ao socialismo”, e chegando, por fim, à análise do golpe militar de 11 de setembro de 1973, Marini aporta importantes elementos para se pensar a complexa relação entre poder político, Estado e classes sociais, à luz da situação concreta chilena. Partindo da particularidade do desenvolvimento capitalista dependente no país, e da configuração que a luta de classes assume a partir daí, Marini problematiza a estratégia subjacente ao governo de Allende, segundo a qual seria possível construir uma aliança entre a pequena e a média burguesia e as classes trabalhadoras, no sentido de “[...] transformar la sociedad chilena sin romper de manera brusca el marco institucional en que se desenvuelve” (Marini, 1976b, p. 82). Segundo o autor,

La especificidad de la ‘via chilena’ (término que engloba una amplia gama de posiciones) estaría en que la toma del poder no precede, sino que *sigue* a la transformación de la sociedad; en otras palabras, es la modificación de la infraestructura social lo que, alterando la correlación de fuerzas, impone y hace posible la modificación de la superestructura. La toma del poder se realizaría así gradualmente y, en cierto sentido, pacíficamente, hasta el punto de conformar un nuevo Estado, correspondiente a la estructura socialista que se habría ido creando (Marini, 1976b, p. 86-87, grifo do autor).

Marini, apoiando-se nas experiências revolucionárias do século XX, e nas contradições e limitações ensejadas pelo modelo político chileno, contrapõe-se àquela estratégia, enfatizando que a transformação da economia capitalista monopolista em uma economia socialista somente poderá ter lugar com a apropriação, pelos trabalhadores, do aparelho de Estado, como afirma na seguinte passagem:

La verdadera solución a los problemas planteados a las masas por la acumulación del capital es por tanto el surgimiento de un nuevo sistema de dominación, capaz de reorientar el desarrollo de las fuerzas productivas. En otros términos, *los problemas que plantea a las masas la acumulación capitalista sólo se resuelven con la revolución política* (Marini, 1976b, p. 84, grifo do autor).

Reivindicando uma vez mais Lênin, Marini salienta que a tomada do poder se apresenta como condição para o processo de transformação social, constituindo-se como um traço peculiar da revolução socialista:

Teoría y práctica van, pues, de la mano cuando se trata de establecer una determinada jerarquía entre los dos polos de la relación considerada: toma del poder – transformación social. El desplazamiento radical y – como subraya Lenin – violento de la burguesía por el proletariado en el poder político, como condición para llevar a cabo la transformación social, aparece así como un rasgo peculiar de la revolución socialista, que la diferencia netamente de la revolución burguesa (Marini, 1976b, p. 92).

Elencamos aqui alguns dos principais elementos que compõem a concepção de Marini sobre Estado, destacando reflexões presen-

tes tanto em suas análises mais gerais, quanto em seus estudos sobre as realidades concretas latino-americanas. Passamos agora a uma investigação acerca do que consideramos como os principais aportes do autor à reflexão em torno das particularidades do Estado dependente.

APONTAMENTOS SOBRE O CARÁTER DEPENDENTE DOS ESTADOS LATINO-AMERICANOS

A reflexão mais sistemática do autor acerca do caráter dependente dos Estados latino-americanos encontra-se em dois de seus artigos, sendo eles *El Estado en América Latina* (1975), fruto de uma mesa redonda da qual participaram, além de Marini, Agustín Cueva, Arnaldo Córdova, Clodomiro Almeyda e Sergio Bagú, e *Estado y crisis en Brasil* (1977). Enquanto, no primeiro, Marini constrói uma periodização do processo de formação e consolidação dos Estados latino-americanos, relacionando-o ao desenvolvimento capitalista dependente e à articulação das classes dominantes no bloco no poder,⁶ no segundo, a discussão se concentra nas relações entre Estado, burguesias dependentes e burguesias imperialistas, ganhando destaque a argumentação do autor em torno da questão da autonomia relativa do Estado frente a tais classes.

O primeiro ponto a ser salientado diz respeito ao emprego do conceito de Estado dependente. Embora o autor não se ocupe propriamente em formular uma definição, ele faz uso, nesses dois artigos, do adjetivo dependente para qualificar os Estados latino-americanos. Isso ocorre em dois momentos: no primeiro, quando, depois de discutir a relação entre a debilidade das burguesias dependentes e a força dos Estados nos países dependentes, contrapõe-se ao conceito de burguesia de Estado:

⁶ Ainda que Marini não empregue o conceito de bloco no poder nesses dois artigos, consideramos que tal conceito expressa com maior precisão os argumentos por ele desenvolvidos.

Sin embargo, por mucho que esto nos permita entender ciertas particularidades del *Estado dependiente latinoamericano*, no nos debe inducir a confusiones, como el que suscita el concepto de ‘burguesía de Estado’, que vienen aplicando para Latinoamérica algunos estudiosos (Marini et al., 1975, p. 35, grifo do autor).

E, no segundo, ao discutir os nexos entre o Estado dependente e a burguesia imperialista:

Finalmente, en la medida en que la situación que acabamos de indicar implica que el *Estado dependiente* se encuentra referido también a la burguesía imperialista, las contradicciones que se establecen en el seno de ésta operan en el sentido de ampliar su autonomía relativa, ahora en relación a la misma burguesía imperialista (Marini, 1977b, grifo nosso).

Ao buscar precisar as particularidades do Estado dependente latino-americano, Marini faz questão de ressaltar que tal Estado está sujeito às determinações gerais do Estado capitalista, por se constituir como órgão de dominação da burguesia, subordinando “[...] toda la sociedad al império del capital” (Marini et al., 1975, p. 9). Nesse sentido, sua função geral é a mesma de todos os Estados no capitalismo, qual seja, a de garantir a reprodução do capital e a dominação da classe burguesa. Suas características, entretanto, distinguem-se, em diversos aspectos, dos Estados que se formaram nos países europeus e nos Estados Unidos.

No que tange à formação dos Estados latino-americanos, depreende-se da análise realizada por Marini que, para o autor, tais Estados conformaram-se, desde sua gênese,⁷ como Estados capitalistas, argumento que fica evidente em três momentos de seu artigo *El Estado en América Latina*: 1) quando o autor ressalta que o desajuste entre as relações de produção e as formas políticas, nos países latino-americanos, representava uma contradição apenas aparente, já que, na base do Estado, se encontravam interesses burgueses perfeita-

⁷ Marini entende que a gênese dos Estados latino-americanos somente se dá a partir dos processos de independência na região, tendo em vista que os Estados coloniais constituíam mais bem apêndices do Estado metropolitano (Marini et al., 1975).

mente definidos, e o motor da economia estava constituído por áreas nas quais imperavam relações de tipo capitalista; 2) quando afirma que o Estado capitalista, na América Latina, começou a se constituir em 1840; 3) quando caracteriza o Estado oligárquico-burguês como um Estado capitalista, forma política correspondente à economia exportadora. Nesse sentido, entendemos que, ainda que ele problematize o desajuste entre as formas econômicas e as formas políticas que caracterizam os períodos de transição, na prática, ele reconhece que há uma correspondência entre ambas no caso latino-americano, já que salienta que as relações de tipo capitalista eram o motor daquelas economias, e atribui ao Estado formado após as independências latino-americanas um caráter capitalista.

Tais desajustes são interpretados pelo autor à luz da explicação sobre os períodos de transição, formulada originalmente por Étienne Balibar⁸ ([1965] 1969), segundo a qual tais períodos são marcados por um aparente desajuste entre as formas econômicas e políticas, o que explicaria, de acordo com Marini, “[...] la llamada ‘supervivencia’ de relaciones de producción aparentemente atrasadas respecto al desarrollo global de la sociedad, así como el sostenimiento de formas políticas sin correspondencia visible con el modo de producción dominante” (Marini et al., 1975, p. 10). Embora tal desajuste se dê concretamente, como, por exemplo, na persistência de relações de produção escravistas no Brasil na segunda metade do século XIX e de relações “semifeudais” nos demais países latino-americanos, frente a formas políticas burguesas, este apenas implica uma contradição aparente, segundo Marini, uma vez que “En la base del Estado encontramos intereses burgueses perfectamente definidos y el motor de la economía [...] está constituido por áreas en que imperan ya relaciones de tipo capitalista” (Marini et al., 1975, p. 10).

⁸ Embora não se encontre, nesse artigo, qualquer referência a Balibar, sabemos, a partir da leitura de *Reforma y revolución: una crítica a Lelio Basso*, que sua fonte reside na formulação daquele autor, já que Marini cita, em uma nota de rodapé, a definição de Balibar sobre os períodos de transição (Cf. Marini, 1974).

Chamamos a atenção para um elemento que explica, em grande medida, esse argumento de Marini, qual seja, seu entendimento acerca da interação entre as determinações internas e externas. Para o autor, o capitalismo latino-americano existiria com mais força em seu exterior do que em seu interior, querendo com isso dizer que ele modifica e aperfeiçoa, primeiramente, suas relações com a economia internacional, para, em seguida, adequar suas relações internas àquelas (Marini et al., 1975). Nesse argumento, encontramos a raiz de sua interpretação acerca do caráter capitalista do Estado latino-americano. Na medida em que a integração das economias latino-americanas no mercado mundial se faz nos marcos do processo de acumulação capitalista, é essa relação que condicionará a estrutura interna daquelas economias, ainda que as relações de produção se assentem em outras formas que não a capitalista. É nesse sentido que é possível localizar, na perspectiva de Marini, a formação do Estado capitalista latino-americano em 1840, mesmo quando não se podia falar ainda de uma classe burguesa propriamente.

Em outra passagem, associada à gestação do Estado burguês, a dominância do nível externo sobre o interno também se faz notar, tendo em vista que Marini acentua que: “Son las condicionantes nacionales, más que las internacionales, las que determinan la duración de esse proceso en cada país, aunque sean *las condiciones internacionales las que lo impulsan en todo el continente*” (Marini et al., 1975, p. 10, grifo nosso). Ainda que, nesse último excerto, o autor esteja ressaltando a relevância das condicionantes nacionais, à medida que delas depende a duração do processo de formação do Estado burguês, a origem de tal movimento é fruto de impulsos externos às formações sociais latino-americanas.

No que tange à formação da burguesia como classe, Marini considera que, nesse processo, reside uma das especificidades do Estado latino-americano, uma vez que suas características capitalistas se manifestam mais

rapidamente do que nos casos europeu e estadunidense, tendo em vista que sua gênese se dá em um momento no qual o capitalismo se consolidava como modo de produção dominante na Europa, e muitos Estados europeus já se haviam conformado. De acordo com o autor,

[...] la clase capitalista en América Latina – además de estar permeada por el capital internacional – tiene ante sus ojos, antes aún de haber perfilado plenamente su carácter de clase, el modelo de dominación burguesa en aquellas sociedades a las cuales está ligada por lazos económicos y culturales (Marini et al., 1975, p. 9).

Segundo Marini, a formação do Estado burguês latino-americano deve ser entendida como um processo de luta entre as distintas frações das classes dominantes, na tentativa de impor sua hegemonia sobre as demais. É precisamente tal elemento que orienta sua periodização dos Estados na América Latina. O autor, além de distinguir entre duas formas distintas de Estado – o Estado oligárquico-burguês e o Estado burguês –, faz referência ao populismo, como uma forma de transição entre aqueles dois Estados e o Estado militar, produto da crise do Estado burguês. Conforme evidenciamos anteriormente, todas essas formas de Estado, na perspectiva de Marini, correspondem ao mesmo tipo de Estado, o Estado capitalista,⁹ embora a diferenciação elaborada por Marini entre o que ele chama de formas políticas assumidas pelo Estado não seja objeto de elucidação. Se, no caso do Estado oligárquico-burguês e do Estado burguês, vislumbramos uma classificação segundo a configuração do bloco no poder, ou, mais precisamente, a(s) classe(s) que exerce(m) a hegemonia no bloco no poder, nos outros dois casos, do populismo e do Estado militar, tal critério não é seguido.

O Estado oligárquico-burguês, compreendido por Marini como a forma política correspondente à economia exportadora, forma-se a partir de 1840, como

⁹ Apoiamo-nos na elaboração de Poulantzas acerca dos tipos de Estado (Cf. Poulantzas, 1977).

[...] un Estado capitalista que impone al conjunto de la sociedad el interés de las fracciones de la clase dominante en mejores condiciones para promover la vinculación a la economía mundial, concediendo participación minoritaria a las demás fracciones dominantes locales y aplastando políticamente a la inmensa masa de campesinos y artesanos¹⁰ (Marini et al., 1975, p. 11).

Já na década de 1880, tal Estado passa por transformações – reformas eleitorais, reformas na educação, etc. – cujo significado está associado, segundo o autor, a uma ampliação progressiva da aliança de classes, maior no caso da burguesia, e menor no caso dos setores médios urbanos, burgueses e pequeno-burgueses. A conversão daquele Estado em Estado burguês se dará, entretanto, apenas a partir da década de 1930, com a concretização da aliança ou compromisso entre a ascendente burguesia média, industrial e comercial, e a antiga burguesia proprietária de terra e mercantil. No bojo desse processo de transformação, estaria, segundo o autor, o populismo,¹¹ como a forma de transição do Estado oligárquico-burguês, para o Estado burguês, que se refletiu na criação de novos mecanismos de dominação sobre as classes proletárias camponesas e pequeno-burguesas, mecanismos esses que, se, por um lado, ampliavam sua participação na vida política, significavam, por outro, o aprofundamento do controle político e ideológico da burguesia¹² (Marini et al., 1975).

¹⁰ Nessa passagem, ao lado dos camponeses e artesãos, poderiam ser incluídos os escravos, já que, em muitos países latino-americanos, a escravidão ainda não havia sido abolida naquele momento.

¹¹ A discussão sobre populismo por Marini ganha maior desenvolvimento em *Subdesarrollo y revolución*, associada à sua análise sobre o estabelecimento de regimes de tipo bonapartista. Marini classifica como exemplos de regimes bonapartistas, o governo de Perón, na Argentina, os governos de Vargas, Jânio Quadros (“bonapartismo carismático”) e João Goulart (“bonapartismo de massas”), no Brasil. Para uma caracterização mais detida desses governos e de sua definição como bonapartista pelo autor, consultar Marini (1977a).

¹² Nessa periodização realizada por Marini, o autor não faz qualquer menção ou associação do processo de formação do Estado burguês à revolução burguesa nos países latino-americanos. Em *Subdesarrollo y revolución*, entretanto, Marini afirma que a revolução burguesa, na América Latina, não ocorreu segundo os cânones europeus, o que estaria relacionado às condições objetivas dentro das quais se desenvolveu a industrialização latino-americana (Cf. Marini, 1977a).

O autor encerra sua periodização referindo-se ao Estado militar, fruto da crise política que se instaurou no Estado burguês, e que implicou a mudança de regime político em diversos países latino-americanos. Enfatizando os casos brasileiro e chileno, o autor salienta que tal Estado se sustenta por meio de uma repressão generalizada e do recurso a mecanismos de dominação oriundos do antigo arsenal fascista, como forma de legitimação. Outra característica distintiva desse Estado, e, ao mesmo tempo, central, diz respeito à diferenciação que tem lugar na classe burguesa, com a ascensão do grande capital, em estreita associação com o capital estrangeiro, à hegemonia do bloco no poder. Marini afirma, ademais, que é precisamente o grau de desenvolvimento da burguesia nacional e seu grau de integração com o capital estrangeiro que distinguirão os Estados latino-americanos nessa nova fase do Estado burguês na região.

Conforme anunciamos, o tema da autonomia relativa do Estado também será analisado por Marini à luz das especificidades latino-americanas e será entendido pelo autor como “[...] resultado de contradicciones de clases inherentes a la situación de dependencia” (Marini, 1977b). Embora constitua um traço característico de todos os Estados, na ótica da teoria marxista do Estado, na perspectiva de Marini, nas sociedades dependentes latino-americanas, tal elemento se manifesta de maneira ainda mais aguda, o que se deve, na concepção do autor, à debilidade da burguesia desses países. Sua debilidade é explicada tanto em função das particularidades do processo de acumulação nos países dependentes, que impactam o exercício de sua dominação, quanto por sua articulação e integração com a burguesia internacional. De um lado, as frações burguesas dominantes são parte de um conjunto de classes e frações de classes “[...] que se basan o en modos de producción distintos, aunque subordinados, o en fases más retrasadas del desarrollo capitalista” (Marini, 1977b), e, de outro, “[...] ha tenido siempre a su lado la presencia de una burguesía extranjera

mucho más poderosa” (Marini et al., 1975, p. 34). A força do Estado, por seu turno, justifica-se, segundo Marini, em razão do processo permanente de superexploração dos trabalhadores que tem lugar no âmbito daquelas economias, o que exige um Estado forte, sobretudo no que se refere à sua capacidade repressiva (Marini et al., 1975).

É no marco da vinculação entre as burguesias latino-americanas e as burguesias imperialistas e das contradições daí advindas que podemos vislumbrar as particularidades da autonomia relativa do Estado dependente, tendo em vista que é precisamente o Estado que intermedeia o processo de integração entre elas. Marini faz referência ao papel cumprido pelo Estado em tal processo em *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*, ao relacionar o desenvolvimento da integração dos sistemas de produção ao fortalecimento do Estado nacional nos países dependentes, afirmando que

[...] el capital exportado por los países imperialistas a las zonas dependientes exige allí del Estado nacional una capacidad creciente en materia de obras de infraestructura, defensa del mercado interno, negociaciones financieras y comerciales con el exterior, financiamiento interno y creación de condiciones políticas (en particular en el terreno laboral) favorables a la inversión extranjera (Marini, 1977c).

Na medida em que essa integração não se faz sem contradições, erigindo-se sob a égide de uma cooperação antagônica,¹³ a burguesia nativa, como prefere denominar Marini – em vez de burguesia nacional –, vê-se frente à necessidade de se apoiar no Estado, no sentido de garantir sua preservação, o qual, ao atuar como intermediador, tem sua autonomia relativa aumentada em relação à burguesia nativa, ampliando sua capacidade de ação na econo-

¹³ Marini emprega o conceito de cooperação antagônica, formulado pelo marxista alemão August Thalheimer, para definir, em *Subdesarrollo y revolución*, o caráter assumido pela relação entre a burguesia dos países dependentes latino-americanos e o imperialismo na fase de integração imperialista, evidenciando a existência de diferenciações e mesmo oposições de interesses entre aquelas burguesias e as burguesias imperialistas. Tal conceito assumirá, ademais, grande importância em sua formulação acerca do subimperialismo.

mia dependente. A autonomia relativa do Estado também se manifesta em relação às burguesias imperialistas, associada, nesse caso, às contradições interimperialistas que têm lugar no seio daquelas burguesias. À medida que tais contradições se agudizam, o Estado dependente vê sua autonomia relativa frente às burguesias imperialistas aumentar. Essas contradições, entretanto, não se circunscrevem, como enfatiza Marini, apenas ao plano do mercado mundial, convertendo-se, mediante a integração imperialista, em contradições internas das próprias economias dependentes (Marini, 1977b).

Realizados alguns apontamentos a respeito das formulações de Marini sobre o Estado dependente, avançamos agora em direção a duas contribuições significativas do autor ao estudo do Estado nos países dependentes latino-americanos: sua análise sobre o subimperialismo e sobre o Estado de contrainsurgência.

O subimperialismo como uma particularidade dos estados dependentes

No presente subitem, dedicamos atenção a um conceito que ocupou importante lugar nos escritos de Marini – o de subimperialismo,¹⁴ como expressão própria de uma fase do desenvolvimento capitalista dependente.

O subimperialismo, entendido por Marini (1977c) não apenas como uma categoria, mas também como um fenômeno histórico, tem sua emergência localizada na fase imperialista de integração dos sistemas produtivos, cujos impactos, na América Latina, se farão sentir, sobretudo, por meio da intensa penetração de capitais estrangeiros em seus setores industriais. Tal como descrevemos no primeiro item, esse momento, que representa uma nova etapa da dependência latino-americana, significou a agudização das contradições que mar-

cavam o ciclo do capital daquelas economias, sobretudo no que diz respeito à relação entre a produção e o consumo, implicando um divórcio ainda mais profundo das necessidades da maioria da população daqueles países. A incorporação de novas tecnologias aos meios de produção, ainda que tenha possibilitado um aumento de produtividade nas economias dependentes, não produziu, como efeito, uma redução do recurso à superexploração do trabalho, razão pela qual a capacidade de consumo dos trabalhadores se manteve restringida. Nesse sentido, a produção industrial latino-americana se vê diante de graves problemas de realização, para os quais ela deverá buscar solução. É no bojo dessa limitação que se desenvolverão mecanismos para contra-arrestar tal tendência, como a exportação de manufaturas, o aumento da capacidade de compra do Estado e o incremento do consumo suntuário, através da distribuição regressiva dos salários (Marini, 1977a). Tais mecanismos, empregados por diferentes países latino-americanos, assumem um diferente caráter quando conjugados com uma política expansionista, podendo, somente a partir daí, serem reconhecidos como partes de uma política subimperialista, segundo a concepção de Marini.

Produto, portanto, tanto da reestruturação do sistema capitalista mundial e das leis próprias da economia dependente,¹⁵ o subimperialismo é concebido por Marini a partir da articulação entre sua dimensão econômica e política,¹⁶ na medida em que

[...] implica dos componentes básicos: por un lado, una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales y, por

¹⁵ Sendo elas, a superexploração do trabalho, o divórcio entre as fases do ciclo do capital, a integração do capital nacional ao capital estrangeiro e a monopolização acentuada em favor da indústria suntuária (Marini, 1977a).

¹⁶ Como o próprio autor ressalta em mais de uma passagem, não é possível prescindir da dimensão política do subimperialismo: “[...] la caracterización del subimperialismo va más allá de la simple economía, no pudiendo llevarse a cabo, si no se recurre también a la sociología y a la política” (Marini, [1972] 2007, p. 136); “Hemos dicho ya, en otras oportunidades, que *la concreción histórica del subimperialismo no es una cuestión meramente económica*” (Marini, 1977a, p. 19-20, grifo nosso).

¹⁴ Para um estudo aprofundado sobre o conceito de subimperialismo na obra de Ruy Mauro Marini (Cf. Luce, 2011).

otro lado, el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma, que no sólo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista sino que se mantiene en el marco de la hegemonía ejercida por el imperialismo a escala internacional (Marini, 1977c).

Embora Marini elabore uma definição geral sobre o subimperialismo, ela se baseia, fundamentalmente, na experiência histórico-concreta brasileira, já que apenas o Brasil foi capaz de reunir aquelas condições, na perspectiva do autor. Isso não significa, entretanto, que tal possibilidade estivesse vedada a outros países,¹⁷ como salienta o autor em *Dialéctica de la dependencia*: “[...] el subimperialismo [...] no es un fenómeno específicamente brasileño ni corresponde a una anomalía en la evolución del capitalismo dependiente. [...] es tan sólo una forma particular que asume la economía industrial que se desarrolla en el marco del capitalismo dependiente” (Marini, [1972] 2007, p. 136).

Nessa mesma passagem, Marini explicita os elementos que permitiram que o Brasil se conformasse como um país subimperialista:

Es cierto que son las condiciones propias a la economía brasileña, que le han permitido llevar lejos su industrialización y crear incluso una industria pesada, así como las condiciones que caracterizan a su sociedad política, cuyas contradicciones han dado origen a un Estado militarista de tipo prusiano, las que dieron lugar en Brasil al subimperialismo (Marini, [1972] 2007, p. 136).

O subimperialismo brasileiro tem sua gênese identificada por Marini em um momento de grandes mudanças no país, e deve ser entendido no marco das crises econômica e política que tiveram lugar na década de 1960. Refletindo as necessidades de acumulação de capital e a reconfiguração do bloco no poder, cuja hegemonia passara, segundo Marini, aos

monopólios industriais e ao capital financeiro nacional e internacional (Marini, 1977a), sua emergência se dá no governo de Castelo Branco, e enfrentará resistências tanto de ordem interna, quanto externa. Se, no plano externo, as contradições estavam relacionadas ao fato de tal política estar engendrada pela dominação imperialista, estabelecendo-se sobre as bases de uma cooperação antagônica, bem como às disputas interburguesas no âmbito regional, especificamente entre a burguesia brasileira e a argentina, no plano interno, produziu atritos e fissuras entre as frações da burguesia brasileira, entre a burguesia e o regime militar, e entre as classes dominantes e as classes dominadas.

Em sua análise sobre o subimperialismo brasileiro, Marini chama a atenção para o destacado papel do Estado na viabilização dessa política. Ao mesmo tempo em que evidencia sua capacidade para criar e subsidiar a demanda para a produção, assegurar campos de investimento no exterior, por meio das empresas estatais, de créditos governamentais ou de garantias a operações privadas na América Latina e África (Marini, 1977b), chamando atenção, inclusive, para o estímulo proporcionado por tal Estado à indústria nuclear e à indústria bélica, explicita sua participação nos processos políticos internos de alguns países latino-americanos, como foram os casos de Bolívia, Chile e Uruguai, apoiando movimentos contrarrevolucionários (Marini, [1978] 2005). Situando essa posição do Estado brasileiro no marco da cooperação antagônica, Marini afirma que se trata, antes, de uma política de subpotência¹⁸ do que de uma potência propriamente dita, tendo em vista os limites dentro dos quais está circunscrito o subimperialismo brasileiro, ou seja, o de se constituir como “[...] extensión indirecta del imperialismo norteamericano [...]”¹⁹ (Marini, 1977a, p. 76).

¹⁸ Marini ressalta, entretanto, que o conceito de subpotência não substitui o de subimperialismo (Cf. Marini, 1977c).

¹⁹ Tal elemento representa, antes, um traço conjuntural de manifestação do subimperialismo brasileiro, do que uma característica constitutiva da categoria de subimperial-

¹⁷ Em seu prefácio à quinta edição de *Subdesarrollo y revolución*, o autor reconhece que do ponto de vista meramente econômico, de oitenta países dependentes por ele considerados, apenas seis detinham uma composição orgânica mais alta, cuja produção industrial incidia em aproximadamente um terço do produto bruto. Dentre eles estavam três países latino-americanos, Brasil, Argentina e México (Marini, 1977a).

No que tange à problemática aqui discutida, entendemos que o conceito de subimperialismo de Marini lança luz sobre a existência de graus distintos de poder entre os Estados dependentes latino-americanos, evidenciando, ao mesmo tempo, a articulação entre uma determinada fase do desenvolvimento capitalista e a construção de uma política de expansão regional por parte do Estado brasileiro.

Estado de contrainsurgência

Passamos ao último ponto deste artigo, aquele que concentra, em nossa perspectiva, a principal contribuição de Marini a respeito do Estado dependente latino-americano. Trata-se de sua formulação em torno do conceito de Estado de contrainsurgência. Forjado na segunda metade da década de 1970, tal conceito aparece primeiramente em alguns artigos jornalísticos de Marini, alcançando, porém, o ponto mais alto de sua sistematização na intervenção do autor no seminário *Las fuentes externas del fascismo: el fascismo latinoamericano y los intereses del imperialismo*, ocorrido em 1978, no México, o qual deu origem ao dossiê *La cuestión del fascismo em América Latina*, contando, ademais, com as contribuições de Pío García, Agustín Cueva e Theotônio dos Santos. Embora essa elaboração de Marini não tenha recebido a mesma atenção que os conceitos de superexploração do trabalho e de subimperialismo por parte de seus estudiosos,²⁰ ela representa um percurso necessário no entendimento de sua análise sobre a nova fase da dependência latino-americana, cuja expressão política foi precisamente o Estado de contrainsurgência.

ismo. Agradecemos a indicação de Mathias Luce acerca desse ponto.

²⁰ Cumpre destacar que Jaime Osorio (2016) recupera as formulações de Marini sobre o Estado de contrainsurgência em seus escritos, quando analisa os Estados latino-americanos durante as décadas de 1960 e 1970. Recentemente, no dossiê publicado pela revista *Cadernos Cemarx*, há um artigo de Iván López Ovalle e Mateo Crossa Niell dedicado à discussão do Estado no pensamento de Marini, no qual os autores dão ênfase às concepções de Marini de Estado de contrainsurgência e de Estado de quarto poder (Cf. Ovalle; Niell, 2016).

Concebido à luz dos golpes militares que tiveram lugar na América Latina nas décadas de 1960 e 1970 – Brasil, Bolívia, Argentina, Chile, Peru, Uruguai, Nicarágua –, tal conceito significou uma mudança interpretativa de Marini a respeito dos regimes políticos estabelecidos naqueles países, uma vez que, até aquele momento, seus escritos acerca dessa problemática estavam construídos sob a chave analítica do fascismo.²¹ Com isso, não queremos dizer que o autor tenha incorrido em uma tradução mecânica do conceito, mas sim que sua formulação sobre o Estado de contrainsurgência implica um passo adiante em sua análise, já que enfatiza as particularidades do processo vivido pelos países dependentes, em um espaço-tempo distinto, e enfrentando condições bastante diversas daquelas experimentadas pelos países europeus na primeira metade do século XX.

O primeiro ponto que merece ser assinalado é que tal conceito não se refere apenas às ditaduras militares. Ele tem um escopo mais amplo, pois corresponde ao processo contrarrevolucionário latino-americano, abrangendo também regimes civis, como afirma Marini, ao se referir ao caso venezuelano. Na concepção do autor, o Estado de contrainsurgência “[...] es el Estado corporativo de la burguesía monopólica y las Fuerzas Armadas, independientemente de la forma que asuma ese Estado, es decir, independientemente del régimen político vigente” (Marini et al., 1978, grifo do autor).

Produto da contrarrevolução latino-americana, a conformação desse Estado é entendida pelo autor a partir de três dimensões fundamentais: a mudança na estratégia global estadunidense, dentro da qual se insere a doutrina de contrainsurgência; as transformações no seio do bloco no poder nos países latino-americanos; e a resistência protagonizada pelas classes populares. Analisemos mais detalhadamente os argumentos de Marini.

Quanto à primeira delas, o autor a situa no âmbito das modificações na balança de po-

²¹ Consultar, sobretudo, os escritos de Marini sobre o golpe militar chileno (Cf. Marini, 1976b).

der entre Estados Unidos e União Soviética, na direção de um maior equilíbrio entre os dois países. Diante dessa nova situação, Marini acentua a formulação de uma nova estratégia estadunidense para enfrentar os movimentos revolucionários, conduzida a partir do governo de John F. Kennedy, cujo centro residia na doutrina de contrainsurgência. Ancorada em três consignas, o aniquilamento do inimigo, a conquista de bases sociais e a institucionalização, tal política teve, na América Latina, um de seus principais laboratórios, contando com a colaboração ativa das classes dominantes locais e constituindo-se como ponto de sustentação dessa política.

Voltando-se precisamente para as classes dominantes latino-americanas, Marini atenta para os impactos da integração imperialista dos sistemas de produção no bloco no poder, e, conseqüentemente, no próprio Estado latino-americano. Os investimentos diretos de capital estrangeiro, a subordinação tecnológica e a penetração financeira que caracterizam esse processo, na América Latina, impulsionaram o desenvolvimento de uma burguesia monopolista naqueles países, estreitamente vinculada à burguesia imperialista, sobretudo, à estadunidense. Às contradições particulares do capitalismo dependente, da qual a superexploração do trabalho é uma das principais expressões, impõem-se novas fissuras entre as classes e frações de classes latino-americanas, como resultado da maior centralização de capital e da proletarização da pequena burguesia que a integração imperialista enseja. Como reconhece Marini,

El resultado de ese proceso es la ruptura, el abandono de lo que había sido, hasta entonces, la norma en América Latina: *el Estado populista, es decir, el Estado de toda la burguesía*, que favorecía la acumulación de todas sus fracciones (aunque éstas aprovecharan desigualmente los beneficios puestos a su alcance). En su lugar, se crea un nuevo Estado, que se preocupa fundamentalmente de los intereses de las fracciones monopolísticas, nacionales y extranjeras, y establece, pues, mecanismos selectivos para favorecer su acumulación; las demás fracciones burguesas

deben subordinarse a la burguesía monopolística, quedando su desarrollo en estricta dependencia del dinamismo que logre el capital monopolístico, mientras que la pequeña burguesía, aunque sin dejar de ser privilegiada en la alianza de clases en que reposa el nuevo poder burgués, es forzada a aceptar una redefinición de su posición, pierde importancia política y queda, ella también totalmente subordinada, con sus condiciones de vida vinculadas a las iniciativas y al dinamismo de la burguesía monopolística (Marini et al., 1978, grifo do autor).

Tendo essa passagem como referência, vemos como o Estado de contrainsurgência se inscreve na periodização de Marini. Podemos afirmar que tal Estado representaria, na percepção do autor, a consolidação do Estado burguês na América Latina. Se, em sua exposição em *El Estado en América Latina*, Marini evidenciava que o Estado populista foi um Estado de transição entre o Estado oligárquico-burguês e o Estado burguês, e, nesse momento, afirma que o Estado de contrainsurgência sucedeu o Estado populista, entendemos que o Estado de contrainsurgência qualifica a forma assumida pelo Estado burguês naquela fase da dependência latino-americana, de integração imperialista dos sistemas de produção, e frente à política contrarrevolucionária que impactou profundamente aqueles países.

É, portanto, sobre a base concreta de rupturas e cisões no interior do bloco no poder e de hegemonia das frações monopolistas nacionais e estrangeiras²² que se conforma o Estado de contrainsurgência, o qual se defronta, ademais, com a ascensão e a radicalização de movimentos populares camponeses e operários, frente aos quais, sobretudo após a experiência revolucionária cubana de 1959, oporá uma forte e violenta reação.

Estabelecidas as bases sobre as quais se estrutura o Estado de contrainsurgência, avan-

²² Ao explicitar os conflitos que têm lugar no interior do bloco no poder, Marini adverte que mesmo sendo um “Estado do capital monopolista”, no sentido de que é essa fração que exerce a hegemonia, tal fato não exclui a participação das demais frações burguesas. Sua preocupação, ao ressaltar esse ponto, estava em esclarecer que tal Estado, ainda que hegemonizado pela fração monopolista, garantia a exploração e a dominação da classe burguesa em seu conjunto (Cf. Marini et al., 1978).

cegos rumo à sua caracterização. De acordo com Marini, seu traço distintivo residiria na existência de dois ramos centrais de decisão no poder executivo. Marcado por um poder executivo hipertrofiado,²³ seus ramos centrais de decisão estão articulados pela combinação entre um ramo militar e outro econômico, como descreve o autor:

De un lado, la *rama militar*, constituida por el Estado Mayor de las Fuerzas Armadas, que expresa a la institución militar al nivel de la toma de decisiones y que reposa sobre la estructura vertical propia a las Fuerzas Armadas; el Consejo de Seguridad Nacional, órgano deliberativo supremo, en el que se entrelazan los representantes de la rama militar con los delegados directos del capital; y los órganos del servicio de inteligencia, que informan, orientan y preparan el proceso de toma de decisiones. De otro lado, la *rama económica*, representada por los ministerios económicos, así como las empresas estatales de crédito, producción y servicios, cuyos puestos clave se encuentran ocupados por tecnócratas civiles y militares. Así, *el Consejo de Seguridad Nacional es el ámbito donde confluyen ambas ramas*, entrelazándose, y se constituye en la cúspide, el órgano clave del Estado de contrainsurgencia (Marini et al., 1978, grifo do autor).

Ainda de acordo com o autor, a tomada de decisões tem seu epicentro justamente no poder executivo, afastando-se da influência das demais instâncias de poder, a legislativa e a judiciária. Ao destacar o papel cumprido pelas Forças Armadas no Estado de contrainsurgência, Marini faz questão de pontuar que não se trata de uma “burguesia de Estado”, nem de uma classe social propriamente dita. Para o autor, os tecnocratas que ocupam a gestão do Estado, tanto civis, quanto militares, constituem-se como a representação política do capital, “[...] un cuerpo de funcionarios cuya voluntad económica y política es rigurosamente la de la clase a que sirve” (Marini et al., 1978). Nesse sentido, o exercício do poder político é compartilhado, segundo o autor, entre as Forças Armadas e a burguesia monopolista. Ao

²³ Marini ressalta que a hipertrofia do Executivo não constitui elemento distintivo desse Estado em relação ao “moderno Estado capitalista” (Marini et al., 1978).

recorrer às Forças Armadas como mecanismo último de defesa do poder burguês, tal burguesia confere a esse aparelho especial do Estado, segundo Marini “[...] la misión de solucionar el problema; está, pues, pasando del terreno de la política al de la guerra” (Marini et al., 1978).

Como já advertimos, Marini se ocupa de distinguir o Estado de contrainsurgência latino-americano do Estado fascista europeu, afirmando que, embora ambos correspondam a formas particulares de contrarrevolução burguesa, recorrendo ao terrorismo de Estado como mecanismo de enfrentamento a seus opositores, há elementos que os diferenciam significativamente. Os próprios processos de contrarrevolução, dos quais tais Estados são produtos, lhes imputam traços característicos, como é o caso da relação entre tal Estado e as classes trabalhadoras. No caso do fascismo europeu, o Estado que se conformou a partir da crise do sistema de dominação não foi capaz de excluir a classe trabalhadora da vida política por meio da força, tendo sido necessário isolá-la ideológica e politicamente, em razão de seu desenvolvimento político, segundo Marini (1976a). Como afirma o autor, tal processo implicou que “La vieja democracia liberal y todo lo que legitimaba la dominación burguesa debieron ser cuestionados, en nombre de nuevos mitos que aseguraran que esa dominación no se cuestionara en los hechos mismos” (Marini, 1976a, p. 2). Já no caso do processo de contrarrevolução na América Latina,²⁴ o Estado não pôde contar com um apoio real das classes trabalhadoras, o que explica, de acordo com o autor, o fato de que “La violación de los principios más elementales de la ideología burguesa tiene que hacerse en nombre de esa ideología” (Marini, 1976a, p. 2). Essa diferen-

²⁴ Na perspectiva de Marini, o processo de contrarrevolução latino-americana, a despeito dos traços particulares que assume em cada sociedade concreta, desenvolve-se inicialmente sob um período de desestabilização, no qual as forças reacionárias procuram, de um lado, reunir o conjunto da burguesia, e, de outro, provocar a divisão no seio do movimento popular; passando, em seguida, à concretização de golpes de Estado, conduzidos pelas Forças Armadas, e à instauração de ditaduras militares (Marini et al., 1978).

ça é explicitada com maior clareza na seguinte passagem:

A diferencia del fascismo europeo, que fue capaz de arrastrar a las amplias masas pequeñoburguesas y de morder incluso al proletariado, ganando allí cierto grado de apoyo entre trabajadores desempleados y hasta obreros en actividad, la burguesía monopolística en América Latina no puede pretender reunir verdadera fuerza de masas, que le permita enfrentar políticamente, en las urnas y en las calles, al movimiento popular. Por esto, se da como meta el restablecimiento de las condiciones de funcionamiento del aparato estatal, aunque sea temporalmente, para poder accionarlo en su provecho (Marini et al., 1978).

Outros dois elementos enunciados por Marini dizem respeito, por um lado, ao discurso ideológico de defesa da democracia burguesa e do Estado burguês, que tem lugar no processo de contrarrevolução latino-americano, diferentemente de sua negação por parte do discurso fascista europeu, e, por outro, o objetivo da política de desestabilização levada a cabo pela burguesia latino-americana, que buscava, antes, liquidar a luta de classes por meio da intervenção aberta das Forças Armadas, do que conquistar uma força política própria superior àquela do movimento revolucionário, como foi o caso do fascismo (Marini et al., 1978).

Um último ponto que cumpre ressaltar a respeito da análise de Marini sobre o Estado de contrainsurgência está relacionado aos impactos que as transformações vinculadas tanto às novas condições da luta de classes na América Latina, quanto à mudança que tem lugar na estratégia estadunidense, exercem sobre tal Estado a partir da metade da década de 1970. A revisão da política de contrainsurgência estadunidense, frente à crise econômica vivida por aquele país e aos avanços das forças revolucionárias em diversas partes do mundo, ganhou concretude, sobretudo, a partir do governo de Jimmy Carter, e significou, para a América Latina, a busca por uma nova política, através tanto da eliminação de pontos de fricção, como no caso do canal do Panamá, quanto de

um processo de institucionalização política, na direção de uma democracia “viável”, ou “democracia restringida” (Marini et al., 1978). No que tange às mudanças nas condições da luta de classes na região, Marini se refere às transformações que têm lugar em alguns países, nos quais o processo de diversificação da burguesia monopolista se encontrava mais avançado, como era o caso do Brasil. Segundo o autor, tal diversificação implica mudanças no bloco no poder, na medida em que o centro das contradições interburguesas se desloca do conflito entre a burguesia industrial e a burguesia agrária e entre as camadas inferiores da burguesia e o setor monopolista, para as divisões no seio do grande capital, ou seja, entre a própria burguesia monopolista. Em sua análise,

[...] no es posible ya, en estas circunstancias, enmascarar las luchas interburguesas tras justificaciones de corte nacionalista ni tampoco pretender encauzarlas hacia fórmulas del tipo frente antifascista, ya que ellas *dividen por igual a los sectores burgueses nacionales y extranjeros que operan en el país y enfrentan a fracciones del gran capital* (Marini et al., 1978, grifo do autor).

Sob essas circunstâncias, de agudização das contradições interburguesas, Marini chama atenção para um movimento de transformação no Estado de contrainsurgência, por meio do qual a centralização do poder político, concentrada na elite tecnocrático-militar, tenderia a se flexibilizar, restabelecendo o lugar do parlamento como esfera de discussão e a ação dos partidos e da imprensa, de maneira que as disputas entre as frações burguesas pudessem gozar de um espaço mais amplo para sua luta política (Marini et al., 1978). Embora tal mudança não representasse uma ruptura do traço essencial do Estado de contrainsurgência, qual seja, “[...] la institucionalización de la participación directa del gran capital em la gestión económica y la subordinación de los poderes del Estado a las Fuerzas Armadas, a través de los órganos estatales que se han creado, en particular el Consejo de Seguridad Nacional” (Marini et al., 1978), Marini indica

como possibilidade um reposicionamento das Forças Armadas nesse Estado, assumindo, a partir daquele momento, uma posição de quarto poder, controlando os demais poderes, o que corresponderia, concretamente, à preservação de seu poder político. Para o autor, tratar-se-ia de um *Estado de quarto poder*, como descreve no trecho a seguir:

Cualquiera que sea la fórmula adoptada – y lo más probable es que ella presente variantes en los diversos países del continente–, se marcha, sin embargo, hacia un Estado de cuatro poderes, o más precisamente, al *Estado del cuarto poder*, en el cual las Fuerzas Armadas ejercerán un papel de vigilancia, control y dirección sobre el conjunto del aparato estatal. Esta característica estructural y de funcionamiento del Estado no será, desde luego, sino el resultado del avasallamiento del aparato estatal por las Fuerzas Armadas (más allá de las estructuras propias de la democracia parlamentaria que éste ostente) y del ordenamiento legal de origen militar impuesto a la vida política, en particular las leyes de seguridad nacional (Marini et al., 1978, grifo do autor).

Tal conceito, ainda que tenha sido retomado em escritos posteriores de Marini, foi objeto de menor elaboração e sistematização pelo autor do que o de Estado de contrainsurgência. Cumpre ressaltar que este representava antes uma projeção acerca da forma que os Estados latino-americanos poderiam assumir em um contexto de transição para a redemocratização, do que uma análise propriamente de situações concretas.

CONCLUSÃO

Frente ao contexto recente de golpes de Estado na América Latina e no Caribe – Haiti, Honduras, Paraguai, Brasil –, cumpre avançar na compreensão das mudanças que tiveram lugar nos aparelhos de Estado, e, de maneira ainda mais importante, no poder de Estado. As reconfigurações no bloco no poder, o recrudescimento da violência de Estado sobre as classes populares e as restrições à já limitada democracia representativa liberal imputam

transformações à forma de Estado dependente, transformações essas que devem ser entendidas no bojo das particularidades que engendram o capitalismo dependente latino-americano. Nesse sentido, Ruy Mauro Marini, amparado pelo debate marxista clássico sobre o Estado, e em interlocução com as elaborações de Gramsci, Althusser e Poulantzas, avança em relação à análise do Estado dependente na América Latina, contribuindo para pensar suas especificidades.

Consideramos que o autor aporta elementos relevantes para a análise dessa problemática, tais como sua periodização dos Estados latino-americanos, suas considerações em torno da autonomia relativa do Estado nas economias dependentes e da superexploração do trabalho como um elemento estruturante de tais Estados, assim como os conceitos de Estado de contrainsurgência e de subimperialismo, os quais podem, em nossa perspectiva, iluminar estudos a respeito das formas assumidas pelos Estados latino-americanos contemporâneos, e, mais ainda, indicar caminhos e possibilidades para a luta política concreta na região.

Recebido para publicação em 07 de março de 2018
Aceito em 13 de maio de 2018

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. 3. ed. [1970]. Lisboa: Presença, 1980.
- AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. *Revista de Economia*, v. 34, p. 163-181, 2008. Número especial.
- _____. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. *Revista Katál*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 216-225, jul./dez. 2009.
- BALIBAR, E. Elementos para una teoría del tránsito. In: ALTHUSSER, L.; BALIBAR, E. *Para leer el Capital*. 11. ed. [1965]. Buenos Aires: SigloVeintiuno, 1969.
- BICHIR, M. M. *A questão do Estado na Teoria marxista da dependência*. 2017. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- BUENO, F. M.; SEABRA, R. L. El protagonismo brasileño en el siglo XXI: subimperialismo o semiperiferia? *REBELA: Revista brasileira de estudos latino-americanos*, v. 2, p. 75-86, 2012.

CARCANHOLO, M. (Im)precisiones acerca de la categoría superexplotación de la fuerza de trabajo. *Razón y revolución*, n. 25, p. 91-124, 2013.

CARCANHOLO, M.; CORRÊA, H. F. Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido. *Revista da sociedade brasileira de Economia política*, n. 44, p. 10-30, jun./set. 2016.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. [1884]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

LUCE, M. *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria*. 2011. 225 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

_____. A superexploração da força de trabalho no Brasil. *Revista sociedade brasileira de Economia política*, São Paulo, n. 32, p. 119-141, jun. 2012.

_____. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? *Trabalho, educação e saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 169-190, jan./abr., 2013a.

_____. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. *Crítica marxista*, São Paulo, v. 36, p. 129-141, 2013b.

MARINI, R. M. Resenha: dialéctica del desarrollo. *Foro internacional*, v. 6, n. 1, sept. 1965. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/326_dialectica_del_desarrollo.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2016.

_____. Reforma y revolución: una crítica a Lelio Basso. In: MARINI, R. et al. *Acerca de la transición al socialismo*. Buenos Aires: Ediciones periferia, 1974. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/051_reforma_revolucion.html>. Acesso em: 1º maio 2017.

_____. Fricciones entre el imperialismo y la Junta: la izquierda debe avanzar. *Correo de la Resistencia*, MIR, n. 14, nov./dic. 1976a. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/305_imperialismo_junta.html>. Acesso em: 1º maio 2017.

_____. *El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile*. México, D.F.: Era, 1976b.

_____. Prólogo. In: BAMBIRRA, V. *La revolución cubana: una reinterpretación*. [1973]. México, D.F.: Nuestro Tiempo, 1976c.

_____. *Subdesarrollo y revolución en América Latina*. México, D.F.: Siglo veintiuno, 1977a.

_____. Estado y crisis en Brasil. *Cuadernos políticos*, México, n. 13, p. 76-84, jul./sept. 1977b. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/054_estado_crisis_brasil.html>. Acesso em: 1º maio 2017.

_____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos políticos*, México, n. 12, abr./jun. 1977c. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/052_acumulacion_subimperialismo.html>. Acesso em: 1º maio 2017.

_____. La universidad brasileña. *Revista de educación superior*, México, v. 6, n. 22, abr./jun. 1977d. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/053_universidad_brasil.html>. Acesso em: Acesso em: 1º maio 2017.

_____. Reedición de “El Principito”: las dictaduras hacen girar el sol. *El universal*, enero 1978. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/188_dictaduras.html>. Acesso em: 1º maio 2017.

_____. *Alianzas y compromisos en la democracia socialista*. In: CRISIS y alternativas revolucionarias en América. Montevideo: Editorial Compañero, 1987. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/286_alianzas_compromisos.html>. Acesso em: 1º maio 2017. Ponencia presentada en el encuentro continental celebrado en Managua (12-15 de julio de 1987), en homenaje al Che Guevara, en ocasión del XX Aniversario de su asesinato

_____. *El concepto de trabajo productivo*. Archivo de Ruy Mauro, 1993. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/078_trabajo_productivo.html>. Acesso em: 1º maio 2017.

_____. Análise da conjuntura política brasileira pré-anistia. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (Org.). *Ruy Mauro Marini, vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. Entrevista concedida a João Pedro Stédile, em julho de 1978 para o jornal Em Tempo, México.

_____. *Dialéctica de la dependencia*. In: MARINI, R. *América Latina, dependencia y globalización*. [1972]. Buenos Aires: CLACSO-Prometeu, 2007.

MARINI, R. et al. El Estado en América Latina (mesa redonda). *Revista mexicana de Ciencias políticas y sociales*, n. 82, p. 9-47, oct./dic.1975.

_____. La cuestión del fascismo en América Latina. *Cuadernos políticos*, n. 18, p. 13-34, oct./dic. 1978. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/282_fascismo_america_latina.html>. Acesso em: 1º maio 2017.

MARTINS, C. E. Algumas reflexões em torno do conceito de superexploração do trabalho. *Revista da sociedade brasileira de Economia política*, v. 48, p. 28-43, set./dez. 2017.

OSORIO, J. *El Estado en el centro de la mundialización*. México, D.F.: Fondo de cultura económica, 2004.

_____. *Explotación redoblada y actualidad de la revolución: refundación societal, rearticulación popular y nuevo autoritarismo*. México, D.F.: Itaca, 2009.

_____. Fundamentos de la superexplotación. *Razón y revolución*, n. 25, p. 9-34, primer semestre 2013.

_____. *Teoría marxista de la dependencia*. México, D.F.: Itaca, 2016.

OVALLE, I. L.; NIELL, M. C. Marini y la cuestión del Estado. *Cadernos cemarx*, n. 9, p. 49-67, 2016.

POULANTZAS, N. *Fascismo e ditadura*. [1970]. Porto: Portucalense, 1972. 2 v.

_____. *Poder político e classes sociais*. [1968]. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SOTELO, A. *La reestructuración del mundo del trabajo: superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo*. Morelia: Itaca, 2003.

_____. *Los rumbos del trabajo: superexplotación y precariedad social en el siglo XXI*. México D.F.: Miguel Ángel Porrúa, 2012.

**CONTRIBUTIONS OF RUY MAURO MARINI TO
THE DEBATE ON THE STATE IN DEPENDENT
COUNTRIES**

Maira Machado Bichir

In this article, we look at a theme of special relevance to the current Latin American political context, the State. Revisiting Ruy Mauro Marini's writings, one of the main references to the Marxist Theory of Dependence, we pretend to highlight its formulations on the Latin American States, especially on their dependent nature, which, we argue, is a subject loosely studied by the recent recoveries of his work. So, this article began with important considerations about Marini's conception of the State, emphasizing its affiliation to the Marxist theoretical tradition. Further, the study focus on the particularities of the Latin American dependent capitalist State, with special attention on two themes that represent, in our view, two important contributions of Marini to the analysis of the Latin American States, which are: his formulations on sub-imperialism and the State of counter-insurgency.

KEYWORDS: State. Dependency. Latin America. Politics. Marxist theory of dependency.

**CONTRIBUTIONS DE RUY MAURO MARINI
AU DEBAT SUR L'ÉTAT DANS LES PAYS
DEPENDANTS**

Maira Machado Bichir

Dans cet article, nous examinons un thème particulièrement pertinent pour le contexte politique latino-américain actuel, l'État. Pour revenir sur les écrits de Ruy Mauro Marini, l'une des principales références de la Théorie Marxiste de la Dépendance, nous appelons l'attention sur ses formulations autour des États latino-américains, en particulier en ce qui concerne le caractère dépendant de ces États, thème encore peu exploité dans les études récentes de récupération de son travail. En ce sens, nous avons commencé notre chemin à tisser quelques considérations sur la conception de l'État de Marini, surlignant son appartenance à la tradition théorique marxiste, passant ensuite à ses élaborations sur les particularités de l'État capitaliste dépendant de l'Amérique latine spécifiquement, en se concentrant principalement sur deux thèmes qui représentent, sous notre perspective, deux contributions importantes de Marini à l'analyse des États latino-américains, ses formulations autour du sous-impérialisme et de l'État de la contre-insurrection.

MOTS-CLÉS: État. Dépendance. Amérique latine. Politique. Théorie marxiste de la dépendance.

QUARENTA ANOS DE UMA ELEGIA: Francisco de Oliveira e o Nordeste

*Flávio Mendes**

Em 2017 completaram-se quarenta anos da publicação de *Elegia para uma re(li)gião*, de Francisco de Oliveira. Dedicado a analisar a trajetória da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), da qual o sociólogo fez parte entre 1959 e 1964, o texto se tornou uma referência para o debate sobre a questão regional no Brasil. Além da crítica ao modelo de desenvolvimento que guiou a atuação da SUDENE, sobretudo durante a ditadura, *Elegia* expõe os impactos do “milagre econômico” sobre o Nordeste e as mudanças na divisão regional do trabalho do país. O texto exprime, também, a visão de uma parte dos intelectuais de esquerda sobre aquela conjuntura social e econômica. A partir da análise dos principais argumentos utilizados pelo autor e do debate sobre o clima que envolveu a elaboração do ensaio, este artigo tem o objetivo de relembrar seu impacto sobre as ciências sociais brasileiras dos anos 1970 e, por fim, refletir brevemente sobre sua atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: SUDENE. Oliveira, Francisco de. Nordeste. Desenvolvimentismo. Ditadura.

INTRODUÇÃO – DA SUDENE AO CEBRAP

Durante a segunda metade dos anos 1960, certas convicções que muitos intelectuais da esquerda brasileira tinham a respeito do significado da ditadura desapareceram. Logo após o golpe, era comum a opinião de que seus promotores nadavam contra a corrente da história ao tentarem conter a luta de classes, acirrada no pré-1964, e ao apresentarem um programa econômico antinacional, contrário aos pressupostos nacional-desenvolvimentistas que guiaram a ação dos governos das décadas anteriores. Esse diagnóstico inspirava a esperança de que o Estado autoritário não resistiria muito tempo, condenado por uma agenda equivocada e pela crescente pressão popular. O tempo mostrou, aos poucos, que essas apostas, também compartilhadas inicialmente pelo sociólogo Francisco de Oliveira, estavam equi-

vocadas.¹ Para muitos, a ficha caiu entre o final de 1968, com o decreto do AI-5, e o início de 1969, com os primeiros sinais de retomada do crescimento. Esses eventos tiveram grande impacto sobre as ciências sociais brasileiras, cuja produção se voltou, em grande medida, a tentar compreender o sentido mais profundo das mudanças promovidas pela ditadura e pelo “milagre econômico”. O regime autoritário, até então considerado frágil e transitório, revelava sua força e dava sinais de que não cairia da noite para o dia. Era necessário, portanto, decifrar o monstro para, assim, combatê-lo.

Uma parte importante da produção intelectual crítica à ditadura surgiu no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), fundado sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, em São Paulo, no final da década de 1960. Concebido como um abrigo para pesquisadores perseguidos pelo regime autoritário, o Centro concentrou parte de seus esforços na

* Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Departamento de Sociologia.
Rua Cora Coralina, 100 – Cidade Universitária – Campinas/SP. flavio85@gmail.com

¹ Oliveira recordou, numa entrevista, sua impressão sobre 1964: “Mas voltando ao golpe: a esquerda brasileira não entendeu direito o golpe. A gente pensava que era um golpezinho de militar latino-americano, não se pensava que fosse durar tanto e que fosse tão profundo, não se tinha ideia realmente. A gente achava que era coisa de seis meses” (Montero; Moura, 2009, p. 160).

interpretação do modelo de desenvolvimento social e econômico brasileiro, tema que já chamava a atenção de membros da chamada Escola Paulista de Sociologia, pelo menos desde a criação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), em 1961.² O grupo inicial do CEBRAP era composto por apenas sete “pesquisadores seniores”, todos ligados à USP: “Juarez Brandão Lopes, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Elza Berquó, Cândido Procópio Ferreira Camargo, José Arthur Giansanti e Octavio Ianni, esse último a partir de 1970” (Sorj, 2001, p. 34). Logo após sua chegada, Ianni convidou Francisco de Oliveira para participar de um projeto de pesquisa ligado ao tema do planejamento, dentro do qual o sociólogo pernambucano ficaria responsável por pensar a questão regional. Esse trabalho não avançou, mas foi vinculado ao CEBRAP que Oliveira pôde realizar suas primeiras grandes pesquisas sobre a economia brasileira.

A trajetória de Oliveira não tinha, até então, grande semelhança com a de seus novos colegas. Formado em Ciências Sociais pela Universidade do Recife,³ sua cidade natal, nos anos 1950, ele se dedicou desde cedo ao trabalho em órgãos públicos, como o Banco do Nordeste, sempre na área de economia. Em 1959, ele chegou à recém-criada Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), onde logo se tornaria o substituto imediato do diretor, o economista Celso Furtado. Oliveira atuou na Superintendência até o golpe de 1964, na sequência do qual acabou preso por dois meses. A partir da brusca interrupção de sua carreira como servidor público, o jovem sociólogo retomou os estudos por conta própria⁴ e seguiu para o exílio. Passou pelo Chile

e pela Guatemala antes de se fixar no México, onde atuou vinculado ao Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos, como pesquisador e professor, durante dois anos. Lá ele se tornou amigo de Gabriel Bolaffi, ex-colega de Roberto Schwarz e Michel Löwy no curso de ciências sociais da USP.

De volta ao Brasil no final da década de 1960, Oliveira ainda trabalhou em algumas empresas privadas antes de receber o convite de Ianni para fazer parte do quadro de pesquisadores do CEBRAP. Sua entrada para esse Centro foi decisiva para que a carreira acadêmica se tornasse viável e, também, para que o sociólogo, formado no coração do nacional-desenvolvimentismo, entrasse em contato com o marxismo acadêmico cultivado pela Escola Paulista.⁵ Esse ambiente inspirou o primeiro grande ensaio que ele publicou – *Crítica à razão dualista*, de 1972 – no qual ataca o dualismo presente nas teses de economistas ligados à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), entre os quais se destacava Celso Furtado, a partir do uso de conceitos da tradição marxista. Além da referência às noções de imperialismo, mais-valia e luta de classes, entre outras, o marxismo está presente no combate à lógica formal dentro da qual os cepalinos enxergavam as contradições da economia brasileira, muitas vezes reduzida à simples oposição entre atrasado e moderno. Oliveira recorre à lógica dialética e define os polos supostamente antagônicos como complementares.

O trabalho, que se tornou um clássico das ciências sociais brasileiras, não encerrou o interesse de seu autor em rever a experiência do nacional-desenvolvimentismo, que ele vivera intensamente. Durante o exílio, Oliveira teve a ideia de escrever um trabalho sobre

ca sobre a dialética nas Ciências Sociais’, na Revista Brasileira de Ciências Sociais editada por Júlio de Oliveira, da Universidade Federal de Minas Gerais. Tomei contato com esse artigo e o livro de um polonês, que era E Stanislaw Soviski [Stanislaw Ossowski], *Estrutura de Classe na Consciência Social*” (Mantega; Rego, 1999, p. 101).

⁵ Boa parte dos pesquisadores do CEBRAP passou pelo famoso Seminário Marx, organizado na Faculdade de Filosofia da USP na década de 1950. Sobre sua história, ver Rodrigues (2011).

² O CESIT surgiu vinculado à Cátedra I de Sociologia da USP, sob a liderança de Florestan Fernandes, com a participação de Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e outros pesquisadores ligados a essa Universidade (Romão, 2006).

³ Criada em 1946, ela daria origem à atual Universidade Federal de Pernambuco.

⁴ “Li então com muito gosto dois livros interessantes: o primeiro, o famoso artigo de Fernando Henrique Cardoso que é a introdução à tese dele sobre o *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Tinha uma ‘Introdução Metodolôgi-

a questão regional, com foco sobre a história econômica e social do Nordeste brasileiro, que tivesse como ponto alto uma análise crítica da trajetória da SUDENE. Ele chegou a elaborar um projeto de mestrado que pretendia apresentar a Florestan Fernandes em São Paulo, no final dos anos 1960, mas o texto se perdeu, e a pesquisa acabou sendo adiada. Esse acidente em seu percurso acadêmico seria visto mais tarde como favorável: “[...] foi melhor, vendo em retrospectiva. Eu ia fazer uma coisa muito furtadiana. Eu não tinha ainda o afastamento suficiente” (Ridenti; Mendes, 2012, p. 602).⁶ A boa recepção de *Crítica à razão dualista* – sobretudo nos debates realizados pelo CEBRAP, dos quais participavam pesquisadores de grande prestígio – sem dúvida transmitiu a segurança necessária para que ele retomasse aquele projeto. Dele resultou o livro *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes*, de 1977.

De volta ao Nordeste

Elegia é, sem dúvida, o trabalho mais importante de Francisco de Oliveira sobre a questão regional. Elaborado a partir de uma exposição da história social, política e econômica do Nordeste, o texto é ainda atravessado por debates teóricos e conceituais que atestam seu caráter “científico”. Mas ele não se limita a esse aspecto: desde as primeiras páginas, percebe-se que certos sentimentos do autor pesaram bastante sobre a escrita. A obra é dedicada à memória de Orieta, a primeira esposa de Oliveira, então recém-falecida; aos trabalhadores, operários e camponeses do Nordeste; a Miguel Arraes e Francisco Julião, quadros políticos da esquerda pernambucana e amigos do autor; e a Mário Magalhães da Silveira, médico sanitarista que atuou ao lado de Oliveira na SUDENE. Essas dedicatórias introduzem uma nostalgia que atravessa todo o texto. Afinal, mais do que

⁶ Oliveira atribui a responsabilidade pelo extravio do projeto ao amigo Gabriel Bolaffi.

um exercício de reflexão sobre a história do Nordeste, ele ganha a forma de uma revisão da trajetória do próprio autor, obrigado a revisitar momentos em que estavam bem vivas suas esperanças num projeto de região e de país que não vingou. A ruptura com o passado cepalino, confirmada em *Crítica à razão dualista*, não apagou, portanto, a lembrança da paixão que envolvia seu trabalho na SUDENE. A permanência desse sentimento produz uma tensão entre a tristeza que aquela derrota produziu e a necessidade de um diagnóstico realista sobre as causas do fracasso. Tal conflito se converte numa melancolia, antecipada pelo título do livro: “elegia” é uma canção ou uma poesia de lamento, que neste caso é dedicada a uma região que se converte, através da sílaba adicionada em destaque, numa religião.

Entre *Crítica à razão dualista* e *Elegia para uma re(li)gião* é possível traçar muitos paralelos. Ambos os trabalhos abordam um mesmo tema, o processo de expansão do capitalismo no Brasil, e o fazem sem apontar uma grande ruptura entre o modelo econômico anterior e o posterior ao golpe de 1964. O que muda, entre os textos, é o foco. No primeiro, Francisco de Oliveira apresenta uma visão mais geral desse movimento, tendo o país inteiro como objeto. No segundo, a análise se concentra no modo como essa transição afetou o Nordeste. O exercício é ousado, pois o olhar sobre o regional pressupõe um bom conhecimento sobre o nacional e o internacional. De fato, ele toma a periferia como um ponto de partida para tentar compreender e descrever aspectos do todo.⁷ Apesar das semelhanças, há entre as duas obras uma diferença fundamental. Em *Crítica à razão dualista*, a proximidade do autor em relação à ideologia desenvolvimentista permanece oculta. Um leitor que desconheça sua tra-

⁷ Esse método é recorrente em seus trabalhos. Em *Crítica à razão dualista*, a descrição da economia periférica brasileira serve como instrumento para pensar o sistema capitalista como um todo. Notar a recorrência com que este recurso é utilizado pelo autor ajuda a revelar os motivos da crise que afeta sua produção posterior, sobretudo, a partir da década de 1980, quando conceitos-chave de seu pensamento, como “região” e “nação”, perderam espaço entre as ciências sociais.

jetória, em especial sua participação na SUDENE ao lado de Celso Furtado, pode concluir a leitura sem desconfiar da existência desse passado. O mesmo não ocorre em *Elegia para uma re(li)gião*, que começa pela lembrança daquela relação. Essa diferença, que pode parecer à primeira vista sutil, tem enormes consequências sobre o texto. Elas serão discutidas adiante. Antes, é válido imaginar os motivos que levaram Oliveira a trazer ao primeiro plano esse elemento antes oculto de sua história.

Conforme foi exposto mais acima, *Crítica à razão dualista* condensa a ruptura do autor com seu passado desenvolvimentista e a afirmação de seu presente marxista, o que consolidava seu vínculo ao grupo de intelectuais do CEBRAP. Neste contexto, talvez o destaque ao trabalho na SUDENE ao lado de Celso Furtado não contribuisse para o debate que o autor queria promover. Seus colegas do Centro, em especial aqueles que participaram das discussões sobre o texto nos famosos “mesões”, sem dúvida sabiam das origens do autor, mas esse era um dado do passado. O que se esperava da obra era uma sintonia com o presente, e Francisco de Oliveira sabia disso. Era preciso evitar que a crítica à teoria do subdesenvolvimento ali realizada assumisse um caráter excessivamente subjetivo. Além disso, não havia a necessidade de explorar essa vinculação, já que a questão regional não era o alvo maior de sua atenção. Não era conveniente nem necessário. Após a publicação deste primeiro ensaio e de ter conquistado seu espaço entre os intelectuais paulistas, o autor tinha condições de escrever uma obra voltada para a questão do Nordeste, assunto sublimado na elaboração de *Crítica à razão dualista*. Era um retorno inevitável. O tema regional era, porém, um pouco alheio àquele meio intelectual, onde ninguém conhecia tão bem o Nordeste quanto ele. O que o credenciava para entrar neste debate era justamente aquela experiência pretérita. Naquele instante, portanto, a rememoração tornou-se apropriada e indispensável. Em resumo: o retorno ao passado só foi viável no momento em

que Oliveira sentiu-se à vontade com o presente, identificado a um novo grupo de intelectuais, dentro do qual já conquistara seu lugar. Foi quando o CEBRAP virou o “aqui”, o ponto de observação, e a SUDENE o “lá”, objeto em relação ao qual já tinha algum distanciamento:

Encontrei no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), instituição à qual pertencio desde 1970, o clima propício à metamorfose de minha reflexão sobre o Nordeste; aqui, entre os companheiros dessa aventura intelectual, foi possível recuperar a dimensão da criação da SUDENE, a salvo tanto da crônica de um participante quanto de um infantilismo saudosista. Aqui, encontrei o ambiente propício ao trabalho de ‘preservar o encanto’ da experiência, sem voltar a cair na puerilidade (Oliveira, 2008, p. 132).

A receita de *Elegia para uma re(li)gião* repete os principais ingredientes de *Crítica à razão dualista*: estão nela, mas em doses diferentes, o passado desenvolvimentista, o presente marxista e a questão regional. O resultado é diferente não apenas pela mudança na dosagem, mas também pela adição do fator sentimental que o tema, o Nordeste, inevitavelmente trazia ao autor. O primeiro parágrafo do prefácio explícita, de modo corajoso, esse elemento:

Este trabalho foi escrito sob o signo da paixão: paixão de Orieta, do Nordeste, paixão dos operários, trabalhadores e camponeses do Nordeste. Paixão no mais amplo e estrito sentido. Paixão no sentido de Gramsci: o de colocar-se em uma posição e, mediante essa colocação e por causa dela, tentar entender uma tragédia. O processo social que se procura entender *não é* um objeto de investigação: é uma causa, uma paixão. Esse posicionamento causará arrepios e um dar de ombros por parte de muitos: é uma obra engajada, que não é, portanto, residência da ciência. Haveria uma multidão de argumentos teóricos para replicar, mas prefiro não seguir esse caminho. Não indaguei, pois, do surgimento da paixão: apaixonei-me apenas; e entrei na corrente, deixei o barco correr (Oliveira, 2008, p. 125, grifo do autor).

A negação do caráter científico da obra, obviamente exagerada, não poderia aparecer em *Crítica à razão dualista*, que, desde o título, já transmite um ar mais acadêmico, coerente

te com a proposta do autor. Ainda que negue, em *Elegia*, Francisco de Oliveira faz ciência ao esboçar uma história econômica, social e política do Nordeste. Sem ter a pretensão de esgotar o problema, ele partia do pressuposto de que a região ainda carecia de trabalhos com esse alcance, sobretudo, dentro das áreas das ciências sociais e da economia política. O livro *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, é citado como uma “reificação mitológica da ‘harmonia’ entre senhores e escravos” (Oliveira, 2008, p. 157), no qual faz falta uma compreensão sobre a formação socioeconômica do Nordeste. *História Econômica do Brasil*, de Caio Prado Jr., e *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, são livros lembrados como referências incontornáveis para o tema da formação da economia e da sociedade colonial no Brasil, mas nenhum tinha o foco na questão nordestina. Para Oliveira (2008, p. 153-157), os clássicos romances regionalistas eram os que tinham chegado mais longe na tarefa de captar os vários “Nordestes”.

Uma boa parte de *Elegia* é dedicada a contar a história desses “Nordestes”, em especial da “região” do açúcar e da “região” do algodão e da pecuária, que se opunham no início do século XX. Esse exercício obedece a uma definição do conceito de “região” apresentada pelo autor ainda na introdução. Para Oliveira (2008, p. 145), entre os vários sentidos que essa noção pode assumir – econômico, social, político, cultural, antropológico, geográfico, histórico –, o ensaio está preocupado com um conceito que “se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral”. De acordo com essa definição, a “região” seria “o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por consequência, uma forma especial da luta de classes” (Oliveira, 2008, p. 148). Não há, assim, uma correspondência *a priori* entre as fronteiras dessas “regiões” e os

limites das regiões geográficas tal qual são comumente conhecidas.⁸ Forjados ao longo do processo de “desenvolvimento desigual e combinado” do capitalismo, esses espaços regionais são históricos e, portanto, tendem a desaparecer com a expansão do sistema.

Tomar a história de cada “região” em separado aparece como uma necessidade quando o autor lembra que, no período colonial, o território do Brasil se configurava como um arquipélago, composto por várias ilhas de produção isoladas. Cada uma se desenvolvia a partir das exigências da metrópole portuguesa. Ou das metrópoles, para os casos em que houve ocupação do território por outros impérios, como a França no Maranhão e a Holanda na “região” do açúcar. Logo, entender o Nordeste como uma unidade, sem apreender essas diferenças em sua formação, resultava numa falsificação histórica que atrapalhava a compreensão dos conflitos que se manifestaram em seu interior a partir do final do século XIX. Só após a exposição dessas histórias particulares e dos conflitos, econômicos e políticos, que envolveram o desenvolvimento de cada “região” é que Francisco de Oliveira chega ao momento, já no século XX, em que o avanço da integração nacional escancarou e aprofundou as disparidades regionais, a ponto de exigir a intervenção do Estado de diversas formas, entre as quais se destacava o combate esporádico às secas.

A SUDENE – fundada em 1959, no final do governo de Juscelino Kubitschek – nasceu em meio ao entusiasmo desenvolvimentista e representou um salto na forma como o Estado nacional encarava os problemas do Nordeste. Mas, para Francisco de Oliveira, ela também foi o epílogo de um drama. No período que se estende da segunda metade do século XIX ao início do XX, o Centro-Sul do país vivenciou o

⁸ O conceito econômico e político de “região” permite ao autor pensar, por exemplo, a existência de uma “região” açucareira e de outra “região” algodoeiro-pecuária que coexistiram, durante determinado período, no interior da região Nordeste. Ao longo do ensaio, o uso das aspas serve para diferenciar o conceito construído pelo autor em relação ao senso comum. Essa discussão é apresentada detalhadamente na Introdução, sobretudo em suas partes 2 e 3 (Oliveira, 2008, p. 145-164).

avanço do cultivo do café, logo seguido pela industrialização, enquanto o Nordeste como um todo assistia ao declínio da produção açucareira e ao avanço da pecuária e das plantações de algodão. Durante esse processo, surgiram conflitos no interior das classes dominantes nordestinas, em especial entre a antiga oligarquia açucareira e a nova fração não açucareira, cuja reprodução – baseada numa acumulação realizada na circulação interna de mercadorias – estreitava seus laços com a nova burguesia industrial do Centro-Sul. Outro efeito foi a tendência a um distanciamento cada vez maior entre a capacidade econômica das principais regiões do país, o que levou o Nordeste a se transformar no coração do que se convencionou chamar de parcela “atrasada” da economia brasileira.

Essa configuração histórica levou à emergência de um padrão “planejado” de “condução e orientação das atividades econômicas”, que tinha o Estado como ator fundamental (Oliveira, 2008, p. 138). Para o autor, o surgimento dessa forma não pode ser desvinculado da crise econômica e social que atingia o Nordeste e da esperança sincera da parte de muitos dos envolvidos – entre eles Celso Furtado, que apresentou o projeto da SUDENE a Kubistchek – de que o desenvolvimento vivenciado pelo Centro-Sul do país poderia ser expandido para outras regiões mediante a industrialização, eliminando, nesse processo, os bolsões de “atraso”. Em suma, a disparidade econômica inter-regional e a “razão dualista” que imperava no debate sobre o desenvolvimento nacional levaram o governo federal a apostar na intervenção planejada sobre a economia da região Nordeste. Para Oliveira (2008, p. 163):

As contradições da reprodução do capital e das relações de produção em cada uma ou, pelo menos, nas duas principais ‘regiões’ do país, sinal de uma redefinição da divisão regional do trabalho no conjunto do território nacional, começam a aparecer como conflito entre as duas ‘regiões’, uma em crescimento, outra em estagnação. É nesse contexto, e tendo por objetivo explícito a atenuação ou pelo menos a contenção da intensificação das disparidades regionais,

a correção dos ‘desequilíbrios regionais’, que nasce o planejamento regional para o Nordeste.

Esse objetivo geral consta nos documentos originais que antecederam à criação da SUDENE e norteou sua atuação desde os primeiros anos, embora, para Francisco de Oliveira, o efeito prático dessas ideias não se limitasse ao plano traçado. Para ele, além das preocupações econômicas explícitas, a SUDENE possuía uma missão política não menos importante, pois a estagnação – processo histórico detalhadamente descrito pelo autor – abriu espaço para a ascensão das “forças populares” no Nordeste, “constituídas pelos semicamponeses, pequenos sítiantes, meeiros, arrendatários, cuja expressão política mais evidente passou a ser as Ligas Camponesas” (Oliveira, 2008, p. 237). Havia ainda o proletariado urbano, que ganharia peso nos anos 1950 e 60.⁹ Esse duplo avanço dos setores populares, no campo e na cidade, revelava, para Oliveira, a crise de hegemonia das classes dominantes locais, impulsionada tanto por fatores internos, em que pesou o declínio da produção do açúcar, quanto externos, com destaque para a crescente disparidade econômica em relação ao Centro-Sul do país. A situação política e econômica sobre a qual se debruçava a SUDENE aparecia, então, como resultado do “desenvolvimento desigual e combinado” do capitalismo brasileiro. A região Nordeste, como elo mais fraco do sistema, e o Recife, como centro regional, apresentavam, com maior intensidade, as contradições desse processo. Do sucesso do planejamento econômico dependia, portanto, a contenção de uma ameaça à hegemonia burguesa em escala nacional e o avanço do capitalismo monopolista para todo o território. A SUDENE assumiu a forma do “novo Estado no Nordeste”: antes atrelado aos interesses da oligarquia açucareira ou algodoeiro-pecuária, ele agora surgia capturado pe-

⁹ Deste movimento surgiu a *Frente do Recife*, fundamental na eleição de Pelópidas da Silveira para a prefeitura da capital, em 1955, com o apoio de socialistas e comunistas. A partir daquela data as forças de esquerda cresceram no interior da Frente e na política regional, a ponto de conduzirem Miguel Arraes à vitória na eleição para o governo de Pernambuco em 1962 (Soares, 1982).

los interesses da burguesia do Sudeste.

A entrada do capital do Centro-Sul no Nordeste – impulsionada pela SUDENE sob a bandeira da “integração nacional” – foi o que garantiu a execução daquela tarefa, ao promover uma maior homogeneização da economia nacional e ao transformar de maneira irreversível tanto as relações de produção na região Nordeste quanto a divisão regional do trabalho no país. As transformações econômicas não ocorreram “sem o correspondente movimento na estrutura do poder, sem a captura do Estado pela nova coligação de forças que reproduzem o capital de forma agora diferente, a lei do valor não se impõe sozinha” (Oliveira, 2008, p. 202). O papel ativo do Estado nessa intervenção planejada é resumido em outro trecho:

O planejamento emerge aqui como uma ‘forma’ da intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que *tomam a aparência de conflitos inter-regionais*; o planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador, mas, ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização ou, conforme é comumente descrito pela literatura sobre planejamento regional, no rumo da ‘integração nacional’ (Oliveira, 2008, p. 149, grifo do autor).

O avanço do capital do Centro-Sul para o Nordeste se deu por meio de uma série de incentivos fiscais que compunham o padrão planejado de intervenção econômica regional da SUDENE, sobretudo após o golpe de 1964. Seu efeito imediato foi a destruição das velhas estruturas de reprodução do capital na região. “Quanto à burguesia industrial nordestina, esta pagou um preço que jamais sonhou; e sua existência é ‘irrepetible desde siempre y para siempre’, para retomarmos os termos admiráveis de Gabriel García Marquez”. Até mesmo a “região” algodoeiro-pecuária, aliada da burguesia industrial do Sudeste, estava condenada: “sobreviveu apenas para poder escrever, se souber – e na maior parte dos casos, não o saberá – o seu próprio epitáfio” (Oliveira, 2008, p. 272-274). Essas “regiões” perderam espaço para a entrada da in-

dústria concebida e financiada a partir do Centro-Sul, novo núcleo do sistema. Foi, portanto, uma destruição da qual dependia o processo de expansão-centralização típico do capitalismo monopolista no Brasil, que se tornou, nas palavras de Oliveira (2008), “um país sem fronteiras regionais, a não ser as da memória”.

Ao analisar como esse processo se deu, o autor destacou a importância do mecanismo 34/18 como o grande facilitador para a entrada do capital do Centro-Sul no Nordeste.¹⁰ O artigo 18 pertence à lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, responsável pela criação da Superintendência:

Fica isenta de quaisquer impostos e taxas a importação de equipamentos destinados ao Nordeste, considerados preferencialmente os das indústrias de base e de alimentação, desde que, por proposta da SUDENE ou ouvido o parecer da mesma, sejam declarados prioritários em decreto do Poder Executivo (Brasil, 1959).

O artigo 34 apareceu apenas na lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, que complementava a anterior. Ele determinava que:

É facultado às pessoas jurídicas e de capital 100% nacional efetuarem a dedução de até 50% nas declarações do Imposto de Renda, de importância destinada ao reinvestimento ou aplicação em indústria considerada, pela Sudene, de interesse para o desenvolvimento do Nordeste (Brasil, 1961).

Em 1963, uma modificação dessa lei foi elaborada pelo deputado Gileno de Carli, ligado à burguesia industrial açucareira. Seu principal efeito foi o de retirar a exigência de que as empresas tivessem capital 100% nacional. A inspiração era a legislação italiana da *Cassa del Mezzogiorno*, que pretendia incentivar a industrialização do sul daquele país. Essas leis surgiram graças à necessidade de direcionar capital para

¹⁰ Essa discussão reproduz a realizada em outro texto (Oliveira; Reichstul, 1973). Elaborado para o Simpósio de Economia da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ele não possui a mesma carga sentimental de Elegia, nem uma visão sociológica e política detalhada do processo que analisa. Sua ênfase é mais econômica, e boa parte do argumento dos autores se constrói a partir do diálogo crítico com um artigo de Albert Hirschman (1967) também dedicado ao mecanismo 34/18.

o Nordeste e para a SUDENE, até então bastante carente de recursos. O acréscimo de emendas, como o artigo 34, só foi facilitado pelo grande atraso na aprovação do Plano Diretor da Superintendência no Congresso Nacional.

Graças à combinação desses dois artigos, empresas detentoras de grande capital – a maioria do Centro-Sul do país – foram incentivadas a investir no Nordeste em troca de isenções fiscais. Realizava-se, assim, o plano de integrar a economia regional à nacional, porém sem alterar a relação de subordinação já existente: o capital apenas passava pelo Nordeste e, em seguida, voltava para o centro do sistema, dentro ou fora do país. Através das isenções, o Estado descartava uma parcela considerável de tributos a serem captados e os mantinha, como capital, nas mãos dos grandes investidores. A SUDENE chegou a tentar atrair parte desse recurso, ao dar às empresas a opção de destinar o imposto deduzido ao Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (Fidene), que seria empregado em projetos industriais aprovados pela Superintendência, mas a alternativa de investimento privado se impunha naturalmente (Oliveira, 2008).

Em suma, para Oliveira (2008, p. 264) a forma de atuação da SUDENE antecipou “a imbricação Estado-burguesia internacional associada”, replicada para outras “regiões” e setores de atividade econômica durante a ditadura. Trata-se de uma expansão econômica que se deu por centralização: o Sudeste assumiu o posto de centro do sistema, lugar antes ocupado quase inteiramente pelo mercado internacional, que se relacionava com as economias regionais sem mediação. Esse é o diagnóstico que sustenta a hipótese da redefinição da divisão inter-regional do trabalho no Brasil, que guia o estudo. Diante de dados que revelavam que, em 1971, 14 das 24 empresas com projetos próprios no Nordeste tinham origem estrangeira, a conclusão de Oliveira era inevitável:

Os resultados do programa de industrialização, sob a égide do 34/18, são fartamente conhecidos no campo da transferência da hegemonia da burguesia inter-

nacional-associada do Centro-Sul para o Nordeste. Os principais grupos econômicos do Centro-Sul transferiram-se para o Nordeste, implantando fábricas e unidades produtivas que, em alguns casos, mesmo quando operem a capacidade ociosa, mesmo quando representem duplicação de produções que, numa visão marginalista, poderiam ser mais econômicas no Centro-Sul, asseguram a homogeneização monopolista do espaço econômico nacional. Ainda quando os resultados do programa de industrialização deixem a desejar em termos de criação de empregos, ou que se afastem do padrão *labour intensive* que preconizava a Sudene nos seus primórdios, é inegável que a economia do Nordeste integrou-se completamente à economia nacional. Perde, pois, qualquer sentido continuar a falar de ‘economias regionais’ no Brasil, e o fato de que a própria Sudene continue a tocar uma música antiga vem apenas em desabono do organismo de planejamento regional que, por sinal, deixou de ter qualquer sentido de ‘planejamento’ (Oliveira, 2008, p. 264-266).

A apreciação da estrutura da SUDENE e de seus efeitos surge colada, em *Elegia*, a uma avaliação nada positiva da atuação política da Superintendência no período 1959-1964. Francisco de Oliveira até reconhece a ambiguidade de algumas de suas práticas, em geral decorrentes da tática de não enfrentar os grandes adversários, como os latifundiários, mas essa característica, num cenário em que o conflito era inevitável, levava o órgão a pender para o lado dos interesses da burguesia do Sudeste e, eventualmente, das oligarquias regionais. O órgão também se omitia diante dos programas assistencialistas da Aliança para o Progresso e da USAID,¹¹ que pretendiam esvaziar o movimento camponês da região.

O texto de *Elegia para uma re(li)gião* é bem enfático ao classificar como uma tragédia os efeitos sobre o Nordeste da expansão do capitalismo no Brasil. Essa visão negativa do processo, mais acentuada do que a apresentada em *Crítica à razão dualista*, justifica-se tanto pelo foco voltado àquela região, vista como o elo mais fraco do sistema, quanto pelo fato de ter sido elaborada depois do fim do “milagre econômico bra-

¹¹ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

sileiro”, que revelou melhor as contradições do modelo. Enquanto escrevia o livro, Francisco de Oliveira olhava o período de criação da SUDENE com nostalgia. No final dos anos 1950, o sonho desenvolvimentista estava no auge, e a paixão pelo Nordeste estimulou outros jovens como ele a seguirem Celso Furtado em sua luta pela “modernização” daquela região. Era um tempo de incertezas, no qual o futuro parecia mais aberto, rico em possibilidades. Bastante diferente, portanto, do horizonte sombrio imposto pela ditadura. Esse regime criava, para ele, uma oposição entre Estado e Nação que consistia num enorme impasse, dentro do qual “o peso excessivo dos interesses estrangeiros, a harmonia-competição entre a burguesia internacional-associada e os monopólios do Estado, a luta mortal no processo de concentração e centralização do capital tornaram o país ingovernável, mesmo para os interesses das classes dominantes” (Oliveira, 2008, p. 275). O autor, incomodado com o presente, refugiou-se no passado para, em tom melancólico, pensar o futuro. Ao rever a história do Nordeste e da SUDENE, ele se negava a aceitar que ela acabasse daquela forma, como tragédia, o que o estimulou a escancarar seu desejo de uma ruptura revolucionária e socialista, que aparecia timidamente no final de *Crítica à razão dualista*. Ela é apresentada como a única solução do impasse nacional, na última frase do livro, depois de já ter sido lembrada, no prefácio, como a única forma de dar sentido à história das lutas do passado:

Esta *Elegia* não canta o amor do Nordeste passado, que foi o domínio dos latifundiários e dos ‘barões’ do açúcar, Nordeste este que se projeta agora num folclore que é, sob muitos aspectos, a glorificação de um passado de servidão. Esta *Elegia* canta o amor do futuro. Não esquece, porém, que, ao cantar, esse futuro se realiza pelo aprofundamento da exploração, neste futuro imediato. [...] Esta *Elegia* é, pois, o canto de amor da região do futuro e essa região é simultaneamente todo o Brasil e a nova forma de sociedade, isto é, a *nação socialista* (Oliveira, 2008, p. 130-131, grifo do autor).

A identidade entre a nação e a região, sugerida no final, é irônica. Ela anuncia a realização do sonho do planejamento econômico regional, o projeto da SUDENE, mas invertido: não foi o

Nordeste que se nivelou ao Centro-Sul do Brasil ao alcançar seu patamar de desenvolvimento; foi o Brasil como um todo que se igualou ao Nordeste com o avanço de um modelo econômico baseado na altíssima concentração de renda, na dependência internacional e na reprodução de formas arcaicas de relações sociais e econômicas, como a acumulação primitiva no campo e a informalidade no setor de serviços. Essa conclusão, somada à ideia de que haveria um impasse entre o Estado e a Nação, é reveladora do quanto Francisco de Oliveira permanecia atrelado a algumas categorias de pensamento ligadas ao nacional-desenvolvimentismo.

Diante desse fato, cabe uma questão: como intelectuais e artistas formados no período de 1930-64, em meio ao florescer de grandes discursos e projetos sobre a Nação, poderiam romper completamente com seu passado? Os resíduos deste sempre permaneciam, ainda que como elemento marginal, em suas produções. Em geral colados a um sentimento melancólico, que, em *Elegia*, são bem sintetizados pelas referências a *Cem anos de solidão*, de Gabriel García Márquez: “Quando for possível ‘decifrar los pergaminos’ da Sudene e de sua experiência – e este trabalho pretende oferecer uma contribuição neste sentido – ficará claro que ‘todo lo escrito en ellos era irrepensible desde siempre y para siempre’ [...]” (Oliveira, 2008, p. 138).

A atualidade da crítica, quarenta anos depois

No final dos anos 1970 outro Chico, o Buarque, também colocou, em uma obra, sua visão sobre o processo de modernização conservadora consolidado sob a ditadura. Na letra que escreveu com Roberto Menescal para a música *Bye bye Brasil*, de 1979, um viajante conta por telefone para a namorada, às pressas, suas aventuras pelos cantos do país.¹² Seu relato consiste numa sequência de versos sobre as novi-

¹² A letra é de Chico Buarque e a música de Roberto Menescal. A canção foi composta para a trilha sonora de um filme homônimo de Cacá Diegues, no qual artistas viajam o Brasil para fazer espetáculos em raras cidades ainda sem televisão.

dades que ele encontrou pelo caminho – “já tem fliperama em Macau”; “puseram uma usina no mar” – que acabam contrapostas às imagens do Brasil arcaico, ainda presente, mas já integrado ao moderno – “o chefe dos Parintintins vidrou na minha calça Lee”; “no Tabariz, o som é que nem os Bee Gees”. A combinação do novo e do velho também aparece numa referência ao trabalho precário num centro urbano: “pintou uma chance legal, um lance lá na capital, nem tem que ter ginásio”. Outros trechos transmitem o estranhamento do personagem diante do que vê, sobretudo quando constata que o país real não coincide com aquele anunciado pelo discurso oficial: “eu vi *um* Brasil na tevê”. Um sentimento romântico atravessa toda a letra, em tom de saudade, tanto da namorada, distante, quanto do país do passado: “estou me sentindo tão só”; “eu tenho saudades da nossa canção, saudades de roça e sertão”. O viajante constata que o Brasil tradicional, relatado em outra canção famosa, não é mais o mesmo – “aquela aquarela mudou” – e, consciente da profundidade das transformações, ele se despede do país do passado: “Bye bye Brasil, a última ficha caiu” (Buarque, 1979).

Tanto a letra de Chico Buarque quanto os textos de Francisco de Oliveira sobre o Nordeste apresentam um mesmo tom de adeus, romântico, mas inevitável. Portanto, a comparação entre a música e o livro vale a pena. Esses são apenas dois exemplos entre tantos que podem ser encontrados em meio à produção de artistas e intelectuais brasileiros no final dos anos 1970. Aquele foi um período em que “a última ficha caiu” para muita gente: o Brasil havia mudado sob a ditadura, e não era possível voltar à utopia nacional-desenvolvimentista, nem avançar – em que sentido? – sem essa dura constatação. A modernização conservadora foi um processo cheio de contradições, muitas das quais afetaram diretamente a vida intelectual, como a ampliação do ensino superior e das agências de financiamento a pesquisas. No caso do Nordeste, que atraiu maior atenção de Francisco de Oliveira, a mão conservadora prevaleceu sobre a modernizan-

te: a região preservava boa parte das relações políticas, econômicas e sociais arcaicas sem desfrutar de grandes benefícios após sua integração ao polo dinâmico do país. Sua história se assemelhava mais a uma tragédia. Daí a saudade que o autor demonstra do período em que Celso Furtado e a SUDENE prometiam tempos bem melhores. Mas aquele projeto de futuro, não realizado, já era coisa do passado.

A luta pela redemocratização, impulsionada pelo ressurgimento de forças populares em todo o país, alimentou, mais uma vez, a esperança. Engajados naquela disputa e, em especial, na construção do Partido dos Trabalhadores, Francisco de Oliveira e outros intelectuais de sua geração logo sofreriam uma nova decepção, ao notarem que o processo de transição ocorreu, mais uma vez, apoiado num grande esforço para conservar velhas relações sociais e estruturas de dominação. A sobrevivência da Nova República, fruto daquele processo, foi garantida, ao longo da década de 1990, graças a uma agenda que privilegiou a estabilidade econômica e a governabilidade em detrimento da ampliação da democracia, da conquista de novos direitos sociais e do combate às desigualdades. Crítico aos governos de Fernando Henrique Cardoso, seu ex-colega de CEBRAP, Oliveira também se distanciaria do PT logo após a eleição de Lula, quando notou que o novo presidente pretendia manter seu programa refém das exigências do mercado e das regras do jogo parlamentar.

Ao lado de *Crítica à razão dualista* e de outros textos, de diversos autores, *Elegia* contribuiu para revelar que o processo de modernização conservadora liderado pelo regime autoritário havia alterado a realidade do país de maneira profunda, de tal forma que, a partir daquele momento, a tarefa de pensar e agir sobre o Brasil envolvia novos e grandes desafios. Eles eram reforçados por mudanças externas, como o avanço da mundialização, a crise internacional da esquerda e as transformações no mundo do trabalho. As qualidades do texto, destacadas neste artigo, são também fundamentais para a compreensão

de seus defeitos ou, mais precisamente, os limites de seu autor. Francisco de Oliveira teve o mérito de notar e destacar o conjunto de mudanças que colocava em xeque os princípios do nacional-desenvolvimentismo, que guiaram as ações e reflexões de políticos e intelectuais brasileiros na primeira metade do século XX. O diagnóstico era preciso. Porém sua formação, vinculada àquela tradição, impunha incontornáveis limites à sua crítica, mesmo que Oliveira a tenha levado a níveis até então inéditos. Os resíduos nacional-desenvolvimentistas atravessam todo o seu texto, não apenas as passagens mais sentimentais, tomadas por certa nostalgia. Mesmo depois de *Elegia*, quando as sucessivas mudanças na conjuntura política do país atraíram Oliveira para novos debates e projetos, aquela lembrança um tanto melancólica das promessas frustradas do desenvolvimentismo nunca abandonou por completo sua produção.¹³

Mas as qualidades são, sem dúvida, maiores que os defeitos. Quarenta anos depois de sua primeira publicação, *Elegia* permanece atual, porque o Brasil de hoje ainda se assemelha, em vários aspectos, àquele que Oliveira descreveu ao longo da década de 1970, repleto de velhas contradições não resolvidas, que assombram o presente e embaralham as perspectivas de futuro. A tragédia que o autor anunciava para o Nordeste se realizou não só para a região, mas para o conjunto do país: uma integração total ao sistema, mas imperfeita, que permite a convivência do mais moderno com o mais atrasado e, pior, depende dela para se reproduzir. Nos textos mais recentes de Oliveira, esse diagnóstico, sintetizado no ensaio *O ornitorrinco* (2003), alimentou, muitas vezes, uma espécie de paralisia. O autor, após tantas decepções, não enxerga muitas alternativas diante do impasse político, social e econômico do país. Mesmo sem me render à sua perspectiva política, vejo, em seus textos antigos e recentes, bons instrumentos para pensar o Brasil e, apesar das evidentes dificuldades, agir para transformá-lo. *Elegia para uma re(li)gião* não foge à regra: qua-

renta anos depois, ele ainda fornece um quadro bem fiel do país e de muitos de seus problemas. Graças à qualidade de seu autor, sem dúvida, mas também à teimosa incapacidade de o Brasil acertar contas com o seu passado.

Recebido para publicação em 09 de setembro de 2016
Aceito em 15 de outubro de 2018

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei n. 3.692, de 15 de dezembro de 1959. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 15 dez. 1959. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/1950-1969/L3692.htm>. Acesso em: 8 nov. 2018.
- _____. Lei n. 3.995, de 14 de dezembro de 1961. Aprova o Plano Diretor da SUDENE, para o ano de 1961, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 14 dez. 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3995-14-dezembro-1961-376756-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 8 nov. 2018.
- BUARQUE, C. “Bye, bye Brasil”. Melodia: Roberto Menescal, 1979. Disponível em: <http://www.chicobuarque.com.br/letras/byebyebr_79.htm>. Acesso em: 8 nov. 2018.
- HIRSCHMAN, A. “Desenvolvimento industrial no Nordeste brasileiro e o mecanismo de crédito fiscal do artigo 34/18”. *RBE*, ano 21, n. 4, dez. 1967.
- MANTEGA, G.; REGO, J. M. (Org.). *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MENDES, F. *O ovo do ornitorrinco: a trajetória de Francisco de Oliveira*. 2015. 316 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- MONTERO, P.; MOURA, F. (Org.). *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. *A noiva da revolução / Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____; REICHSTUL, H. P. “Mudanças na divisão interregional do trabalho no Brasil”. *Estudos CEBRAP*, v. 4, p. 131-168, 1973.
- RIDENTI, M.; MENDES, F. “Do dualismo ao ornitorrinco: entrevista com Francisco de Oliveira”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 66, p. 601-622. set./dez. 2012.
- RODRIGUES, L. S. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e “um seminário” (1958-1978)*. 2011. 565 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ROMÃO, W. de M. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT*. São Paulo: Associação editorial humanitas, 2006.
- SOARES, J. A. *A Frente do Recife e o Governo Arraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

¹³ Esta é a hipótese central de minha tese de doutorado, dedicada à sua trajetória (Mendes, 2015).

FORTY YEARS OF AN ELEGIA: Francisco de Oliveira and the Northeast*Flávio Mendes*

The classic essay of Francisco de Oliveira, *Elegia para uma re(li)gião* were completed forty years in 2017. Dedicated to analyse the trajectory of SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, where the sociologist worked between 1959 and 1964, the paper became a reference for the debates on the regional problems in Brazil. Oliveira criticizes the model of development that guided SUDENE's activities, especially during the dictatorship. He shows the impact of "milagre econômico" on Northeast and the changes in regional division of labour in the country. The essay expresses also the opinions of some left wing intellectuals about the social and economic situations. From the analysis of Oliveira's main arguments and the debate on the atmosphere surrounding the essay's creation, this article aims to remind the essay's impact on Brazilian social sciences in the 1970s and, finally, briefly reflect on its importance for the present.

KEYWORDS: SUDENE. Oliveira, Francisco de. Northeast - Brazil. Developmentalism. Dictatorship.

QUARANTE ANS D'ÉLEGIE: Francisco de Oliveira et le nord-est*Flávio Mendes*

La publication du livre *Elegia para uma re(li)gião*, de Francisco de Oliveira, va faire quarante ans en 2017. Dedié a analyser la trajectoire de la SUDENE, où le sociologue a travaillé entre 1959 et 1964, le texte est devenu une référence pour le débat sur la question régionale au Brésil. Au-delà de la critique au modèle de développement qui a guidé les actions de la SUDENE, surtout pendant la dictature, *Elegia* montre l'impact du "milagre econômico" sur le Nord-est brésilien et les changements dans la division régionale du travail du pays. Le texte exprime, aussi, la vision d'une partie des intellectuels de gauche sur la situation social et économique. D'après l'analyse des principaux arguments utilisés par l'auteur et du débat sur le climat qui a encouragé la création du livre, cet article vise à rappeler son impact sur les sciences sociales au Brésil pendant les années 1970 et, enfin, réfléchir brièvement sur sa pertinence.

MOTS-CLÉS: SUDENE. Oliveira, Francisco de. Nord-est - Brésil. Développementisme. Dictature.

INDEPENDÊNCIA, PODER JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO

Fábio Kerche*

Os estudos acadêmicos sobre a questão da independência do Poder Judiciário e dos juízes, tanto do ponto de vista normativo quanto descritivo, são razoavelmente desenvolvidos. A produção é significativa e discute os dilemas e as dificuldades da existência de um Poder de Estado com altas doses de autonomia em regimes democráticos. Do ponto de vista da democracia, a questão é como atores pouco *accountable* convivem em um sistema baseado fundamentalmente no voto dos cidadãos. Em relação a esse debate, menor atenção é dada ao Ministério Público e aos promotores. Este ensaio bibliográfico analisa, sintetiza e reinterpreta parte da produção acadêmica sobre independência e suas tensões na democracia em relação ao Poder Judiciário e apresenta uma proposta de como estudar o mesmo tema em relação ao Ministério Público.

PALAVRAS-CHAVE: Poder Judiciário. Ministério Público. Independência. Democracia.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre o Poder Judiciário, de maneira geral, e sobre a questão da independência dos juízes, de maneira específica, tanto do ponto de vista normativo quanto descritivo, são razoavelmente desenvolvidos, embora em número menor do que os relativos à “política *stricto sensu*”. Diversas pesquisas, em especial aquelas realizadas nas universidades norte-americanas, discutem os dilemas e as dificuldades da existência de um Poder de Estado com altas doses de autonomia em regimes democráticos. De uma forma ou outra, praticamente todos tocam na questão de como atores pouco *accountable* convivem em um sistema baseado fundamentalmente no voto dos cidadãos.

Menor atenção é dada às agências responsáveis pela ação penal nas democracias, que chamarei aqui de Ministério Público.¹ O

número de pesquisas sobre promotores² é significativamente reduzido quando comparado aos trabalhos sobre juízes. Esse menor interesse acadêmico não é proporcional à importância da instituição que seleciona boa parte do que será decidido pelo Poder Judiciário. Nas palavras de um ex-ministro da justiça, procurador-geral e ex-ministro da Suprema Corte dos Estados Unidos, Robert Jackson,

[O] promotor tem mais controle sobre a vida, liberdade e reputação que qualquer outra pessoa nos Estados Unidos. Sua discricionariedade é tremenda [...] Com a legislação preenchida com grande variedade de crimes, um promotor tem uma grande chance de encontrar ao menos uma violação técnica de algum ato da parte de quase qualquer um. Neste caso, não é uma questão de descobrir a responsabilidade em um crime e então procurar pelo homem que o cometeu, a questão é escolher um homem e procurar na legislação, ou colocar investigadores para trabalhar, para colar nele algum delito³ (Fleissner, 1997-1998, p. 430-431).

Enquanto, para o Poder Judiciário, é

* Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro
Rua: São Clemente, 134, Sala L, Botafogo. Cep: 22260 000.
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil. fabio.kerche@rb.gov.br; fkerche@gmail.com

¹ “Ministério Público” é adotado, entre outros países, por França, Itália, Portugal e Brasil. No Canadá, a instituição é chamada de *Public Prosecution Service* e, na Inglaterra, de *Crown Prosecution Service*. Nos Estados Unidos, em nível federal, é o *US Attorneys’ Office* e, em nível local, *District Attorney’s Office* (Cf. Fionda, 1995).

² Independentemente de outros nomes atribuídos aos membros do Ministério Público nas democracias (procurador, *district attorney* etc.), tratarei todos os responsáveis pela ação penal pelo título de promotor.

³ Todas as citações em que não há uma versão em português foram traduzidas pelo autor deste texto.

possível apresentar uma discussão sobre a questão da independência baseando-se quase exclusivamente na literatura especializada sobre juízes e em instrumental teórico e empírico desenvolvido especificamente para entender as particularidades desse Poder, em relação ao Ministério Público é necessário “emprestar” ferramentas dos estudos sobre o Judiciário, sobre a burocracia e sobre os políticos. Deve-se parte disso à falta de consenso de que a independência também é necessária para promotores, pelo menos no mesmo grau do que se entende necessária para juízes.

A proposta deste ensaio bibliográfico é dupla: primeiro, fazer uma síntese do debate sobre a questão da independência nas democracias em relação ao Poder Judiciário e, segundo, apresentar uma proposta de como estudar a mesma questão em relação ao Ministério Público.

PODER JUDICIÁRIO E INDEPENDÊNCIA

A democracia não é somente o sistema em que as decisões são tomadas, direta ou indiretamente, pela maioria dos cidadãos. Nas sociedades contemporâneas, a democracia também é o sistema em que certos direitos precisam ser assegurados para indivíduos e minorias, mesmo frente ao desejo de maiorias conjunturais. Em outras palavras, a democracia contemporânea é, na verdade, o encontro de duas tradições que nascem separadamente na história e que se relacionam de maneira complexa e desigual entre os países que vivem sob seus princípios: a democracia, com sua lógica majoritária, e o liberalismo político, calcado em direitos (Cf. Bobbio, 1988).

A organização dos Estados democrático-liberais reflete essas duas tradições. Por um lado, os Poderes Executivo e Legislativo baseiam sua atuação primordialmente nos procedimentos majoritários. Não somente porque decisões são tomadas por maioria no parlamento, como pelo axioma de que todos os polí-

ticos atuam com vistas a agradar eleitores justamente porque buscam votos para continuar na atividade política. Por outro, o Judiciário é o Poder contramajoritário, cabendo aos juízes o papel de garantidor de direitos individuais e da sociedade, geralmente previstos em documentos como a constituição, mesmo que isso seja contrário a maiorias conjunturais.

Para que esse papel de guardião de direitos seja efetivo, é bastante comum, na literatura, a prescrição, que sempre envolve alguma normatividade, de que é necessário um grau razoável de independência do Poder Judiciário frente aos outros atores. “Judiciários independentes estão melhor situados que suas contrapartes menos independentes para fazer valer [*enforce*] direitos constitucionais contrários às maiorias populares e, dessa forma, corrigir injustiças detectadas” (Clark, 2011, p. 264). Assim, é um “consenso normativo” (Melton; Ginburg, 2014, p. 187), um “estereótipo normativo” (Maravall, 2003, p. 264) ou um “conceito *quase* religioso” (Taylor, 2017, p. 5) que independência é necessária e essencial para que os juízes resolvam disputas (Cf. Shapiro, 2013). Mesmo que independência não seja um “valor supremo” – já que também são importantes consistência, precisão, previsibilidade e rapidez das decisões –, é inegável que é “um importante componente em muitas definições de qualidade da Justiça” (Melton; Ginburg, 2014, p. 190).

A definição de independência tem pequenas variações de amplitude, embora todas digam respeito a atores externos à instituição e “conexões – ou, mais precisamente, ausência de certas conexões” (Russell, 2001, p. 2). O Poder Judiciário é independente quando detém a “habilidade para tomar decisões que não são afetadas por pressão política de fora do Judiciário” (Clark, 2011, p. 5), quando “decide casos à luz da lei sem considerar as indevidas opiniões de outros atores governamentais” (Melton; Ginburg, 2014, p. 190), ou quando “decisões judiciais não podem ser anuladas por legislação retroativa ou por recursos para

o parlamento ou o governo” (Maravall, 2003, p. 266).⁴

Mas não é somente o Poder Judiciário como um todo que deveria ser protegido de ingerências externas de outras instituições ou grupos (Cf. Ferejohn, 1999). O juiz, para exercer seu dever público, deve ser “independente de consideração venal ou ideológica” (Ferejohn, 1999, p. 353). Isso seria facilitado quando o juiz é protegido por instrumentos como inamovibilidade, não redução de salários, estabilidade etc.⁵ A questão, não totalmente resolvida, é se a independência *de jure*, prevista constitucionalmente, reforça ou garante a independência *de facto*.⁶

Se o pressuposto madisoniano de que os homens não são anjos é aceito de maneira geral pelos teóricos da democracia, os juízes independentes serem protegidos da *accountability* dos cidadãos é uma ponta que não se encaixa facilmente no modelo de democracia contemporânea, podendo ser descrita como um “paradoxo da independência – *accountability*” (Shapiro, 2013, p. 264):⁷

Independência judicial é tanto um problema quanto uma solução. A principal tarefa dos juízes é resolver disputas. Independência é essencial para o sucesso dessa missão. Juízes, entretanto, não apenas resolvem disputas. Tribunais judiciais são ‘tribunais da lei’ que resolvem disputas de acordo com a lei. Quaisquer intérpretes da lei ou que digam o que um

⁴ Taylor inclui também variáveis internas para a independência. Segundo ele, há a “independência externa”, em relação a atores de fora do Poder Judiciário; a “autonomia”, relativa à liberdade administrativa do Judiciário; e a “independência interna”, “o grau com que cada juiz individual ou tribunais de instâncias baixas podem ficar constrangidos pela revisão dos altos tribunais” (Cf. Taylor, 2017, p. 1).

⁵ Melton e Ginburg buscam identificar se a independência *de jure*, prevista na lei, reforça a independência *de facto*, na prática. “Nossos resultados sugerem que a independência judicial de facto pode ser incrementada se países adotarem procedimentos de seleção e de remoção que insulem os juízes de outros Poderes do Estado” (Melton; Ginburg, 2014, p. 210).

⁶ Vários trabalhos buscam medir a independência *de facto* nas democracias. O mais conhecido é o grande levantamento feito por Linzer e Staton (2015).

⁷ Independência é sempre uma questão delicada para a teoria democrática, não somente em relação ao Poder Judiciário. Bancos Centrais independentes, agências reguladoras, burocracia, Mistério Público (que será visto na segunda parte deste ensaio bibliográfico) etc. são instituições em que os dilemas da *accountability* e da democracia também ocorrem.

texto legal significa, em algum grau, em algum momento, e sob algumas circunstâncias, fazem a lei. Se juízes fazem a lei, eles não devem ser independentes de forma absoluta. Eles devem ser *accountable* por alguém (Shapiro, 2013, p. 253-254).

Há um razoável grau de concordância de que existe uma tensão, uma “dificuldade contramajoritária” (Bickel, 1986, p. 16) entre os princípios liberais, representados pelo Judiciário, e a democracia, que prevê que atores com discricionariedade sejam *accountable*, uma “premissa fundamental da democracia liberal” (Seidman, 1987-1988, p. 1571). Na verdade, “a realidade essencial [é] que a revisão judicial é uma instituição desviante na democracia norte-americana” (Bickel, 1986, p. 18), mas não somente nesse país. “*Quis custodiet ipsos custodiet* [quem guarda os guardiões] é o ponto fraco no papel atribuído ao *rule of law* na teoria democrática liberal” (Maravall, 2003, p. 266). E a questão fica mais delicada quanto mais alto é o tribunal em análise, em especial para casos de revisão constitucional (Cf. Shapiro, 2013). Isso porque “[...] constituições tendem a ser ainda mais genericamente escritas que leis ordinárias, juízes comprometidos com a interpretação constitucional têm maior probabilidade de exercer grandes poderes para fazer leis” (Shapiro, 2013, p. 258). Por isso, nos tribunais responsáveis primordialmente pelo controle constitucional, em que os juízes são apenas *accountable* por meio de *impeachment* e que legisladores somente podem corrigir as decisões desses juízes por meio de mudanças baseadas em maiorias qualificadas e em longos processos legislativos, a “*accountability* parece ser muito fraca” (Shapiro, 2013, p. 268).

Os instrumentos institucionais que garantem autonomia aos juízes são, entre outros, a constitucionalização das garantias do Poder Judiciário (dificultando mudanças da legislação pelo parlamento), a estabilidade no trabalho, a proteção em relação a remoções e salários (Cf. Melton; Ginburg, 2014). Em suma, são “garantias corporativas” (Maravall, 2003, p. 268). Esses instrumentos insulariam os juízes

e garantiriam que eles não ficariam submetidos aos desejos dos políticos ou das maiorias conjunturais.

Existem três tipos de explicações para a independência do Poder Judiciário, pelo menos nos Estados Unidos, e todas elas possuem suas limitações (Cf. Seidman, 1987- 1988). A primeira tentativa seria a explicação “originalista”, em que a independência seria um substituto da *accountability*, porque se sustenta no texto constitucional que expressa o desejo dos “pais fundadores” e somente isso bastaria para legitimar as decisões judiciais e limitar o papel dos juízes. Embora não seja exatamente a mesma abordagem, é bastante semelhante ao que Ferejohn (1999) chama de explicação “histórica”. Segundo ele, o Poder Judiciário é independente porque na sua criação essa solução respondia a “conflitos políticos específicos” (Ferejohn, 1999, p. 376). O problema, óbvio, é que, sem a *accountability*, não há garantias de que os juízes respeitarão a constituição.

A segunda explicação seria a “teoria baseada em direitos”, uma espécie de complementação normativa à teoria originalista. Nessa explicação de tipo contratualista, a independência é a melhor opção, porque seria aquela escolhida por participantes desinteressados da comunidade. Por essa explicação, “juízes, livres das obrigações políticas, poderiam ser objetivos e desinteressados. Mas, certamente, a conclusão oposta é igualmente plausível” (Seidman, 1987-1988, p. 1581).

E, finalmente, existe a explicação da “teoria majoritária”, em que a independência do Poder Judiciário é justificada porque a maioria prefere que certas questões, como as relativas à constituição, sejam decididas pelo Poder Judiciário. “Este argumento confunde o exemplo da delegação com o exemplo da ausência da *accountability*” (Seidman, 1987-1988, p. 1586). Ou, para usar outros termos, confunde “abdicação” com o que seria um caso para “delegação”.⁸

⁸ Nem toda a delegação de tarefas e poderes dos políticos para uma instituição não eleita é uma abdicação (Cf.

A solução teórica para justificar a questão da independência, contudo, passa, de alguma forma, pela sempre lembrada afirmação de que o Judiciário é o Poder “menos perigoso para os direitos políticos da constituição”, como escreveu Hamilton no texto Federalista n. 78 (Madison; Hamilton; Jay, [1788] 1993, p. 479). Ou seja, a independência, na democracia liberal, somente faz sentido se vier acompanhada da ideia de que a autonomia não é contrária à própria democracia, porque os juízes “não têm, estritamente, força nem vontade, mas tão somente julgamento, estando, em última instância, na dependência do auxílio do braço executivo até para a eficácia de seus julgamentos” (Madison; Hamilton; Jay, [1788] 1993, p. 479). Ou, dito de outro modo,

Já que os teóricos liberais tratam a democracia como axiomática, há uma tendência natural para tentar demonstrar que as decisões judiciais são, em algum sentido, compatíveis com a democracia. Mas, na medida em que esse esforço é bem-sucedido, ele marginaliza a importância do Judiciário e rebaixa o argumento que é crucial para nosso sistema de governo (Seidman, 1987-1988, p. 1573).

Assim, a independência do Poder Judiciário seria justificada porque ele é frágil relativamente aos outros Poderes – esses, sim, fortes e que precisam ser limitados pela vigília dos eleitores e dos próprios juízes. Ao serem frágeis e dependentes, a necessidade da *accountability* para o Poder Judiciário seria menos eminente.

A questão é que não é mais verdade que o poder de julgar é “invisível e nulo” (Montesquieu, [1748] 1973, p. 157) nas democracias contemporâneas. Entre outras coisas, porque, ao interpretar as leis, um juiz “faz lei” (Shapiro, 2013, p. 254). Depois, porque os políticos levam em consideração os tribunais em suas estratégias (Cf. Maravall, 2003). Além disso,

McCubbins; Noble, 1995). Caso haja algum tipo de controle orçamentário e (ou) os políticos mantenham algum instrumento institucional que gere incentivos para determinados comportamentos por parte dos atores não eleitos, mesmo que indiretos, a relação não poderia ser classificada como uma abdicação. Essa definição, entretanto, é muito extrema e não capta fenômenos intermediários (Cf. Kerche, 2009).

“os grupos de interesse procuram o local institucional mais favorável para contestar políticas públicas (*venue-seeking*)” (Taylor, 2007, p. 234) e o Poder Judiciário é, muitas vezes, uma das arenas escolhidas. A independência, na verdade, é melhor representada por um *continuum* com diversas gradações. Num extremo, o Judiciário subserviente, totalmente subordinado à pressão política; no outro, juízes imperiais, completamente distantes de qualquer constrangimento externo ao Poder Judiciário (Cf. Clark, 2011; Seidman, 1987-1988).⁹ O ponto em que se encontra o Poder Judiciário, contudo, não é único, variando de país para país, em momentos históricos diversos¹⁰ e, inclusive, entre instâncias de um mesmo sistema de justiça. A dificuldade da análise não se encontra nos extremos, mas na “área cinzenta” (Clark, 2011, p. 7).

Para além da normatividade, é fato que, nas democracias contemporâneas, os juízes e o Poder Judiciário não são totalmente independentes – embora alguns insistam que, se um princípio não pode ser atingido, não deve ser abandonado (Cf. Russell, 2001). Assim como não existe algo que seja a perfeita *accountability*, porque sempre há espaço para o *agent* agir sem o controle do *principal*,¹¹ “é similarmente impossível conceber um sistema que faça juízes completamente não *accountable*” (Seidman, 1987-1988, p. 1576).¹² Na verdade,

⁹ Segundo Maravall (2003), quanto maior a independência, menor o risco para um juiz que tem suas preferências participar da política.

¹⁰ Com as democratizações mais recentes, como na América Latina, houve uma aproximação dos modelos da “*civil law*” com a “*common law*” do ponto de vista do uso político do Poder Judiciário. Essa mimese, contudo, não teria sido acompanhada de um aumento expressivo da *accountability* política sobre os juízes (Cf. Maravall, 2003).

¹¹ O *principal* é aquele que delega ao *agent* uma tarefa. O exemplo citado por Przeworski (1998a) para ilustrar o modelo é quando se leva um carro para a oficina. O mecânico é o *agent* e o dono do carro é o *principal*. O ponto é como incentivar que o *agent* aja no sentido desejado pelo *principal* (que o carro seja bem e rapidamente consertado, que o preço seja baixo, que ele use peças novas etc.) sem que o proprietário acompanhe todo o serviço e não conheça nada sobre mecânica de automóveis. Isso se aplica também para político e burocratas, eleitores e políticos.

¹² A *accountability* é entendida aqui como prestação de contas e capacidade de premiação ou punição por atores externos à instituição. Controles internos, como corregedorias ou hierarquia, não são instrumentos de *accountability* político.

pelos menos na democracia norte-americana, e muito possivelmente para os demais países democráticos, a dependência do Judiciário em relação “aos Poderes políticos não é um acidente constitucional” (Ferejohn, 1999, p. 362).

Esses limites à independência são apresentados pela literatura ora por instrumentos institucionais previstos em legislação e controlados por atores externos ao Poder Judiciário, aqueles típicos procurados por institucionalistas de escolha racional; ora por constrangimentos sociais ou “instituições informais” (Taylor, 2017, p. 3), importantes para a análise do institucionalismo sociológico; e ora por questões históricas, uma espécie de *path dependence* do institucionalismo histórico.

Em relação aos instrumentos institucionais formais que limitam a independência dos juízes e geram alguma forma de *accountability*, a literatura aponta para aqueles situados nas mãos dos políticos, como a indicação de juízes (Cf. Ferejohn, 1999), o *impeachment*, outras formas de remoção e renovação de mandatos (Cf. Seidman, 1987-1988), a possibilidade de mudança na legislação (Cf. Clark, 2011), a execução (*enforcement*) da decisão do juiz ser realizada pelo governo (Cf. Seidman, 1987-1988) etc. Em outras palavras, juízes que têm estabilidade podem ser *accountable* “se nós restringirmos seus poderes” (Seidman, 1987-1988, p. 1575). Todas essas seriam ferramentas que os políticos, e indiretamente a sociedade, detêm para estimular certos comportamentos e desestimular outros no Poder Judiciário. Os juízes, por saberem disso, balizariam suas decisões de forma a buscar evitar o uso desses instrumentos por atores externos, com vistas a não serem prejudicados, por exemplo, em suas carreiras. Esse tipo de abordagem, chamada de “separação de Poderes”, mostra que, em algumas situações, a decisão tomada pelos juízes é diferente da opção original do Poder Judiciário, justamente pela influência de atores externos (Cf. Clark, 2011). “O resultado é que a independência judicial é a consequência da interação entre as preferências do Judiciário e

dos outros Poderes do Estado” (Taylor, 2017, p. 8). Em termos do neoinstitucionalismo de escolha racional, é dizer que os *agents* (juízes) se adiantam aos desejos do *principal* (políticos), buscando não ser punidos.

Enquanto os instrumentos acima são típicos da *accountability* horizontal, nos Estados Unidos, grande parte dos juízes, e justamente aqueles que decidem a maioria dos casos levados à justiça, são eleitos diretamente pelos cidadãos, em um instrumento típico da *accountability* vertical. No ano de 1994, 70,5% dos juízes estaduais foram eleitos em processos baseados em partidos ou candidaturas avulsas (Maravall, 2003). Isso pode ser apontado como o inverso do clássico problema que envolve democracia e Poder Judiciário: no lugar da “dificuldade contramajoritária”, teríamos a “dificuldade majoritária”. A questão passa a ser

como juízes eleitos/*accountable* podem ser justificados em um regime comprometido com o constitucionalismo. [...] Juízes que protegem a minoria contrária às vontades da maioria, por exemplo, podem ser derrotados na próxima eleição e substituídos por juízes mais sintonizados com a vontade majoritária (Croley, 1995, p. 694).

Portanto, a opinião pública norte-americana, por via direta, e não somente os políticos, detém instrumentos que limitariam a independência dos juízes, modelo que também apresenta desafios à democracia liberal.

Mesmo nos países que não adotam eleições como método de seleção dos integrantes do Poder Judiciário, a opinião pública é um ator que entraria, de forma indireta, no cálculo político dos juízes, justamente porque os cidadãos estão presentes no cálculo eleitoral dos políticos. No modelo chamado de “autocontenção condicional” [*conditional self-restraint*], elaborado por Clark (2011) para pensar as instâncias superiores do Poder Judiciário, a Corte precisa do apoio da opinião pública para se legitimar. Essa legitimidade, ou a “reserva de boa vontade” (Clark, 2011, p. 67), permite que, em alguns momentos, a Corte tome decisões impopulares. Um dos indicadores de que pode

estar ocorrendo uma perda de apoio popular é a introdução de projetos de lei, no Congresso, contrários aos interesses e ao insulamento do Poder Judiciário. Os políticos, buscando agradar seus eleitores descontentes com os juízes, ameaçariam o Poder Judiciário com mudanças na legislação para frear o ímpeto dos juízes, o que é chamado de “legislação moderadora da corte” [*court-curbing legislation*] pelo autor. “Pesquisa mostra que quando o apoio popular para a [Suprema] Corte diminui, o público vai aumentando o apoio para os esforços de sanções políticas que limitem os poderes formais da Corte” (Clark, 2011, p. 67).¹³

No campo das instituições informais, a literatura aponta que a “ideologia” (Cf. Clark, 2011), o “ideal da lei” (Maravall, 2003, p. 267), o “desejo de ser prezado e admirado” (Burbank; Goldberg, 2002, p. 5), a “vida em comunidade”, a “autoimagem” (Cf. Burbank; Friedman, 2002), a “classe social” e questões relativas à “moral” (Cf. Ferejohn, 1999) seriam elementos que serviriam de estímulo para certos comportamentos de juízes e desestimulariam outros, limitando, nesse sentido, a total independência do Poder Judiciário. “De fato, uma vez que o salário e a estabilidade no emprego estão garantidos, ironicamente a porta está aberta para muitos outros fatores para influenciar o comportamento judicial” (Burbank; Friedman, 2002, p. 27). Assim, para além dos instrumentos institucionais formais e localizáveis na legislação, existiriam outros, como

[...] prêmios e penalizações que assumem um caráter mais social do que monetário. A responsabilidade profissional enfatizada, em boa medida, por um sistema de princípios (ética) internalizados durante o processo de educação e reforçados, em alguma medida, por punições formais e, mais amplamente, por reputações (Arrow, 1985, p. 50).

É importante destacar, contudo, que, se os instrumentos não formais fossem suficientes para limitar e moldar comportamentos dos

¹³ O outro modelo apresentado pela literatura é o “atitudinal”, em que os juízes levariam em conta, para a tomada de decisão, somente sua própria ideologia (Cf. Clark, 2011; Gilman; Clayton, 1999).

atores estatais nas democracias, não haveria necessidade de outras formas de controle e, no limite, do próprio processo eleitoral. Levada essa lógica ao extremo, a democracia funcionaria numa espécie de “piloto-automático”, para pegar emprestada a expressão de Sutherland (1993). Na verdade, as instituições informais somente fazem sentido quando entendidas como um complemento das instituições formais, aquelas buscadas pelos neoinstitutionalistas de escolha racional.

Outra abordagem é aquela, já descrita neste ensaio bibliográfico, que entende que a independência do Poder Judiciário e seus limites são marcados pelas escolhas originais dos “pais fundadores”, ou, em outros termos, por uma “*path dependency*”: “A ideia básica, e enganosamente simples, é que escolhas políticas [*policy*] feitas quando uma instituição está sendo formada, ou quando a política pública é iniciada, terá uma influência contínua e, em grande parte, determinante sobre a política no futuro” (Peters, 2012, p. 70). As raízes históricas e a tradição, pensadas também como instituições, moldam comportamentos e, portanto, também limitam a independência dos juízes.

Se a independência do Poder Judiciário é limitada em diferentes graus por instrumentos institucionais formais e informais, além das escolhas feitas no passado, há um mecanismo que, se não restringe a independência, limita que um ator pouco *accountable* tenha total autonomia para se posicionar sobre qualquer assunto, a qualquer momento. Refiro-me à necessidade de que um ator externo provoque um juiz para arbitrar sobre uma questão, já que o Poder Judiciário, com raras exceções, como os juízes de instrução na França, geralmente só age quando acionado por um terceiro. Esse mecanismo permite que o Poder Executivo e, em parte, também o Legislativo, controle uma porção substancial dos atores encarregados de romper a inércia do Judiciário (promotores e advogados do governo, por exemplo), assim como exerça um controle sobre a ação penal e de parcela expressiva das matérias sujeitas à

revisão constitucional. O direito de selecionar o que será discutido no âmbito judicial é extremamente importante. Como afirma William West, citando Kenneth Davis, “geralmente as mais importantes decisões discricionárias são as negativas, como não iniciar, não investigar, não processar, não entrar em acordo, e as decisões negativas geralmente significam uma disposição definitiva” (West, 1995, p. 25).

Em suma, não cabe ao Poder Judiciário, com algumas exceções, escolher quais os assuntos que serão decididos pelos – se não totalmente independentes, bastante autônomos – juízes. De certa forma, portanto, são os Poderes políticos que controlam as duas pontas do processo judicial: a entrada, selecionando o que merece a análise dos juízes, e a saída, já que cabe especialmente ao Poder Executivo fazer com que as decisões do Judiciário sejam cumpridas. O instrumento da seleção dos casos apresentados ao Poder Judiciário, relativamente pouco lembrado, tem consequências para o tema de sua independência.

MINISTÉRIO PÚBLICO E INDEPENDÊNCIA

Os Estados possuem um órgão encarregado da ação penal, não deixando a missão de processar criminalmente um cidadão na mão de particulares. Geralmente, essa é uma tarefa desempenhada por promotores, mas até a polícia já foi encarregada de apresentar matérias penais para os tribunais em algumas democracias (Cf. Fionda, 1995; Tonry, 2012). Além de poder selecionar os casos que irão ser julgados pelo Poder Judiciário e negociar penas com réus,¹⁴ os responsáveis pela ação penal também participam da construção da sentença [*sentencing*] “por meio da decisão das acusações do indiciamento, tipo de julgamento e assim por diante” (Fionda, 1995, p. 1).

¹⁴ Nos Estados Unidos, por exemplo, 95% das penas são resultados de negociação (*plea bargain*) entre o promotor e o advogado de defesa (Cf. Tonry, 2012).

Diferentemente do Poder Judiciário, a organização da agência responsável pela ação penal varia significativamente de país para país. “Polícia, tribunais e sistema correccional são muito parecidos em todos os países desenvolvidos, mas promotorias diferem radicalmente” (Tonry, 2012, p. 1). Mesmo a forma como são chamados os seus integrantes e a denominação do órgão, nos diferentes países democráticos, são diversos, e utilizar promotores e Ministério Público para todos é somente uma “questão de conveniência”, para esse autor.

O Ministério Público e o Poder Judiciário, embora façam parte do sistema de justiça e, em alguns casos, sejam formalmente parte do mesmo Poder de Estado,¹⁵ têm atribuições diversas. A simples transposição da prescrição normativa da necessidade de independência dos juizes para os promotores, como facilmente se identifica nos debates no Brasil, é equivocada. Atribuições diferentes (investigar, julgar, acusar etc.) demandam graus de independência diversos, embora o paradoxo independência-*accountability* – que, na verdade, pode ser atribuído para boa parte dos órgãos públicos – também esteja presente para o Ministério Público (Cf. Shapiro, 2013).

Diferentemente do Poder Judiciário, o Ministério Público não é inerte, sendo os promotores os atores privilegiados para provocar os juizes, por poderem escolher as matérias que serão judicializadas. Esse papel de selecionar e priorizar é típico da atividade executiva:

O trabalho da promotoria envolve prioridades e alocação de recursos limitados de forma a otimizar, mas não alcançar plenamente, objetivos públicos ou políticas públicas. Portanto, a decisão de se processar não é totalmente, ou somente, judicial, mas é, em algum grau, executiva. Baseia-se não apenas na percepção de culpa ou inocência do acusado, mas na importância relativa para atingir o controle da criminalidade buscando uma acusação em particular em detrimento de outras. Como uma decisão relativa à alocação de recursos organizacionais é

essencialmente executiva, antes que judicial, e porque esses recursos são públicos e voltado para os interesses públicos, eles são essencialmente políticos. Esse é o motivo que os sistemas de *common law* usam na eleição ou indicação política para promotores (Shapiro, 2013, p. 255).

Por ser, portanto, uma atividade executiva, na maioria dos países, o Ministério Público é ligado ao governo, embora o grau dessa ligação varie entre as democracias. Dessa forma, o debate sobre a questão da independência do Ministério Público permite que se utilize o mesmo instrumental acionado para o estudo das burocracias de maneira geral. Promotores, diferentemente de juizes, são burocratas mais ou menos insulados, a serviço de governos eleitos. E, por ser um órgão de governo, são os políticos que decidem as prioridades da instituição e são *accountable* politicamente, em última instância, por essas decisões. É do interesse do governo, portanto, que os promotores desempenhem bem suas atribuições com vistas a agradar seus eleitores. Esse modelo, obviamente, também apresenta vantagens e desvantagens. Mesmo se referindo ao caso do Ministério Público Federal dos Estados Unidos [*U.S. Attorney's Office*], Fleissner sintetiza alguns dos dilemas:

Se o poder é investido no Procurador-Geral [*Attorney General*], há o risco que o poder seja abusivo quando a administração [o próprio governo] investigar alegações contra o presidente ou outro funcionário de alto escalão. Este risco envolve a administração receber um tratamento favorável do promotor que trabalha em um conflito de interesses. Por outro lado, se o poder é investido em um promotor independente, há o risco de que o poder seja abusado por um promotor excessivamente agressivo, que não presta contas e possivelmente [seja] politicamente motivado. Este risco envolve o uso inapropriado por um promotor não *accountable* do poder de investigar e indiciar (Fleissner, 1987-1988, p. 428).

Por outro lado, a atuação dos promotores “garante a passividade do sistema judicial, isto é, a falta de iniciativa do Judiciário [*self star*], permitindo que o ambiente político regule, em alguma medida, as demandas para que o Judi-

¹⁵ Os promotores da Suécia, Itália e França são integrantes do Poder Judiciário e suas posições são cambiáveis com as dos juizes. Ou seja, um mesmo indivíduo pode ser juiz e promotor ao longo de sua carreira (Cf. Tonry, 2012).

ciário atue” (Guarnieri, 1995, p. 244). Dito de outra forma, o governo eleito, em última instância, filtra e seleciona os casos que devem ser decididos por juízes não *accountable*, servindo de “guardião”, ou “porteiro” [*gatekeeper*], do Poder Judiciário (Cf. Aaken; Feld; Voigt, 2010). Se os juízes não podem ser facilmente responsabilizados por suas decisões, o governo, por sua vez, é responsável pelo fluxo de ações criminais que chegam ao Judiciário e é *accountable* pelas decisões tomadas em relação às escolhas que orientam a atuação dos promotores.

Em suma, o governo é o *principal* e os promotores são os *agents*, com todos os problemas típicos dessa relação. O *principal* delega ao *agent* parte importante da execução da política criminal do país. “Como é impossível formular leis que especifiquem todas as ações dos *agents* sob todas as contingências, as agências executivas e administrativas conservam um espaço considerável de *autonomia* para decidir” (Przeworski, 1998b, p. 53, destaque do autor).

Aos moldes de outras delegações para burocracias – delegações que são inevitáveis por conta da grande quantidade de funções do Estado (Cf. Przeworski, 1998a) e mesmo desejáveis (Cf. Kiewiet; McCubbins, 1991) –, há, na relação entre governo e Ministério Público, o tradicional problema do “conflito de interesses” e da “assimetria de informações”. O conflito se dá quando os interesses dos promotores não são coincidentes com os dos políticos que fazem parte do governo. Promotores, assim como burocratas, podem ter preferências políticas diversas do *principal*: priorizar estratégias individualistas para a construção de suas carreiras (Cf. Goodin, 1996), buscar maximizar sua autonomia, prestar favores clientelistas para amigos (Cf. Przeworski, 1998a), trabalhar menos tempo, aumentar o orçamento ou até enriquecer (Cf. Przeworski, 1998b).

O clássico problema da assimetria de informações, já apontado por Weber ([1919] 2014) quando de seus estudos sobre a burocracia, se dá porque os promotores detêm expertise e informações que o *principal* não possui e “podem

ter a chance de observar coisas que os *principals* não podem ver” (Przeworski, 1998b, p. 45). Suas atividades exigem um conhecimento especializado e tempo para se dedicar, além de que, em algumas situações, o “*agent* tem incentivos para usar essas informações estrategicamente ou simplesmente mantê-las escondidas [...]” (Kiewiet; McCubbins, 1991, p. 25).

Do ponto de vista democrático, é importante identificar se há e quais são os instrumentos institucionais de que o governo dispõe para incentivar determinadas ações e desestimular outras. Afinal, mesmo quando “[...] por uma feliz coincidência, burocratas [leia-se promotores] agem no sentido que os cidadãos desejam que eles ajam, a burocracia pode parecer não ser um problema tão grande, mas não está sob controle democrático” (Gruber, 1987, p. 12). Isso porque

Controle deveria ocorrer por meio de um processo de reações antecipadas. Se os burocratas antecipassem com precisão o que os cidadãos gostariam que fosse feito, e então se sentissem constrangidos a agir baseados nesta antecipação, uma forma de controle democrático teria ocorrido. Mas, se os burocratas estiverem errados na sua antecipação e agirem em um sentido em que os cidadãos e o Legislativo não aprovem, não se pode dizer que suas ações foram controladas pelos cidadãos (Gruber, 1987, p. 12-13).

A tarefa não é tão simples, porque parte desses instrumentos não é facilmente identificável e pode não ser formal, sendo constituída mais de constrangimentos sociais do que incentivos financeiros (Cf. Arrow, 1985). Além disso, o fato de o *principal* não lançar mão de punições constantemente não significa que não haja um acompanhamento das atividades do *agent*, mas pode indicar que ele tão somente se adiantou aos desejos de seu *principal* para evitar punições. Em outras palavras, um dos desafios do pesquisador é identificar se houve uma “delegação” ou uma “abdicação”.

Além desse “modelo burocrático” de Ministério Público, existem, pelo menos, outros dois que podem ser analisados sob a perspectiva da independência. Um é o “modelo elei-

toral” adotado nos Estados Unidos em âmbito local, e o outro é o “modelo independente”, encontrado na Itália e no Brasil, que assegura altas doses de autonomia para seus promotores.

Nos estados Unidos, em âmbito local, 45 dos 50 estados escolhem seus promotores, geralmente chamados de *district attorney*, por meio de eleições diretas. Até os “Secretários de Justiça [*State attorneys general*], mesmo não sendo considerados promotores no sentido tradicional, também são funcionários eleitos” (Worrall, 2008, p. 4). Assim, o promotor é independente em relação ao governo, mas *accountable* em relação aos eleitores. O promotor local é o chefe do escritório formado também por funcionários não eleitos. Nesse caso, o *principal* é o promotor eleito, e os *agents* são os promotores subordinados e outros funcionários.

Se, para os juízes, há uma dificuldade de se descobrir o que os move¹⁶ e para o modelo burocrático de Ministério Público, como vimos acima, os interesses podem ser diversos, no caso do modelo eleitoral, aplica-se o axioma da Ciência Política: políticos, assim como promotores locais norte-americanos querem permanecer no poder, e, na democracia, é necessário ser eleito para alcançar esse objetivo. E é aos eleitores que esses promotores prestam contas,¹⁷ podendo ser premiados ou punidos por sua atuação, o voto *accountability*, ou pelas promessas em relação ao futuro, o voto *mandate* (Cf. Manin; Przeworski; Stokes, 1999). O instrumental teórico para estudar a questão da independência dos *district attorneys*, portanto, é o mesmo utilizado para os políticos que disputam cargos no Poder Executivo ou Legislativo. Enquanto, no modelo mais comum, o burocrático, a análise pode ser feita

com as mesmas ferramentas da relação entre políticos e burocratas, aqui se empresta o instrumental das análises voltadas para a relação entre eleitores e políticos, a chamada *accountability* vertical, em que o *principal* é o eleitor.

Esse modelo tem consequências no sistema judicial. “Os promotores americanos, algumas vezes de forma aberta e sem constrangimento, levam em conta as reações da mídia, a opinião pública e as razões políticas quando decidem a que casos irão dar prosseguimento e como lidarão com eles” (Tonry, 2012, p. 2). Em anos eleitorais, os promotores são mais punitivos, levam mais casos ao júri e dão preferência para os processos de maior repercussão do que nos anos sem eleições (Cf. Tonry, 2012). Ou seja, se o modelo tem a vantagem da *accountability* direta por parte dos cidadãos, por outro, a utilização de critérios não judiciais é estimulada pela lógica da disputa partidária eleitoral.

O modelo independente,¹⁸ adotado na Itália e no Brasil, assegura autonomia interna e externa aos promotores, à semelhança daquela prevista para os juízes do Poder Judiciário. No caso italiano, inclusive, promotores e juízes fazem parte da mesma carreira e do mesmo Poder de Estado. Desligados de sua subordinação ao governo após a promulgação das constituições democráticas de ambos os países, como uma espécie de resposta ao período autoritário anterior, os promotores também não se submeteram aos instrumentos de *accountability* vertical como seus politizados pares norte-americanos. Essa distância de partidos políticos e eleições, paradoxalmente, não afastou os promotores italianos e brasileiros da política, pelo contrário.

De certa forma, as reflexões sobre o paradoxo independência-*accountability*, que se co-

¹⁶ “O mais básico trabalho em modelagem econômica e psicologia cognitiva demanda conhecimento da ‘função utilitária’ dos atores relevantes. Por exemplo, quando cientistas políticos estudam o processo legislativo, eles podem operar com alguma noção simples que motiva o parlamentar. Eles querem ser reeleitos e aprovar leis que comportem seu entendimento do que é melhor para a sociedade. Mas estudiosos do comportamento do Judiciário admitem que juízes são atores mais complexos e que nós não temos um tratamento muito bom sobre o que os motiva na performance da função judicial” (Burbank; Goldberg, 2002, p. 5).

¹⁷ “Promotores locais eleitos, claro, devem responder aos eleitores, mas há numerosas outras fontes de pressão e influência no ambiente” (Worrall, 2008, p. 19).

¹⁸ Nos estados Unidos, entre 1978 e 1999, existiu a figura do promotor independente [*Independent Counsel*]. Em casos em que fosse necessário investigar e processar o presidente do país ou outros funcionários de alto escalão do governo, um promotor era indicado pelo Congresso e não responderia ao Ministro da Justiça [*attorney general*]. Depois do escândalo Clinton-Lewinsky, e de debates sobre os riscos de “abuso de poder”, o Congresso adotou a figura do *Special Counsel* que, em última análise, é *accountable* pelo Ministro da Justiça (Cf. Fleissner, 1987-1988; Johnson; Brickman, 2001).

locam para o Poder Judiciário, e são descritas na primeira parte deste ensaio bibliográfico, podem se aplicar também aos Ministérios Públicos independentes. Contudo, essa independência não pode ser analisada, como no caso do Poder Judiciário, à luz da necessidade histórica de um poder contramajoritário pensado para assegurar direitos da tradição liberal.

Como contrapartida a essa falta de mecanismos formais de *accountability*, já que os informais existem para qualquer instituição, como foi discutido anteriormente, os sistemas na Itália e no Brasil foram desenhados para que os promotores tivessem baixa discricionariedade. No caso da ação penal, como a mais importante atribuição do Ministério Público, foi adotado o “princípio da legalidade”, em que o promotor deve levar todos os casos apontados pela Polícia ao julgamento do Poder Judiciário. Esse modelo é diferente do “princípio da oportunidade”, utilizado nos Estados Unidos e em outros países europeus, em que o promotor pode decidir os casos que devem ser julgados por um juiz a partir de critérios como “interesse público” (Cf. Fionda, 1995). A decisão sobre seguir adiante com um caso é do promotor – que, depois, deve responder direta ou indiretamente aos eleitores por suas escolhas.

Essa suposta falta de discricionariedade como substituta da *accountability*, no entanto, não funciona. “Embora esta distinção conceitual [dos dois princípios] seja inequívoca, empiricamente pode-se observar que promotores, em quase todo lugar, gozam de algum grau de discricionariedade explícita nas suas decisões de indiciar (ou não indiciar)” (Aaken; Feld; Voigt, 2010, p. 217). Nos casos da Itália e do Brasil, essa discricionariedade *de facto* é observável não somente porque um promotor pode se empenhar mais em um caso do que em outro, por critérios nem sempre muito claros, como, em ambos os países, os promotores passaram a atuar também na investigação criminal. Na Itália, isso foi possível graças à reforma do Código Penal em 1989, em que se atribuiu aos promotores o papel de dirigir a

Polícia na fase de investigação (Cf. Pederzoli; Guarnieri, 1997). No Brasil, essa mudança se formalizou por meio de decisão do Supremo Tribunal Federal brasileiro em 2015, garantindo ao Ministério Público o direito de conduzir investigações criminais, liberando, de forma definitiva, uma prática que já se observava anteriormente (Cf. Kerche, 2014).¹⁹ Esse poder de conduzir inquéritos penais rompe a divisão de trabalho entre as instituições (Polícia investiga, promotor acusa e juiz julga) e assegura discricionariedade aos promotores ainda na fase de investigação.

Como todas as escolhas institucionais, essas têm suas vantagens e desvantagens. Por um lado, os promotores são mais livres para poder processar políticos em casos de corrupção, por exemplo.²⁰ Por outro, a possibilidade de responsabilização dos próprios promotores por suas escolhas é bastante dificultada, para não dizer impossível. O modelo de promotores independentes, incomum para democracias, se baseia mais no “acaso” do que em regras e incentivos institucionais formais típicos da relação entre atores eleitos e não eleitos do Estado. O *principal*, nesse modelo, seja o cidadão ou o político eleito, somente pode torcer para que seu objetivo coincida com o do *agent*. Diferentemente dos juízes, essa independência não está ancorada em justificativas históricas ou teóricas do liberalismo e não está limitada pela incapacidade de selecionar os casos que lhe interessam.

¹⁹ Além disso, em 2017, o Conselho Nacional do Ministério Público garantiu discricionariedade aos promotores “para que o MP desista de persecução penal em troca da confissão de suspeitos, em crimes sem violência ou grave ameaça [...], desde que o dano seja inferior a 20 salários mínimos (R\$ 19,5 mil)” (REGRA..., 2017). Isso sem falar na discricionariedade do Ministério Público para ações cíveis (Cf. Arantes, 2002).

²⁰ Estudo envolvendo quase 80 países mostra que, quanto mais as promotorias são independentes *de facto*, mais baixo é o nível de percepção da corrupção. Por outro lado, quanto mais independente *de jure*, maior a percepção de corrupção, embora a variável não alcance níveis de significância. O trabalho apresenta problemas. Para o Brasil, por exemplo, eles agrupam o Ministério Público de antes e de depois da constituição de 1988, não identificando que os promotores são mais independentes, *de jure* e *de facto*, do que na maioria das democracias (Cf. Aaken; Feld; Voigt, 2010).

CONCLUSÃO

A defesa da necessidade de independência do Poder Judiciário, embora varie em relação ao grau, é quase um consenso na literatura sobre o tema. A maior parte dos autores defende que juízes sejam mais ou menos protegidos de ingerências externas. Mesmo sendo de difícil justificativa no sistema democrático, baseado, em grande medida, na ideia da *accountability*, a defesa da independência poderia ser sintetizada como uma espécie de “mal necessário” para assegurar direitos que, caso os juízes se subordinassem à política partidária, seriam provavelmente esmagados por maiorias conjunturais. Por outro lado, contudo, a independência não assegura imparcialidade do juiz e, paradoxalmente, pode inclusive exacerbar o partidarismo e interpretações ideológicas. Mesmo assim, argumentariam os defensores do modelo, o risco da independência seria menor do que aquele que se pagaria no caso de um Poder Judiciário submetido aos desejos dos políticos ou de maiorias na sociedade.

O Ministério Público, por sua vez, embora faça parte do sistema de justiça, normalmente é um órgão do Poder Executivo ou *accountable* pelos cidadãos. Ao contrário da independência assegurada aos promotores italianos e brasileiros, na maior parte das democracias a sociedade pode punir ou premiar, direta ou indiretamente, os promotores por suas escolhas e prioridades durante o exercício de suas funções.

A combinação de um Ministério Público *accountable* com um Poder Judiciário independente tende a gerar um grau de equilíbrio para as duas instituições. Por um lado, os independentes juízes podem julgar somente o que foi selecionado por um terceiro e, no caso dos promotores, um terceiro *accountable* politicamente. Por outro lado, o promotor, orientado por critérios jurídicos e também políticos, precisa convencer um Poder de Estado autônomo de seus argumentos.

Já no modelo que combina independência do Judiciário e também do Ministério Público, os riscos de atores não *accountable* politicamente na democracia podem ser exacerbados. A facilidade do combate à corrupção, sempre apresentada pelos defensores desse modelo como a prova de que ele é o melhor desenho institucional, não esconde que essa tarefa é apenas uma das que devem ser perseguidas pelo sistema de justiça e que mesmo a nobre causa deve observar direitos. O argumento pragmático de que “Se uma instituição está produzindo bons resultados, então ela é uma boa instituição” (Seidman, 1987-1988, p. 1577) não é suficiente na democracia. Esse argumento pragmático também poderia ser utilizado para “boas” ditaduras. Na democracia, resultados positivos são esperados a partir de incentivos gerados, em última instância, pelos cidadãos.

Recebido para publicação em 07 de novembro de 2017
Aceito em 05 de outubro de 2018

REFERÊNCIAS

- AAKEN, A. V.; FELD, L. P.; VOIGT, S. Do independent prosecutor deter political corruption? An empirical evaluation across seventy-eight countries. *American law and economics review*, v. 12, n. 1, p. 204-244, 2010.
- ARANTES, R. B. *Ministério público e política no Brasil*. São Paulo: Sumaré: Educ, 2002. 327 p.
- ARROW, K. The economics of agency. In: PRATT, J.; ZECKHOUSER, R. (Ed.). *Principals and agents: the structure of business*. Boston: Harvard Business School, 1985. p. 37-51.
- BICKEL, A. M. *The least dangerous branch: the Supreme Court at the bar of politics*. New Haven: Londres: Yale University Press, 1986. 303 p.
- BOBBIO, N. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988. 101 p.
- BURBANK, S. B. The architecture of judicial independence. *Southern California law review*, v. 72, p. 315-352, 1999.
- _____; GOLDBERG, D. Introduction. In: _____.; FRIEDMAN, B. *Judicial independence at the crossroads: an interdisciplinary approach*. Thousand Oaks: Nova Deli: Sage Publications, 2002. p. 3-8.
- _____; FRIEDMAN, B. Reconsidering judicial independence. In: _____. (Ed.). *Judicial independence at the crossroads: an interdisciplinary approach*. Thousand Oaks: Nova Deli: Sage Publications, 2002. p. 9-42.
- CLARK, T. S. *The limits of judicial independence*. New York: Cambridge University Press, 2011. 334 p.
- CROLEY, S. P. The majoritarian difficulty: elective

- judiciaries and the rule of law. *University of Chicago law review*, Chicago, v. 62, n. 2, p. 689-794, 1995.
- DELGADO, R. Rodrigo's committee assignment: a skeptical look at judicial independence. *Southern California law review*, v. 72, p. 425-454, 1999.
- FEREJOHN, J. Independent judges, dependent judiciary: explaining judicial independence. *Southern California law review*, v. 72, p. 353-384, 1999.
- FIONDA, J. *Public prosecutors and discretion: a comparative study*. Oxford: Clarendon Press, 1995. 288 p.
- FLEISSNER, J. P. The future of the independent counsel statute: confronting the dilemma of allocating the power of prosecutorial discretion. *Mercer law review*, v. 427, p. 427-452, 1997-1998.
- GILMAN, H.; CLAYTON, C. *The Supreme Court in American politics*. Lawrence: University Press of Kansas, 1999. 312 p.
- GOODIN, R. E. Institutions and their design. In: _____. (Ed.). *The theory of institutional design*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 1-53.
- GRUBER, J. E. *Controlling bureaucracies*. Berkeley: Los Angeles: University of California Press, 1987. 232 p.
- GUARNIERI, C. "Judicial independence and policy-making in Italy". In: TATE, N.; VALLINDER, T. (Ed.). *The Global expansion of judicial power*. Nova York: Londres: NYU Press, 1995. p. 243-259.
- HARRIGER, K. J. *Independent justice: the federal special prosecutor in American politics*. Lawrence: University Press of Kansas, 1992. 276 p.
- JOHSON, C. A.; BRICKMAN, D. *Independent counsel: the law and the investigations*. Washington: CQ Press, 2001. 356 p.
- KERCHE, F. *Virtude e limites: autonomia e atribuições do Ministério Público no Brasil*. São Paulo: Edusp. 2009. 118 p.
- _____. O Ministério Público no Brasil: relevância, características e uma agenda para o futuro. *Revista da USP*, v. 101, p. 114-120, 2014.
- KIEWIET, D. R.; McCUBBINS, M. *The logic of delegation: congressional parties and the appropriations process*. Chicago: University of Chicago Press, 1991. 299 p.
- LINZER, D. A.; STATON, J. K. A global measure of judicial independence, 1948-2012. *Journal of Law and Courts*, fall, p. 223-256, 2015.
- MADISON, J.; HAMILTON, A.; JAY, J. *Os artigos federalistas*. 1ª edição [1788]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. 534 p.
- MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C. Elections and Representation. In: PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C.; MANIN, B. *Democracy, accountability and representation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 29-54.
- MARAVALL, J. M. The rule of law as a political weapon. In: _____. PRZEWORSKI, A. (Ed.). *Democracy and the rule of law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 261-301.
- McCUBBINS, M.; NOBLE, G. *Equilibrium behavior and the appearance of power: legislators, bureaucrats and the budget process in the U.S. and Japan*. In: COWHEY, P.; _____. (Ed.). *Structure and policy in Japan and the United States*. Nova York: Cambridge University Press, 1995. p. 56-80.
- MELTON, J.; GINSBURG, T. Does de jure judicial independence really matter? *Journal of Law and Courts*, fall, p. 187-217, 2014.
- MOE, T. M. The new economics of organization. *American journal of political science*, v. 28, n. 4, p. 739-777, 1984.
- MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. 1º edição [1748]. São Paulo: Abril Cultural, 1973. 569 p.
- PEDERZOLI, P.; GUARNIERI, C. The judicialization of politics, Italian style. *Journal of modern Italian studies*, v. 2, n. 3, p. 321-336, 1997.
- PETERS, G. B. *Institutional theory in political science*. Nova York: Continuum, 2012. 222 p.
- PRZEWORSKI, A. The state and the citizen. In: SEMINÁRIO SOCIETY AND THE REFORM OF THE STATE, 1998, São Paulo. *Proceedings...* São Paulo: [S.n.], 1998a.
- _____. Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva *agent x principal*. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (Org.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998b. p. 39-74.
- REGRA que permite ao MP ignorar ação penal gera controvérsias. *Revista Consultor Jurídico*, set. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-set-11/regra-permite-mp-ignorar-acao-penal-gera-controversias>>. Acesso em: 11 set. 2017.
- RUSSELL, P. H. Toward a general theory of judicial independence. In: _____. O'BRIEN, D. M. *Judicial independence in the age of democracy: critical perspectives from around the world*. Charlottesville: Londres: University of Virginia, 2001. p. 1-24.
- SEIDMAN, L. M. Ambivalence and Accountability. *Southern California law review*, v. 61, p. 1571-1600, 1987-1988.
- SHAPIRO, M. Judicial independence: new challenges in established nations. *Indiana Journal of global legal studies*, v. 20, n. 1, p. 253-277, 2013.
- SUTHERLAND, S. L. Independent review and political accountability: should democracy be on autopilot. *Optimum: Journal of public sector management*, v. 24, p. 23-41, 1993.
- TAYLOR, M. M. O Judiciário e as políticas públicas no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 229-257, 2007.
- _____. *Judicial independence in Latin America*. [S.l.: S.n.], 2017. No prelo.
- TONRY, M. (Ed.). *Prosecutors and politics*. Chicago: Londres: The University of Chicago Press, 2012. 366 p.
- WEBER, M. A política como profissão e vocação. In: _____. *Escritos políticos*. 1º edição [1919]. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 389-463.
- WEST, F. W. *Controlling the bureaucracy*. Armonk: Londres: M.E. Sharp, 1995. 219 p.
- WORRALL, J. L. Prosecution in America: a historical and comparative account. In: _____. NUGENT-BARAKOVE, M. E. *The changing role of the American prosecutor*. Albany: State University Press, 2008. p. 3-27.

INDEPENDENCE, JUDICIARY AND PUBLIC
PROSECUTOR'S OFFICE*Fábio Kerche*

Academic studies on the issue of the Judiciary and judges' independence, both normatively and descriptively, are reasonably developed. The current academic production is significant and discusses both the dilemmas and difficulties of there being a branch of the government with high doses of autonomy in democratic regimes. From the democratic point of view, the issue is how barely-accountable actors coexist in a system based fundamentally on citizens' vote. In relation to this debate, less attention is given to the Public Prosecutor's Office and the prosecutors. This bibliographic essay analyzes, synthesizes and reinterprets part of the academic production on independence and its tensions in democracy in relation to the Judiciary and also presents a proposal of how to study the same subject in the Public Prosecutor's Office.

KEYWORDS: Judiciary. Public Prosecutor's Office. Independency. Democracy.

INDÉPENDANCE, POUVOIR JUDICIAIRE ET
MINISTÈRE PUBLIC*Fábio Kerche*

Les études académiques sur la question de l'indépendance du Judiciaire et des juges, tant sur le plan normatif que sur le plan descriptif, sont raisonnablement développés. La production est significative et discute les dilemmes et les difficultés de l'existence d'un pouvoir d'Etat avec de fortes doses d'autonomie dans les régimes démocratiques. Du point de vue de la démocratie, la question est de savoir comment des acteurs si peu responsables coexistent dans un système basé fondamentalement sur le vote des citoyens. Moins d'attention est accordée au Ministère Public et aux procureurs en ce qui concerne ce débat. Cet essai bibliographique analyse, synthétise et réinterprète une partie de la production académique sur l'indépendance et ses tensions dans la démocratie par rapport à la magistrature et présente une proposition sur la façon d'étudier le même sujet par rapport au Ministère Public.

MOTS CLÉS: Judiciaire. Ministère Public. Indépendance. Démocratie.

JUVENTUDE E VIDA ASSOCIATIVA NAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO

*Gilberto Geribola Moreno**

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a experiência política de jovens militantes das periferias da cidade de São Paulo. O trabalho se inscreve no esforço por compreender a vida associativa como parte de um processo de singularização dos atores políticos. Parte-se da premissa de que esses atores têm a possibilidade de agenciar elementos do passado e do presente na constituição de um repertório político. O artigo está em diálogo com os trabalhos que estudam o militância, enfatizando os processos de socialização política, embora esteja operando na chave analítica da subjetivação política. A reflexão aqui apresentada está baseada no material de uma pesquisa etnográfica multissituada, realizada em associações de bairro das periferias da cidade de São Paulo durante três anos. A análise desse material permite afirmar que os jovens militantes selecionam, se apropriam ou rejeitam alguns elementos políticos do passado, difusos sobre o território a partir de sua própria experiência social no universo da política. Sem refutar ou se submeter inteiramente às heranças do passado, os jovens militantes recriam diferentes relações políticas e novas configurações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude. Política. Relações geracionais. Subjetivação. Periferia.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre a experiência política de jovens militantes que atuam em associações populares das periferias da cidade de São Paulo. Esses militantes e suas associações foram os objetos de estudo de uma pesquisa etnográfica multissituada (Marcus, 1995), que abordou um conjunto de cinco espaços associativos representativos de diferentes períodos históricos da cidade.¹ A pesquisa realizada pelo autor visava a compreender as diferentes dimensões da ação coletiva e as percepções sobre as práticas desenvolvidas pelos sujeitos nas periferias da cidade de São Paulo, tendo por problemática as possíveis linhas de continuidade ou ruptura

presentes na experiência política das diferentes gerações que atuam nos espaços associativos dos bairros periféricos. Foi abordado, por meio da etnografia, um conjunto de espaços associativos na periferia da zona sul da cidade de São Paulo, composto por: uma associação remanescente das Comunidades Eclesiais de Base; outra originária das lutas por creches e benfeitorias públicas dos anos 1970-80; uma com atuação no campo da cultura; uma vinculada ao futebol de várzea e ao samba; e uma associação ligada a um vereador notabilizado por trocar favores com sua base eleitoral.

Este trabalho discorre, em um primeiro momento e sucintamente, sobre o desenvolvimento da pesquisa de campo para, em seguida, descrever os espaços associativos sobre os quais se apoia este artigo. Em um terceiro momento, apresentam-se algumas percepções apontadas pelos membros desses espaços sobre sua ação e as relações entre as diferentes gerações de militantes no âmbito da vida associativa compreendida por eles como constituinte do universo da política.

* Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA.

Av. Silvio Américo Sasdelli, 1842 - Vila A, Edifício Comercial Lorivo. Cep: 85866-000. Caixa Postal 2044. Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil. geribolamoreno@mail.com

¹ Trata-se de minha pesquisa de doutorado “Tudo que a gente faz na quebrada é política”: vida associativa nas bordas da cidade. Defendida junto ao programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. A pesquisa contou com apoio financeiro do CNPq.

ETNOGRAFIA DA VIDA ASSOCIATIVA

Ao abordar a vida associativa com foco sobre a problemática da ação coletiva nas periferias da cidade de São Paulo, considereirei como campo de pesquisa diferentes espaços associativos² bem como a atuação de alguns participantes nesses espaços como os elementos que possibilitariam uma aproximação empírica da noção sociológica de ação coletiva e observá-la como uma prática desenvolvida pelos atores sociais. Parecia-me ser preciso esse recorte, pois, para perseguir etnograficamente essa categoria, fazia-se necessário delimitar um campo de investigação empírico onde a ação ou um conjunto de ações se realizasse a partir da iniciativa e interação dos atores. Assim, parti da compreensão de que:

As ações coletivas e os acontecimentos que elas produzem são as unidades básicas de investigação sociológica. A organização social consiste no caso específico em que as mesmas pessoas atuam em conjunto para produzir uma variedade de eventos diferentes de maneira recorrente. A organização social (e seus cognatos) não são somente conceitos, então, mas também descobertas empíricas (Becker, 1977, p. 222).

Em meu ambiente de pesquisa, a ação coletiva recebe outras denominações, especificamente êmicas, que se referem a fenômenos similares. Quando se inquirirem os atores sociais sobre suas ações nos espaços associativos, eles afirmam estar “no movimento”, “na luta” ou “fazendo política”, redefinindo a categoria política como uma ação que se desenvolve no bairro e, portanto, se apresenta para além dos espaços institucionais. Esta afirmação pode ser observada no seguinte trecho de uma entrevista:

A casa não é um lugar só de se reunir, de dar cursos, de atender idosos e tal. É um espaço político porque aqui a gente cria uma resistência. Aqui a gente faz política do dia a dia, junto do povo, por-

que nós somos povo também. Tem muito político, posso dizer que quase a maioria, que nem sabe o que é povo. Que pra falar com o povo, com a gente, precisa mandar um assessor. E mesmo os que vêm quando chegam as eleições, já tão vindo sem base, sem trabalho de base. Então, nessas horas, a gente também tem que aproveitar e fazer política com os caras. (Antônio, 26 anos ativista cultural e membro da Associação Mulheres na Luta).³

Desse modo, recorrerei às expressões movimento, ação política ou prática política para designar atividades no interior e a partir dos espaços associativos que dizem respeito às ações e percepções sobre as práticas coletivas desenvolvidas pelos atores. Espero, com isso, por uma questão estilística, evitar a reiteração excessiva de um mesmo termo ao longo do texto. Ao mesmo tempo, acredito que, para efeito de escrita, essas categorias têm maior capacidade descritiva das ações desenvolvidas e das práticas que são acionadas pelos indivíduos e grupos.

No ambiente pesquisado, observou-se a emergência do termo “política” como uma categoria nativa para se referir às diferentes formas de participação na vida associativa. Foram os próprios agentes que sinalizaram o entendimento de suas práticas como ações políticas, mesmo aquelas voltadas exclusivamente para as atividades circunscritas ao interior das associações.

Não tem essa dos caras virem aqui e quererem faturar em cima do nosso trabalho. Porque quem tá na base somos nós. Nós é que fazemos a política mesmo que importa, que fazemos o movimento que vai transformar a quebrada. Os políticos só querem saber do deles e aparecer na quebrada no tempo das eleições (Marcos, poeta 24 anos, SA).

Esses depoimentos apontam duas dimensões da política. Uma compreendida como um conjunto de relações sociais estabelecido

³ Os nomes dos entrevistados e dos espaços associativos foram trocados para lhes garantir o anonimato. Para que o leitor identifique os locais de atuação dos depoentes todos terão sua idade e o local de atuação especificados, após sua identificação nominal. Por questões estilísticas adotarei as iniciais dos espaços associativos, por exemplo: *AML* para Associação Mulheres na Luta, *AS* para Sarau do Alfredo, *SSJO* para Sociedade São José Operário.

² Foram abordados cinco espaços associativos. As reflexões apresentadas neste artigo estão apoiadas nos registros das observações de três desses espaços.

pelas pessoas em interação nos espaços associativos e na sociedade (Arendt, 2001, 2007), e outra como as ações desenvolvidas no âmbito do Estado, de seus aparelhos, da política institucional e de seus diferentes agentes, especialmente marcada pela ação dos políticos e do calendário eleitoral, como observara Palmeira (2001). Nesse ambiente, contudo, parece prevalecer em importância a política que se desenvolve no estabelecimento de laços sociais, a qual redundará na ação coletiva com vistas a algum fim específico, como a reivindicação de um bem de uso coletivo, a busca de melhores condições de vida, as ações comunitárias, as relações de sociabilidade voltadas para o bem comum através ou não do estabelecimento de relações com o aparelho de Estado.

Embora eu reconheça a importância dos trabalhos que abordam a política a partir de uma perspectiva normativa, pretendo apresentar uma abordagem sobre a vida associativa norteada pela antropologia da política (Kuschinir, 2000, 2007) e, nesse sentido, tentar apontar aquilo “que, ‘do ponto de vista nativo’, é considerado como política” (Goldman, 2006), ou que faz parte do universo da política. Friso que o foco do trabalho recai sobre determinado território das periferias da cidade de São Paulo e sobre as relações intergeracionais no interior dos espaços associativos.

A definição do território e das associações de moradores para a realização da pesquisa na qual se apoia este artigo tomou por base a história dos movimentos populares na cidade de São Paulo. Ao definir os grupos a serem pesquisados, optei por uma região cujo associativismo fosse efervescente, apresentando uma variedade de espaços de participação que comportassem grupos representativos de diferentes formas de organização popular. Ao mesmo tempo, esse território e suas associações deveriam, de alguma maneira, remeter a tipos distintos de práticas políticas que, em alguma medida, fossem representativas de diferentes períodos do associativismo popular. Busquei, enfim, estabelecer um conjunto de associações que me

permitissem uma visão das diferentes entidades, algumas remanescentes dos anos 1970-80, passando pelos anos 1990 até os dias atuais.

Ao realizar o recorte territorial para a pesquisa, optei pela periferia da região sul da cidade de São Paulo, trabalhando nos bairros de Capão Redondo, M’boi Mirim e Campo Limpo. Movia-me o interesse pela vida associativa em um ambiente marcado, segundo alguns estudos sociológicos (Feltran, 2008; Telles; Cabanes, 2006), por certa ruptura nas lógicas que compunham os modos de vida das camadas populares e pela centralidade da violência como dispositivo ordenador das relações sociais. Parecia-me que uma etnografia multissituada (Marcus, 1995) permitiria que a pesquisa não ficasse circunscrita apenas a um espaço associativo, possibilitando uma visão sobre um conjunto de relações sociais relacionadas ao universo da vida associativa, o qual, em alguma medida, poderia sinalizar linhas de continuidades e não apenas de rupturas nas práticas políticas e associativas nas periferias.

Os critérios para a seleção das associações seguiram algumas indicações dos moradores, e a representatividade foi auferida por mim a partir de minhas deambulações pelas periferias bem como pelas leituras e indicações que apontavam a importância de determinadas manifestações associativas em certos períodos. As características consideradas relevantes para compor o grupo de associações foram as seguintes: o histórico da associação na região; a constante referência à associação nos depoimentos de alguns moradores; o fato de ser representativa de alguma expressão associativa vinculada a diferentes períodos históricos da cidade; e sua visibilidade como espaço público.

A partir desses critérios, elenquei um conjunto de associações que possibilitassem observar diferenças e cujos perfis remetessem a distintos períodos vivenciados pelos moradores da região: a Sociedade São José Operário: associação ligada à Igreja Católica cuja parte expressiva dos participantes é originária das Comunidades Eclesiais de Base, conhecidas

como importantes instrumentos de organização popular nos anos 1970; a Associação Mulheres em Luta, originária dos Clubes de Mães e da luta pela legalização de terrenos nas periferias da cidade; a Associação Vila Conceição, ligada ao samba e ao futebol de várzea; o Sarau do Alfredo, encontro de poetas e artistas para expressão de suas produções culturais; a Associação Vila Zita, entidade com marcantes relações com um parlamentar, que se orienta pela prática de troca de favores com sua base eleitoral.

Desse modo, definiu-se um “circuito etnográfico”⁴ que passei a acompanhar através da participação em diferentes encontros desses espaços associativos. Essa parte do trabalho de campo exigiu que eu estabelecesse uma rotina de pesquisa com vistas a acompanhar algumas atividades e as dinâmicas cotidianas das associações. Aquelas com atividades diárias foram acompanhadas um número maior de vezes, recebendo visitas semanais e respeitando-se certa alternância dos dias. Isso se deu especificamente na Sociedade São José Operário, na Associação Mulheres em Luta e na Associação Vila Conceição. Ao mesmo tempo acompanhei, nessas associações, alguns encontros extraordinários voltados para as comemorações e festas, ou para a tomada de decisões a respeito de algum assunto emergencial, bem como algumas manifestações organizadas pelos grupos, tais como caminhadas, marchas, manifestações por transporte etc. Para o Sarau do Alfredo e a Associação da Vila Zita, o critério foi acompanhar os dias de sarau no primeiro, e as reuniões ordinárias na segunda. Inspirando-me em Whyte (2005), adotei um caderno de campo específico para cada associação, no qual registrei as impressões de minhas visitas. De posse de cinco cadernos com os registros de campo, eu imaginava ser mais fácil acessar os dados de cada grupo. Quando me deparei com o material, estabeleci alguns temas descritores e recorrentes nos diferentes espaços, de modo a visualizar a ocorrência ou a ausência de um

ou outro tema nos diferentes espaços associativos. Enquanto realizava a pesquisa de campo, selecionei alguns participantes para entrevista. Esse conjunto de entrevistas semiestruturadas auxiliou na compreensão ou permitiu ampliar a percepção sobre alguns detalhes que haviam passado despercebidos durante as observações etnográficas. Essas entrevistas foram um importante material complementar às observações de campo.

A seguir, no intuito de situar o leitor no ambiente da pesquisa, relato sucintamente minhas observações sobre três associações nas quais se apoia este artigo.

SOCIEDADE SÃO JOSÉ OPERÁRIO⁵

A opção por trabalhar com um conjunto de espaços associativos exigiu, para cada grupo, diferentes estratégias de aproximação, de entrada em campo, de apresentação do projeto e de estabelecimento de vínculos para a realização da pesquisa. Desse conjunto de entidades, apenas na Sociedade São José Operário eu pude contar com o apoio de uma “informante privilegiada” que acompanha essa associação desde antes de sua fundação formal em 1988. Embora essa associação tenha sido fundada nessa data como pessoa jurídica, ela tem uma ação política na região desde os anos 1970, e parte de seus membros é oriunda daqueles anos. A formalização da associação como uma entidade jurídica se deu com vistas à captação de recursos financeiros públicos e privados

⁵ Decidir pelo anonimato das associações e dos militantes foi uma tarefa difícil. No grupo pesquisado, há espaços associativos muito reconhecidos e outros nem tanto. Isso colocou o problema de alguns serem facilmente identificáveis, o que tornaria sem nenhum efeito a tentativa do anonimato. Alguns militantes, ao serem perguntados sobre seu desejo de anonimato, manifestaram sua preferência pelo registro de seus nomes, talvez como uma forma de reconhecimento de sua ação política. Por outro lado, há alguns registros etnográficos que poderiam eventualmente trazer dificuldades para algumas pessoas. Diante desse dilema optei por trocar os nomes de todos os espaços associativos e de pessoas, preservando o anonimato. Acredito que, com isso, cumpro com certo rigor ético perante aqueles que eu acompanhei nesses anos de pesquisa, sem incorrer em prejuízo a meus informantes e à etnografia.

⁴ Inspiro-me na noção de circuito desenvolvida em Magnani (2002).

com o objetivo de desenvolver ações sociais de apoio e assistência à população da região.

Essa associação está sediada próxima a um largo de grande circulação, no qual há uma grande variedade de estabelecimentos comerciais, como pequenos bares, docerias, sorveterias, restaurantes, agências bancárias, *pet shoppings*, lojas de roupas e calçados. Uma grande loja das Casas Bahia e outra de grandes proporções da concorrente Lojas Marabrás se destacam na paisagem. O largo é cortado por uma via importante, com intenso tráfego de ônibus, caminhões e automóveis. Desde as primeiras horas da manhã até o início da noite, há uma grande movimentação de pessoas no local. No centro do largo, uma base da Polícia Militar construída em alvenaria completa o cenário. A instalação da “base”, como é conhecida na região, foi fruto do movimento por segurança encabeçado pela Sociedade São José Operário, nos anos 1990. Pode-se afirmar que o Largo é uma centralidade local para onde confluem o trânsito de automóveis, transporte coletivo e pessoas.

Meu primeiro contato com a Sociedade São José Operário foi em uma sexta-feira de julho de 2011. Era um dia quente e seco do típico inverno paulistano. Acompanhado de minha informante, me encaminhei para uma sala cujo acesso é facultado apenas para aqueles que são expressamente convidados pelo padre ou que são muito familiarizados com a rotina da associação. A sala é composta por várias mesas redondas, com cinco ou seis cadeiras ocupadas por diferentes militantes de variados grupos e movimentos da região. Algumas vezes, ocorrem reuniões concomitantes nessa sala. Uma estante, um aquário e um *buffet* compõem o mobiliário. Nesse *buffet*, ficam à disposição café, leite e pães. Nos intervalos das reuniões, esses itens sempre são servidos. Ao fundo, uma porta de vidro separa o interior do exterior, no qual há um pequeno jardim e uma churrasqueira. Nesses espaços, em geral, as conversas são muito descontraídas, sem, no entanto, distanciarem-se completamente dos problemas da região, das dificuldades da luta e

do universo da política. Há muita cordialidade entre as pessoas, sempre acompanhada, aqui e ali, de alguma manifestação jocosa.

O grupo de participantes é composto de adultos com idade aparente acima dos quarenta anos e de jovens de diferentes movimentos sociais da região. Alguns participam do grupo de jovens da igreja. Observam-se, recorrentemente, manifestações sobre a “dificuldade de mobilizar as pessoas hoje em dia”, e muitos fazem alusão aos tempos idos, em que “o povo tinha maior interesse na luta” (Marin, 58 anos, SSJO). Outros se mostraram desejosos de “conhecer o que acontece com essa juventude de hoje em dia que não quer saber de nada”. Embora se observe a presença de jovens nas reuniões, é comum ouvir dos adultos que “falta ter participação desses jovens na luta. Pra trazer sangue novo. Isso é o que tá faltando pra gente” (Marta, 48 anos, SSJO).

O padre Alonso, pároco e coordenador de todas as ações da associação,⁶ ao saber da pesquisa a ser desenvolvida, manifestou muito interesse pelo trabalho e, em certo sentido, no mesmo tom que as pessoas haviam adotado anteriormente, enfatizou as dificuldades em mobilizar as pessoas e, em especial, os jovens. “Hoje está mais difícil, mas nós estamos aqui há muitos anos. Por isso, sempre tem uma turma boa com a gente e tem, também, o grupo de jovens que ajuda nas atividades da igreja”. Nesse primeiro encontro, o padre fez algumas indicações de grupos a serem observados e reuniões para serem acompanhadas. Espontaneamente, falou sobre sua atuação política, fazendo uma espécie de apresentação de seu histórico na região. Traçou um rápido painel sobre os políticos que têm base local, manifestando sua simpatia pelo Partido dos Trabalhadores. Ao mesmo tempo, sinalizou quem são seus principais adversários políticos, que “fazem um trabalho sujo na região”, particularmente os vereadores Antunes e Marcos

⁶ Essa associação desenvolve uma série de atividades junto à população, tais como serviço de creche, acolhimento às mulheres vítimas de violência, alfabetização de adultos, apoio jurídico etc.

Silva,⁷ ambos políticos do espectro conservador. Esses vereadores são políticos com forte inserção na região, obtendo, nas eleições municipais, uma votação que extrapola a casa da centena de milhares de votos. Antunes não só é campeão de votos para si como foi capaz de transferir seu prestígio eleitoral para os filhos. O vereador elegeu um filho para a assembleia paulista e outro para a câmara federal, com margens estrondosas de votos. Nas últimas eleições, foi reeleito com uma grande votação. É comum que militantes ligados à igreja ou aos movimentos populares afirmem que esse vereador mantém relações com o mundo das ilicitudes e ilegalidades. Contou o padre que, por ocasião de uma batida policial na região, um dos filhos desse vereador foi preso por porte ilegal de arma. Passados alguns dias, o policial que prendeu o filho do vereador foi afastado de suas funções. Segundo o padre, esse é um tipo de ação corriqueira do político, na região. No entanto, diz ele entre risos: “Ele tirou o capitão Nunes, mas não pode transferir o padre de paróquia”. Isso talvez demonstre que a igreja é um espaço no qual a ação coletiva e os militantes não sofrem tão diretamente as injunções dessas lideranças. Ao mesmo tempo, o episódio pode sinalizar certa perenidade das lideranças ligadas à igreja católica e uma possível continuidade de suas práticas políticas.

Ao se observarem as práticas políticas dessa associação, percebe-se certa ênfase na realização de reuniões entre seus membros, moradores e militantes de movimentos sociais da região e representantes do poder público para discussão e encaminhamentos de solução para as mais variadas questões. Em geral, essas reuniões redundam em alguma forma de apoio ou auxílio aos moradores, numa ação política ou de formação política dos militantes. Esses encontros seguem um *script* que implica uma abertura, um desenvolvimento e um fechamento. Todas as reuniões são precedidas de uma pré-

-reunião, que se desenvolve na sala cujo acesso é restrito aos mais próximos, ou em encontros formalmente organizados, como, por exemplo, as reuniões da executiva da associação. Essas últimas acontecem toda semana e visam a encaminhar as resoluções das reuniões plenárias ou preparar materiais para serem discutidos nos diferentes grupos que compõem a associação: grupo de educação, de saúde, de violência contra a mulher, etc. As reuniões da executiva têm o caráter de encaminhamento das discussões que se desenvolvem no Fórum em Defesa da Vida, que é um grupo aberto à participação de qualquer pessoa que tenha interesse em acompanhar os trabalhos. Não se trata de um grupo executivo da Sociedade São José Operário. Não há eleições para a constituição da diretoria dessa entidade, mas um grupo de militantes e (ou) funcionários que se articula em torno do padre. Em relação às reuniões dos diferentes núcleos que compõem a associação, sejam elas gerais ou executivas, é permitida a participação de qualquer pessoa. Nas que eu acompanhei, existe também o momento pós-reunião, menos solene, no qual as pessoas conversam temas variados, acertam alguns detalhes que deixaram passar, marcam encontros ou simplesmente “jogam conversa fora”.⁸

ASSOCIAÇÃO MULHERES NA LUTA

Outra entidade que acompanhei em minha pesquisa foi a Associação Mulheres na Luta. Cheguei a ela a partir da busca exploratória que marcou minha opção metodológica no início da pesquisa. Dentre as várias associações que visitei, ela me pareceu importante, por ser constituída por mulheres, algumas das quais tiveram participação nos movimentos sociais dos anos 1970-80, e por apresentar, em seus quadros, um grupo de jovens de ambos os sexos muito atuante nesta associação e na

⁷ Embora os vereadores sejam atores públicos, eu mantive o anonimato deles, seguindo a orientação geral deste trabalho.

⁸ Comerford (2001) discute as dinâmicas das reuniões nos meios camponeses, apontando os momentos ritualizados da vida política. Em Moreno (2014), discuto esses aspectos nos grupos por mim estudados.

região. A atuação desses jovens se desenvolve principalmente no campo da cultura, embora não negligenciem a participação nas ações relacionadas às melhorias no bairro e à política de modo geral. Eu não dispunha de uma pessoa que pudesse fazer minha apresentação ao grupo. Em vista disso, iniciei os primeiros contatos por telefone no final de 2011 e marquei uma visita para o dia no qual a diretora estivesse na casa. No primeiro contato presencial, me apresentei como pesquisador para Dona Ana, diretora da Associação, que, por sua vez, me apresentou a outros membros. Explicitei a pesquisa que realizaria na região, seus métodos e os espaços associativos em que eu pretendia trabalhar. Tanto a diretora como outras pessoas demonstraram bastante interesse na pesquisa, tendo em vista “os desafios que a gente tem para atrair a juventude” (Dona Ester, 56 anos, AML). As pessoas mais velhas presentes nesse primeiro encontro manifestaram, de modo geral, a percepção de que “os jovens não estão nem aí pra nada”. Assinalei que havia, naquela associação, um grupo de jovens bastante ativo, porém Dona Ana ponderou: “Sim, temos, mas é pouco. O que a gente vê mesmo é essa molecada por aí. Sem interesse em nada”.

A partir desse primeiro encontro, passei a frequentar esse espaço alguns dias por semana, nos quais era possível observar a rotina local, acompanhar algumas reuniões, presenciar encontros políticos e festas.

Essa associação se formou a partir de um clube de mães e de um grupo de mulheres que participaram dos movimentos sociais por melhorias urbanas nos anos 1970-80, particularmente a luta por creches e pela legalização de terrenos. O grupo foi oficializado como uma associação nos anos 1990. Sua sede está localizada em uma casa alugada em um bairro periférico. Todas as dependências da casa são ocupadas para o exercício de alguma atividade: curso de informática, alfabetização, apoio psicológico, reuniões etc. Na entrada, há uma varanda com materiais diversificados e uma bicicleta de carga repleta de livros para em-

préstimo. Essa bicicleta faz parte de um projeto de fomento à leitura desenvolvido pelos jovens que participam da casa e contemplado com apoio financeiro do VAI.⁹ Esse projeto consiste em utilizar a bicicleta para transportar livros pelo bairro e emprestá-los aos moradores. A sala de entrada assemelha-se a uma sala de visitas, com dois grandes sofás e uma estante com muitos livros, fruto de doações para a associação. Uma pequena sala serve de escritório e, ao lado dela, há uma sala de aula na qual ocorrem os cursos de alfabetização de adultos. A Casa tem ainda uma sala de informática com vários computadores, voltada para a oferta de cursos frequentados majoritariamente por jovens. Em frente, há outra sala voltada para o atendimento psicológico à população local. Uma cozinha completa a parte principal do espaço. Nos fundos, há uma sala que é a sede de um banco comunitário, projeto voltado para a concessão de microcrédito aos moradores do bairro. Esse banco foi desenvolvido por iniciativa dos jovens da associação, seguindo os preceitos da economia solidária. Através dessa iniciativa implantou-se uma moeda alternativa no bairro.¹⁰ Duas salas menores servem como depósito. Há um espaço maior, nos fundos da casa, voltado para a convivência e realização de festas, encontros e reuniões plenárias. Nele, há dois banheiros. Na sala de entrada, alguns pôsteres sinalizam um ambiente alinhado com o campo político das esquerdas como, por exemplo, o indefectível cartaz de Che Guevara com sua boina de lado. No mural do corredor que liga todos os cômodos, a frase escrita à mão – “Mulher bonita é a mulher que luta” – completa o cenário. Em diferentes momentos,

⁹ Criado em 2003, o programa VAI, Valorização de Iniciativas Culturais, da Secretaria Municipal de Cultura, subsidia iniciativas culturais de jovens, principalmente de baixa renda, com idade entre 18 e 29 anos. Maiores informações: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/fomentos/index.php?p=7276

¹⁰ Os bancos comunitários são iniciativas desenvolvidas por grupos de moradores e voltadas para o financiamento de atividades econômicas e o desenvolvimento local. Em geral, essas iniciativas implementam uma moeda alternativa àquela de circulação nacional e oficial. Para uma maior aproximação do desenvolvimento dos bancos comunitários, ver: Singer, 2010; Beatriz, 2012 entre outros.

seus membros enfatizam a importância de se diferenciarem da política normativa, distinguindo-se dos partidos e acentuando a proeminência da luta. “A nossa entidade tem que ser suprapartidária apesar de eu ter minhas convicções. As pessoas não podem identificar aqui com esse ou aquele partido, porque isso desmobiliza a luta” (Dona Ana). No mesmo sentido, Antônio afirma: “Não que os partidos não sejam importantes. Eles são, mas para o trabalho em outra esfera. Aqui, na base, o importante somos nós que também somos da base, que também somos povo”. Regularmente, a associação realiza eleições para a composição de sua diretoria, da qual fazem parte velhos e jovens militantes, mulheres e homens.

SARAU DO ALFREDO

Em vista da importância que as manifestações culturais das periferias ganharam nos últimos anos, defini que seria importante acompanhar um espaço associativo voltado para a promoção e divulgação da produção cultural das periferias. Há uma grande quantidade de manifestações culturais e de grupos de diferentes linguagens mais ou menos formalizados nas periferias da cidade. Esses grupos, em geral, não apresentam o modo de organização de uma associação, mas, desde as primeiras observações de campo, são espaços perceptíveis de sociabilidade juvenil. Dentro do conjunto desses espaços, os saraus têm ganhado certa visibilidade, em boa medida contando com o apoio de organizações não governamentais e órgãos de governo. Dos diferentes saraus e encontros culturais que visitei, reconheci que seria pertinente acompanhar o Sarau do Alfredo, um espaço associativo com considerável frequência de jovens, que explicitava uma das formas de vida associativa dentro da nova safra de manifestações socioculturais presentes nas periferias da cidade.¹¹

O Sarau do Alfredo tem frequência semanal, reunindo poetas, músicos, atores, performers, agitadores culturais e militantes políticos no bar de propriedade do Alfredo, na região metropolitana de São Paulo.¹² O bar está localizado em uma esquina movimentada nos extremos da cidade. O espaço comporta um salão com algumas mesas e cadeiras e um pequeno balcão de alvenaria ligado a uma cozinha, na qual se preparam pastéis e pequenas porções. Não há cartazes de bebidas alcoólicas nas paredes. Esse fato é retratado com orgulho por Alfredo quando se refere a seu bar, embora se vendam cervejas e bebidas alcoólicas no local. Ao lado do balcão, há uma pequena estante repleta de livros, manuseados livremente pelos frequentadores do sarau.

Esse sarau tem características que o distinguem de outros e, em especial, do mais conhecido, o Sarau da Cooperifa.¹³ Nele, como evidencia Nascimento (2011), há uma organização prévia às apresentações, com através da inscrição para as declamações dos poemas. Observa-se também preferência por “poetas assíduos, [...] a exigência do silêncio dos espectadores enquanto as declamações estiverem sendo realizadas e os aplausos no momento de anúncio do nome de quem irá se apresentar e ao final de cada apresentação.” (Nascimento, 2011, p. 23). A partir de minhas observações, eu pude perceber que, no Sarau do Alfredo, ocorre uma maior participação improvisada dos presentes, não se privilegiando a assiduidade, mas o desejo de falar. Fato revelado pela constante interpelação de Alfredo: “Quem quer falar agora, declamar uma poesia?” As manifestações dos presentes podem

lhos dos grupos, que redundaram em encontros como o denominado “Estéticas das Periferias”, realizados em 2011, 2012 e 2013. A crescente produção acadêmica sobre o tema e os grupos também evidenciam a magnitude do fenômeno.

¹² Parte dessa narrativa será feita no presente, embora o Sarau do Alfredo tenha encerrado suas atividades no local onde permaneceu por oito anos. Atualmente, os encontros acontecem às segundas-feiras, em um espaço dedicado a outras atividades culturais e em eventos itinerantes.

¹³ Para uma descrição do Sarau da Cooperifa, ver Nascimento, 2011.

versar sobre problemas sociais, questões políticas, apresentações de músicos, *stand up shows*. Há um intenso burburinho de vozes e, quando Alfredo pede que se faça silêncio, as pessoas param de falar por um átimo de segundo e, em seguida, voltam a conversar. Muitas vezes, assisti a manifestações de pessoas ligadas aos movimentos de moradia, dos sem teto, meninos e meninas de rua e muitos discursos anticapitalistas. A Revolução, assim em letras maiúsculas, como uma categoria ontológica está presente em muitas intervenções. Dos saraus que já observei, esse me parece ser o que apresenta o maior número de discursos politizados no sentido de enfatizarem temas como revolução, greves, lutas populares etc. Concomitantemente, o clima de festa e confraternização é uma marca do encontro, com destaque para o estímulo de Alfredo à participação das pessoas e aos improvisos de última hora.

As atividades começam por volta das 21h30min, às segundas feiras. Em geral, quando Alfredo chega ao bar, ele cumprimenta a todos individualmente e pergunta, um a um, se “vai declamar uma poesia”, ou então amplia as possibilidades de intervenção, perguntando: “Você tem alguma coisa para apresentar hoje”? De acordo com as respostas, Alfredo organiza as apresentações sempre contando com um grupo de participantes assíduos do sarau. Após passar por todas as mesas e pelas pessoas que eventualmente estejam em pé ele, distribui alguns livros sobre as mesas. Um ou outro participante toma um livro para si, o folheia e lê. O público é composto, em sua maioria, por jovens, mas há pessoas de idades em torno e acima dos cinquenta anos. Percebe-se que o sarau é um lugar privilegiado de frequência juvenil e de encontros intergeracionais. Entre os jovens, observa-se uma miríade de estilos, passando pelos roqueiros, rastas, rappers e alternativos.

Em geral, Alfredo inicia o sarau pedindo silêncio para ler um trecho de livro e comentá-lo. – Vamos tentar fazer um sarau silencioso? Vamos tentar?

É comum que ele não obtenha respaldo em seu pedido e siga com a leitura do trecho escolhido do livro realizando pequenas pausas para tecer algum comentário. Essas leituras não se limitam à literatura produzida por autores das periferias, mas abrange autores canônicos, dicas de saúde, temas políticos e históricos. Em seguida, convoca as pessoas para declamarem seus poemas ou para a realização de performances no palco, um pequeno espaço construído em alvenaria, trinta centímetros acima do chão.

Algumas vezes, Alfredo reveza com outros participantes o papel de mestre de cerimônias do encontro, por exemplo, com Marcos, jovem poeta e militante cultural¹⁴, frequentador assíduo do sarau e participante da Associação Mulheres em Luta. Aliás, todos os jovens que atuam nessa associação participam com muita frequência dos saraus da região. Para esses jovens, os saraus e, em particular, o Sarau do Alfredo, são mais do que lugares para declamar e divulgar sua produção poética e artística. Nas palavras de Mauro (24 anos/SA), “... o sarau não é só um espaço de declamar poesia. É um espaço também de articulação, de trocar ideias. Por isso, aquele buchicho de todo mundo conversando. Eu mesmo já assinei contrato pra apresentar nosso trabalho em cima do balcão do Alfredo”. Ou, como se expressa Antônio (26, AML), quase em uníssono ao explicar para uma visitante as distinções entre este e outros saraus: “O Sarau do Alfredo não é um lugar só de declamar poesia, como outros saraus que têm por aí. É um lugar também de se criar, de se pensar e discutir propostas de lutas para a quebrada”.

Segundo Marcos (24 anos, SA, AML), poeta e ativista cultural da região:

Não adianta ficar nesse negócio de só declamar poesia, de vir aí e falar uma pá de coisas e não fazer nada. Ou pior, fazer só pra si, como a gente vê uns caras ai que falam em nome da quebrada, mas só

¹⁴ Ao caracterizar esses dois atores, eu introduzo o termo militante em função de os mesmos terem se autoidentificado como militantes culturais.

veem o lado deles. Aqui é da hora por isso. Aqui a gente articula uma pá de questões, tá ligado? É isso, aqui é um lugar de articulação das ideias pra luta.

Embora apresente essa dimensão marcada pela perspectiva da ação política, os dados de caderno de campo demonstram que esse sarau é também um espaço de fruição e lazer, principalmente para muitos dos jovens frequentadores, que vão ali para se divertir ou se expressar sem maiores compromissos com a ação política. “Eu adoro vir aqui. Venho toda segunda. Quando tá acabando o horário de trabalho, eu já fico imaginando encontrar o pessoal. Ouvir as poesias. Eu não escrevo, mas gosto muito de ver o pessoal declamando.” (Viviane, 28, frequentadora do sarau). Enfim, pode-se afirmar que o sarau é um espaço polissêmico, no qual habitam diferentes grupos juvenis, manifestações e desejos. Ele é um ambiente de sociabilidade juvenil, encontro de poetas e artistas, espaço de ações políticas e de articulação de ações no bairro.

POLÍTICA E SUBJETIVAÇÃO

Rancière (1998) afirma que a política apresenta efeitos de subjetivação no sentido de uma singularização do sujeito, não como uma individualidade à parte, mas sim como um processo que opera em relação a outro. Pergunta o autor: “O que é um processo de subjetivação? É a formação de *um* que não é um *eu*, mas a relação de um *eu* a um outro” (Rancière, 1998, p. 118). Portanto, os processos de subjetivação são da ordem da esfera das relações sociais e do espaço público. Não se trata de um processo relacionado à dimensão privada da vida, mas de um conjunto de relações nas quais os indivíduos se constituem em sujeitos. Segundo Deleuze (1992),

... os processos de subjetivação nada têm a ver com a “a vida privada”, mas designam a operação pela qual indivíduos ou comunidades se constituem como sujeitos, à margem dos saberes constituídos e

dos poderes estabelecidos, podendo dar lugar a novos saberes e poderes (Deleuze, 1992, p. 217)

Aproximando-se dessa percepção, porém partindo de outra perspectiva teórica, Touraine (1999) afirma que a dimensão coletiva e a dimensão individual se integram, constituindo uma mesma configuração que, incidindo sobre as individualidades, constroem os atores coletivos e, concomitantemente, os sujeitos da ação coletiva. Portanto, observa-se, nas diferentes perspectivas teóricas, que a vida associativa e os espaços de desenvolvimento da ação coletiva promovem certas subjetividades, ao mesmo tempo em que elas possibilitam a implementação da ação coletiva. Dois movimentos que se retroalimentam constituindo determinadas configurações políticas.

Baseado nessas premissas, compreendo que a atuação dos membros dos espaços associativos comporta elementos de agenciamento que estão além dos aspectos abarcados pela categoria de socialização política, recorrente nos estudos que abordam o militância e a participação política com foco sobre as relações entre os grupos geracionais.¹⁵ Embora sejam pesquisas importantes para a discussão das práticas políticas dos grupos juvenis, a ênfase na transmissão de disposições políticas não permite captar os processos de agenciamento dos indivíduos pertencentes aos segmentos juvenis naquelas atividades que eles interpretam como políticas.

Em meu ambiente de pesquisa, observa-se que, por vezes, são os representantes das novas gerações que acionam componentes das lutas políticas do passado. Especificamente, são acionados aqueles componentes relativos à memória das velhas gerações sobre a ação coletiva e aos saberes acumulados nos anos de disputas políticas no território, com vistas a configurar uma dimensão simbólica, o que lhes confere uma noção de pertencimento à história local e à região.

¹⁵ Refiro-me, particularmente, aos trabalhos de Tomizaki (2007) e Wilson (2010), entre outros.

Antes de eu conhecer o pessoal da casa eu era bem bobinha. Não tinha muita noção das coisas. Quando eu comecei participar, muita coisa mudou. Eu descobri muita coisa. Tipo que a vila não é só isso que a gente ouve falar. Ouve e vê, né? Tipo tráfico essas coisas. Tem muita história que a gente vai aprendendo nas reuniões, nas discussões e a gente vai tirando umas conclusões, né? Vendo que o lugar que a gente mora também tem seu valor (Mariana, 23 anos, AML).

O acionamento de componentes das lutas do passado se evidencia também na manifestação de Paulo (29 anos), jovem militante dos movimentos sociais da zona sul da cidade de São Paulo, em relação à memória de sua tia, pertencente à geração de militantes dos anos 1970-80. Paulo atua nos movimentos por transporte e de moradia da região. Frequenta também diferentes saraus das periferias,¹⁶ sendo o mestre de cerimônias do Sarau da Vila Conceição.¹⁷ Em um dos saraus, sua tia, que mudara para o Ceará e, pela primeira vez, visitava a família depois de anos, pediu a palavra e fez um pronunciamento sobre a importância das lutas das mulheres na região. Enquanto sua tia falava, Paulo me dizia, apontando para ela: “Viu porque eu sou assim? É por causa disso. Porque vem de uma história que é maior do que a gente que tá aqui, agora. Mesmo que eu não a veja, mesmo que eu não tenha participado disso tudo, quando eu vejo alguém falar da luta eu sei que tem a ver comigo”.

Embora possa parecer, à primeira vista, que a experiência social da tia seja o elemento que aciona o ímpeto militante de Paulo, pode-se perceber que é ele que se apropria do depoimento da tia e o instaura como pertencente a uma linha de continuidade com a história de lutas do bairro, relacionando-o à sua própria história. A experiência de participação nas lutas populares narrada pela tia entra na

¹⁶ Nos últimos anos, vem ocorrendo uma profusão de saraus nas periferias paulistanas. Para uma aproximação com o tema, ver Bin (2009) e Nascimento (2011), entre outros.

¹⁷ O Sarau da Vila Conceição foi organizado por Paulo e um grupo de jovens que buscaram atuar no interior da Associação Vila Conceição, um dos espaços associativos nos quais fiz pesquisa etnográfica entre os anos 2009 e 2013.

composição do conjunto de elementos que o próprio sujeito julga ser sua herança política. Ao se apropriar de alguns elementos da história de lutas do bairro, Paulo constrói e intenta legitimar sua ação política e cultural na região sem que, para isso, tenha havido um processo formal ou intencional de educação política. É a partir da valorização daquilo que lhe é politicamente relevante que ele constrói, por assim dizer, um discurso da herança para a qual não se evidencia um papel decisivo e proeminente para a tia distante.

No mesmo sentido, Felipe (24 anos, SSJO) afirma, em relação à Sociedade São José Operário, associação na qual escolheu militar: “Eu decidi militar aqui porque aqui é o lugar que eu vejo mais história de luta. Foi por isso que eu escolhi aqui e não outro lugar. Tem muitos espaços por aí, mas é aqui que eu acho mais interessante para eu militar”. Nessa manifestação, pode-se perceber a presença dos mesmos elementos: a história, na qual o jovem busca as referências políticas, e o elemento de decisão de militar nessa associação e não em outra, cuja centralidade é o sujeito da ação. O papel da escolha pessoal é central na justificativa para a militância na associação.

Felipe (24 anos), no entanto, compreende que há outros elementos a serem observados:

Eu não posso chegar aqui dizendo o que tem que ser feito. Eu tenho minha ideologia, mas eles já estão fazendo as coisas há muito tempo. Mesmo tendo minhas ideias, eu acho que posso aprender muito com eles, apesar de, às vezes, eu perceber umas coisas que eu acho muito anacrônicas na forma deles levarem a luta. Com o tempo, eu vou colocando o que eu penso de maneira mais clara.

Felipe expressa que tem uma ideologia que antecede sua opção pela associação. Inclusive vê nela algumas características “anacrônicas na forma deles levarem a luta”. Através de um cálculo político, ele espera o momento oportuno para agir na associação em que escolheu militar.

Não se evidenciam, nessas manifesta-

ções juvenis, elementos que confirmem a existência de um processo intencional de transmissão geracional ou de socialização política das velhas gerações sobre as jovens. Pode-se dizer que, em algum momento da vida desses jovens, eles se transformam em militantes, estabelecendo diferentes relações dos elementos da tradição com aqueles que serão fruto de suas ações coletivas.¹⁸ Em outros termos pode-se afirmar que baseados em determinada experiência social esses jovens acionam mecanismos dispersos no tecido social que os levam à ação política.

Meu irmão foi assassinado aqui no bairro por uma besteira. Aí eu mudei do bairro. Mudei para não morrer também. Mas isso foi me incomodando e uns anos depois eu voltei. Quando eu voltei pra cá, eu já tinha ganhado uma experiência de militância com a minha ex-mulher. Eu acho que foi isso. Foi essa história que eu tive e a vontade de contribuir com a quebrada. Pra melhorar a quebrada e não ver mais acontecer com outros moleques o que aconteceu com meu irmão e quase aconteceu comigo (Paulo, 29 anos militante do movimento por moradia e ativista cultural).

De outro lado, há manifestações que pontuam o papel das velhas gerações na constituição de uma “perspectiva militante” de atuação política. O que equivale dizer que, mesmo se centrando em suas escolhas, os jovens militantes buscam referências na experiência das velhas gerações, como se pode observar no seguinte depoimento: “A gente pode aprender em qualquer lugar. Eu aprendo todo dia com a Dona Benedita, com a Dona Maria. Porque a gente aprende coisas na *luta* e coisas que são da *luta*. A gente aprende e ensina também, porque é isso que vai ajudar a gente a se libertar” (Marcelo, 25 anos, SSJO).

Antônio (26 anos, AML) aciona, também, as gerações mais velhas como constituintes do momento presente de lutas populares por aparecerem, a seus olhos, como um grupo que guarda a memória das lutas que se desenvolveram na região.

A gente quer os idosos pra somar com a gente na luta. Não é só pra esse negócio de ficar na associação fazendo tricô, esses encontros e tal. É claro que isso é importante pra elas, mas é importante também a gente ter elas na luta, porque elas impõem respeito. Têm umas aí que participaram de tudo que é movimento na quebrada, elas sabem de tudo que aconteceu.

No depoimento desses rapazes, pode-se perceber o acionamento do termo *luta* como um elemento de ligação entre as gerações, pois é na *luta* que os encontros geracionais têm seu lugar. Se, nas associações, eles aprendem coisas para a *luta*, eles também ensinam a outras pessoas, porque é nessa relação entre as velhas e novas gerações que “a gente vai se libertar”.

Mauro, outro jovem que atua na associação diz:

Muito do que eu aprendi foi na luta. E até mesmo na rua eu aprendi muitas coisas. Claro que teve a escola também, mas é essa escola que a gente sabe qual é. Que é uma escola que não educa a gente praquilo que a gente quer e praquilo que a gente precisa. Mas sempre tem um professor ou outro que vem com umas ideias e que abre a mente da gente. Claro em todo lugar tem isso. Mas foi depois que eu aprendi mesmo. Eu fui gostar de ler foi encontrando meus camaradas. Quando eu conheci o Márcio e comecei a ir ao sarau foi que eu fui me ligando. Eu acho que eu devo muito ao sarau e ao Márcio. Ele, como é mais velho, fez a minha cabeça. Porque ele é um cara que tá ligado em várias coisas que não tinha aqui na quebrada. Eu acho que foi graças a essas ideias que começou a mudar a quebrada. Que o pessoal se ligou que tinha que batalhar pelas coisas da quebrada. Eu mesmo comecei participar de todo esse movimento porque eu encontrei esse pessoal que já tava fazendo as coisas (24 anos, SA).

O depoimento de Mauro aponta claramente para uma relação que poderia ser tipificada como de tipo figurativa (Mead, [1970], 1997), uma vez que a diferença de idades entre ele e Márcio é de apenas alguns anos. Portanto eles não são membros de grupos geracionais distintos. Nesse caso, observa-se que é no interior do mesmo grupo geracional que os dois constituem relações de trocas de experiências sociais, as quais possibilitam a emergência do

¹⁸ Pudal (in Tomizaki, 2009) demonstra que, para muitos, a militância representa um novo nascimento.

desejo de participação em Mauro, abrindo, para ele, uma percepção de “que tinha que batalhar pelas coisas da quebrada” e criando, com isso, as condições de sua integração aos espaços associativos.

Tomando como referência grupos geracionais distintos, observa-se, contudo, que esse processo de integração à vida associativa se estabelece marcado por certo conflito, em vista das diferentes perspectivas imputadas à prática política exercida no local, perceptíveis nos questionamentos ou na recusa em aceitar determinadas formas de ação coletiva exercidas por um ou outro grupo geracional. É recorrente, por exemplo, a queixa por parte das velhas gerações sobre a dificuldade de “mobilizar essa juventude que não quer mais saber da luta, só quer saber de ficar na internet, ou, pior, esses que só querem saber de funk” (Dona Ana, 72 anos, AML). Tal queixa corrobora a percepção de senso comum quanto ao desinteresse dos jovens pelo universo da política, ainda que eles participem da vida associativa do bairro.

As declarações das velhas gerações permitem inferir que haveria, em suas observações, provavelmente um desejo de instituir, para as novas gerações de militantes, um sentido de luta orientado pelo histórico da região e por sua percepção geracional da luta política, que seria referenciada naquelas ações consideradas pelas velhas gerações as “lutas mais importantes, lutar por creche para nossas crianças, emprego, moradia. Isso é importante porque é a base da vida: morar e ter o ganha pão” (Dona Marta, 55 anos, SSJO). Ao mesmo tempo, observa-se a constante preocupação das velhas gerações com a manutenção da memória dos grupos e das associações, consubstanciada nos pronunciamentos a respeito do passado de lutas, sendo recorrentes as alusões ao período ditatorial e ao envolvimento da associação nos clubes de mães, movimentos de mulheres por creche e no movimento contra o custo de vida.

Dona Ana (72 anos), presidente da Associação Mulheres na Luta, comenta que:

... esse pessoal mais novo precisa se inteirar mais das coisas. Eles precisam saber da história de luta do povo daqui e de outros lugares, porque hoje eles são todos meio avoados só nesse negócio de *Facebook*, essas coisas de *internet*. E por isso que a gente sempre lembra, a gente sempre fala da nossa luta. Da nossa história, que é para eles saberem o quanto já se lutou e ainda tem que se lutar para conseguir as coisas.

Por outro lado, observa-se que, assim como Felipe (24 anos, SSJO) percebe certo anacronismo nas práticas da Associação São José Operário – que o leva a uma participação moderada nessa entidade –, outros jovens modulam sua atuação nesses espaços por meio de um exercício pendular, referenciando-se na história de lutas da associação na região, mas também em sua própria experiência de jovem militante. Antônio (26 anos, AML) declara:

... a gente não quer fazer a política do jeito que elas pensam. Hoje tem uma pá de coisas que são da própria evolução da quebrada de todo esse movimento que vem desde quando a Dona Marisa, a Dona Ester, todas elas militavam. A gente respeita, a gente aprende uma pá de coisas com elas, mas a gente tem que ver também qual é que é daqui pra frente, tá ligado?

Em uma das reuniões organizadas pela diretoria da Associação Mulheres na Luta, cujo objetivo era conquistar apoios para uma candidata a vereadora – pertencente ao grupo geracional das velhas militantes – nas eleições municipais de 2012, um jovem disse o seguinte à postulante ao cargo político: “Eu não posso lhe apoiar porque nada me garante que quando você for eleita você não vai fazer aliança com um Maluf da vida ou até coisa pior. A minha contribuição política é aqui na associação, é aqui na luta. É esse meu compromisso e onde eu quero me comprometer” (Júlio/ 25 anos). Evidentemente a candidata ficou em uma saia justíssima, pois nada disso constava do *script* montado para sua passagem pela associação. Ela ainda tentou argumentar sobre a importância da participação política, mas falava em um registro diferente daquele dos jovens militantes da associação, para os quais a “política desses

caras está marcada pelos acordos, conchavos e traições ao eleitor” (Marcos, 24 anos). Essa surpreendente denegação da política aponta não um alheamento do universo político, mas uma posição, também política frente às esferas institucionais e normativas da política (Beck, 1999), enfatizando, mais uma vez, a importância da ação no bairro.

No âmbito da política local, as relações entre as gerações, no campo da ação política, são, muitas vezes, referenciadas e legitimadas através da apropriação do histórico de lutas das velhas gerações, como, por exemplo, quando Antônio diz: “a gente aprende uma pá de coisas com elas”, referindo-se a Dona Ester e Dona Ana, participantes dos movimentos sociais por melhorias no bairro. Essas relações não excluem automaticamente a disputa e o conflito por posições, recursos e prestígio. Por outro lado, em relação às velhas gerações com vínculos na política normativa-institucional, em alguns momentos se ensaia uma posição de ruptura, mesmo quando o político está no mesmo campo ideológico, como se pode observar no excerto do diálogo relatado acima. Cabe observar que essa ruptura não se efetiva, pois, as observações de campo permitiram perceber que os grupos geracionais operam no interior dos espaços associativos por uma lógica que congrega os movimentos de diferenciação e integração (Bhabha, 2005). Nesse caso específico, observou-se o esforço do grupo para garantir sua coesão apesar do desconforto das senhoras que organizaram o encontro com a candidata.

Ao mesmo tempo em que se observa o esforço das novas gerações por uma ação política amparada em uma noção de que “é importante lutar pela quebrada”, articulada por um sentido de pertencimento ao bairro (Moreno, 2010; Pereira, 2005), pode-se afirmar que tais componentes da ação desses jovens não inviabilizam outras formas de percepção e de atuação políticas.

Eu sou anarquista. Deve ser até estranho pra você ouvir isso comigo atuando aqui na igreja. Mas é como eu lhe disse: aqui tem uma história de lutas

que eu acho importante. Sendo anarquista eu tenho mais liberdade pra atuar porque eu não estou preso a partidos. Então eu tô aqui, mas também tô no Movimento Passe Livre, nas ocupações do centro (Felipe, 24 anos, SSJO).

Esses jovens militantes se distinguem por sua ampliada rede de relações políticas e sociais e pelo consumo da cidade. Tais características os diferenciam sobremaneira dos militantes das velhas gerações, que eram mais afeitos a uma vida centrada no bairro, componente fundamental para a emergência dos movimentos por melhorias urbanas dos anos 1970-80 (Gohn, 1985; Moisés, 1978). Os jovens têm uma percepção que os aproxima das velhas gerações devido à noção de pertencimento ao local e sua valorização; por outro lado se diferenciam ao se articular com outras esferas e dimensões da cidade, seja no universo político, seja naqueles relacionados ao lazer e à fruição. “Quando eu era pequeno, tudo era na quebrada. Meus pais só saíam daqui para trabalhar. Final de semana era na quebrada. Hoje, não. Hoje a gente sai pra vários rolês: Centro Cultural, SESC, Augusta...” (Antônio, 26 anos).

A possibilidade e a experiência de transitar por diferentes espaços, alguns ligados ao terceiro setor, outros à cultura e ao lazer, abrem um campo de possibilidades de significação da vida na cidade e contribuem para a proposição de novas formas de ação coletiva. Do mesmo modo, a ampliação dos espaços de sociabilidade propiciada pela circulação pela cidade promove toda uma inventividade política, observável nos diferentes tipos de ação desses jovens.

Essa capacidade de criação de práticas políticas pode ser percebida na organização de um banco comunitário na Associação Mulheres na Luta e na produção e no fomento de atividades culturais, mas, também, na participação desses jovens nos movimentos sociais que adentraram a cena política recente, como o Movimento Passe Livre, a campanha contra a realização da Copa do Mundo no Brasil e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto –

MTST. Desse modo, a atuação desses jovens nos espaços associativos do bairro é favorecida pela circulação por diferentes espaços que extrapolam esses limites, o que os leva a exercer sua ação política na cidade sem, no entanto, deixar de apontar a importância da luta local como eixo que orienta suas práticas.

Em uma reunião na Sociedade São José Operário, uma jovem militante ligada aos coletivos culturais e grupos feministas e que havia participado das manifestações de junho de 2013 se contrapôs ao bordão “o gigante acordou”, veiculado por alguns grupos e, em especial, pela imprensa por ocasião dessas manifestações, afirmando: “Se o gigante acordou¹⁹ como estão dizendo, nós, da quebrada, nunca dormimos. A gente tá lutando desde sempre. Se vocês prestarem atenção, vão ver que aqui na quebrada a gente faz política a toda hora” (Vanessa, 23 anos, SSJO). Com sentido próximo a esse, Bruno, um jovem militante ligado aos movimentos por moradia, quando foi entrevistado, afirmou “A gente tá bombando nas quebradas porque a gente vai pra todo lado, pra todas as quebradas”, sinalizando uma experiência política que se espalha pelo território da cidade, especialmente por suas periferias, compreendidas e significadas pelos jovens militantes por quebrada. Tal termo denota uma compreensão específica do espaço periférico, marcado pela percepção de pertencimento, mas não circunscrito à localidade.

Nossa militância é em toda hora e em todo lugar. Nas várias quebradas. Ontem mesmo eu fui pra Guaianases, amanhã a gente tem uma ação no Pinheirinho. Vamos fazer um sarau na Favela do Sapó pra levantar fundos pro pessoal que ficou desalojado com as chuvas e assim vai... (Paulo, 26 anos, AML).

A política, segundo as acepções das camadas populares e dos jovens em particular, pode ser compreendida como uma atividade que transborda tempos e espaços. Quando se

¹⁹ Janice se refere ao bordão “O gigante acordou”, entoado pelos manifestantes e veiculado pela grande mídia durante a cobertura das manifestações.

observa a vida associativa e as práticas políticas desenvolvidas pelas novas gerações de militantes das periferias, percebe-se que a ação impetrada no território apresenta características nômades, práticas que se espraiam como rizomas, marcados pela fluidez e imprevisibilidade. “A gente tá na luta. Se não der pra gente fazer a nossa luta em uma associação, a gente faz em outra. Os manos da Conceição²⁰ cortaram nosso trabalho lá. Não tem problema, a gente vai pra outro lugar. O importante é continuar a luta” (Bruno, entrevistado).

Holston (2013) aponta que as ações desenvolvidas pelos moradores das periferias da cidade de São Paulo nos anos 1970-80 constituíram-se em uma forma insurgente de cidadania, o que levou os moradores das periferias a se sentirem participantes da construção da cidade. A nova geração de militantes participa de uma ampla rede de relações e não denega a possibilidade de diálogo e negociação com as esferas institucionais, como aponta Antônio em seu depoimento: “É claro que a gente sabe que tem que conversar com o Marcos Silva. Que tem horas que vai ter que negociar com esses caras”. No desenvolvimento de sua prática política, em sua constituição como grupo e na manutenção da vida associativa, esses jovens não operam apenas pela lógica de oposição entre o local e o global, ou por meio de processos de integração à esfera da política normativa. Ao contrário, esses grupos e espaços locais, segundo aponta Bhabha (2005), constituem o próprio lugar da enunciação de um personagem e de constituição de um ator político social.

Nós estamos na base. Nós é que fazemos o trabalho de organizar o povo na luta. É claro que quando precisa a gente vai à subprefeitura, na secretaria. Porque, se não fizer isso, o trabalho também não tem sentido. A gente faz a base pra pressionar os caras. Pra eles verem que a quebrada tá organizada (Bruno, entrevistado).

No âmbito das relações intersubjetivas –

²⁰ Trata-se de uma associação na qual ele atuou como agente cultural. Para maiores informações ver Moreno, 2014.

que passam pela valorização e pertencimento local, pelo encontro com os iguais e, portanto, pela socialidade –, são urdidas as identificações (Hall, 2005, 2006a) políticas, por vezes fluídas, compósitas e ambivalentes, desses grupos juvenis. A vida associativa nas periferias da cidade não se encontra em uma relação diacrônica, com sentido de ruptura com o passado das lutas populares, como se a ação coletiva fosse realizada em ambientes sociais incomunicáveis. Tampouco está apenas em linha de continuidade repondo permanências e formas tradicionais de atuação política. As ações desenvolvidas pelos jovens militantes apontam para uma configuração na qual encontramos os dois movimentos sendo realizados sincronicamente, no tempo presente, por meio da ação coletiva e da promoção de relações de interação entre as diferentes gerações nos espaços associativos.

No conjunto de manifestações observado nas associações, emergem interações que envolvem as diferentes gerações nas práticas políticas e culturais que se processam através de ações de cooperação, solidariedade, conflito e concorrência.²¹ Compreende-se, portanto, que as relações entre as gerações, no interior das associações, não se processam, como pensa o senso comum, apenas como a externalização de um “conflito entre as gerações”, mas também não se pode afirmar que as relações intergeracionais se desenvolvam apenas em uma linha de transmissão das velhas gerações para as novas.

Os militantes pertencentes aos novos grupos geracionais compreendem a importância do histórico de lutas, apropriando-se daqueles elementos que lhes parecem favoráveis à ação impetrada atualmente na região.

A gente sabe que já existia um núcleo forte de atuação desde muito tempo. Isso é um negócio que a gente sempre debate. A gente não está começando nada do zero. Então, a questão é como dar continuidade a essas lutas e a essas ações. Não vai ser fazen-

do as mesmas coisas que já foram feitas, porque o bairro mudou muito. E mudou por causa da luta. A gente tem as lutas mais velhas, mas também têm novas lutas e isso se dá na prática da luta política que a gente vem desenvolvendo (Antônio, 26 anos, AML).

Percebe-se, a partir desse depoimento, a articulação dos elementos de uma “tradição” de lutas da região através de uma lógica de acoplamento (Hall, 2006b) desenvolvida na medida das exigências oriundas da ação coletiva impetrada pelas novas gerações. Nessa dimensão da vida associativa, as ações desenvolvidas pelas velhas gerações são apontadas como uma referência política para a constituição, no presente, da ação coletiva dos jovens.

Eu aprendo pra caramba com a Dona Ana, a Dona Tereza, mesmo com a Júlia que é mais nova do que elas. Porque elas sabem de um monte de coisas do Jardim Marajoara. Eu nem tinha nascido e elas já estavam lutando pelo bairro. Então, é lógico que, conhecendo a luta delas, a gente consegue melhorar a nossa. Pelo menos não cometer os mesmos erros. Se é que elas erraram (Márcia, 25 anos, AML).

Pode-se deduzir dessa manifestação que as referências às lutas do passado, no sentido da constituição de uma “tradição” de lutas populares, não estão vinculadas apenas ao passado e a seus agentes, embora o depoimento aponte a importância das velhas gerações como possíveis transmissores de uma memória das práticas políticas. Elas se desenvolvem também pela ação das novas gerações, que mobilizam uma esfera discursiva acerca da ação coletiva, com vistas a legitimar o ator que ingressa no universo associativo no presente. Trata-se, portanto, de uma “tradição” que se atualiza pela ação dos atores. Nas palavras de Bhabha (2005)

O reconhecimento que a tradição outorga é uma forma parcial de identificação. Ao reencenar o passado, este introduz outras temporalidades culturais incomensuráveis na invenção da tradição. Esse processo afasta qualquer acesso imediato a uma identidade original ou a uma tradição ‘recebida’ (Bhabha, 2005, p. 21).

²¹ Attias-Donfut (1995, 1996) observou processos de solidariedade intergeracional no interior de grupos familiares.

Desse modo, pode-se observar que, nas relações políticas das diferentes gerações de militantes, estão em jogo perspectivas e motivações diversas para a mobilização e participação nos espaços associativos. No amplo universo da política, em distintos momentos e temporalidades, essas diferentes gerações se encontram nas tramas nas quais se entrelaçam as dinâmicas políticas, sociais, culturais e os saberes acumulados nas lutas presentes e passadas das camadas populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou apreender a presença de certos atores coletivos nas periferias da cidade de São Paulo, tendo por base as noções de ruptura e continuidade nas formas de desenvolvimento da ação coletiva. Ao mesmo tempo, nele se evitou definir *a priori* um ator coletivo ou sujeito periférico, que estaria ligado às lutas do passado, e, portanto, a uma tradição política. Foram apresentadas as relações entre diferentes grupos geracionais de militantes, apontando as percepções sobre as ações desenvolvidas em distintos tempos e espaços associativos, evidenciando-se a ação dos jovens militantes no acionamento de certos elementos pertencentes às lutas do passado e seu acoplamento às práticas políticas do presente. Assim, observou-se que há manifestações que se coadunam com certa herança das lutas populares dos anos 1970-80, anos de intensa mobilização popular, e outras que apresentam alguns elementos novos ou articulam diferentes aspectos dessa herança a partir da experiência social dos militantes.

Entre as diferentes juventudes que habitam as periferias da cidade de São Paulo, alguns desses atores, em seu conjunto, constituem um importante sujeito político que não deixou de ocupar os espaços associativos, mantendo-se como um expressivo ator coletivo e se constituindo por meio de um conjunto de práticas políticas, redes de interação, trocas

sociais e simbólicas que permitem a percepção de uma identificação comum e certa afirmação de pertencimento às periferias e ao universo da política desenvolvida nesse território (Melucci, 2001).

Debatendo os processos de constituição da ação coletiva, Melucci (2001) estabeleceu dois momentos vividos pelos movimentos sociais que se inter-relacionam durante as dinâmicas de desenvolvimento dos atores sociais. Segundo o autor:

Latência e visibilidade são duas condições permanentes dos movimentos e que passam continuamente de uma à outra. Nesta passagem, alguns atores desaparecem, outros se formam, consolidam-se processos de institucionalização e de mobilização, mas nascem também novos problemas e se revelam novos espaços de conflitos. A forma cultural dos movimentos abre o problema crucial da relação com os sistemas políticos, e coloca, em primeiro plano, o questionamento sobre formas de representação e de organização adequadas aos novos atores sociais (2001, p. 123).

Ao acompanhar a vida associativa nas periferias da cidade de São Paulo, foi possível vivenciar, junto a meus interlocutores de trabalho, a condição de visibilidade de alguns grupos e suas práticas políticas. De outro lado, pode-se perceber certa latência de algumas manifestações e grupos de militantes que apontavam novas percepções do campo político.

A emergência de novos atores coletivos, vinculados aos distintos espectros do universo da política, tem lançado desafios à análise social, extrapolando o tempo de realização do trabalho de pesquisa no qual se baseia este artigo. Essas novas configurações do universo da política reclamam novos investimentos analíticos que possam contribuir para os desafios colocados à compreensão da ação coletiva no presente.

Recebido para publicação em 18 de agosto de 2016
Aceito em 02 de agosto de 2018

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- _____. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- ATTIAS-DONFUT, C. Les double circuit des transmissions. In: _____ (Org.) *Les solidarités entre générations*. Paris: Nathan, 1995. p. 41-81.
- _____. Solidarités et entraides entre générations. In: SINGLY, F. de et al. (Dir.) *La famille en questions: état de la recherche*. Paris: Syros, 1996. p. 167-178.
- BEATRIZ, M. Z. *Economia solidária: caminhos da autonomia coletiva*. Curitiba: Juruá, 2012.
- BECK, U. *Hijos de la libertad*. Buenos Aires: FCE, 1999.
- BECKER, H. S. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1997.
- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed: UFMG, 2005.
- BIN, M. A. *As redes de escritura nas periferias de São Paulo: a palavra como manifestação de cidadania*. 2009. 199 p. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- COMERFORD, J. Reuniões Camponesas, sociabilidade e lutas simbólicas. In: PEIRANO, M. (Org.) *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2001.
- DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- FELTRAN, G. de S. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. 2008. 336 p. Campinas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - UNICAMP.
- GOHN, M. G. M. *A força da periferia: a luta de mulheres por creche em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GOLDMAN, M. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- HALL, S. Quem precisa de identidade. In: SILVA, T. T. da. *Identidade e diferença perspectiva dos estudos culturais*. São Paulo: Vozes, 2005.
- _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006a.
- _____. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006b.
- HOLSTON, J. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- KUSCHNIR, K. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- _____. *Antropologia da política*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, 2002. DOI: 10.1590/0102-69092002000200002
- MARCUS, G. Ethnography in/of the word system: the emergence of multi sited ethnography. *Annual Review of anthropology*, Palo Alto, California, v. 24, p. 95-117, 1995.
- MEAD, M. *Cultura y compromiso*. Estudio sobre la ruptura generacional. [1970]. Barcelona: Gedisa, 1997.
- MELUCCI, A. *A Invenção do presente*. São Paulo: Editora Vozes, 2001.
- MOISÉS, J. A. *Classe populares e protesto urbano*. 1978. Tese (Doutorado) - FFLCH USP.
- MORENO, G. G. *Jovens e experiência social na educação de jovens e adultos*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo.
- _____. *“Tudo que a gente faz na quebrada é política” vida associativa nas bordas da cidade*. 2014. 230 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo.
- NASCIMENTO, E. P. *“E tudo nosso”! Produção cultural na periferia paulistana*. 2011. 225 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo.
- PALMEIRA, M. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, M. (Org.) *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2001.
- PEREIRA, A. B. *De rolê pela cidade: os pixadores em São Paulo*. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo.
- RANCIÈRE, J. *Aux bords du politique*. Paris: Gallimard, 1998.
- SINGER, P. I. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.
- TELLES, V. da S.; CABANES, R. *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- TOMIZAKI, K. *Ser metalúrgico no ABC: rupturas e continuidades nas relações intergeracionais da classe trabalhadora*. Campinas: CMU publicações, 2007.
- _____. *Da militância ao estudo do militantismo: a trajetória de um politólogo*. Entrevista com Bernard Pudal. *Pro-Posições*, São Paulo, v.20, n. 2, p. 129-138, 2009.
- TOURAINÉ, A. *Podemos viver juntos?* São Paulo: Editora Vozes, 1999.
- WHYTE, W. F. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- WILSON, J. F. O. Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, jan./jun. 2010. Disponível em <http://rbcp.unb.br/artigos/rbcp-n3-36.pdf>. Acesso em: 05.04. 2014.

YOUTH AND ASSOCIATIVE LIFE FROM THE PERIPHERIES OF SÃO PAULO

Gilberto Geribola Moreno

The present article focuses on the processes of political experience of young militants from the outskirts of the city of São Paulo, Brazil. It attempts to understand associative life as a process of individualization of political actors. This study is grounded in the assumption that these actors have the opportunity to make use of past and present elements as they build up their own political repertoire. Although this article holds discussions with other works which approach militancy emphasizing the processes of political socialization, its analysis is centered around analytical subjectivity. The reflections presented here have been based on a multi-sited ethnographic research conducted in residents' Associations over the three years material. It has been allowed to say by its analysis that young militants select, appropriate or reject some political elements of the past from their own social experiences in the political field. Thus, without rebutting or submit entirely to the legacies of past, young militants recreate their own politics and relationships in this new social settings.

KEY WORDS: Youth. Politics. Generational relations. Subjectivity.

JEUNESSE ET VIE ASSOCIATIVE DANS LES BANLIEUES DE SÃO PAULO

Gilberto Geribola Moreno

Cet article présente une réflexion sur l'expérience politique de jeunes militants de la banlieue de São Paulo. Cette démarche s'inscrit dans l'effort de comprendre la vie associative faisant partie d'un processus de singularisation des acteurs politiques. Cela part du principe que ces acteurs ont la possibilité d'organiser des éléments du passé et du présent afin de créer un répertoire politique. L'article est en dialogue avec les travaux qui étudient le militantisme en mettant l'accent sur les processus de socialisation politique, bien qu'il opère à partir de l'instrument analytique de la subjectivation politique. La réflexion présentée ici s'appuie sur le matériel d'une recherche ethnographique multi-située réalisée pendant trois ans au sein d'associations de quartier de la banlieue de São Paulo. L'analyse de cette étude permet d'affirmer que les jeunes militants sélectionnent, s'approprient ou rejettent certains éléments politiques du passé diffusés sur le territoire, à partir de leur propre expérience sociale dans l'univers politique. Sans réfuter ni se soumettre entièrement aux legs du passé, les jeunes militants recréent différentes relations politiques et de nouvelles configurations sociales.

MOTS-CLÉS: Jeunesse. Politique. Relations générationnelles. Subjectivation.

INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO: o que se pode esperar da Ponte Salvador-Itaparica? Bahia-Brasil

*Francisco Lima Cruz Teixeira**
*Sílvia Vanderlei Araújo Sousa***

Este artigo objetiva analisar o projeto do Sistema Viário do Oeste (SVO), no qual consta a construção da Ponte Salvador-Itaparica, à luz das discussões sobre a relação entre infraestrutura e crescimento econômico, assim como daquelas que ampliam o foco para incluir questões pertinentes ao desenvolvimento socioambiental. Essa revisão foi utilizada para apreciar o projeto e para analisar as pré-condições econômicas e sociais presentes em quatro Territórios de Identidade que sofrerão mais diretamente seus impactos. A análise dos dados e das informações não permite postular que o projeto do Sistema Viário do Oeste – com a sua ponte – poderá contribuir, de forma significativa, para mitigar o quadro de profunda desigualdade e promover o desenvolvimento endógeno e sustentável dos territórios. A abordagem utilizada nessa análise, ao rejeitar a visão econômica tradicional, amplia a discussão sobre as relações entre investimentos em infraestrutura e desenvolvimento regional, utilizando as evidências deste estudo de caso.

PALAVRAS-CHAVE: Infraestrutura. Desenvolvimento. Territórios de Identidade. Aglomerações Produtivas. Políticas Regionais.

INTRODUÇÃO

A partir de 2010, o Governo do Estado da Bahia passou a contratar a elaboração de projeto para a construção de uma ponte entre Salvador e a Ilha de Itaparica, atravessando diretamente a Baía de Todos os Santos, com extensão de 12 quilômetros. Essa ponte constitui a parte mais importante do Sistema Viário do Oeste (SVO), pois abre uma nova entrada para a grande península onde se localiza a Região Metropolitana de Salvador (RMS), integrando-a com a BR 242, principal via de acesso ao oeste do estado e do país. Além de melhorar a infraestrutura de transporte, pretende-se que a construção dessa ponte seja parte de um plano de desenvolvimento socioeconômico da Bahia, contribuindo para alavancar o crescimento do Estado por vários anos, por meio de investimentos nos Territórios de Identidade

do Recôncavo, principalmente em sua região sul, e do Baixo Sul. Pretende-se também que o projeto promova o desenvolvimento urbano pela ocupação planejada da Ilha de Itaparica, reduzindo a demanda por espaços habitacionais na região nordeste da RMS. Para isso, são mencionados diversos investimentos complementares em projetos de infraestrutura urbana na Ilha. O projeto da ponte Salvador-Itaparica é discutido desde a década de 1960. A atual iniciativa do governo da Bahia representa um passo adiante na realização dessa ideia.¹

A relação entre investimentos em infraestrutura e crescimento foi, historicamente, pouco explorada pelos estudos econômicos ortodoxos. Essa lacuna começou a ser preenchida a partir do final da década de 1980, com a publicação do trabalho de Aschauer (1989). A partir desse artigo, vários trabalhos foram publicados para estimar a contribuição do “capital público” ao crescimento, geralmente utilizando funções de produção do tipo Cobb-Douglas. Nesses estudos, são calculadas regressões nas quais a variável dependente é o

* Universidade Federal da Bahia (UFBA). Escola de Administração. Núcleo de Pós-Graduação em Administração. Av. Reitor Miguel Calmon, s/n, Vale do Canela. Cep: 40110-903. Salvador – Bahia – Brasil. teixeira@ufba.br

** Universidade Federal da Bahia (UFBA). Escola de Administração. Núcleo de Pós-Graduação em Administração. Av. Reitor Miguel Calmon, s/n, Vale do Canela. Cep: 40110-903. Salvador – Bahia – Brasil. suader@gmail.com

¹ Informações do site (<http://www.pontesalvadorilhadeitaparica.ba.gov.br/>), acesso em 15/06/2016, 10h.

volume de produção em uma dada região e as variáveis independentes são capital privado, capital público e trabalho, utilizando-se uma constante para o nível tecnológico. Ao revisar esses trabalhos, Munnell (1992) conclui que, mesmo considerando a necessidade de aprimorar as quantificações, há sólidas evidências de que investimentos em infraestrutura pública provocam significativos retornos em termos de crescimento econômico.

Usando outra abordagem, a Teoria do Desenvolvimento já atribuía um papel crucial à infraestrutura no combate às desigualdades regionais. Tanto Myrdal (1957) como Perroux (1950), por exemplo, consideravam a infraestrutura como um fator de atração de investimentos para uma região, dado que os investimentos privados e públicos possuem natureza complementar. Segundo esses autores, os benefícios da dotação de infraestrutura podem se opor à tendência de perpetuação das disparidades regionais, caso atuem apenas as livres forças de mercado. Para Hirschman (1958), além de atrair investimentos privados, a provisão de infraestrutura é indispensável para a geração de um nível mínimo de urbanização necessária ao desenvolvimento econômico.

Os trabalhos mais recentes sobre o tema defendem que os efeitos positivos dos investimentos em infraestrutura se dão pelo aumento da competitividade dos empreendimentos da região receptora, devido à redução dos custos de produção e distribuição, e pela atração de novas empresas, estimulando o crescimento econômico. Entretanto, os estudos revisados por Munnell (1992) que partem desse pressuposto revelam que os impactos sobre o crescimento decrescem à medida que o foco da quantificação se estreita do nível nacional para o regional. A magnitude do impacto pode variar também em função da natureza do projeto e das especificidades da região receptora. Ou seja, não seria possível derivar relações fixas entre investimentos em infraestrutura e seus efeitos no crescimento econômico. Nessa linha, as evidências advindas de um conjunto

de projetos da China, avaliados por Ansar et al. (2016), surpreendem pelos parcos resultados por eles alcançados, a despeito das expectativas quanto à sua importância para o crescimento econômico daquele país. Por outro lado, as avaliações de projetos de infraestrutura levam cada vez mais em consideração seus impactos na qualidade de vida da população atingida, além da sustentabilidade ambiental, e não apenas no crescimento econômico, o que implica uma abordagem mais ampla do tema.

Este artigo tem por objetivo analisar os possíveis efeitos da construção do Sistema Viário do Oeste (SVO) e da sua Ponte Salvador-Itaparica nos territórios que sofrerão seus impactos. Para tanto, inicialmente é feita uma breve revisão da literatura sobre a relação entre infraestrutura e desenvolvimento. Em seguida, o projeto do SVO é descrito e analisado, sendo contraposto às visões mais recentes sobre os impactos de projetos de infraestrutura nos territórios que os abrigam. As pré-condições atualmente existentes nesses territórios para potencializar os investimentos são também analisadas, tomando-se variáveis e indicadores econômicos e sociais. Por último, são apresentadas as conclusões do trabalho, com um resumo das críticas feitas ao projeto, principalmente do ponto de vista do desenvolvimento regional, com base em um tipo de análise que parece ser pertinente para avaliar outros investimentos dessa natureza.

INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A partir do trabalho pioneiro de Aschauer (1989), vários estudos foram realizados com o objetivo de calcular o impacto dos investimentos públicos em infraestrutura no crescimento econômico. Nos trabalhos revisados por Munnell (1992), os autores partem da abordagem tradicional, que utiliza a função de produção do tipo Cobb-Douglas para estimar a contribuição do capital público, nesse caso,

separado do capital privado na equação, para inferir o aumento da produtividade e da produção. Os efeitos positivos da infraestrutura sobre o crescimento seriam provenientes do próprio investimento com a sua demanda, da atração que ela exerce sobre novos investimentos e do crescimento da produtividade resultante da melhoria das condições de produção na região beneficiada. Além disso, melhorias infraestruturais resultariam em externalidades positivas para todos os agentes. Primeiro, devido ao fato de que a maioria de seus componentes, a exemplo de estradas e pontes, são bens públicos. Ou seja, seu uso por um agente não exclui os outros agentes de seus benefícios. Segundo, investimentos em infraestrutura, a exemplo de sistemas de tratamento de esgotos, podem reduzir externalidades negativas, nesse caso a poluição de mananciais. Terceiro, devido à economia de escalas, os altos custos desses investimentos são distribuídos por um grande número de usuários, reduzindo o seu custo unitário à medida que novos agentes se beneficiam. Por último, os autores consideram que a infraestrutura pública provê as pré-condições básicas para a atividade econômica, constituindo-se em um fator locacional de primeira importância (Eberts, 1990).

Embora Munnell (1992) conclua que os estudos por ela revisados apresentam sólidas evidências com base nas quais é possível afirmar que existe uma correlação positiva entre infraestrutura pública e crescimento, quando os números são agregados em âmbito nacional (EUA), alguns questionamentos sobre esses resultados foram levantados por parte de economistas que utilizam o mesmo referencial. A primeira crítica concentrou-se na metodologia utilizada para estimar o impacto do investimento público no crescimento, uma vez que as séries históricas utilizadas, tanto para o investimento público como para o produto, apresentam as mesmas tendências, levando a correlações que poderiam ser consideradas espúrias. Segundo, as estimativas numéricas do impacto da infraestrutura no crescimento apresentadas

pelos diversos trabalhos, são muito diferentes, gerando suspeitas sobre os resultados. Terceiro, para os críticos, a relação de causalidade pode se dar em outra direção: do crescimento para o investimento público e não vice-versa. Segundo Munnell (1992), os críticos estavam preocupados em questionar a pertinência dos argumentos que continuamente advogam o aumento dos investimentos públicos para a sustentação do crescimento, os quais podem estar contaminados por interesses particulares.

Uma crítica mais recente à visão tradicional sobre a relação entre infraestrutura e desenvolvimento se origina da análise do caso da China, país admirado por suas altas taxas de crescimento econômico, o que teria relação, entre outras variáveis, com os altos investimentos em infraestrutura. Ansar et al. (2016), baseados em resultados da análise de 95 projetos de infraestrutura de transportes (rodovias e ferrovias) construídos entre 1984 e 2008 na China, em comparação com os efeitos de um conjunto de 806 projetos de transporte construídos em países democráticos ricos, chegam a conclusões opostas e surpreendentes, que desafiam a visão tradicional. As evidências apresentadas pelos autores mostram que os poucos resultados dos projetos analisados levam a riscos macroeconômicos substanciais, traduzidos em acúmulo de dívidas impagáveis, distorção na expansão monetária e perda de oportunidades de investimentos alternativos. Eles chegam a levantar a hipótese, na contramão da maioria dos estudos ortodoxos, de que o superinvestimento em infraestrutura contribui para o baixo desempenho e a instabilidade da economia. O crescimento chinês poderia ser ainda maior caso não houvesse perdas econômicas decorrentes do excessivo número de grandes projetos inviáveis financeiramente que foram iniciados naquele período.

No Brasil, a relação entre infraestrutura e crescimento foi pesquisada por Ferreira (1996), em um momento em que os investimentos públicos apresentavam uma tendência declinante (1976-1993). A partir dos resulta-

dos quantitativos, em estudo que utiliza a mesma metodologia dos autores norte-americanos (função de produção Cobb-Douglas), o autor conclui que, no Brasil, observa-se uma forte relação entre infraestrutura e produto, no longo prazo. Para Ferreira, a queda nos investimentos públicos durante o período analisado levou a significativa redução do crescimento e se constituía em um forte obstáculo à sua retomada.

Por outro lado, Benitez (1999) procurou estimar a participação e o impacto das infraestruturas no desenvolvimento regional, a partir da relação entre o produto e a produtividade e as diferentes dotações a elas destinadas em cada região do país. Os resultados calculados por Benitez revelam uma alta elasticidade entre a dotação e a produtividade regional. Além disso, o autor propõe que uma melhor dotação aumenta a produtividade e, conseqüentemente, a competitividade dos investimentos privados. Assim, uma região bem dotada nesse âmbito possui vantagens locacionais em relação a outra sem a mesma dotação, aumentando suas possibilidades de desenvolvimento. Segundo o autor, diferenças na dotação de infraestrutura influem significativamente nas disparidades regionais observadas no país.

Em trabalho mais recente, Domingues, Viana e Oliveira (2007) analisam o possível impacto de um conjunto de projetos incluídos no PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal para o Nordeste: saneamento, habitação, recursos hídricos, rodovias e energia elétrica. Partindo do pressuposto de que a dotação de infraestrutura seja uma variável importante para explicar as disparidades regionais no país, os autores, utilizando um modelo de equilíbrio geral computável e inter-regional, chegam à conclusão de que tais projetos apresentam um claro potencial em termos de aumento da produção e, por essa via, redução das desigualdades regionais. Essas estimativas de redução foram feitas considerando que nenhum investimento desse tipo ocorreria no resto do país. Deve-se levar em conta, no entanto, que os investimentos nas outras regiões mais

ricas continuariam ocorrendo, o que significa que os efeitos competitivos e os complementares também estarão sendo ampliados nessas regiões, impedindo a redução das desigualdades.

Mas, afinal, qual o poder de atração que a infraestrutura exerce sobre os investimentos privados necessários para promover o desenvolvimento regional? A visão neoclássica tradicional se baseia na noção da perfeita mobilidade de fatores entre regiões. Por ela, o investimento tende a se direcionar para as regiões que oferecem o menor custo de produção, inclusive, custos de transporte. A oferta em uma dada região seria continuamente ajustada pelo comércio com as outras, de forma a manter os custos inter-regionais em permanente equilíbrio. De acordo com essa visão, em um espaço nacional integrado, caso não haja barreiras ao livre curso das forças de mercado, ocorrem fortes pressões para que se estabeleça, ao longo do tempo, uma convergência da renda *per capita* nos diferentes territórios. As disparidades regionais seriam reduzidas pelo mercado, com o nivelamento de preços, salários e investimentos de capital nos diversos espaços.²

Essa visão é criticada por outros autores da economia regional. Por um lado, Perroux (1950) e Myrdal (1957) consideram que não há evidências de que o processo de convergência possa ocorrer de forma natural, mesmo no longo prazo. Para esses autores, caso as forças de mercado sejam livres, haverá uma tendência à divergência, e não à convergência de renda entre regiões, devido aos efeitos de economias de escala e de aglomeração, que tendem a concentrar capital, produção e emprego em regiões inicialmente mais desenvolvidas, levando à perpetuação do desenvolvimento desequilibrado pela atuação do processo circular e cumulativo de crescimento. A provisão de infraestrutura diferenciada seria uma das formas de serem combatidos os desequilíbrios regionais.

Por outro lado, outros autores criticam a visão neoclássica, considerando-a bastante simplista quanto à percepção da natureza do

² Ver, por exemplo, Williamson (1965).

processo de decisão sobre investimentos. Nessa linha, eles chamam a atenção para a necessária relação de complementaridade entre investimento público e privado. Tal relação seria de suma importância para se entender o processo de desenvolvimento regional e para a prescrição de políticas de desenvolvimento. Eles sustentam que as decisões de investimento em uma região são tomadas com base na durabilidade do capital, na natureza sequencial e interdependente das decisões de investimentos em capacidade produtiva, na importância das indivisibilidades dos investimentos regionais e nas disputas pelo fluxo de capitais entre as diversas regiões. Assim, de acordo com essa visão, não é possível postular a perfeita mobilidade dos fatores. O problema, ao se abraçar essa abordagem, porém, é que pouco se sabe sobre o efeito gerador de investimentos privados decorrentes dos vários tipos de infraestrutura. Mais importante, para o caso em tela neste artigo, é que se sabe muito pouco sobre os efeitos das condições pré-existentes em uma dada região e sobre as possibilidades de a infraestrutura atrair novos investimentos (Eberts, 1990). Em outras palavras, não são realizadas análises sobre os efeitos da expansão da infraestrutura nas expectativas dos agentes em relação às potencialidades de determinado território (Martin; Sunley, 1998).

De fato, no painel de trabalhos revisados por Munnell (1992), os resultados das estimativas do impacto dos investimentos em infraestrutura no crescimento econômico diminuem quando a unidade de observação se move do âmbito nacional para os âmbitos estadual e local. Conforme Munnell,³ no contexto nacional, a elasticidade do investimento em relação ao produto – que indica quanto 1% de aumento no investimento provoca de crescimento na economia, – atinge, no máximo, 0,39% e, no mínimo, 0,34%. No nível estadual, a elasticidade pode atingir, no máximo, 0,20% e, no mínimo, 0,15%. Já no âmbito das áreas metropolitanas, o máximo é de 0,08% e o mínimo apenas 0,03%. Ou seja, à medida que o foco geográfico se es-

³ Ver dados da Tabela 2.

treita, o impacto da infraestrutura sobre o crescimento se reduz. A explicação mais direta para esse fenômeno é que os efeitos positivos dos investimentos vazam para áreas mais amplas, reduzindo seus impactos quando o foco é direcionado para espaços territoriais mais reduzidos.

Segundo Eberts (1990), as evidências parecem indicar que, em síntese, o efeito da infraestrutura pública no desenvolvimento regional depende do tipo de investimento e das pré-condições existentes na região. De uma forma geral, nota-se que alguns tipos de infraestrutura geram efeitos significativos, outros não. Pode-se também lembrar os argumentos de Hansen (1965) e Hirschman (1958): para áreas pouco desenvolvidas, criar um tamanho mínimo de urbanização, indispensável para a promoção do desenvolvimento, seria a principal contribuição dos investimentos subsidiados em infraestrutura. No entanto, para essas regiões, o mero provimento de infraestrutura pode não ser suficiente, requerendo outros tipos de investimentos, a exemplo da qualificação da força de trabalho e da urbanização. Nesse tipo de abordagem, para que se possam promover mudanças significativas, investimentos em infraestrutura devem fazer parte de uma clara estratégia de desenvolvimento regional que considere, além do crescimento econômico, a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida dos habitantes da região. Para tanto, a estratégia deve considerar a diversidade econômica, social, política e institucional prevalecente em cada território. Ademais, há de se considerar a natureza do projeto de investimento em infraestrutura em sua capacidade de gerar retornos e externalidades positivas (Barca; Mccann; Rodríguez-Pose, 2012).

Essa breve revisão da literatura indica dois pontos que devem ser analisados ao se tentar estimar os efeitos de um projeto de infraestrutura em uma região, além do crescimento econômico. Primeiro, a natureza e a qualidade do projeto, bem como, a sua inserção em um plano de desenvolvimento regional integrado. Segundo, as condições socioeconômicas

micas pré-existentes na região, tendo em vista identificar os fatores que podem potencializar os benefícios do próprio projeto. Esses dois pontos serão analisados nos próximos itens.

O PROJETO DA PONTE SALVADOR-ITAPARICA

Quando da fundação de Salvador, em 1549, a decisão de localizar a cidade próxima à entrada da Baía de Todos os Santos (BTS), pela barra Nordeste, levou em conta razões estratégicas e econômicas. Do ponto de vista estratégico, o sítio escolhido oferecia um porto seguro e protegido de ataques inimigos à capital da colônia, ainda a ser desbravada. Do ponto de vista econômico, o entorno da baía, desde então chamado Recôncavo, continha solo fértil abundante para a cultura da cana-de-açúcar (massapê), principal produto de exportação do país durante todo o período colonial (Simonsen, 2005). Além disso, a produção de açúcar poderia ser escoada por via aquática, utilizando-se as próprias águas abrigadas da grande baía e dos rios que nela desaguam, até o grande porto da capital. Ainda na década de 1950, a via aquática era o principal meio de comunicação de Salvador com o seu Recôncavo e daí até o sertão, tanto para o transporte de carga, como de passageiros. A partir da segunda metade do Século XIX, foram construídas três ferrovias que interligavam a capital ao interior do estado, sendo que uma delas, a Estrada de Ferro de Nazaré, tinha como ponto final o porto de São Roque, perto da foz do rio Paraguaçu, por onde se conectava, por via marítima, a Salvador.⁴

Essa situação começou a mudar com o início do processo de industrialização da Bahia, que foi ancorado na capital do Estado e no seu entorno, na área hoje denominada Região Metropolitana de Salvador (RMS). A partir da década de 1950, com a construção da

Refinaria Landulpho Alves, em Mataripe, no município de São Francisco do Conde, antigo celeiro de engenhos de açúcar, a via rodoviária foi se expandido até se tornar o principal meio de transporte do Recôncavo e de todo o estado, em processo semelhante ao que ocorreu no país. As vias aquáticas do Recôncavo decaíram velozmente, juntamente com a produção de açúcar, sendo hoje, com exceção do Sistema Ferry Boat, que liga Salvador à Ilha de Itaparica, utilizadas quase exclusivamente para fins recreativos. A movimentação de cargas e passageiros para o interior do estado e outras regiões do país passou a ser feita, em sua quase totalidade, por via rodoviária. Ao mesmo tempo, além da expansão do Porto de Salvador, outros terminais marítimos foram criados no interior da Baía de Todos os Santos (BTS), com o principal objetivo de servir ao comércio exterior.

Como Salvador está localizada na ponta de uma península formada pelas águas da BTS e as oceânicas, a via rodoviária exige que se faça o contorno de boa parte da baía para se atingir o rumo norte, sul ou oeste. Isso significa que a BR 324, no trecho entre Salvador e Feira de Santana, com 100 km de extensão, é a única via de ligação da RMS, por meio terrestre, com a maioria das outras regiões. Esse trecho rodoviário, além de alongar as distâncias, encontra-se hoje congestionado, e tende a piorar, considerando o poder de atração que exerce sobre atividades produtivas e de povoamento.

Por outro lado, a expansão urbana de Salvador, a partir dos anos 1970, acompanhou sua costa Nordeste, em direção à orla marítima da cidade. Essa expansão invadiu áreas de outros municípios (Lauro de Freitas, Camaçari), fugindo do centro histórico densamente ocupado e, ao mesmo tempo, se aproximando do Polo Industrial de Camaçari, principal distrito industrial do Estado. Essa situação criou um enorme fluxo de trânsito nessa direção que, até hoje, só é atendido pelo transporte sobre rodas, provocando uma saturação das vias, que são constantemente alargadas sem que os engarrafamentos diários desapareçam.

⁴ O livro *Baía de Todos os Santos: aspectos humanos*, organizado por Soares, Tavares e Pereira (2011) traça um belo e profundo retrato da história e das condições atuais da BTS.

Nesse contexto, ressurge, em 2010, a ideia de se construir uma ponte entre Salvador e a Ilha de Itaparica, abrindo um novo corredor de trânsito em direção ao oeste e ao sul e, ao mesmo tempo, proporcionando a ocupação urbana de forma mais densa da Ilha. A ponte já havia sido proposta em 1967, por ocasião da elaboração do Plano Diretor do Centro Industrial de Aratu (CIA), localizado às margens da BTS, na direção norte em relação à cidade de Salvador. A proposta do Plano Diretor, coordenado pelo arquiteto Sergio Bernardes, integrava a ponte a um anel viário do Recôncavo, ideia que também foi abarcada pelo presente projeto, embora sem, até agora, muitos detalhes. A Figura 1 situa o projeto da ponte no território em tela.

Figura 1– Situação da Ponte Salvador–Itaparica na BTS



Fonte: Google Maps e INEMA (2018).

O atual projeto da Ponte Salvador-Itaparica, como parte do Sistema Viário do Oeste (SVO),⁵ tem por propósito, de acordo com as informações oficiais, além de ligar a capital à

⁵Informações detalhadas sobre o projeto podem ser encontradas em PONTE DO DESENVOLVIMENTO <<http://www.pontesalvadorilhadeitaparica.ba.gov.br/>>, site que foi usado como principal fonte de informações deste item.

Ilha de Itaparica, promover a integração entre regiões do estado. São três os principais objetivos: eficiência logística, desenvolvimento urbano e desenvolvimento socioeconômico. Em relação à logística, o foco é a eliminação do gargalo da BR 324. Para tanto, além da ponte, prevê-se a realização de investimentos adicionais na infraestrutura viária da região:

- Construção dos acessos viários na Ilha de Itaparica e na cidade de Salvador.
- Redefinição do traçado da BA-001 na Ilha de Itaparica.
- Duplicação da Ponte do Funil, entre a Ilha de Itaparica e o continente, na sua contra costa.
- Requalificação da BA-001 e BA-046 até Santo Antônio de Jesus.
- Construção de trecho de rodovia (aproximadamente 58 km) entre Santo Antônio de Jesus e Castro Alves.

- Requalificação da ligação viária entre Castro Alves e a BR-116.
- Novas avenidas em Salvador.

No que se refere ao desenvolvimento urbano, o propósito é abrir uma nova área de expansão para Salvador, em direção à Ilha de Itaparica, que, hoje, tem uma baixa taxa de ocupação: cerca de 60 mil moradores para 146 quilômetros quadrados. Para que esse cresci-

mento urbano seja ordenado, o projeto prevê algumas providências:

- Revisão dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Itaparica e Vera Cruz.
- Criação de planos urbanísticos municipais e intermunicipais.
- Elaboração do plano de saneamento.
- Análise dos impactos urbanos e de vizinhança.
- Investimentos em infraestrutura básica para a região.

Quanto ao desenvolvimento socioeconômico, de acordo com o projeto, a Ponte e o Sistema Viário do Oeste proporcionarão, por meio da atração de investimentos, o desenvolvimento dos territórios do Baixo Sul e do Recôncavo Sul, que possuem indicadores sociais e econômicos bastante inferiores aos da RMS e do Recôncavo Norte, territórios que absorveram os investimentos decorrentes do processo de industrialização do Estado.

A construção da ponte foi orçada em R\$ 7 bilhões, sem incluir os investimentos complementares. Em 11 de junho de 2016, o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), do governo estadual, emitiu a licença prévia ambiental para a construção do Sistema Viário Oeste (SVO), incluindo a Ponte Salvador-Itaparica.⁶ Porém a crise econômica que se instalou desde 2014 não permitiu que fossem encontradas fontes de financiamento para o projeto. Frente a essa realidade, o governo da Bahia tem procurado atrair investidores chineses, considerando que a modelagem econômico-financeira prevê o regime de concessão e a construção por meio de Parceria Público Privada (PPP).

Algumas críticas podem ser feitas, mesmo de forma preliminar, ao projeto da Ponte Salvador-Itaparica. Em relação à eficiência logística, observa-se que o SVO e sua Ponte são voltados para o transporte sobre rodas, dando continuidade ao processo que privilegia o

modal rodoviário. Estão previstas duas pistas para transporte coletivo, que poderá ser para Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) ou *Bus Rapid Transit* (BRT). Essa modalidade, porém, só seria implantada após a Ponte ser concluída, em outro projeto de investimento que, pelo que vem sendo divulgado, não é prioridade. Dadas essas características, o SVO tende a agravar os problemas de trânsito hoje enfrentados por Salvador, uma vez que a junção da Ponte com a cidade possivelmente se constituirá em novo gargalo, dado o grande fluxo de veículos que atrairá. Deve-se considerar que a Ponte em análise atenderá a uma demanda espalhada por toda a RMS, que hoje utiliza vias que não adentram a capital. Nesse cenário, a qualidade de vida dos habitantes de Salvador seria negativamente afetada pelo aumento das horas perdidas em engarrafamentos.

Ainda em relação à logística, o projeto descartou a alternativa de se construir uma nova saída para Salvador por meio de uma via de contorno da BTS. Essa alternativa, além de ser mais barata e menos impactante na paisagem da baía, ofereceria nova possibilidade para que empreendimentos já existentes nesse contorno pudessem escoar sua produção, reduzindo custos de transporte e logística. Nesse contorno estão situados o Centro Industrial de Aratu (CIA), o Terminal de Madre de Deus (petróleo e derivados), empresas de fertilizantes em torno de Candeias, a Refinaria de Mataripe, empresas industriais em Santo Amaro, o estaleiro em Maragogipe, entre outros. Essa alternativa poderia contemplar também uma via férrea para passageiros e carga, conectando-se com a Ferrovia Centro Atlântica. Com isso, o projeto poderia ser mais facilmente justificável do ponto de vista econômico, uma vez que não estaria destinado, primordialmente, a facilitar a ocupação urbana da Ilha de Itaparica, e sim a aumentar a competitividade de atividades já existentes e, por essa via, atrair novos investimentos. Além disso, não estaria privilegiando apenas o modal rodoviário.⁷

⁷ O arquiteto e professor Paulo Ormindo de Azevedo tem

⁶ A Licença Prévia ambiental autoriza a progressão do empreendimento, mas estabelece uma série de condicionantes que devem ser cumpridas para a obtenção da licença de implantação da obra.

Não está bem claro se a Ilha de Itaparica poderá representar um novo vetor de crescimento qualificado para Salvador, desde quando não está identificada a possível demanda por habitações que resultaria da construção da Ponte. A Ilha, historicamente, se constituiu em local de veraneio para habitantes de Salvador. Na década de 1970, com a criação do sistema *Ferry Boat* e a construção da Ponte do Funil na sua contracosta, ela foi gradualmente submetida a um processo de degradação urbana, pelo fato de não oferecer a infraestrutura básica para o aumento da sua população fixa, veranistas e visitantes. Com isso, sua vocação para o turismo qualificado se perdeu, restando áreas faveladas e sérios problemas urbanos e sociais (educação, saúde, segurança).

Ademais, não está definido como os terrenos vazios mais valorizados serão ocupados. Foi divulgado que esses terrenos seriam desapropriados e entrariam na composição financeira do projeto, ajudando a financiá-lo. Até agora, no entanto, além da elaboração de um Plano Urbano Intermunicipal,⁸ nada foi feito para iniciar um processo de requalificação da Ilha, que pode se tornar em um mero local de passagem de intenso fluxo rodoviário, como muitos outros no país. Caso nossa tradição seja mantida e a Ponte seja construída, os investimentos em infraestrutura urbana e social serão muitas vezes adiados, acelerando-se o processo de degradação da qualidade de vida em um local que poderia se tornar um santuário ecológico bem próximo a Salvador, servido por transporte aquático, com condições de retomar sua vocação para o turismo qualificado.⁹

se destacado como um grande crítico do projeto da Ponte e, ao mesmo tempo, defensor da alternativa do contorno. Seus artigos divulgados na imprensa local podem ser acessados em <<http://ruadegentecoletaneaormindo.blogspot.com.br/2013/05/ponte-versus-industria-nautica-e-turismo.html>>.

⁸ O Plano Urbano Intermunicipal (PUI) da Ilha de Itaparica pode ser acessado em <http://www.pontesalvadorilhadeitaparica.ba.gov.br/estudos/plano-urbano-intermunicipal-pui/>

⁹ Um paralelo poderia ser feito com o Polo Petroquímico de Camaçari. O projeto original, que foi instalado na década de 1970, previa a criação de infraestrutura urbana e social para fixar os trabalhadores próximos do seu local de trabalho. As indústrias começaram a funcionar sem essa

Essas críticas ao projeto da Ponte Salvador-Itaparica encontram respaldo no trabalho de Flyvbjerg (2009). De acordo com esse autor, em grandes projetos de infraestrutura, as análises de custos e benefícios normalmente subestimam os custos e superestimam os benefícios, levando a ruinosas questões financeiras para os investidores. O autor também chama atenção para o fenômeno do apego dos agentes decisores a uma determinada solução (*lock in*), deixando de lado a análise de alternativas que podem ser mais promissoras. Nas análises de custos e benefícios tradicionais, os impactos socioambientais geralmente tendem a ser minimizados, gerando problemas que podem levar a sérios conflitos sociais.

Por último, o objetivo de desenvolvimento socioeconômico concentra-se na melhoria dos indicadores dos territórios do Baixo Sul e do Recôncavo Sul, por meio da atração de investimentos que o SVO proporcionará. Não se observa, no entanto, uma visão mais ampla dessa questão, que leve em consideração a dimensão socioambiental, nem se explicita de que forma a infraestrutura de transporte se relaciona com um plano de desenvolvimento regional integrado. Uma concepção em tais bases pode contribuir para o processo de concentração econômica na RMS, uma vez que as vias a serem construídas podem atrair mais investimentos para a Grande Salvador e não para os territórios que não possuem infraestrutura econômica e social. Como foi visto no item anterior, a mera existência de transportes pode não ser suficiente para atrair investimentos, caso não sejam criadas outras formas de gerar externalidades positivas. Ou seja, ao invés de se tornar um vetor de descentralização e distribuição, o SVO pode militar a favor da concentração, que já é bastante elevada no Estado (Teixeira; Guerra; Sousa, 2011), encetando o processo circular e cumulativo de crescimento do qual falava Myrdal (1957).

infraestrutura. O resultado é que a área ente Salvador e o Polo se tornou um problema urbano que até hoje não foi equacionado, fazendo de Salvador uma cidade-dormitório, com a demanda por infraestrutura aumentada sem o correspondente aumento de impostos.

No próximo item, serão analisadas as pré-condições socioeconômicas existentes nos territórios do Recôncavo Baiano, Baixo Sul, Vale do Jiquiriçá e Região Metropolitana de Salvador, que são aqueles a serem potencialmente impactados pelo SVO e sua ponte.

AS PRÉ-CONDIÇÕES NOS TERRITÓRIOS

Pela Figura 2, pode-se perceber que os possíveis impactos do SVO vão além dos territórios do Recôncavo e do Baixo Sul e, por essa razão, serão aqui prospectados, além desses dois, os territórios do Vale do Jiquiriçá e da Região Metropolitana de Salvador. Serão utilizados dados sobre população, PIB e PIB *per capita*, emprego e indicadores de desempenho econômico e social. O Quadro 1, a seguir, relaciona os municípios que formam cada um dos quatro territórios.

Figura 2 – Bahia: Territórios de Identidade e área de abrangência dos investimentos considerados (SVO e correlatos)



Fonte: SEI (2014)

Quadro 1 – Bahia: municípios de Territórios de Identidade selecionados

Metropolitana de Salvador	Camaçari, Candeias, Dias D’Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salinas da Margarida, Salvador, Simões Filho, Vera Cruz
Recôncavo	Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeacu, Saubara.
Baixo Sul	Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães.
Vale do Jiquiriçá	Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Iramaia, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaíra

Fonte: www.observatorio.ufba.br/svo

A Tabela 1 apresenta a população dos Territórios de Identidade que estão sendo analisados, bem como o percentual da população de cada um em relação ao Estado e o crescimento em cada um, de 2006 a 2014. Nota-se

que as populações da Região Metropolitana de Salvador e do Baixo Sul cresceram acima da média de 8,6% do Estado, enquanto os dois outros territórios cresceram abaixo dessa média. Chama atenção o crescimento negativo da população do Vale do Jiquiriçá,¹⁰ indicando a possibilidade da existência de um êxodo desse território pela falta de oportunidades de emprego, uma vez que a relação entre empregos formais e população, em 2006, era de apenas 4,8%, enquanto, na RMS, atingia 25,1%, no Recôncavo 10,9% e no Baixo Sul 6,3%. Portanto, a RMS continua atraindo novos habitantes, pela oferta de empregos, assim como o Baixo Sul, pelo emprego vinculado ao

¹⁰ É importante observar que não houve alteração dos limites do território durante o período em estudo.

Tabela 1 – Bahia: população em Territórios de Identidade selecionados: 2006-2014

Territórios de Identidade	2006	% da Bahia	2014	% da Bahia	Crescimento (%)
R. Metropolitana de Salvador	3.388.755	24,3	3.768.650	24,9	11,2
Recôncavo	575.935	4,1	623.928	4,1	8,3
Baixo Sul	316.932	2,3	364.030	2,4	14,8
Vale do Jiquiriçá	335.580	2,4	333.642	2,2	-0,6
Total Bahia	13.921.687	100,0	15.126.371	100	8,6

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016).

crescimento do turismo, uma vez que a relação entre população e empregos, nesse território, cresceu para 8,7% em 2013 (ver Tabela 3).

PRÉ-CONDIÇÕES ECONÔMICAS

A Tabela 2 indica o crescimento do PIB *per capita* nos quatro territórios, em 2008 e 2012 (último ano disponível). Em primeiro lugar, cumpre destacar a alta concentração econômica na RMS, que, em 2012, respondia por 42,7% do PIB de todo o Estado. Em segundo, observa-se uma grande diferença do PIB *per capita* entre os territórios: em 2012, o da RMS era 3,15 vezes maior do que o do Vale do Jiquiriçá. Terceiro, observa-se que o território do Recôncavo teve seu PIB *per capita* reduzido de 2008 para 2012. Isso se deve, fundamentalmente, à queda no PIB de São Francisco do Conde, altamente concentrado na produção da Refinaria de Mataripe, que representava, em 2010, 57% do PIB de todo o território de identidade do Recôncavo. Considerando que o PIB *per capita* de todo o Estado, em 2012, foi de R\$

12.858,32, verifica-se que tanto o Baixo Sul como o Vale do Jiquiriçá obtiveram valores abaixo dessa média.

Por fim, as dispersões, medidas pelo desvio padrão do PIB *per capita* entre os municípios de cada Território de Identida-

de são elevadas, embora decrescentes em relação às médias de cada um dos anos registrados na Tabela 2, com exceção da RMS. Nesse território, enquanto Candeias e Camaçari, em termos relativos, registraram PIB *per capita* bastante elevados em 2012 (R\$ 60.583,95 e R\$49.639,65, respectivamente), nesse mesmo ano, o de Itaparica atingiu apenas R\$ 6.224,78 e o de Vera Cruz R\$ 7.510,91. No Recôncavo, como já foi mencionado, São Francisco do Conde é o município com o PIB *per capita* mais alto de todo o estado (R\$ 61.406,66, em 2012), devido à localização da Refinaria de Mataripe. Enquanto isso, o de Muniz Ferreira era de R\$ 4.624,91 e o de Cabaceiras do Paraguaçu R\$ 4.788,16. No Baixo Sul, destacam-se Igrapiúna (R\$ 12.911,43) e Cairu (R\$ 9.383,97), de um lado, e Aratuípe (R\$ 4.692,86) e Teolândia (R\$ 4.836,06), de outro. Por último, em todo o Vale do Jiquiriçá prevalece um PIB *per capita* muito baixo, uma vez que o município que alcança maior valor (Brejões, com R\$ 8.715,63, em 2012) não atinge a média estadual, e apresenta baixa dispersão relativa entre os municípios.

Tabela 2 – Bahia: PIB e PIB *per capita* em Territórios de Identidade selecionados

Territórios de Identidade	2008				2012			
	PIB (milhões de reais)	% PIB do Estado	PIB per capita	Desvio padrão	PIB (milhões de reais)	% PIB do Estado	PIB per capita	Desvio padrão
RMS	51.790	42,7	14.112	16.296	6.8459	40,9	19.536	19.071
Recôncavo	8.944	5,7	15.546	42.383	7.408	4,1	12.717	23.399
Baixo Sul	2.249	1,9	6.746	13.771	3.756	2,2	11.038	12.265
Vale do Jiquiriçá	1.332	1,0	3.989	1.241	1.959	1,2	6.185	1.291

Fonte: Elaborado a partir de dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016).

Esses números ilustram uma realidade já conhecida, de forte desigualdade de renda no estado da Bahia, confirmada nos quatro territórios que sofrerão mais diretamente os impactos do SVO e sua Ponte. Lembrem-se de que altos PIB *per capita* são observados nos municípios que abrigam unidades industriais de grande porte, indicando que a distribuição de renda entre seus habitantes é também altamente concentrada. De fato, a Bahia se encontra entre os estados com maior índice de desigualdade de renda, medida pelo Índice de Gini, que, em 2009, atingiu 0,564.

A Tabela 3 mostra a distribuição dos empregos formais por grandes setores de atividades nos quatro territórios, com base na RAIS, Estabelecimentos de 2006 e 2013.¹¹ Nota-se, em primeiro lugar, a grande concentração dos empregos na RMS (50,6%, em 2006, e 48,29%, em 2013, do total do Estado), maior do que a concentração do PIB, de 40,9%, em 2012 (Tabela 2), e bem menor do que a concentração da população, de 24,9%, em 2014 (Tabela 1). Em segundo lugar, a distribuição percentual do emprego entre os grandes setores é diferenciada por território: em 2006, enquanto na RMS

os empregos no setor primário respondiam por menos de 0,2% do total do território; nesse mesmo ano, no Baixo Sul, esse percentual atingia 14% e 6,4% no Vale do Jiquiriçá. Já os empregos na indústria de transformação no Recôncavo, também em 2006, abarcavam 16% do total, enquanto, no Baixo Sul, era de 7,4%; na RMS, 7,2%, e, no Vale do Jiquiriçá, 5,3%. Nesse mesmo ano, o setor terciário, incluindo o comércio e outros, somava 83,2% de todos os empregos formais nos quatro territórios, sendo que na RMS atingia 84%, o maior percentual, e no Recôncavo 73%, o menor.

A evolução desses números indica que houve uma redução no percentual de pessoas empregadas no setor *Primário* no total dos quatro territórios (de 1%, em 2006, para 0,7%, em 2013) e *Terciário – outros* (de 67% para 62%), enquanto houve aumento no *Secundário – outros* (de 8% para 12%), *Secundário – transformação* (de 7,8% para 8,1%) e *comércio* (de 15,6% para 16,7%).

A Tabela 4 expõe os Índices de Performance Econômica (IPE) dos quatro territórios, conforme é calculada pela SEI, para 2008 e 2010.¹² Nessa Tabela, são registradas as mé-

Tabela 3 – Bahia: Distribuição do emprego por grandes setores em Territórios de Identidade selecionados – 2006 e 2013

Territórios de Identidade	Primário	Secundário – outros	Secundário – transformação	Terciário – comércio	Terciário – outros	Total	% BA
2006							
RMS	1.699	72.130	61.832	129.348	587.177	852.186	50.68
Recôncavo	3.709	3.197	10.065	12.573	33.462	63.006	3.75
Baixo Sul	2.803	425	1.477	4.039	11.199	19.943	1.19
Vale do Jiquiriçá	1.049	262	867	2.605	11.625	16.408	0.98
2013							
RMS	1.621	139.204	86.116	179.867	710.953	1.117.761	48.29
Recôncavo	2.817	10.918	11.669	19.142	37.188	81.734	3.53
Baixo Sul	3.556	860	2.487	7.054	17.795	31.752	1.37
Vale do Jiquiriçá	991	687	1.615	4.153	14.425	21.871	0.94

Fonte: RAIS Estabelecimentos (2015).

¹¹ A base de dados RAIS Estabelecimentos é formada pelos empregos formais, com carteira assinada. Ela pode ser acessada em <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php> mediante senha. Esses dados foram processados e organizados e estão disponíveis em www.observatorio.ufba.br/svo.

¹² De acordo com a SEI, “A metodologia de cálculo dos Indicadores Econômicos e Sociais dos municípios baianos envolve uma série de variáveis econômicas, sociais e de infraestrutura cujo agrupamento, de acordo com as suas naturezas, gera o que se define o Índice de Performance Econômica (IPE) e o Índice de Performance Social (IPS). O IPE é constituído dos seguintes indicadores: INF – Índice

Tabela 4 – Bahia: Índice de Performance Econômica (IPE) de Territórios de Identidade selecionados – 2008 e 2010

Territórios de Identidade	IPE 2008	Ranking 2008	IPE 2010	Ranking 2010
RMS	5.186,60	1	5.201,00	1
Recôncavo	5.031,70	4	5.032,85	3
Baixo Sul	4.985,00	21	4.974,64	26
Vale do Jiquiriçá	4.980,00	25	4.980,10	21

Fonte: Observatório de Atividades Econômicas.

dias dos índices municipais de cada território, bem como a posição de cada um no *ranking* dos 26 Territórios de Identidade.¹³ Observa-se que a RMS e o Recôncavo estão bem situados, o mesmo não acontecendo com o Baixo Sul e o Vale do Jiquiriçá. No caso do Recôncavo e do Vale do Jiquiriçá, suas posições no *ranking* melhoraram de 2008 para 2010, enquanto o Baixo Sul piorou. Pela composição do índice, não surpreende que a RMS esteja em primeiro lugar no *ranking*. Dos 14 municípios que compõem o Baixo Sul, em 2010, 11 possuíam IPE menor do que 5.000.¹⁴ Dos 10 municípios da RMS, apenas 1 possuía IPE abaixo de 5.000 naquele mesmo ano. Dos 20 municípios do Recôncavo, 9 possuíam IPE abaixo dessa marca, enquanto, nos 21 do Vale do Jiquiriçá, apenas 3 possuíam IPE superior a 5.000 em 2010.

As pré-condições econômicas dos territórios podem também ser caracterizadas pela identificação de suas aglomerações produtivas. A importância das aglomerações produtivas para o desenvolvimento regional é discutida em Teixeira, Guerra e Sousa (2011). Em

de Infraestrutura; IPM – Índice do Produto Municipal; ICE – Índice de Corrente de Comércio Exterior; IIF – Índice de Independência Fiscal”. Ver a metodologia de cálculo em (http://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/ipe_ips/ipe_ips_metodologia.pdf).

¹³ Após o cálculo desses índices, foi criado mais um Território de Identidade, Costa do Descobrimento, desmembrado do Extremo Sul.

¹⁴ Segundo o método de cálculo da SEI, os municípios foram classificados em ordem decrescente, em cada índice, obtido através da média geométrica dos escores padronizados de cada um deles. O escore padronizado de cada indicador referente aos municípios foi calculado com a adoção da média de 5000. Assim, tem-se uma amplitude de escala onde todos os municípios podem ser diferentes um do outro, evitando-se a superposição dos índices, o que acontece quando do uso de uma escala de amplitude limitada.

resumo, a ideia por trás dessa abordagem é que, por meio da melhoria da competitividade de pequenas empresas especializadas setorialmente e aglomeradas territorialmente, pode-se atingir uma melhor distribuição regional e social de renda, contribuindo para a instalação de um processo de desenvolvimento endógeno sustentado. As políticas de dinamização de aglomerações produtivas são frequentemente interpretadas como uma alternativa inovadora às tradicionais políticas industriais e de desenvolvimento regional.

Teixeira e Araújo (2011) identificaram as aglomerações produtivas de todos os Territórios de Identidade do Estado da Bahia, com base nos dados de empregos constantes da RAIS Estabelecimentos e de acordo com metodologia também nele utilizada. As aglomerações foram classificadas em quatro tipos, conforme resumo apresentado no Quadro 2.

Teixeira e Araújo (2011) identificaram as aglomerações produtivas de todos os Territórios de Identidade do Estado da Bahia, com base nos dados de empregos constantes da RAIS Estabelecimentos e de acordo com metodologia também nele utilizada. As aglomerações foram classificadas em quatro tipos, conforme resumo apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Qualificação das aglomerações produtivas

Tipo de aglomeração produtiva	Principal característica
Núcleos de desenvolvimento setorial-regional	São de grande importância econômica para os territórios onde se localizam e, ao mesmo tempo, para as atividades que desenvolvem, considerando o Estado como um todo.
Vetores avançados	São importantes para o Estado, quando considerada a participação da atividade no emprego, mas não são tão relevantes para os territórios onde se localizam, por estarem diluídos em tecidos econômicos mais diversificados.
Vetor de desenvolvimento local	São importantes para os territórios onde se localizam, mas não são relevantes para as atividades, quando se considera o Estado como um todo.
Embrião de sistema local de produção	São constituídos por atividades que possuem pouca importância no âmbito do Estado e que também estão diluídas no tecido econômico dos territórios.

Fonte: Elaboração própria com base em Suzigan et al. (2004).

Para os quatro Territórios de Identidade em tela, foram identificadas as aglomerações produtivas nos anos de 2006 e 2013, permitindo uma análise da evolução de suas principais atividades. A Tabela 5 relaciona os núcleos de desenvolvimento setorial-regional. Verifica-se que, no período, a metal-mecânica deixou de ser um núcleo de desenvolvimento setorial-regional no Recôncavo, e que o Baixo Sul ganhou duas aglomerações com essas características, indicando um crescimento da importância da sua agricultura para o Estado. A RMS e o Vale do Jiquiriçá não possuíam aglomerações desse tipo.

A Tabela 6 mostra os vetores avançados em 2006 e 2013. Como seria de se esperar, a RMS abriga uma considerável quantidade desse tipo de aglomeração. Das 11 aglomerações, em 2006, com exceção da cadeia automobilística e da química, todas eram vinculadas ao setor terciário e totalizavam 84.263 empregos. Já em 2013, não encontramos aglomerações industriais nesse território. No entanto, as nove aglomerações de 2013 empregavam 140.415 pessoas. O Recôncavo, no período, desenvolveu a indústria de móveis que, em 2013, empregava 800 pessoas nesse território.

A Tabela 7 relaciona os vetores de desenvolvimento local e a Tabela 8 contém os embriões de sistemas locais de produção. Pela análise dessas tabelas, pode-se verificar o baixo dinamismo econômico dos territórios selecionados, principalmente o Baixo Sul e o Vale do

Tabela 5 - Bahia: núcleos de desenvolvimento setorial-regional 2006 e 2013

2006			2013		
Território	Atividade	Empregos	Território	Atividade	Empregos
Recôncavo	Metal mecânico	2.492	Recôncavo	Cultivo e preparação de produtos do fumo	1.509
	Cultivo e preparação de produtos do fumo	1.319	Baixo Sul	Agricultura diversificada	1.107
				Cultivo de cacau	1.212

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS Estabelecimentos.

Tabela 6 - Bahia: vetores avançados. 2006 e 2013

2006			2013		
Território	Atividade	Empregos	Território	Atividade	Empregos
Metropolitana de Salvador	Transformação de plásticos	6.717	Metropolitana de Salvador	Atividades de tele atendimento	13.972
	Atividades fotográficas e similares	424		Administração de edifícios e condomínios	25.774
	Serviços de TI	5.590		Serviços de TI	8.927
	Serviços prestados a empresas	18.478		Serviços prestados a empresas	27.792
	Químicos, petroquímicos e fertilizantes	5.585		Serviços de telecomunicações	13.998
	Aluguel de máquinas e equipamentos	3.277		Atividades de vigilância e segurança privada	27.973
	Administração de edifícios e condomínios	20.422		Locação de mão de obra temporária	18.836
	Locação de mão de obra temporária	12.795		Metal-mecânico	1.910
	Atividades de tele atendimento	10.975		Indústria de materiais de construção	1.233
		Recôncavo	Móveis	800	

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS Estabelecimentos.

Tabela 7 – Bahia: vetores de desenvolvimento local 2006 e 2013

2006			2013		
Território	Atividade	Empregos	Território	Atividade	Empregos
Baixo Sul	Cultivo de cacau	1010	Vale do Jiquiriçá	Cultivo e beneficiamento de café	179
	Agricultura diversificada	583			
Vale do Jiquiriçá	Cultivo e beneficiamento de café	404		Criação de bovinos	528
	Criação de bovinos	388			

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS Estabelecimentos.

Tabela 8 - Bahia: embriões de sistemas locais de produção 2006 e 2013

2006			2013		
Território	Atividade	Empregos	Território	Atividade	Empregos
Baixo Sul	Indústria alimentícia	383	Baixo Sul	Indústria alimentícia	844
	Turismo	583		Turismo	936
	Atividades de apoio à agricultura	86		Atividades de apoio à agricultura	180
Recôncavo	Atividades de apoio à agricultura	147	Recôncavo	Indústria alimentícia	1.786
	Indústria alimentícia	1.055		Construção civil	8.856
	Móveis	453			
Vale do Jiquiriçá	Indústria alimentícia	221	Vale do Jiquiriçá	Atividades de apoio à agricultura	39
	Cultivo de cacau	122		Cultivo de cacau	80
	Indústria de materiais de construção	191		Indústria alimentícia	693
	Móveis	320		Móveis	571

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS Estabelecimentos.

Jiquiriçá. A grande maioria das aglomerações desses territórios está vinculada ao setor primário, que, a princípio, oferece empregos menos qualificados de baixa remuneração. Em síntese, a análise revela dois territórios mais dinâmicos (RMS e Recôncavo) e dois cujas economias apresentam poucas alternativas de dinamização. Dado esse quadro, não há nada que, a princípio, impeça que o projeto do SVO constitua um vetor de esvaziamento do Baixo Sul e do Vale do Jiquiriçá pela via do processo circular e cumulativo de crescimento.

Casos, como Hortolândia, por exemplo, revelam que a existência de centros urbanos desenvolvidos associados à presença de infraestruturas de deslocamento terminam por implicar um fluxo migratório de atração, ca-

racterizado, em grande parte, por pessoas com baixa renda e pouca escolaridade (Manfredo, 2007). Ou seja, é possível que a facilidade de transporte proporcionada pela ponte provoque um fluxo migratório maior no sentido dos territórios sem oportunidades de emprego para aqueles com maior dinamismo, o que pode ser reforçado pela capacidade de atração de investimentos dos territórios que possuem infraestrutura econômica e social mais avançada.

PRÉ-CONDIÇÕES SOCIAIS

Primeiramente, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) revela parte da realidade social nos Territórios de Iden-

tidade aqui analisados.¹⁵ A média do IDHM dos dez municípios que compõem a RMS em 2010 (último ano disponível) foi de 0,689, sendo que Salvador atingiu o maior escore (0,759) e Salinas da Margarida o menor (0,617), uma diferença de 18,7%. Considerando a média, esse território seria considerado como de médio desenvolvimento humano. No Recôncavo, a média dos vinte municípios cai para 0,638, sendo que Santo Antônio de Jesus obteve o maior valor (0,700) e Cabaceiras do Paraguaçu o menor (0,581), com uma diferença de 17%. Também considerando a média, o Recôncavo seria categorizado como de médio desenvolvimento humano. Os quinze municípios do Baixo Sul atingiram a média de 0,576,

sendo que Gandu obteve o maior escore (0,632) e Piraí do Norte o menor (0,533), com uma diferença de 15,6%. Ainda tomando pela média, esse território seria considerado de baixo desenvolvimento humano. Por último, a média dos vinte e um municípios do Vale do Jiquiriçá atingiu 0,587, sendo que Amargosa obteve o maior valor (0,625) e Nova Itarana o menor (0,524), uma diferença de 15,5%. Pela média, o Vale do Jiquiriçá seria classificado como de baixo desenvolvimento humano. Portanto, a julgar pelo IDHM, a realidade social nos quatro territórios não pode ser considerada auspiciosa. Pelo contrário, trata-se de regiões pobres, com precárias infraestruturas sociais (saúde e educação) e que convivem com significativas desigualdades municipais em cada território.

¹⁵ “O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda –, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros.” O desenvolvimento municipal pode ser: muito baixo, de 0 a 0,499; baixo de 0,5 a 0,599; médio de 0,6 a 0,699; alto de 0,7 a 0,799; e muito alto acima de 0,8. (PNUD, 2016). Os dados do IDHM para todos os municípios brasileiros podem ser obtidos em IBGE Cidades@.

A Tabela 9 exibe os Índices de Performance Social (IPS) dos quatro territórios¹⁶, calculados pela média dos índices de cada município. Verifica-se uma situação semelhante ao do IPE, com a diferença que o Baixo Sul e o Vale do Jiquiriçá estão mais bem ranqueados no índice social do que no econômico. Porém o Baixo Sul foi rebaixado no *ranking*, de 2008 para 2010, enquanto o Vale de Jiquiriçá ascendeu. Enquanto todos os 10 municípios da RMS alcançaram, em 2010, IPS acima de 5000,¹⁷ dos 20 do Recôncavo, apenas 6 obtiveram tal escore. Já dos 14 do Baixo Sul, 8 ficaram abaixo desse nível e dos 21 do Vale do Jiquiriçá, apenas 10 superaram o nível de 5000 em 2010.

Tabela 9 – Bahia: Índices de Performance Social (IPS) de territórios selecionados 2008 e 2010

Territórios de Identidade	IPE 2008	Ranking 2008	IPE 2010	Ranking 2010
RMS	5.145,30	1	5.134,60	1
Recôncavo	5.026,95	4	5.030,75	3
Baixo Sul	4.992,86	10	4.994,57	14
Vale do Jiquiriçá	4.991,86	13	4.997,33	10

Fonte: Observatório de Atividades Econômicas.

A Tabela 10 apresenta os números referentes à educação profissional nos quatro territórios de identidade, em 2010 e 2012. Houve um considerável avanço em termos de matrículas por habitantes nesse intervalo de tempo. Mesmo assim, em 2012, a situação não era confortável, com exceção do Baixo Sul. De fato, verifica-se que o Baixo Sul possuía, em 2012, uma relação entre população e matrículas superior à do Brasil, que era de 7,2, segundo o INEP, e à da Bahia (6,8).¹⁸ Nos outros territórios, a relação era menor do que a do Brasil e a da Bahia. Esses dados surpreendem, uma vez que se esperava que a RMS apresentasse melhor resultado. De

¹⁶ O Índice de Performance Social (IPS) é composto dos seguintes subíndices: INS – Índice do Nível de Saúde; INE – Índice do Nível de Educação; ISB – Índice da Oferta de Serviços Básicos; IMT – Índice do Mercado de Trabalho.

¹⁷ Ver nota 9.

¹⁸ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_doman&view=download&alias=17044-dados-censo-2015-11-02-materia&Itemid=30192.

Tabela 10 – Bahia: matrículas e estabelecimentos de educação profissional nos Territórios de Identidade em 2010 e 2012

Territórios	2010			2012		
	Matrículas	Total de estabelecimentos	Matrículas por 1000 habitantes	Matrículas	Total de estabelecimentos	Matrículas por 1000 habitantes
RMS	15875	67	4,6	23703	92	6,76
Recôncavo	1747	13	3,1	3013	24	5,25
Baixo Sul	1412	11	4,1	2720	17	7,99
Vale do Jiquiriça	952	7	3	1419	7	4,48

Fonte: Observatório de Atividades Econômicas.

qualquer forma, os números não parecem indicar que a oferta de pessoal qualificado tecnicamente, mesmo que em nível médio, possa representar fator de atração de investimentos nos territórios aqui considerados.

Em resumo, os números mostram quatro territórios bastante diferenciados em termos de atividades econômicas, geração de empregos formais e situação social. A diversidade produtiva em cada território dificulta ainda a introdução de projetos estruturantes de interligação de cadeias produtivas e torna mais complexa uma solução uniforme de desenvolvimento via indústria. Uma oportunidade poderia se materializar pelo fortalecimento da indústria alimentícia, que se mostra como embrião de sistema local de produção no Baixo Sul, no Vale do Jiquiriça e no Recôncavo (Tabela 8). Todavia o esforço de desenvolvimento desse setor carece de políticas setoriais complementares. Seria necessário, assim, um diagnóstico do setor de alimentos em seus respectivos territórios de forma a se estudar o grau de especialização do trabalho empregado, a intensidade de capital demandada e o potencial de expansão por conta do aproveitamento das sinergias com o projeto SVO.

Dado esse quadro, não parece possível antever como um projeto de infraestrutura contribuirá para reduzir as desigualdades regionais. Pelo contrário, é possível que o poder de atração dos territórios mais bem situados e que apresentam externalidades relativamente positivas ajude a esvaziar economicamente aqueles que estão próximos e oferecem menores oportu-

nidades de investimentos e empregos, embora não se possa de antemão afirmar que essa tendência será predominante. A questão é que o projeto apresentado pelo governo também não permite concluir que a tendência oposta prevalecerá, embora o desenvolvimento dos territórios mais pobres seja um dos seus objetivos.

CONCLUSÕES

Após a “descoberta” do Brasil por Cabral, em 1501, o rei D. Manoel decidiu explorar as novas terras mandando uma esquadra comandada por Gonçalo Coelho que, em 1º de novembro, dia de “todos os santos”, adentrou o “golfão” que recebeu o nome do santo do dia. Américo Vespúcio, agregado à tripulação, foi o grande divulgador da viagem e de suas descobertas, vindo a receber diversas honrarias, inclusive o nome do novo continente.

Mesmo com toda a exploração econômica que houve em seu entorno desde a primeira metade do século XVI, a Baía de Todos os Santos manteve suas condições ambientais, a sua paisagem e a qualidade das suas águas razoavelmente preservadas. As características geográficas da Baía e seu Recôncavo em muito contribuíram para tal. O padrão de ocupação produtiva e humana, no entanto, também contribuíram para que esse pequeno mar mediterrâneo fosse conservado, principalmente quanto à sua admirada e cantada paisagem. Em nome do desenvolvimento, lança-se o projeto de uma ponte que irá alterar substancialmente

a paisagem da Baía de Todos os Santos. Um artefato de ferro e concreto, projetado segundo o padrão estético vigente nos dias de hoje em tais empreendimentos, será alçado sobre as águas da baía, na sua parte mais visível do ponto de vista da cidade de Salvador.

Este artigo objetivou analisar o projeto SVO à luz das discussões sobre a relação entre infraestrutura e crescimento econômico, assim como daquelas que ampliam o foco para incluir questões pertinentes ao desenvolvimento em uma perspectiva socioambiental. Orientado pela revisão da literatura que adota esse enfoque mais amplo, este trabalho analisou as principais características do referido projeto, nas suas dimensões da logística e do desenvolvimento, com base nas publicações oficiais, e ainda avaliou as pré-condições econômicas e sociais presentes nos quatro Territórios de Identidade que sofrerão mais diretamente seus impactos (RMS, Recôncavo, Baixo Sul e Vale do Jiquiriçá). Tais condições, de acordo com a revisão da literatura, são consideradas fundamentais para que se atinjam objetivos de desenvolvimento regional com sustentabilidade.

Em relação à dimensão logística do projeto, foi questionada sua opção de priorizar o modal rodoviário, em um momento em que, em outros países, procuram-se alternativas que reduzam os impactos negativos do transporte sobre rodas. Questionou-se, também, o abandono de outro projeto que percorreria o contorno da baía, integrando as atividades econômicas já existentes no Recôncavo, oferecendo possibilidades de escoamento da produção e de integração regional, utilizando, além do modal rodoviário, o transporte sobre trilhos. E levantou-se a hipótese de que esse projeto alternativo seria mais robusto do ponto de vista econômico, além de mais sustentável.

O projeto da Ponte também possui objetivos de desenvolvimento urbano e regional. No que se refere ao urbano, apesar de ter sido elaborado um Plano Diretor para a Ilha de Itaparica, nada se ouve ou se sabe sobre os investimentos em infraestrutura física e social necessários para

que essa área possa adensar seu tecido urbano de forma qualificada. A mera passagem de uma rodovia em um ambiente ainda relativamente preservado tende a criar as condições para o crescimento de concentrações populacionais sub-humanas e para sua degradação.

Do ponto de vista regional, foram aqui analisadas as pré-condições existentes nos quatro territórios que poderiam potencializar os investimentos anunciados pelo governo. A análise revela uma situação já deveras conhecida sobre a realidade baiana: alta concentração econômica, de renda e da infraestrutura social. Dado esse quadro e considerando que os investimentos em infraestrutura urbana e social não estão sendo encarados como prioritários, não seria possível postular que o projeto do Sistema Viário do Oeste, com sua Ponte, poderá contribuir, de forma significativa, para mitigar o quadro de desigualdade prevalecente e para promover o desenvolvimento de territórios para além de um mero crescimento que, ademais, não é possível precisamente quantificar.

O projeto da Ponte Salvador-Itaparica se constitui em um caso exemplar para que se discutam, com mais profundidade, os projetos de investimentos em infraestrutura no país. Estimativas acerca dos efeitos sobre o crescimento econômico proporcionado por tais projetos, como demonstra a literatura aqui revisada, devem ser questionadas, uma vez que elas se revelam imprecisas e variáveis. Ademais, os imperativos da sustentabilidade socioambiental não podem ser vistos como obstáculos que podem ser superados apenas por investimentos mitigadores e que não miram os efeitos em longo prazo. Considerar e analisar esses fatores são medidas fundamentais para que projetos de infraestrutura possam ser integrados a estratégias de desenvolvimento regional, o que, como foi visto, constitui uma condição indispensável para que eles possam proporcionar consistentes benefícios à sociedade.

Recebido para publicação em 24 de agosto de 2016
Aceito em 05 de setembro de 2018

REFERÊNCIAS

- ANSAR, A. et al. Does infrastructure investment lead to economic growth or economic fragility? Evidence from China. *Oxford Review of Economic Policy*, United Kingdom, v.32, n.3, 2016.
- ASCHAUER, D. Is Public Expenditure Productive? *Journal of Monetary Economics*, v. 23, n. 2, March 1989.
- BARCA, F.; McCANN, P.; RODRÍGUEZ-POSE, A. the case for regional development intervention: place-based versus place-neutral approaches. *Journal of Regional Science*, [s.l], v. 52, n. 1, p. 134-152, 2012.
- BENITEZ, R. A infraestrutura, sua relação com a produtividade total dos fatores e seu reflexo sobre o produto regional. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 19, jun. 1999.
- CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (CEDETER). Disponível em <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=18> Acesso em: 22. 08. 2016.
- DOMINGUES, E.; VIANA, F.; OLIVEIRA, H. *Investimentos em infraestrutura no Nordeste: projeções de impacto e perspectivas de desenvolvimento*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007.
- EBERTS, R. *Public Infrastructure and Regional Economic Development*. 1990. Disponível em <http://clevelandfed.org/research/review/>. Acesso em: 15.08.2016
- FERREIRA, P. Investimento em infraestrutura no Brasil: fatos estilizados e relações de longo prazo. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 231-252, 1996.
- FLYVBJERG, B. Survival of the un-fittest: why the worst infrastructure gets built -- and what we can do about it. *Oxford Review of Economic Policy*, United Kingdom, v. 25, n. 3, 2009.
- HANSEN, M. Unbalanced growth and regional development. *Western Economic Journal*, Califórnia, v. 4, 1965.
- HIRSCHMAN, A. O. *The Strategy of Economic Development*. New Haven: Yale University Press, 1958.
- INEMA. *Relatório de impacto ambiental*. 2018. Disponível em http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/files/RIMA_PONTE_SSA_ITAP_EBOOK2.pdf. Acesso em: 16.10. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2016. *Séries históricas e estatísticas*. Disponível em <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/default.aspx>. Acesso em: 05. 04. 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2016. Cidades@. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=29&search=bahia>. Acesso em: 21.08. 2016.
- MANFREDO, M. T. *Desigualdades e produção do espaço urbano: o caso de Hortolândia na região metropolitana de Campinas*. 2007. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas.
- MARTIN, R.; SUNLEY, P. Slow convergence? the new endogenous growth theory and regional development. *Economic Geography*, United States, v. 74, n. 3, p. 201-227, July 1998.
- MUNNEL, A. Infrastructure investment and economic growth. *Journal of Economic Perspectives*, Nashville, v. 6, n. 4, p. 1992
- MYRDAL, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga,1957.
- PERROUX, F. Economic space: theory and applications. *Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, v. 64, p. 9-104, 1950.
- OBSERVATÓRIO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS. 2016. Disponível em: <http://www.observatorio.ufba.br/svo>. Acesso em: 05. 07. 2016.
- PLANO URBANO INTERMUNICIPAL (PUI) DA ILHA DE ITAPARICA. Disponível em <http://www.pontesalvadorilhadeitaparica.ba.gov.br/estudos/plano-urbano-intermunicipal-pui/>. Acesso em: 15. 07. 2016.
- PONTE DO DESENVOLVIMENTO. Disponível em <http://www.pontesalvadorilhadeitaparica.ba.gov.br/>. Acesso em: 15. 06. 2016.
- PNUD. Disponível em http://www.pnud.org.br/IDH/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM. Acesso em: 22. 08. 2016.
- SEI. *Estatísticas dos municípios baianos*. 2014. Disponível em http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2441&Itemid=284. Acesso em: 16.10. 2018.
- SIMONSEN, R. *História Econômica do Brasil 1500-1820*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.
- SOARES, C. A. C.; TAVARES, F.; PEREIRA, C. (Orgs.) *Baía de Todos os Santos: aspectos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2011.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. 2016. *Bahia em Números*. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=148&Itemid=235. Acesso em: 04. 07. 2016.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. http://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/ipe_ips/ipe_ips_metodologia.pdf. Acesso em: 18. 07. 2016.
- SUZIGAN, W. et al. Clusters ou sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. *Revista de Economia Política* [s.l], v. 24, n. 4, 2004.
- TEIXEIRA, F.; GUERRA, O. E; SOUSA, S. V. A. Limites para uma dinâmica endógena na economia baiana. *Bahia Análise e Dados*, Salvador, v. 21, n. 2, p. 23-46, abr./jun. 2011.
- WILLIAMSON, J. Regional inequality and the process of National development: a description of the patterns. *Economic Development and Cultural Change*, Chicago, v.13, n. 4, p.1-84, 1965. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/1152097>. Access en: 02. 07. 2016.

**INFRASTRUCTURE AND DEVELOPMENT:
what can be expected from the bridge Salvador-
Itaparica? Bahia-Brazil**

*Francisco Lima Cruz Teixeira
Sílvia Vanderlei Araújo Sousa*

This paper aims at analyzing the design of the Road System of the West (SVO), which include the construction of Salvador-Itaparica Bridge, in the light of the discussions on the relationship between infrastructure and economic growth, as well as those that expand the focus to include issues relevant to development. This review was used to assess the project and to examine the social and economic preconditions that are present in four Territories of Identity that will suffer more directly their impacts (Metropolitana de Salvador, Recôncavo, Baixo Sul and Vale do Jiquiriçá). The analysis of the data and information does not allow us to postulate that the project of the Road System of the West and its Bridge could contribute significantly to mitigate the significant inequality and promote the endogenous and sustainable development of the territories. The approach used in this analysis, by rejecting the traditional economic view, extends the discussion of the relationship between investments in infrastructure and regional development using evidences from this case study.

KEYWORDS: Infrastructure. Development. Territories of identity. Productive Settlements. Regional Policies

**INFRASTRUCTURE ET DÉVELOPPEMENT: que
peut-on attendre du pont Salvador-Itaparica?
Bahia-Brésil**

*Francisco Lima Cruz Teixeira
Sílvia Vanderlei Araújo Sousa*

Cet article vise à analyser la conception du Réseau Routier dans l'Ouest (SVO), qui comprennent la construction du pont Sauveur-Itaparica, à la lumière des discussions sur la relation entre l'infrastructure et la croissance économique, mais aussi ceux qui élargissent la portée aux questions relatives au développement. Cet examen a été utilisé pour évaluer le projet et d'examiner le social et les conditions économiques sont présentes dans quatre territoires de l'identité qui souffrira plus directement leurs impacts (Metropolitana de Salvador, Recôncavo, Baixo Sul et la Vale do Jiquiriçá). L'analyse des données ne nous permet pas de postuler que le projet du Réseau Routier de l'Ouest et son pont pourrait contribuer significativement à atténuer le cadre de l'inégalité qui prévaut et promouvoir le développement endogène et durable des territoires. L'approche utilisée dans cette analyse, en rejetant la vision économique traditionnelle, élargit la discussion sur la relation entre les investissements dans les infrastructures et le développement régional, à l'aide de la preuve de cette étude de cas.

MOTS CLÉS: Infrastructure. Développement. Territoires de l'identité. Agglomérations productifs. Politiques régionales.

GOBIERNOS PROGRESISTAS Y COOPERATIVISMO: planes de empleo en la Argentina

GOVERNOS PROGRESSISTAS E COOPERATIVISMO: planos de emprego na Argentina

Juan Pablo Hudson *

El objetivo del artículo es comprender las políticas de empleo implementadas por los gobiernos progresistas en Argentina entre 2003 y 2015, puntualmente aquellos subsidios destinados a fomentar el cooperativismo entre los trabajadores informales y los desocupados crónicos. La conclusión principal es que, una vez reconocidos los límites en la generación de empleo genuino en la industria, los gobiernos, durante este ciclo progresista impulsaron permanentes estrategias post-salariales para generar ingresos entre los calificados como *inempleables*. Hubo tres tipos de cooperativas financiadas y (o) creadas por el Estado: no-estatales, sintéticas y anfíbias. El modelo cooperativo implementado durante este período fue una traducción de los emprendimientos colectivos autogestionados por los movimientos sociales durante la aplicación de políticas neoliberales en la década del noventa e inicios de este nuevo siglo. La metodología de investigación utilizada fue cualitativa: entrevistas realizadas en empresas recuperadas por sus trabajadores, con referentes de movimientos sociales, y funcionarios públicos.

PALABRAS CLAVES: Gobiernos progresistas. Movimientos sociales. Autogestión. Políticas públicas. Cooperativas.

O Objetivo deste artigo é compreender as políticas de emprego realizadas pelos governos progressistas na Argentina entre 2003 e 2015, especificamente os subsídios destinados a fomentar o cooperativismo entre os trabalhadores informais e os desocupados crônicos. A conclusão principal é que, uma vez reconhecidos os limites na geração de emprego genuíno na indústria, os governos, durante esse ciclo progressista, impulsaram estratégias permanentes pós-salariais para gerar renda entre os qualificados como não empregáveis. Houve três tipos de cooperativas financiadas e (ou) criadas pelo Estado: não estatais, sintéticas e anfíbias. O modelo cooperativo adotado durante esse período foi uma tradução dos empreendimentos coletivos autogestionados pelos movimentos sociais durante a aplicação de políticas neoliberais na década de noventa e início deste novo século. A metodologia de investigação utilizada foi qualitativa: entrevistas realizadas em empresas recuperadas por seus trabalhadores, com referentes em movimentos sociais e de funcionários públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Governos progressistas. Movimentos sociais. Autogestão. Políticas públicas. Cooperativas.

INTRODUCCIÓN

En el período de 2003–2015, se crearon, en la Argentina, 5 millones de puestos de trabajo, según cifras oficiales,¹ y hubo una significativa reducción de la precariedad laboral (Palomino; Dalle, 2012). Sin embargo, en paralelo, se puso en marcha una vasta estructura de subsidios para promover la autogestión y el cooperativismo en una población específica: los trabajadores informales y los desocupados crónicos.

Este tipo de planes de empleo basados en el cooperativismo se gestaron en dos ministerios gubernamentales: el Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social (MTEySS) y

el Ministerio de Desarrollo Social de la Nación (MDSN). El Programa de Trabajo Autogestionado (PTA), creado en 2004 en el MTEySS, tuvo como principal objetivo el incipiente desarrollo de un tercer sector productivo en base a cooperativas creadas por los obreros que recuperaron empresas en quiebra, la formalización de proyectos cooperativos preexistentes y la incubación de nuevas cooperativas por el propio Programa. A través de la transferencia de fondos y la creación de redes sectoriales, se intentó tornar sustentables a estas cooperativas para que pudieran operar con estabilidad en sus respectivos mercados.

En el caso del MDSN, en 2003 se creó el Plan Manos a la Obra, que financiaba pequeños emprendimientos productivos a través de la compra de maquinarias. Pero el proyecto más ambicioso fue el Programa de Inclusión Social con Trabajo (PRIST), nacido en 2009 como una estrategia para paliar los efectos de

* Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). José Evaristo Urriburu 950. Buenos Aires – Argentina. juanpablohudson@hotmail.com

¹ Ver informe Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social. http://www.trabajo.gob.ar/downloads/destacados/131104_notas_una-decada-ganada.pdf access en: 20 Oct. 2018.

la crisis financiera internacional y el deteni- miento de la creación de empleo en blanco. El nacimiento del PRIST significó un cambio de rumbo de los planes de empleo: a partir de entonces, únicamente se otorgaron subsidios a trabajadores informales y desempleados cróni- cos si se organizaban a través de cooperativas. Ya no hubo subsidios a trabajadores indivi- duales. Para este tipo de emprendimientos colec- tivos, no hubo mayores expectativas sobre su capacidad de producción y comercialización, puesto que se los redujo a prestatarios de ser- vicios en los municipios.

Estas políticas públicas surgieron como efecto de investigaciones sistemáticas llevadas adelante por los gobiernos progresistas Néstor Kirchner 2003/2007, Cristina Fernández de Kirchner 2007/2011 y 2011/2015 sobre los mo- dos específicos de autogestión sostenidos por organizaciones sociales: las empresas recupe- radas por trabajadores (ERT), los movimientos de desempleados, y el movimiento campesino indígena, por solo nombrar los más masivos. Estos movimientos habían enfrentado las po- líticas económicas neoliberales ocupando los espacios públicos (calles y rutas) y privados (empresas y fábricas) para poner en marcha microemprendimientos productivos que con- tuvieran a los expulsados del mercado. Esos obreros y obreras, desocupados y desocupa- das, campesinos y campesinas, gestaron valio- sos saberes de supervivencia en un contexto de extrema precariedad. Vale recordar que, en enero de 2002, el índice oficial de pobreza alcanzó el 58% de la población.

A partir de 2003, cuando se inicia el ciclo progresista, se tornó imperioso para los go- biernos relevar esos saberes, sistematizarlos y, fundamentalmente, traducirlos a la lengua es- tatal. ¿Por qué utilizamos el término traducción? Porque los planes de empleo de promoción del cooperativismo no fueron una réplica de lo realizado por los movimientos sociales comba- tivos, sino una adecuación gubernamental que prescindió de sus aristas más combativas y radicales.

Durante el primer gobierno progresista Néstor Kirchner 2003/2007, fue necesario im- pulsar este tipo de subsidios, dado que la Ar- gentina aún padecía una situación social, eco- nómica e industrial crítica. Una vez que asume el primer mandato como presidente Cristina Fernández de Kirchner (2007/2011), la políti- ca de subsidios se intensificó notablemente. A partir de entonces, fue indispensable incluir a trabajadores y trabajadoras que, a pesar del re- levante crecimiento de la industria logrado en los cuatros años precedentes, no habían sido incluidos en trabajos asalariados genuinos – o en blanco como se los llama en Argentina. El panorama cambió drásticamente en el cierre de ese mandato y, fundamentalmente, en el último gobierno progresista encabezado por Cristina Fernández de Kirchner (2011/2015). ¿Cuál fue ese cambio estructural? Ya se evaporaron las es- peranzas de que la industria sería capaz de in- cluir a los informales y desocupados. El gobier- no comprende que a un 35% de los trabajadores el mercado los considera *inempleables*.

En síntesis, el objetivo primordial de este artículo es comprender estas políticas de subsidios para generar empleo e ingresos im- plementadas por los gobiernos progresistas en Argentina entre 2003 y 2015. En el primero de los apartados – Los gobiernos en movimiento – se definirá lo que entendemos por gobiernos progresistas y se analizarán las investigaciones académicas existentes en torno sus relaciones con los movimientos sociales. En el segundo – Cooperativas para todos – se describirán los mé- todos gubernamentales puestos en marcha para investigar y traducir como políticas propias las estrategias productivas (cooperativas) impulsa- das por las empresas recuperadas por trabaja- dores y el movimiento de desocupados. En el siguiente – Tipología de cooperativas – estable- ceremos una categorización de las cooperativas subsidiadas y (o) directamente creadas por los gobiernos en el período en estudio (2003-2015). Finalmente, en el último apartado – Fin de los gobiernos progresistas – se analizará el cierre de los doce años de gobiernos progresistas y la si-

tuación de los subsidios al cooperativismo.

Este artículo surge como consecuencia de trece años de investigación en empresas recuperadas por obreros, lo que incluyó entrevistas en profundidad y observaciones de campo. Se suman también entrevistas con funcionarios públicos del Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social (MTEySS) y del Ministerio de Desarrollo Social (MDS) entre 2004 y 2017, y el estudio de los principales planes y programas de impulso del cooperativismo.

LOS GOBIERNOS EN MOVIMIENTO

En Argentina, Bolivia, Venezuela, Brasil y Ecuador, se pusieron en marcha, a inicios de este siglo, nuevas formas de gobernabilidad. Desde entonces, surgió un concepto específico para caracterizarlas: gobiernos progresistas. Se trató de la entrada en vigencia de un nuevo tipo de gestión del Estado que puso límites – con diferentes niveles de intensidad – a la economía de mercado que había primado, en el caso argentino, desde mitad de la década del setenta, a la que vez motorizó un conjunto de políticas públicas tendientes a lograr una progresiva (re)inclusión de los sectores más golpeados por las políticas neoliberales de esas décadas previas. Una característica en común es que se trataron de administraciones que nacieron condicionados por ciclos de intensas luchas sociales. Ya nombramos, en la introducción, a los principales movimientos combativos en Argentina. Así caracteriza estos procesos Raúl Zibechi (2008, p. 33):

Oleadas de activismo social modificaron la relación de fuerzas en América Latina y tuvieron como consecuencia indirecta la instalación de un conjunto de gobiernos progresistas y de izquierda en la mayor parte de los países de Sudamérica. La acción colectiva canceló el período neoliberal caracterizado por las privatizaciones, la desregulación y la apertura de las economías, y abrió una etapa más compleja en la que conviven rasgos del mismo modelo con búsquedas de caminos basados en un mayor protagonismo de los estados y la construcción de la integración regional.

Este último aspecto es clave para nuestra concepción de los gobiernos progresistas: no se trataron de administraciones que pusieron fin al neoliberalismo (Borón, 2003; Figueroa Ibarra; Cordero Díaz, 2011; Sader, 2008), sino de la puesta en marcha de políticas financieras, económicas, sociales e institucionales de carácter inclusivas, que marcaron ciertas rupturas con el Consenso de Washington.

Entre sus críticos (Dávalos, 2011; Gudyas, 2011; Petras; Veltmeyer, 2015; Svampa, 2013, 2016), se enfatiza que se trató, en realidad, de un modelo neo-extractivista de recursos naturales en el marco de las segmentaciones impuestas por el mercado mundial. Así lo analiza Maristella Svampa (2013, p. 1):

El “Consenso de los Commodities” subraya el ingreso de América Latina en un nuevo orden económico y político-ideológico, sostenido por el boom de los precios internacionales de las materias primas y los bienes de consumo demandados cada vez más por los países centrales y las potencias emergentes. Este orden va consolidando un estilo de desarrollo neoextractivista que genera ventajas comparativas, visibles en el crecimiento económico, al tiempo que produce nuevas asimetrías y conflictos sociales, económicos, ambientales y político-culturales.

Si bien coincidimos con este diagnóstico introducido por Svampa, no caben dudas de que en Argentina, Brasil, Ecuador, Bolivia y Venezuela llegaron al poder fuerzas políticas que transformaron los modos de gestión del Estado en favor de las mayorías sociales.

En el caso de Argentina, el estudio de la relación entre las organizaciones sociales y los gobiernos progresistas tuvo dos períodos de investigación. Uno inicial, en el que aquellos investigadores que habían abordado a los movimientos sociales durante la década del noventa y, especialmente, a partir de las revueltas populares del 19 y 20 de diciembre de 2001, comenzaron a indagar la relación entre estas organizaciones (fundamentalmente el movimiento de desocupados) y el gobierno del presidente Néstor Kirchner. La conclusión más extendida afirma que esa administración

coopta e institucionaliza a las organizaciones que habían resistido en las calles y rutas al neoliberalismo (Fornillo 2008; Massetti 2009; Svampa 2003; 2005; Zibechi, 2008). La segunda línea de investigación da cuenta de una creciente desmovilización de las organizaciones sociales más combativas con un recorte de su autonomía ante una nueva legitimación del Estado como regulador de lo social (Pereyra; Pérez; Schuster, 2008; Rajland; Campione, 2006), luego de la crisis de representación de principios del siglo. Se sumó una tercera corriente que propuso salir del recurrente análisis a partir del binomio autonomía-cooptación para pasar a pensar en términos de ambivalencias y conflictos permanentes, a la vez que advertía (esto es lo importante) sobre la imperiosa necesidad de no enfocar la mirada únicamente desde *arriba* (el gobierno) para pasar a incorporar las perspectivas y cálculos de las bases sociales (Natalucci 2015; Perelmiter 2010; Schuttenberg 2014).

En el caso de aquellos investigadores que habían estudiado el surgimiento de las empresas recuperadas por trabajadores (ERT), no se dedicaron a investigar sus vínculos con los gobiernos progresistas. La reducida bibliografía que sí lo hizo (Allegrone; Fernández Álvarez; Partenio, 2007; Hudson 2011, 2016; Programa Facultad Abierta 2010, 2014) se concentró, con distintos niveles de profundidad, en la ruptura con tres tendencias previas – la represión, la indiferencia y el rechazo –, al tiempo que destacó el proceso a través del cual las recuperaciones de fábricas y el cooperativismo comenzaron a ser impulsadas por el propio gobierno nacional como una política propia.

El segundo período de investigaciones incluye los estudios sobre el Programa de Inclusión Social con Trabajo (PRIST). Se trata del plan más ambicioso de fomento de cooperativas creado en 2009 por el Ministerio de Desarrollo Social de la Nación. Allí aparecen tres líneas principales. En principio, una serie de investigaciones (Giraudo 2013; Hopp 2015, 2016; Natalucci 2012; Lo Vuolo 2010; Vuotto

2011) cuya principal hipótesis es el carácter inducido y forzado de las cooperativas creadas en el marco de dicho Plan. Recordemos que esos subsidios solo se otorgaban a proyectos cooperativos. La segunda línea (Giraudo 2013; Maneiro 2015; Malandra 2013; De Sena; Chahbenderian, 2012) se divide entre quienes sentencian como negativas a este tipo de políticas públicas por carecer de un carácter universal (De Sena; Chahbenderian, 2012); y aquellos que entienden que toda política social siempre implica niveles de conflictividad entre las instancias gubernamentales y los beneficiarios (Kasparian, 2017; Natalucci 2012; Perelmiter, 2016). Finalmente, existe una tercera línea (Hopp 2015, 2016; Hintze 2007; Giraudo 2013) que, a partir de los postulados de la economía social, compara entre lo que la teoría dictamina y los límites que delataron estos programas estatales.

COOPERATIVAS PARA TODOS Y TODAS

Las políticas tendientes a la reinclusión de vastas franjas de la población expulsadas por el neoliberalismo se orientaron en dos direcciones principales durante el *kirchnerismo*: la generación de empleo a través de la revitalización de la industria y, en paralelo, el impulso de estrategias post-salariales de generar ingresos a través del cooperativismo. Así lo analiza Verónica Gago (2014, p. 218):

... [el] consumo [en el período 2003-2015] ya no es solo efecto del ingreso salarial, sino también del dinero que el Estado transfiere a los barrios periféricos en concepto de subsidios pero sobre todo [...] de múltiples modalidades de ingreso en concepto de laboriosidades también múltiples.

En el centro de estas laboriosidades múltiples se inscribe el fomento a la autogestión y el cooperativismo. Veamos la perspectiva de Ana Natalucci (2012, p. 127):

... se pasó a organizar a los destinatarios [de las políticas públicas] según el criterio de empleabi-

lidad, distribuidos en dos grupos: empleable y no empleable [...]. En el primero se incluyeron aquellos que, por sus trayectorias laborales individuales en el marco de un crecimiento económico, tenían sumas posibilidades de conseguir un empleo. En el segundo grupo se concentraron aquellos que, por esas mismas cuestiones, quedaban fuera del mercado. Esta división aludía a las posibilidades de acceder al mundo del trabajo y en consecuencia a las protecciones que este brinda [...]. Para el primer grupo se crearon programas en el Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social, orientados a la reinserción laboral y al mejoramiento de la calidad de los empleos. Para el segundo grupo, el Ministerio de Desarrollo Social diseñó una serie de políticas sociales focalizadas [...]: Plan Familias, Manos a la Obra², Inversión Social (PRIS) e Ingreso Social con Trabajo, conocido como *Argentina Trabaja*.³

Los planes de empleo e inclusión social formulados por el MTEySS y el MTDN, a partir de 2003, fueron la admisión tácita de los gobiernos progresistas de un límite: importantes sectores de la población eran *inempleables* desde la perspectiva del mercado de trabajo formal, a pesar incluso del importante crecimiento económico e industrial que caracterizó los dos primeros mandatos presidenciales (2003-2011). Para esa población, considerada *sobrante*, se tornaba indispensable presentar una política de subsidios basada en un “modelo de autogestión asociativa” (Programa de Trabajo Autogestionado, 2004).

¿Cuál fue ese modelo aplicado? Las estrategias productivas puestas en marcha por las empresas recuperadas por obreros, el movimiento de desempleados y el movimiento campesino durante la crisis provocada por el neoliberalismo.

² El Plan Manos a la Obra nació en 2003. Se trata de un programa de subsidios no reintegrables destinados para adquirir maquinarias, herramientas, equipamiento e insumos a emprendimientos asociativos que estén funcionando o en vías de formalizarse y que cuenten con personería jurídica.

³ En el año 2009 se crea, desde el Ministerio de Desarrollo Social, con el objetivo de generar oportunidades de inclusión para mejorar la calidad de vida de los sectores más desamparados a partir de la generación empleo, capacitación y la promoción de la organización cooperativa para la ejecución de obras de infraestructura local. Este programa surge como una salida colectiva a los problemas de desocupación mediante la inclusión de las personas a cooperativas de trabajo.

La investigación en empresas recuperadas por trabajadores (ERT) nos permitirá comprender este proceso. El gobierno, en 2003, inició una exhaustiva investigación sobre las ERT todavía en medio de un delicado contexto social, económico, financiero e industrial. Se sumaba una profunda crisis de representación que afectaba al Estado y a los partidos políticos luego de las revueltas populares del 19 y 20 de diciembre de 2001, cuando renunció a la presidencia Fernando De la Rúa y se derrocó a cuatro presidentes interinos en el lapso de una semana. El *kirchnerismo*⁴ dio muestras de una incipiente reinvencción de sí mismo a fin de poder garantizar la gobernabilidad. En el caso específico de la relación con las ERT, abrió canales de comunicación antes inexistentes: los propios funcionarios fueron los que asistieron a las cooperativas para conocerlas e interiorizarse sobre su situación, se implementaron los primeros subsidios, y se solicitó la intervención de otras instancias del Estado – como las universidades – para producir saberes específicos.

El testimonio de una trabajadora de una ERT refleja este nuevo posicionamiento del gobierno:

En los primeros años no nos recibía prácticamente nadie en el Estado. Ahora pasaron los años y por suerte con el Estado nacional creo que se revirtieron mucho las cosas. Y lo tenés a la vista, porque dentro del Ministerio de Trabajo se creó un programa especial para empresas autogestionadas que trabaja muy bien. Ahí te encontras con gente que es maravillosa porque bajan y conocen a cada una de las empresas, saben de sus problemas, se saben los nombres de los obreros, te ayudan a implementar los programas, los cambian de acuerdo a las necesidades que ven en cada caso en particular. Hay funcionarios de segunda y tercera línea que realmente están y se contactan con nosotros y empiezan junto con vos a armar lo que vas necesitando. (Rosario, la entrevista en 13/05/2010).

El MTEySS y el MDSN se transformaron en los principales centros de investigación de

⁴ Así se denominó a los tres gobiernos encabezados por Néstor Kirchner y Cristina Fernández de Kirchner.

las ERT. El resultado fue la generación de un sólido corpus teórico-práctico sobre estas experiencias. El gobierno comprobó que era emprendimientos productivos módicos, pero capaz de sobrevivir en contextos precarios. Vale mencionar que, entre 1999 y 2017, se recuperaron 367 empresas privadas y se las convirtió en cooperativas. De ese total, la tasa de mortalidad ha sido mínima, tan sólo un 3%.

Ya desde la década de 1990, organismos internacionales (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desarrollo, etc.) recomendaban la promoción de la asociatividad y el cooperativismo como estrategia de inclusión de los sectores populares. Así lo expresa Maristella Svampa (2003, p. 6):

... [lo que se] exige dentro del mundo popular no es auto-regulación individual (no es posible, a falta de soportes materiales), sino más bien la auto-organización comunitaria. No es raro por ello que los organismos internacionales avalen y fomenten el desarrollo de redes comunitarias locales, antes vistas como residuos arcaicos u obstáculos a la modernización y al desarrollo.

Pero nuestra hipótesis es otra. Lo importante, para los gobiernos progresistas, no fue promover el asociativismo en términos genéricos, sino específicamente el tipo de emprendimientos ya desarrollados con relativo éxito por las ERT. En otras palabras: investigó cómo fue posible que los obreros habían logrado hacer funcionar fábricas en un contexto de crisis prácticamente sin contar con fondos financieros. A partir de entonces, decide traducir estos ensayos colectivos como una política pública propia para generar empleo e inclusión social. Así empezaron a nacer programas y áreas destinadas a fomentar un modelo autogestivo desde una perspectiva estatal. De esta manera resume la relación entre el *kirchnerismo* y las ERT un trabajador de una cooperativa:

Hoy el Estado, en vez de mandarnos a la policía, nos manda el Ministerio de Trabajo o de Desarrollo Social. Nosotros entendimos que se trataba de una nueva etapa. A mí me gusta llamar a esta época como periclana, una década de las luces. Porque el

pueblo argentino construyó todo un programa de resistencia, a través de los movimientos piqueteros, de los movimientos de mujeres campesinas en lucha, las empresas recuperadas, el club del trueque, que la verdad que fue riquísimo. [...] Ya no nos penalizaron, no nos judicializaron, no nos persiguieron. Esto es lo que nos permitió avanzar de otra manera. (Rosario, la entrevista en 15/05/2010)

A modo de hipótesis: si los sucesivos gobiernos de corte neoliberal se mostraron indiferentes y (o) reprimieron a los trabajadores que se (auto) organizaban para resistir el cierre de las empresas, a partir de 2003 el Estado comprende que su existencia es garantía de ingresos para esta población; y asume que es indispensable multiplicar este tipo de experiencias para los *inempleables* por la industria.

En la segunda etapa (2009–2015), que delimito al interior de estas nuevas formas de gobernabilidad, ya son las propias usinas estatales quienes impulsan, por ejemplo, la recuperación de empresas y, en términos generales, la creación de cooperativas a través de subsidios:

... los planes sociales dejaron de concebirse y propagandizarse como paliativo temporal de la desocupación para ser reconvertidos en subsidios a nuevas formas de empleo, asumiendo que las formas cooperativas y autogestivas creadas en el auge de la crisis tenían el saber y la astucia de procedimientos productivos entramados en los territorios de los cuales la formalidad asalariada se había retirado hacía tiempo (Gago, 2014, p. 215).

Esta política de subsidios fue considerada por los gobiernos progresistas como transitorias, pero su expansión, a lo largo de todo el período, delató que el discurso oficial sobre una supuesta construcción de una nueva sociedad salarial no tenía fundamentos. La creación de empleo genuino fue real, pero encontró límites. Entre 2003 y 2011 se incorporó a 1 millón de “obreros calificados de la industria y de servicios básicos asociados, que incluyen las actividades vinculadas con la industria manufacturera, la construcción, transporte, almacenamiento, comunicaciones, electricidad, gas y agua” (Palomino; Dalle, 2012, p.209). Pero, a partir de ese año, se detuvo drásticamente

el crecimiento. Entonces, más que una reconstrucción de un mundo asalariado destruido por el neoliberalismo, lo que se promovió fueron múltiples formas laborales que incluyen la efectiva reactivación de ciertas ramas de la industria, el impulso de cooperativas con financiamiento estatal, y la masificación de condiciones de precarización difundidas de diversos modos. La pretendida hegemonía de la industria y del trabajo formal, que caracterizó las narrativas de los gobiernos progresistas, se vio desbordada por una combinatoria de empleos, subsidios estatales, y otras estrategias precarias de generar ingresos.

Para comprender estas políticas públicas debemos analizar el caso del Programa de Trabajo Autogestionado (PTA). Fue creado en 2004 en el MTEySS para distribuir subsidios y dar asesoramiento exclusivamente a las ERT. Pero, seis años más tarde, anunciaba que incluiría también, entre sus beneficiarios, a emprendimientos asociativos que no hubieran surgido de un proceso de lucha y recuperación de empresas privadas. El único requisito era que cumplieran con el “modelo de autogestión asociativa”. Así lo anunciaba el MTEySS en su informe anual:

Frente a este universo y experiencias heterogéneas que implicó que durante la crisis y primeros años post crisis el Ministerio de Trabajo jugara un rol de gestor de la política social, dando respuestas a proyectos de trabajadores desocupados que surgían claramente como alternativas frente a la crisis, el desafío actual consiste en la asimilación del concepto del “trabajo autogestionado en forma asociativa” como una alternativa en el mundo del trabajo. [...] la política sustentada sobre el empleo como eje articulador de la vida de la ciudadanía y del destino económico del país requiere incorporar la consolidación de los procesos protagonizados por los trabajadores: autoempleo, emprendedorismo y trabajo autogestionado asociativo en el desafío del “pleno empleo” para la Argentina actual y futura (Programa de Trabajo Autogestionado, 2010).

En el 2010, se incorporaron al listado de beneficiarios de subsidios 422 cooperativas, de las cuales 280 eran ERT. Pero, ya a finales de 2013, el número de cooperativas no naci-

das de un proceso de recuperación (468, 60%) habían crecido por encima de las ERT (318, 40%). Y al cierre del 2015, ese porcentaje había crecido hasta el 72%, tal como lo indica el último documento emitido por el PTA. De un total de 1249 unidades productivas autogestionadas subsidiadas, 350 fueron ERT y 899 no (MTEySS 2015).

Entre 2004 y 2015, se asistió a 43.000 trabajadores de 1249 unidades productivas (MTEySS 2015). En el documento de balance, se explicita también cuáles fueron los sectores a los que se dirigieron sus políticas: las empresas recuperadas y gestionadas por sus propios trabajadores, las empresas autogestionadas por trabajadores como formalización de procesos de producción de bienes y (o) prestación de servicios de autogestión asociativa preexistentes, las empresas autogestionadas creadas por otras organizaciones sociales de base, integradas por colectivos de trabajadores de alta vulnerabilidad social y desocupación de larga trayectoria. Finalmente, “en el marco de la autogestión asociativa entendida en sentido amplio, se ubican un conjunto de cooperativas creadas a instancias del Estado para fomentar su participación en programas públicos, gran parte de ellos concebidos como medidas contracíclicas para sostener empleo.” (Programa de Trabajo Autogestionado, 2015).

En el próximo apartado, abordaremos un caso específico que nos permitirá comprender cómo se materializaron estos subsidios, una vez que el Estado contó con un “modelo de autogestión asociativo” propio. Y elaboraremos una tipología de cooperativas subsidiadas entre 2003 y 2015: no-estatales, anfibia y sintéticas.

TIPOLOGÍA DE COOPERATIVAS

En el apartado anterior, analicé cómo los gobiernos, a partir de 2004, comienzan a acercarse a las ERT, dejando atrás la indiferencia y (o) las acciones represivas que desplegaron los gobiernos previos al ciclo progresista ini-

ciado en 2003. Resumimos los objetivos: por un lado, otorgarles consistencia (financiera, comercial, productiva, etc.) a cooperativas que habían surgido de manera sumamente precaria; se requería sostener las fuentes de empleo en medio de la crisis. El otro objetivo fue transformar a las ERT en un objeto de estudio al que había que asistir pero también extraerle saberes, metodologías y estrategias (auto)organizativas que sirvieran para incubar un modelo cooperativo estatal.

Las ERT tienen cuatro generaciones: la primera, de carácter fundacional, nacida como respuesta a la crisis económica, industrial y de empleo que cierra el siglo XX y abre las puertas del actual; la segunda surge como efecto de las movilizaciones populares de diciembre de 2001 y llega hasta el inicio de los gobiernos progresistas en 2003; la tercera abarca el mandato de Néstor Kirchner (2003-2007) y los dos primeros años del primer gobierno de Cristina Fernández de Kirchner (2007/2009), cuando el Estado reconoce a estas cooperativas obreras como una alternativa viable para paliar la crisis de empleo; y la cuarta, cuando el Estado directamente impulsa las recuperaciones y construye su política de subsidios con la autogestión cooperativa como epicentro.

A partir de 2009, cuando se padecían los efectos de la crisis financiera internacional, la dinámica fue la siguiente: por un lado, el MTEySS y el MDSN detectaban embrionarios procesos cooperativos y proponían el financiamiento y el asesoramiento organizativo necesario para consolidarlos. En otras palabras, le daba institucionalidad a un incierto proyecto productivo asociativo, porque ya había comprobado en sus investigaciones que podía ser una alternativa viable para producir ingresos y lazos laborales.

Veamos, a continuación, el caso de la cooperativa Pimbur, ubicada en la localidad de Arroyo Seco (departamento Rosario, Santa Fe), que se dedica a la fabricación de zapatos industriales y zapatillas. La cooperativa se creó hacia finales de 2006, como un desprendimien-

to de un instituto de capacitación municipal. En dicho instituto, primero municipal y después financiado por el MTEySS, se formaba a jóvenes en las diferentes etapas de fabricación de calzados. La titulación oficial permitía graduarse como aparador de calzado y técnico en calzado. La rama de la industria elegida obedece a la historia productiva de esa región, puesto que fue un pujante polo de pequeñas y medianas empresas desde la década del setenta hasta la crisis neoliberal de finales de la década de 1990, cuando se abrieron, de manera indiscriminada, las barreras aduaneras facilitando el ingreso de calzados provenientes de Brasil y, en menor medida, de China. La incipiente recomposición del mercado interno a partir de 2003, con una política estatal más activa en la regulación de las importaciones,⁵ motorizó inversiones empresariales y la reapertura de pequeños emprendimientos en el sector.

Aquel año fundacional, la cooperativa se llamó "Posta San Martín". Contaba con 7 asociados y trabajaba a *fasón*⁶ para una empresa de zapatos industriales. Las máquinas que utilizaba eran las mismas que había financiado el MTEySS para llevar adelante los cursos de capacitación. Hacia finales del 2007, el MDSN le otorgó un nuevo subsidio para la compra de maquinarias que permitió la incorporación de nuevos trabajadores (pasaron de 7 a 14) y el alquiler de un pequeño galpón propio. En el 2009, el MTEySS sumó el instituto de capacitación como parte de una Red de Formación Continua propia. Ese mismo año se presentaron también funcionarios del MDSN para proponer a los trabajadores la aplicación del plan Marca Colectiva. Dicho programa facilitó la creación de una

⁵ En 2006, año de inicio de la cooperativa Pimbur, se limitaron desde el Estado nacional las licencias automáticas a fin de que los ingresos desde Brasil no superaran los 12 millones de pares anuales. En 2004, por ejemplo, habían ingresado 15,7 millones de pares. En forma complementaria, se redujo en un 12% la entrada de calzados desde China. En 2004, se habían importado solo desde este país 20 millones de pares. Datos extraídos de http://www1.rionegro.com.ar/suple_economico/06-03-05/nota2.php (en línea, 6/04/16).

⁶ El trabajo a *fasón* consiste en un acuerdo con una marca que provee las materias primas para la producción de sus productos, tercerizando, así, la producción en este tipo de cooperativas.

marca propia de comercialización; también se otorgaron subsidios para la compra de una nueva tanda de maquinarias e insumos. Así nació la firma Pimbur, destinada a la fabricación de zapatillas para un segmento juvenil. En su página web y en la folletería, se las recomienda para la realización de “deportes extremos”, como la práctica de *skate*, principalmente.

Desde entonces, el crecimiento productivo y comercial fue sostenido en el marco de un mercado interno pujante y a partir de la combinación virtuosa entre la obtención periódica de subsidios, el trabajo a *fasón*, y la embrionaria comercialización de la marca propia. A finales de 2011, mediante nuevos subsidios, lograron constituir una fábrica integral de corte, aparado, prearmado y armado de zapatillas y zapatos en un nuevo galpón que contaba con un primer piso exclusivo para sus oficinas comerciales. Pimbur pasó a convertirse en uno de los principales fabricantes de la región con un total de 80 trabajadores.

En una clara línea de continuidad con las políticas hacia las ERT, el MTEySS y el MDSN actuaron como facilitadores de contactos comerciales. Por momentos, según testimonia el presidente de la cooperativa, se producía una co-gestión para lograr insertarla en el mercado:

Ahora estamos por patentar unas pantuflas con cuero de oveja ecológico. La idea nos la propuso un funcionario del Ministerio de Trabajo. [...] Hay gente de los ministerios que ya prácticamente son amigos. Porque nosotros no hicimos esto solos, lo hicimos con el Estado. [...] El Ministerio de Trabajo llegó solo porque se enteraron lo que hacíamos y vinieron a vernos. Desde ahí empezamos un vínculo. (Arroyo Seco, la entrevista en 10/12/2015)

Lo que nos interesa enfatizar es que el proyecto cooperativo de Pimbur es previo a la intervención de los gobiernos a través de subsidios. Pero es el Estado el que la torna viable, la formaliza y expande en el mercado.

A este tipo de cooperativas vamos a denominarlas *anfibia*s porque, por un lado, su creación no fue “forzada” por los gobiernos

progresistas pero sí formalizadas a partir de los subsidios al asociativismo; y, por el otro, tampoco surgieron como efecto de procesos de luchas colectivas. Así lo analiza el presidente de Pimbur:

Cuando arrancamos dijimos formemos algo porque hay fondos para recibir del Estado, hay herramientas. Lo que hicimos nosotros fue una cooperativa. No les fui a decir “quiero hacer una cooperativa, dame plata”. No. La hicimos, trabajamos de prestado en una escuela, nos esforzamos, fue difícil. Cuando estuvimos trabajando, les dijimos vengan y vean cómo trabajamos a ver si nos pueden dar algo. Así llegaron los subsidios y apoyos (Arroyo Seco, la entrevista en 15/04/2016).

Finalmente, existe otro tipo de cooperativas financiadas, que se diferencian de las empresas recuperadas y también de casos como Pimbur. Se trata de cooperativas que denominaremos *sintéticas* (o de laboratorio), porque incluyen a emprendimientos que nacieron exclusivamente a partir de subsidios gubernamentales y trabajan (arreglos de calles, escuelas, espacios públicos como plazas, etc.) como proveedoras de los municipios, sin ninguna vinculación con el mercado. Dentro de este universo, encontramos, entre otras, a las cooperativas del Programa de Ingresos Social (PRIST) del MDSN. Las denominamos sintéticas porque fueron fomentadas por los gobiernos y no por un impulso de los trabajadores. Estas cooperativas fueron el predicado de los subsidios. Malena Hopp (2015, p. 220) incluye el concepto de *asociatividad forzada*:

El adjetivo “forzado”, en este caso, refiere al carácter no espontáneo de la asociación. Seleccionamos este término para caracterizar esta experiencia producida por la política social, porque se opone, justamente, a la naturaleza voluntaria de la asociatividad propia de la organización cooperativa y de los emprendimientos de Economía Social. Si buscamos los sinónimos de este adjetivo, encontramos que forzado se relaciona, por ejemplo, con falso, fingido, artificial, postizo, impuesto, ineludible y exigido. Estas palabras aluden al modo en que los destinatarios de aquellas políticas que tienen como requisito de acceso la unión con otros o la conformación de una

cooperativa, dan inicio a su experiencia asociativa/cooperativa (más allá de las diversas formas que la asociatividad pueda tomar en el proceso de su desarrollo) (Hopp, 2015).

Lo recordamos: a partir de 2009, el gobierno de Cristina Fernández dejó de otorgar subsidios a individuos, tan solo lo hizo a cooperativas. Se convirtió en una condición *sine qua non*. “Trabajo en blanco en la industria no hay más pero organicen cooperativas que los vamos a financiar con subsidios”, fue el mensaje que se emitió desde el Estado.

Por el contrario, en el caso de las ERT, se trata de cooperativas no-estatales. Son la contracara de las *sintéticas*. Las *no-estatales* nacieron a partir de procesos de lucha originados justamente a raíz del abandono del Estado. La relación intensa que se abre con los gobiernos progresistas a partir de 2003 no altera su condición de no-estatales, en la medida en que los nuevos casos son primero tributarias del movimiento de empresas recuperadas; y también porque el Estado nunca pretendió influir en las decisiones internas de los trabajadores.

Si la llamamos anfibias es porque se ubican en la frontera exacta entre experiencias no-estatales como las ERT y sintéticas como las nacidas bajo la tutela gubernamental a partir de 2009.

Una particularidad es común a los tres tipos de cooperativas: el Estado las crea y (o) asiste, pero no se propone intervenir en sus modos de gestión. El interés estatal no pasa por gobernar el interior de las cooperativas sino generar una extensa y sostenible red de (micro)emprendimientos colectivos capaz de incluir a los *inempleables*.

EL FIN DEL PROGRESISMO

El triunfo en las elecciones de diciembre de 2015 de una alianza neoliberal, pro-mercado, abrió inquietantes dudas sobre la continuidad de los subsidios a las cooperativas (no estatales, sintéticas y anfibias). Se sumó que

el rotundo cambio de modelo económico provocó una inmediata crisis económica y financiera que afectó severamente a la industria. Se produjo un aumento sideral de las tarifas de los servicios públicos (luz, agua, gas, principalmente), una súbita disminución del consumo interno a partir de la caída del salario real como consecuencia de la relación desigual entre la inflación y los salarios, un derrumbe de la producción industrial y de la obra pública y, en términos generales, del producto bruto interno.

Sin embargo, no sólo no hubo recortes en los primeros dos años de gestión del nuevo gobierno nacional encabezado por Mauricio Macri (2015/2017), sino que se incrementaron los subsidios. Ese crecimiento del presupuesto social, vale aclararlo, coincidió con una masiva demanda de ayuda financiera de las cooperativas en un contexto social, laboral, económico y financiero muy crítico, provocado por las políticas nacionales. Lo mismo ocurrió en el caso de aquellas poblaciones que reclamaron su ingreso a cooperativas financiadas como paliativo a la vertical caída de los ingresos que lograban a través de sus trabajos informales.

En una clara continuidad con los gobiernos progresistas, la actual coalición ha considerado de vital importancia política a este tipo de programas de fomento de la autogestión y el cooperativismo. Se los consideran programas estratégicos para evitar protestas sociales y enfrentamientos en un escenario recesivo.

A partir de 2016, el flamante gobierno nacional inició una investigación sobre la sustentabilidad de las múltiples cooperativas financiadas por el MTEySS y el MDSN. Los criterios aplicados fueron únicamente empresariales. En otras palabras, evaluaron si las cooperativas eran sustentables en el mercado y si tenían capacidad de generar empleo. Los gobiernos progresistas, vale mencionarlo, también separaban entre competitivas y de subsistencia. Pero no decidieron, tal como si lo hizo la nueva administración del Estado, eliminar el requisito de organizarse de manera coopera-

tiva. Esta fue la gran ruptura: ya no fue necesario, a partir de 2016, fundar cooperativas para recibir subsidios. De allí en más, los subsidios fueron individuales. El argumento esgrimido por los funcionarios fue que las cooperativas *sintéticas (o de laboratorio)* nunca funcionaron como tales dado su carácter forzado; y que, salvo excepciones, tampoco lograron dar un salto mínimo de productividad y competitividad.

CONCLUSIONES

En este artículo, se analizó una serie de transformaciones en las formas de gestión del Estado en la Argentina durante el período 2003-2015. Un proceso que se inscribe en un contexto de llegada al poder en múltiples países de la región de gobiernos denominados progresistas, que pusieron límites al patrón de acumulación neoliberal. La nueva gobernabilidad se sostuvo, en buena parte, a partir de los vínculos que fue tramando el Estado con los movimientos sociales que habían protagonizado las principales resistencias a la economía de mercado.

En este contexto, analizamos, en profundidad, el proceso a través del cual estos gobiernos, en Argentina, se transformaron en promotores del modelo de autogestión asociativa para generar empleo e inclusión social entre los excluidos crónicos de la industria. Este quiebre se produjo a partir de los límites del propio modelo económico progresista, verificado en el estancamiento del crecimiento del empleo genuino a partir de 2011. Desde el MTEySS y el MDSN, se pusieron en marcha (desde el Programa de Ingreso Social con Trabajo hasta el Programa de Trabajo Autogestionado) estrategias post-salariales que servirían de indispensable complemento de los ingresos obtenidos por los trabajadores informales (vendedores ambulantes, recolectores de cartones, etc.).

Ese modelo de autogestión asociativa fue una traducción estatal de los proyectos

laborales desarrollados por los movimientos sociales. En el artículo, elaboramos una tipología de cooperativas. *No estatales*: las caractericé de esta manera porque surgieron como una masiva respuesta a gobiernos neoliberales que provocaron la desindustrialización en la Argentina; al mismo tiempo, si bien recibían subsidios gubernamentales, se trata de proyectos que nunca dependieron exclusivamente del Estado. El principal ejemplo son las ERT. *Sintéticas (o de laboratorio)* son cooperativas directamente pergeñadas por el Estado. Entre 2009 y 2015 se crearon 7999 cooperativas de este tipo. El impulso colectivo surge como predicado de la iniciativa (léase: imposición) estatal. Para obtener los subsidios, había que organizar cooperativas. De allí que, siguiendo los planteos de Hopp (2015), la nombré como una *asociatividad forzada*. Entre ellas, situamos a las cooperativas del PRIST, que no tenían vinculaciones con el mercado y solo trabajaban para municipios. *Anfibias*: emprendimientos que asumen características de los dos modelos anteriores (no-estatales y sintéticas), pero también mantienen diferencias. Se trata de cooperativas que nacieron a partir de un proyecto colectivo genuino de los trabajadores, pero a sabiendas de las oportunidades económicas disponibles por los gobiernos para promover el cooperativismo. Desde sus inicios, el Estado las apoyó con una batería de subsidios para su formalización y desarrollo. A diferencia de las no-estatales, se trata de cooperativas que no surgen en un contexto de luchas y resistencias colectivas al neoliberalismo; y se distancian de las sintéticas en la medida en que las anfibias comercializan en el mercado.

Recibido para publicação em 30 de setembro de 2016
Aceito em 23 de outubro de 2018

BIBLIOGRAFÍA

ALLEGRONE, V.; FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M. I.; PARTENIO, F. Pensando en los dilemas de la autogestión en los procesos de recuperación de empresas y fábricas. In: VII JORNADAS DE SOCIOLOGÍA de la Universidad de

Buenos Aires. Buenos Aires, 2007.

BORÓN, A. *El pos-neoliberalismo: un proyecto en construcción*. En: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.) *La trama del neoliberalismo*. Mercado, crisis y exclusión social. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003. p. 78-83.

DÁVALOS, P. Hacia un nuevo modelo de dominación política: violencia y poder en el posneoliberalismo. En: GUTIERREZ, R. (Org.) *Palabras para tejernos resistir y transformar en la época que estamos viviendo*. Cochabamba: Textos Rebeldes, 2011. p. 117-145.

DE SENA, A.; CHAHBENDERIAN, F. *Argentina, ¿trabaja?* 2012. Disponible en <http://polis.revues.org/2136>. Acceso en: 9.10. 2017. DOI: 10.4000/polis.2136. 2012.

FIGUEROA IBARRA, C.; Cordero Díaz, B. L. *¿Posneoliberalismo en América Latina? Los límites de la hegemonía neoliberal en la región*. México: Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades, Universidad de Puebla, 2011.

FORNILLO, B. Derivas de la matriz nacional popular: el pasaje de la movilización a la estandarización del Movimiento Barrios de Pie durante el kirchnerismo (2001-2007). En: PEREYRA, S.; PEREZ, G.; SCHUSTER, F. (Orgs.) *La huella piquetera*. Avatares de las organizaciones de desocupados después de 2001. Buenos Aires: Ediciones Al margen, 2008. p. 183-203.

GAGO, V. *La razón neoliberal. Economía barroca y pragmática popular*. Buenos Aires: Tinta Limón Ediciones, 2014. 318p.

GIRAUDO, C. *Las cooperativas del programa Argentina Trabaja y la generación del trabajo genuino*. Un estudio reflexivo sobre las nuevas formas de conceptualización del trabajo cooperativo. 2013. Disponible en <http://cdsa. academica.org/000-038/667.pdf>. Acceso en: 5. 09. 2018.

GUDYNAS, E. Sentidos, opciones y ámbitos de las transiciones al postextractivismo. En: LANG, M.; MOKRANI, D. (Orgs.) *Más allá del desarrollo*. Quito: Abya Yala/Fundación Rosa Luxemburg, 2011. p. 265-298.

HINTZE, S. *Políticas sociales argentinas en el cambio de siglo. Conjeturas sobre lo posible*. Buenos Aires: Espacio, 2007. 156p.

HOPP, M. V. Potencialidades y límites del programa Argentina Trabaja en dos barrios populares del conurbano bonaerense. *Documentos y Aportes en Administración Pública*, Santa Fe, Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad Nacional del Litoral, n. 27, p. 7-35, 2016.

_____. Identidades laborales de destinatarios del Programa Ingreso Social con Trabajo Argentina Trabaja. *Trabajo y Sociedad*, Santiago del Estero, Universidad Nacional de Santiago del Estero, n. 24, p. 207-223. 2015.

HUDSON, J. P. *Acá no, Acá no me manda nadie. Empresas recuperadas por obreros 2000-2010*. Buenos Aires: Tinta Limón Ediciones, 2011. 223p.

_____. Políticas públicas y empresas recuperadas por sus obreros en Argentina. Un análisis del Programa de Trabajo Autogestionado 2004-2012, *Apuntes, Sevilla*, n. 79, p. 157-184, 2016.

JEFATURA DE GABINETE DE MINISTROS DE LA NACIÓN. Memoria detallada del Estado de la Nación 2013. En: *Jefatura de Gabinete de Ministros de la Nación*. 2013. Disponible en <http://www.desarrollosocial.gob.ar/wp-content/uploads/2016/09/Memoria-del-Estado-de-la-Nacion-2013.pdf>. Acceso en: 15.11.2018

_____. Memoria detallada del Estado de la Nación 2015. En: *Jefatura de Gabinete de Ministros de la Nación*. Disponible en <http://www.desarrollosocial.gob.ar/wp-content/uploads/2016/09/Memoria-del-Estado-de-la-Nacion-2015.pdf>. Acceso en: 25. 08. 2017.

KASPARIAN, D. De la inducción estatal a la cooperativa sin punteros. El conflicto constituyente en una cooperativa del Programa Argentina Trabaja. *Argumentos*, Buenos Aires, Instituto de Investigaciones Gino Germani, n. 19, p. 112-140, 2017.

LO VUOLO, R. El programa "Argentina Trabaja" y el modo estático de regulación de la cuestión social en el país. En: *CIEPP*. 2010. Disponible en <http://www.ciepp.org.ar/trabajo.htm>. Acceso en: 4. 08. 2017.

MALANDRA, A. *Continuidades y rupturas en la política social argentina: Argentina trabaja*. 2013. 107 p. Trabajo (Licenciatura en Sociología) - Facultad Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de la Plata.

MANEIRO, M. Representaciones sociales sobre el Programa Argentina Trabaja en las clases populares urbanas. *Revista Katálysis*, Santa Catarina, v.18, n. 1, p. 62-73, 2015.

MASSETTI, A. *La década piquetera. Acción colectiva y protesta social de los movimientos territoriales urbanos*. Buenos Aires: Trilce, 2009. 192 p.

NATALUCCI, A. Políticas sociales y disputas territoriales. El caso del programa Argentina Trabaja". *Perspectivas de Políticas Públicas*, Lanús, Universidad Nacional de Lanús, n. 3, p. 126-147, 2012.

_____. La recreación de la gramática movimientista de acción colectiva: movimientos sociales y nuevas institucionalidades. En: FORNI, P.; CASTRÓNNUOVO, L. (Orgs.) *Ni piqueteros ni punteros: organizaciones populares durante el kirchnerismo*. La Plata: EDULP, 2015. p. 149-166.

PALOMINO, H.; DALLE, P. El impacto de los cambios ocupacionales en la estructura social de la Argentina: 2003-2011. *Revista de Trabajo*, Buenos Aires, Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social, n. 10, p. 205-223, 2012.

PERELMITER, L. *Burocracia plebeya*. La trastienda de la asistencia social en el Estado Argentino. Buenos Aires: UNSAM EDITA, 2016. 226 p.

PEREYRA, S.; PÉREZ, G.; SCHUSTER, F. (Orgs.) *La Huella piquetera. Avatares de las organizaciones de desocupados después del 2001*. Buenos Aires: Al Margen, 2008.

PETRAS, J.; VELTMEYER, H. *El neoextractivismo. ¿Un modelo posneoliberal de desarrollo o el imperialismo del siglo XXI?*. México: Planeta, 2015.

PROGRAMA DE TRABAJO AUTOGESTIÓN. *Informe anual*. Buenos Aires: Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social. 2013.

PROGRAMA DE TRABAJO AUTOGESTIONADO. *Informe anual*. Buenos Aires: Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social. 2015.

_____. *Informe anual*. Buenos Aires: Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social. 2010.

_____. *Informe anual*. Buenos Aires: Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social, 2004.

PROGRAMA FACULTAD ABIERTA. *Informe del tercer relevamiento de empresas Recuperadas por sus trabajadores*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2010.

PROGRAMA FACULTAD ABIERTA. *Informe del tercer relevamiento de empresas recuperadas por sus trabajadores*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2014.

RAJLAND, B.; CAMPIONE, D. Piqueteros y trabajadores ocupados en la Argentina de los últimos años: novedades y continuidades en su participación y organización en los conflictos. En Caetano, G. (Org.) *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América*

Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 297-330.

SADER, E. *Refundar el Estado. Posneoliberalismo en América Latina*. Buenos Aires: Instituto de Estudios y Formación de la CTA, 2008. 90p.

SCHUTTENBERG, M. El campo nacional y popular durante el kirchnerismo: una aproximación a las diferentes experiencias históricas, identidades y tradiciones políticas que reconfiguraron ese espacio desde el 2003. En: FORNI, P.; CASTRÓNUOVO, L. (Orgs.) *Ni piqueteros ni punteros: organizaciones populares durante el kirchnerismo*. La Plata: EDULP, 2014. p. 99-127.

SVAMPA, M. El «Consenso de los Commodities» y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 244, p. 30-47, 2013.

_____. Cinco Tesis sobre la nueva matriz popular. Buenos Aires. En: *Instituto de Investigaciones Gino Germani*. 2003. Disponible en <https://es.scribd.com/document/94508766/SVAMPA-a-2003-Cinco-Tesis-Sobre-La-Nueva-Matriz-Popular>. Acceso en: 20.10.2018.

_____. *La sociedad excluyente*. Buenos Aires: Taurus, 2005. 352 p.

_____. *Debates Latinoamericanos. Indianismo, Desarrollo, Dependencia, Populismo*. Buenos Aires: Lugar, 2016. 568 p.

VUOTTO, M. El cooperativismo de trabajo en la Argentina: contribuciones para el diálogo social. Programa Regional para la Promoción del Diálogo y la Cohesión Social en América Latina. En: *OIT*. 2011. Disponible en https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_179395.pdf. Acceso en: 16.10.2018

ZIBECHI, R. *Territorios en resistencia. Cartografía política de las periferias urbanas latinoamericanas*. Buenos Aires: LaVaca, 2008. 170 p.

**PROGRESSIVE GOVERNMENTS AND
COOPERATIVISM: employment policies in
Argentina**

Juan Pablo Hudson

The objective of the article is to understand the employment policies implemented by progressive governments in Argentina between 2003 and 2015. Specifically, the subsidies aimed at promoting cooperativism between informal workers and the chronically unemployed. The main conclusion is that, once recognized the limits in the generation of genuine employment in the industry, governments during this progressive cycle promoted permanent post-wage strategies to generate income for workers rated as unemployable. There were three types of cooperatives financed and (or) created by the State: non-state, synthetic and amphibian. The cooperative model implemented during this period was a translation of collective undertakings self-managed by social movements during the application of neoliberal policies in the nineties and the beginning of this new century. The research methodology used was qualitative: interviews conducted in companies recovered by their workers, with references from social movements, and public officials.

KEY WORDS: Progressive governments. Social movements. Self-managed. Public policies. Cooperatives.

**GOUVERNEMENTS PROGRESSIFS ET
COOPÉRATIVISME: plans d'emploi en Argentine**

Juan Pablo Hudson

L'objectif de cet article est d'examiner la relation en Argentine entre les gouvernements dénommés progressistes qui ont mis des limites au patron d'accumulation néolibérale et les mouvements sociaux qui ont constitué les résistances principales à l'économie de marché, avec un intérêt particulier dans le cas des entreprises récupérées par des ouvriers (ERT). Une hypothèse que je fondamentaré est que, pendant la période 2003-2015, les principaux plans sociaux pour les populations considérées comme inemployables par le marché formel reposaient sur une traduction des expériences autogérés soutenus par l'ERT gouvernement pendant la crise que le pays début de ce nouveau siècle. Le second indique que la promotion de l'autogestion était pas une stratégie à court terme, mais une politique publique expansive qui tenait encore lorsque le pays a enregistré une croissance économique significative. Enfin, nous examinons trois types de coopératives couvertes par les subventions de l'État au cours de la période à l'étude: non étatique, synthétique et amphibie.

MOTS CLÉS: Gouvernements progressistes. Mouvements sociaux. Autogestion. Politique publique. Coopératives.

UMA ANÁLISE MULTI-ESCALAR DAS NOVAS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS NA SAÚDE E NA ASSISTÊNCIA

Tarcísio Perdigão Araújo Filho*

GEORGES, Isabel Pauline Hildegard; SANTOS, Yumi Garcia dos. *As novas políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência: produção local do serviço e relações de gênero*. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. 356 p.

Provavelmente, quem toma o livro *As “novas” políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência às mãos, sem conhecer o background acadêmico de suas autoras – Isabel Georges e Yumi Garcia dos Santos –, poderia pensar que se trata de um estudo sobre o Estado e seus serviços como objetos em si, da forma como, muitas vezes, são entendidos no senso comum. A leitura da obra, no entanto, mostra muito mais. A partir de um estudo sobre como funcionam os serviços de saúde e assistência em territórios periféricos paulistanos, a pesquisa desenvolvida traz como pressuposto uma noção de Estado cujos limites são, na verdade, flutuantes quando compreendidos pelo ponto de vista de suas margens (Das; Poole, 2008). Se tais serviços, grosso modo, representam a presença do Estado nos territórios, é mediante a análise das relações sociais que os constituem que se torna possível compreender, na realidade, os modos de circulação do poder, os lugares do conflito. A pesquisa adentra nas entranhas do trabalho social. Seu foco se põe, ao mesmo tempo, sobre indivíduos e instituições, sujeitos e atores das políticas, mercado e política, sociedade civil e Estado.*

* Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Departamento de Sociologia. Rod. Washington Luis, km 235 Cx. P. 676. Cep: 13565-905. São Carlos – São Paulo – Brasil. tarcisioperdigao@gmail.com

Concretamente, esse estudo buscou compreender os mecanismos de funcionamento dos serviços de saúde e assistência no contexto das assim chamadas “novas” políticas sociais (principalmente o Estratégia Saúde da Família e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), a partir de pesquisa de caráter etnográfico em três bairros periféricos da Zona Leste de São Paulo. A novidade trazida por esses programas diz respeito ao rompimento com a lógica supostamente assistencialista. Aproveitando-se das organizações territoriais e familiares das periferias, os assistidos são incentivados a participar do próprio desenvolvimento, tornando-se corresponsáveis por ele, como veremos. Dois métodos principais compuseram o trabalho de campo: entrevistas com usuárias dos serviços e trabalhadores, bem como observação participante nas sedes das entidades que operacionalizam os serviços.

O livro representa uma verdadeira aula de metodologia de pesquisa social. Inspiradas pela sociologia compreensiva, as análises partem das experiências, discursos e trajetórias das agentes de execução e das beneficiárias dos programas, em um movimento intenso entre os dados empíricos e sua interpretação. A partir desses pontos de observação, propiciam-se interpretações por “lentes” diversas. Torna-se possível, assim, empreender uma dinâmica de análise que circula entre as observações empíricas, com seus diversos níveis de análise, lidadas como manifestações a um só tempo, locais e globais, como um “dispositivo multiescalar”. Fruto desse esforço, dimensões como gênero, família, política, mercado, religião e trabalho se conectam a todo o momento, sem que pareça ao leitor um esforço “artificial”, mas, de fato, representando teoricamente a mútua determinação dessas dimensões.

A maneira como o livro se estrutura reflete a construção do argumento por essa via metodológica. Em cada parte, o leitor se depara com diferentes níveis de análise do fenômeno, começando desde uma abordagem mais ampla e alcançando uma abordagem mais aproxima-

da da vida das mulheres pesquisadas. Na primeira parte (capítulos 1 e 2), as autoras fazem uma contextualização da criação e da legitimação dos programas de saúde e assistência, apresentando seus princípios teóricos, além das matrizes históricas e territoriais. A segunda parte (capítulos 3 a 7) se dedica a analisar como essas políticas se concretizam no caso paulistano, tendo como principal referência a ação dos atores e atrizes diretamente envolvidos nas rotinas dos programas, e considerando as especificidades de cada contexto de inserção territorial. E, por último, a terceira parte (capítulos 8 a 10) prioriza uma entrada nas trajetórias das agentes de implementação e das beneficiárias, caminho pelo qual é possível realizar cruzamentos e paralelos entre as diversas formas de mobilização e seus significados. Apesar da divisão, um dos grandes méritos relativos à robustez da obra é o vaivém constante entre os níveis de análise, como um “jogo de escalas” (Revel, 1996).

A primeira parte do livro contextualiza, nas políticas sociais contemporâneas, o surgimento da perspectiva de gênero, que entremeia os campos da proteção social e do desenvolvimento social. Esse nível de análise se inicia com as tendências históricas internacionais, desde o surgimento do campo da proteção social nos países do Norte, remetendo sempre ao modo como esse processo incide nos programas brasileiros contemporâneos. A retomada histórica proposta passa pelas principais raízes da proteção social, como a caridade e a filantropia. Nessas formas, mesmo que o “caráter nacional” ainda não fizesse parte do repertório de representação social e justificação dessas intervenções, é possível compreender alguns dos aspectos que conformarão a “ajuda aos pobres” nos tempos modernos. Um dos aspectos mais importantes dessa análise é o papel positivado da família como unidade social que medeia a relação do Estado com os indivíduos ajudados, configurando o que as autoras chamam de “lógica familista” da assistência social, uma constante desde as formas pré-ca-

pitalistas das políticas sociais. Compreende-se que, nessa configuração, o papel de cuidado atribuído à figura materna (normalmente as beneficiárias titulares), como autoridade do lar, é o que move a assistência. Esse é um dos motes mais importantes do livro: as mães de família compartilham a responsabilidade pelo sucesso das intervenções estatais.

Em diálogo com essa dimensão, as autoras pleiteiam o impacto do neoliberalismo sobre a questão social na contemporaneidade. Discutem os novos parâmetros globalizados (teóricos e políticos) para o desenvolvimento social erigidos na passagem da década de 1980 para 1990 e criados, em grande medida, como orientação para as políticas de “combate à pobreza” nos países do Sul Global. Esse novo modelo de desenvolvimento tem como fundamento a inserção dos pobres na produção e no mercado de consumo (Sen, 2000), como as políticas de transferência de renda e de concessão de microcrédito. O pobre (individualmente) passa a ser entendido como potencial sujeito produtivo e responsável por sua integração social, enquanto a pobreza (coletivamente) transfigura-se em business. Essa leitura da sociedade decorre de uma agenda neoliberal de governos de populações, impulsionada em escala global, principalmente pelos esforços de instituições internacionais, como o Banco Mundial. Trata-se de um paradigma de governamentalidade que impacta diretamente na realidade social e na política latino-americana e, mais especificamente, no Brasil.

Tratando-se de um país de raízes escravocratas, onde a chamada “sociedade salarial” nunca se concretizou, os serviços públicos de saúde e assistência brasileiros se destinavam à pequena parcela de trabalhadores formais. Ecoa, portanto, um modo de governo dos pobres originado e operante pela dualidade entre formalidade e informalidade, e, simultaneamente, em uma chave moral, entre “trabalhadores” e “vagabundos”, ou merecedores e não merecedores. Nesse sentido, o avanço do espírito neoliberal no Brasil converge com o mo-

mento de consolidação de lutas por direitos sociais (com a aprovação da Constituição Cidadã de 1988), tudo isso ainda contextualizado pela radical desigualdade social. Foi diante desse cenário supostamente ambíguo que os campos da assistência social e da saúde pública se consolidam institucionalmente no período democrático. O “combate à pobreza” se limitaria ao combate à miséria absoluta, e as desigualdades deixam de ser lidas pelo viés do conflito social de raízes estruturais, naturalizando-se e sendo esvaziadas de todo seu potencial de transformação pela política. Nesse processo, os termos se transfiguram: a categoria “pobreza” se converte em “vulnerabilidade social”, entendida como tudo aquilo que dificulta a criação das oportunidades para o indivíduo, sua inserção individual no mercado e o exercício de suas capacidades de empreender no mundo.

Na segunda parte do livro, Georges e Santos se dedicam a analisar como os serviços de saúde e de assistência operam concretamente no contexto paulistano contemporâneo, explorando as múltiplas dimensões e implicações de sua terceirização e sua consequente transformação em “mercadoria política” (Misse, 2002). Assim, trazem como hipótese a “mercantilização da pobreza”, dispositivo expresso em vários níveis e que dá forma, por fim, aos modos de gestão da questão social.

A primeira dimensão abordada desse dispositivo são as privatizações ocorridas na esteira da municipalização da saúde. Trata-se de um processo de terceirização da operação dos serviços para “organizações da sociedade civil”, como as instituições de cunho religioso. Esse processo é lido como a convergência dos interesses: do poder público de se isentar da proteção social, e dessas organizações de ampliar sua atuação nesse mercado, dispondo de mais capital financeiro, social e político a partir dos convênios com as prefeituras. Um dos efeitos mais evidentes dessa conformação diz respeito ao acesso aos serviços de saúde. Ainda que, por lei, tal acesso seja universal, na prática, ele se torna relativo e atravessado

pelos interesses e dinâmicas próprias das organizações. Em outras palavras, o direito à saúde pública e à assistência se embaralha com a autonomia e a filosofia de cada uma das organizações que implementam tais serviços.

A partir da análise das dinâmicas nas “pontas” dos serviços, observa-se uma lógica privada de funcionamento do “público”, o que se normatiza através de toda a cadeia de responsabilidades e atribuições das organizações operadoras. Desse modo, as autoras jogam luz sobre o trabalho das agentes comunitárias de saúde (ACS), que são atrizes centrais no contexto da descentralização administrativa, cujo trabalho de atenção à saúde das famílias se dá “por proximidade” (já que, quase sempre, elas também são moradoras das comunidades a que atendem), baseado em visitas domiciliares. Nas entrelinhas, trata-se de um trabalho de mediação entre diferentes códigos morais e dinâmicas territoriais das periferias junto ao universo burocrático-institucional. Na medida em que ocupam um emprego precário (embora seja relativamente formalizado, estável e motivo de certa ostentação de status local), são responsabilizadas individualmente pelo funcionamento do sistema. Deflagra-se uma relação de dependência dessas mulheres periféricas, com o emprego e a função social que elas desempenham, o que, de forma naturalizada, extrapola inclusive o expediente de serviço. Analiticamente, essa ambivalência integra o que as autoras chamam de “injunções contraditórias”, evidentes nas “pontas” dos serviços.

Aprofundando-se em uma compreensão ampla dos vínculos sociais, as autoras retomam a importância do gênero para a produção desses serviços, já que se trata de um típico “trabalho feminino”, dependente da disposição dessas agentes para o cuidado, e para certo controle sobre o outro. É por meio desse relativo empoderamento conferido às agentes que as políticas de saúde e assistência se materializam e se reproduzem.

A seguir, as autoras se debruçam sobre o setor da assistência social, também operacio-

nalizado pelas “organizações da sociedade civil”. Mediante a análise de diversas trajetórias dessas entidades, são comparadas as diversas formas de legitimação mobilizadas por suas agentes a fim de atuarem no Estado (ou como Estado). No entanto, essas formas de legitimação não se abalizam apenas via burocracia estatal, pois se trata de uma participação negociada ainda com outras “instâncias de ordenamento”, como, por exemplo, os partidos políticos, além da igreja e do “crime organizado” (Feltran, 2011). Por esse caminho, deflagra-se também o modo como entidades e agentes se situam no mercado e como, por efeito, contribuem para esse modo de governo.

Esses nexos são reforçados pela análise das trajetórias de agentes importantes em cada uma das entidades, as quais são entendidas, na obra, como “empreendedoras morais” (Becker, [1963] 2008), responsáveis pela triagem que separa os “bons” dos “maus” pobres (Lautier, 2014). Ao mesmo tempo em que as assistidas são constantemente objetificadas pelas classificações operatórias, a própria história de vida das operadoras se funcionaliza em discurso moralizante, uma vez que é narrada como exemplo de boa conduta e mérito para as demais. À vista disso, o fim último dessas entidades, e, de forma conectada, de seus variados agentes, será compreendido como a permanência nos territórios e, ao fim, uma “boa colocação” nesse mercado que tem a pobreza como razão de existência.

Remetendo às hipóteses da sociologia das instituições (Becker et al., 1968; Hughes, 1984), o mundo das usuárias e o dos membros das instituições, afinal, não estão tão apartados como se pode pensar de início. A partir de uma análise que busca entender os encaixes entre esses dois grupos, conclui-se que existe uma relação de dependência mútua entre eles, de tal forma que a própria conservação dessas posições (que mobilizam, como vimos, aspectos morais e políticos, principalmente) torna-se um fim em si mesma: “As representações das ‘empreendedoras morais’, ou das ‘criadoras de

regras’, e de suas trajetórias profissionais e sociais viabilizam a existência da instituição no seu formato atual de entidade filantrópica, de terceirização de programas assistenciais municipais a baixo custo” (Georges; Santos, 2016, p. 237). Além disso, conservam-se todas as desigualdades entre a população de assistidos, o que serve à manutenção do próprio sistema, inclusive a priorização do papel social da função materna às mulheres pobres.

Por mais que as questões de gênero sejam estruturantes para o argumento transversal à obra, é na parte final que elas aparecem com mais força, de forma mais visceral. Trata-se da análise das trajetórias das agentes de implementação e das beneficiárias dos programas, alocadas na “última ponta da arquitetura social” (Georges; Santos, p. 325). A funcionalização do papel feminino, essencializado nas políticas familistas, se expressa tanto pela disposição ao trabalho de cuidado quanto pela disposição de se adequar aos critérios sempre moralizantes e disciplinadores que as fazem ser consideradas “boas beneficiárias” e “boas mães de família”. Se as agentes de execução são consideradas mediadoras sociais para com suas comunidades, o mesmo pode se concluir sobre as usuárias titulares, que têm o dever de redistribuir os cuidados e o controle para os demais membros da família, como um continuum. Elas são as responsáveis pela frequência dos filhos à escola, por sua “boa conduta” como cidadãos (passando, muitas vezes, pela influência religiosa), por seus hábitos alimentares e de cuidado com a saúde etc. As usuárias exemplares são aquelas que combinam certas vias de mobilidade e de controle moral que servem de prova para o sucesso das organizações executoras.

O livro termina ressaltando as heterogêneas formas de engajamento no trabalho social e a transformação de seus níveis de profissionalização a partir do estudo de trajetórias femininas. Esse viés de análise torna evidente a hibridização de diversos registros de moralidade, por meio da qual as ações e discursos

contribuem para reproduzi-los. Diante disso, vieram à tona as condições e os sentidos atribuídos para a construção das legitimidades do trabalho social na vida das mulheres, levando-se em conta toda a centralidade que as figuras femininas têm nos programas e, de modo mais geral, sua função mediadora entre diferentes instâncias de ordenamento presentes nos territórios. Uma vez que os limites de ação entre os âmbitos do público e do privado são impositivamente borrados, a autonomia dessas mulheres é constituída, portanto, pela gravitação dos papéis femininos essencializados, sejam eles produtivos ou reprodutivos.

Para além da importância dos dados empíricos e das análises que contribuem para o campo de estudos sobre a presença do Estado nas periferias paulistanas, a obra tem potência teórica e crítica notável para o debate acadêmico acerca dos significados do trabalho social, das expressões contemporâneas do neoliberalismo e da transversalidade das construções de gênero para a compreensão dos dispositivos de governo. A perspectiva multiescalar permite a apreensão desses dispositivos expressos nas variadas faces do Estado, atravessados não somente por fatores “próprios” do campo político-institucional, mas tensionados por tantas outros, como religiões e mercados. Dessa

forma, as reflexões levam, ao mesmo tempo, a lançar um olhar crítico sobre a história das instituições e a conjecturar sobre os sentidos de construção da democracia “à brasileira”.

Recebido para publicação em 06 de fevereiro de 2018
Aceito em 29 de outubro de 2018

REFERÊNCIAS

- BECKER, H. *Outsiders: studies in the Sociology of deviance*. [1963]. New York: The Free Press, 2008.
- BECKER, H. et al. (Org.). *Institutions and the person: essays presented to Everett Hughes*. Chicago: Aldine, 1968.
- DAS, V.; POOLE, D. El Estado y sus márgenes, etnografias comparadas. *Cuaderno de Antropología Social*, Buenos Aires, v. 27, p.19-52, 2008.
- FELTRAN, G. de S. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- HUGHES, E. C. *Going concerns: the study of American Institutions*. Comunicação oral. American Sociological Association, 1957 [The Sociological Eye, p. 52-64, 1971].
- LAUTIER, B. O governo moral dos pobres e a despolíticação das políticas públicas na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 463-477, dec. 2014 .
- MISSE, M. O Rio como um bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política. *Insight inteligência*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 18, p. 68-79, 2002.
- REVEL, J. *Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'expérience*. Paris: Gallimard-Le Seuil, 1996.
- SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Tarcísio Perdigão Araújo Filho – Mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Desenvolve pesquisa nas áreas da Sociologia Urbana e Sociologia do Trabalho, tem como tema o trabalho no comércio ambulante. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Número do processo: 2017/02638-3

DISSERTAÇÕES E TESES

- ✓ TREUKE, Stephan. *Explorando a dimensão espacial da pobreza em três bairros populares de Salvador, Bahia, Brasil, a partir do efeito-território*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, defendida em 17 de outubro de 2018, sob a orientação da Profa. Dra. Iracema Brandão Guimarães.

Entre os estudos sociológicos cristalizou-se recentemente um interesse em examinar as relações de proximidade residencial entre grupos socialmente distantes, considerando-se a organização sócio-espacial mais fragmentada das metrópoles brasileiras em uma escala micro-urbana. Diante de certa lacuna de pesquisas qualitativas versando sobre esta temática, a presente tese propõe-se a indagar se existem maiores oportunidades de integração socioeconômica nos bairros populares Calabar, Vale das Pedrinhas e Bate Facho (Salvador, BA), dada sua inserção em uma região habitada pelas classes média e alta. Para analisar temas como integração e oportunidade, explora-se a noção de efeito-território da sociologia urbana, visando conhecer as condições de vida e a mobilidade socioeconômica a partir de três dimensões interligadas: material, considerando-se a proximidade aos condomínios que beneficia uma integração econômica de moradores; social, observando-se a presença de vínculos primários e locais na promoção da solidariedade intra-grupal; e simbólica, destacando-se a persistência dos estigmas territoriais que criam obstáculos à procura de emprego. Diante da variabilidade dos resultados, destacam-se alguns fatores nas articulações inter-classes: a maior demanda em serviços pessoais e produtos não-duráveis por parte dos moradores dos condomínios; a segmentação social em termos de acesso aos serviços urbanos; e a evitação social, abstraindo-se as articulações empregatícias, na imagem negativa dos três bairros vistos como bastiões do tráfico de drogas, e abrigos de uma população potencialmente perigosa.

Palavras-chave: Urbano. Segregação. Território.

EVENTOS

- ✓ CONFERÊNCIA

11 de setembro de 2018 – CRH/UFBA em parceria com a Rede Interdisciplinar de Pesquisa/USP e a Faculdade de Educação/UFBA promoveu a Conferência “*Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*”, que foi proferida pelo renomado pesquisador francês Christian Laval (Universidade de Paris Nanterre). O professor Christian Laval tem vasta produção acadêmica na área das ciências sociais, tendo alguns de seus livros traduzidos para o português, tais como: “A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal” e “Comum: ensaios sobre a revolução do século XXI”, ambos escritos em co-autoria com Pierre Dardot.

- ✓ SEMINÁRIO

10 de setembro de 2018 – O CRH/UFBA, em parceria com a Rede Interdisciplinar de Pesquisa/USP e a Faculdade de Educação/UFBA, realizou uma reunião com pesquisadores da UFBA e de outras instituições acadêmicas para debater o tema “Alternativas para a democracia hoje: abordagens comparativas”. A reunião contou com a intervenção dos professores Christian Laval (Universidade de Paris Nanterre), Nilton Ken Ota (Professor do Departamento de Sociologia da USP) e Márcia Cunha (Sophiapol/Universidade de Paris Nanterre)

- ✓ PALESTRA E DEBATE (Auditório Guaraci Adeodato, do CRH)

13 de dezembro de 2018 – Atividade pública da equipe de pesquisa do projeto Pibic/UFBA “*Ecos do subsolo: estudo de um pensamento político de matriz comunista em diálogo com esquerdas e liberais sobre reformismo e democracia no Brasil*”, sediado no CRH, realizada em promoção conjunta do CRH/FFCH/UFBA e Departamento de Ciência Política (DCP/UFBA). O título da palestra, “Reformismo de esquerda e democracia política” é o mesmo de livro recente do palestrante, Luiz Sergio Henriques, tradutor, ensaísta e editor do site Gramsci e o Brasil. Atuaram como debatedores os professores Antônio Santos Oliveira, do Departamento de Ciência Política da UFBA e Iracy Castro Picanço, Titular aposentada da FAGED e Emérita da UFBA. A composição da mesa teve como critério proporcionar a interpelação do palestrante (intelectual da tradição “eurocomunista”, notório estudioso e tradutor de obras de Gramsci no Brasil) a partir de duas perspectivas diferentes: uma (a do prof. Antônio Oliveira), explicitamente ancorada no campo liberal e outra (a da profa. Iracy Picanço), no campo marxista não identificado com a abordagem “revisionista” do palestrante. Como resultado ocorreu um intenso debate não apenas entre os membros da mesa mas envolvendo uma numerosa e diversificada plateia, composta majoritariamente por estudantes.

- ✓ SEMINÁRIO DE LINHA DE PESQUISA

14 de dezembro de 2018 – manhã (Auditório Guaraci Adeodato, do CRH) – Atividade de difusão da linha de pesquisa “*Política: teoria, pensamento e instituições*” do CRH/FFCH/UFBA, desdobrou, em seu campo temático, o Seminário de pesquisa do Centro, ocorrido no mês anterior. Após dez apresentações de trabalhos, foram expostos e debatidos resultados de pesquisas (uma concluída, outra em andamento) comunicadas ao mais recente Encontro Nacional da área da Ciência política; resultados parciais de uma pesquisa de pós-doutorado, uma tese de doutorado e duas dissertações de mestrado, além de conclusões de três trabalhos de iniciação científica. Os vários trabalhos cobriram os três focos da linha de pesquisa (teoria, pensamento e instituições), abordando pensamento e programas da esquerda partidária no Brasil pré-64 (PCB e PTB), autores como Ruy Barbosa, Oliveira Vianna, Alberto Pasqualini, Raymundo Faoro e Simon Schwartzman, temas teóricos como os da guardiania e quase guardiania na teoria democrática; trabalhismo, patrimonialismo, relação elites e

instituições e, no plano específico dessas últimas, capacidade burocrática, reforma do estado, democracias na América Latina e intervenções do Poder Judiciário na política

✓ **OFICINA**

14 de Dezembro de 2018 – tarde (Sala de Reuniões do CRH) – A equipe de pesquisa do projeto Pibic/UFBA “Ecos do subsolo: estudo de um pensamento político de matriz comunista em diálogo com esquerdas e liberais sobre reformismo e democracia no Brasil” concluiu seus primeiros seis meses de atividade realizando uma oficina de trabalho com a presença de Luiz Sergio Henriques, ensaísta e tradutor, editor do site Gramsci e o Brasil e colunista do jornal Estado de São Paulo. O convidado é fonte da pesquisa, por ter integrado o grupo de intelectuais que tentou, entre o final da década dos 70 e o início da dos 80, sob inspiração do pensamento de Gramsci e do chamado eurocomunismo, uma renovação no pensamento da esquerda em que se inseria o então PCB. Por outro lado, é também referência bibliográfica do estudo porque prossegue publicando reflexões sobre o pensamento e a ação da esquerda brasileira. Nessa oficina foi submetida a Luiz Sergio uma pauta de questões elaboradas pelos participantes da equipe do projeto de pesquisa, a partir do contato que tiveram com a temática, ao desenvolverem os três planos de trabalho de estudantes em que se desdobra o projeto. A memória da oficina está sendo editada para acesso de pesquisadores e grupos de pesquisa e servirá aos trabalhos a serem apresentados ao Pibic em junho de 2019.

445	THE MARXIST THEORY OF DEPENDENCE AND THE CHALLENGES OF THE 21ST CENTURY - INTRODUCTION Carlos Eduardo Martins, Luiz Filgueiras
451	THE LATIN AMERICAN CONTRIBUTIONS TO CRITICAL DEVELOPMENT THEORY Cristóbal Kay
463	THE DEPENDENCY THEORY IN THE LIGHT OF MARX AND CONTEMPORARY CAPITALISM Carlos Eduardo Martins
483	ABOUT SUPER- EXPLOITATION AND DEPENDENT CAPITALISM Jaime Osorio
501	SUBIMPERIALISM AND DEPENDENCE IN THE NEOLIBERAL AGE Adrian Sotelo Valencia
519	CAPITAL AND CAPITALISM REPRODUCTION STANDARD DEPENDENT IN CURRENT BRAZIL Luiz Filgueiras
535	CONTRIBUTIONS OF RUY MAURO MARINI TO THE DEBATE ON THE STATE IN DEPENDENT COUNTRIES Maíra Machado Bichir
555	FORTY YEARS OF AN ELEGIA: Francisco de Oliveira and the Northeast Flávio Mendes
567	INDEPENDENCE, JUDICIARY AND PUBLIC PROSECUTOR'S OFFICE Fábio Kerche
581	YOUTH AND ASSOCIATIVE LIFE FROM THE PERIPHERIES OF SÃO PAULO Gilberto Geribola Moreno
601	INFRASTRUCTURE AND DEVELOPMENT: what can be expected from the bridge Salvador-Itaparica? Bahia-Brazil Francisco Lima Cruz Teixeira, Sílvio Vanderlei Araújo Sousa
621	PROGRESSIVE GOVERNMENTS AND COOPERATIVISM: employment policies in Argentina Juan Pablo Hudson
	REVIEW
635	AS NOVAS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS NA SAÚDE E NA ASSISTÊNCIA: produção local do serviço e relações de gênero of Isabel Pauline Hildegard and Yumi Garcia dos Santos Tarcísio Perdigão Araújo Filho
643	TABLE OF CONTENTS
644	TABLE DES MATIÈRES

445	LA THÉORIE MARXISTE DE LA DÉPENDANCE ET LES DÉFIS DU XXI ^e SIÈCLE - INTRODUCTION Carlos Eduardo Martins, Luiz Filgueiras
451	LES CONTRIBUTIONS DE L'AMÉRIQUE LATINE À LA THÉORIE CRITIQUE DU DÉVELOPPEMENT Cristóbal Kay
463	LA THÉORIE DE LA DÉPENDANCE À LA LUMIÈRE DU MARX ET DU CAPITALISME CONTEMPORAINE Carlos Eduardo Martins
483	SUR SUPEREXPLOITATION ET CAPITALISME DÉPENDANT Jaime Osorio
501	SUBIMPÉRIALISME ET DÉPENDANCE À L'ÈRE NÉOLIBÉRALE Adrian Sotelo Valencia
519	CAPITAL ET NORME DE REPRODUCTION DU CAPITALISME DÉPENDANT DU BRÉSIL ACTUEL Luiz Filgueiras
535	CONTRIBUTIONS DE RUY MAURO MARINI AU DÉBAT SUR L'ÉTAT DANS LES PAYS DÉPENDANTS Maira Machado Bichir
555	QUARANTE ANS D'ÉLEGIE: Francisco de Oliveira et le nord-est Flávio Mendes
567	INDÉPENDANCE, POUVOIR JUDICIAIRE ET MINISTÈRE PUBLIC Fábio Kerche
581	JEUNESSE ET VIE ASSOCIATIVE DANS LES BANLIEUES DE SÃO PAULO Gilberto Geribola Moreno
601	INFRASTRUCTURE ET DÉVELOPPEMENT: que peut-on attendre du pont Salvador-Itaparica? Bahia-Brésil Francisco Lima Cruz Teixeira, Sílvio Vanderlei Araújo Sousa
621	GOVERNEMENTS PROGRESSIFS ET COOPÉRATIVISME: plans d'emploi en Argentine Juan Pablo Hudson
	REVIEW
635	AS NOVAS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS NA SAÚDE E NA ASSISTÊNCIA: produção local do serviço e relações de gênero de Isabel Pauline Hildegard e Yumi Garcia dos Santos Tarcísio Perdigão Araújo Filho
643	TABLE OF CONTENTS
644	TABLE DES MATIÈRES

O Caderno CRH agradece o apoio dos seguintes consultores que emitiram pareceres dos artigos para publicação na revista no ano 2018

Adelia Miglievich	Universidade Federal do Espírito Santo
Adriana da Silva Vinholi Rampazo	Universidade Estadual de Londrina
Adriano Premebida	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Aline Suelen Pires	Universidade Federal de São Carlos
Alvaro Augusto de Borba Barreto	Universidade Federal de Pelotas
Andrea Maria Silveira	Universidade Federal de Minas Gerais
Angela Randolpho Paiva	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Angélica Lovatto	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Arnaldo Nogueira	Universidade de São Paulo
Bárbara Castro	Universidade Estadual de Campinas
Carla Cecilia Ferreira	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Carlos Freitas	Universidade Federal da Bahia
Carlos Machado	Universidade de Brasília
Cinara L. Rosenfield	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Claudia Rodrigues de Freitas	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Delma Pessanha Neves	Universidade Federal Fluminense
Denilson Bandeira Coêlho	Universidade de Brasília
Antonio Dimas Cardoso	Universidade Estadual de Montes Claros
Edgard Porto	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
Fabricao Maciel	Universidade Federal Fluminense
Fátima Cabral	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Flavio Mendes	Universidade Estadual de Campinas
Frédéric Vandenberghe	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Giovanni Alves	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Glaucia Villas Bôas	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Luiz Gustavo da Cunha de Souza	Universidade Federal de Santa Catarina
Henrique Amorim	Universidade Federal de São Paulo
Jacob Carlos Lima	Universidade Federal de São Carlos
Javier Alberto Vadell	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Joana Aparecida Coutinho	Universidade Federal do Maranhão
José Ricardo Ramalho	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Josué Pereira da Silva	Universidade Estadual de Campinas
Lívia Moraes	Universidade Federal do Espírito Santo
Lucio Flavio de Almeida	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro	Universidade Federal de Minas Gerais
Luiz Alex Saraiva	Universidade Federal de Minas Gerais
Luiz Eduardo Pereira da Motta	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Luiz Filgueiras	Universidade Federal da Bahia
Luiz Martinez	Fondation Maison des sciences de L'Homme
Madalena Gracioli	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Marcelo Badaró	Universidade Federal Fluminense

Marcelo Ridenti	Universidade Estadual de Campinas
Marcelo Weishaupt Proni	Universidade Estadual de Campinas
Marcia Grisotti	Universidade Federal de Santa Catarina
Marcia Lima	Universidade de São Paulo
Maria Aparecida da Cruz Bridi	Universidade Federal do Paraná
Maria Orlanda	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Marilia Sposito	Universidade de São Paulo
Mario Henrique Guedes Ladosky	Universidade Federal de Campina Grande
Marisa Silva Amaral	Universidade Federal de Uberlândia
Marjorie Correa Marone	Universidade Federal de Minas Gerais
Milton Lahuerta	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Monika Dowbor	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Niemeyer Almeida Filho	Universidade Federal de Uberlândia
Patricia Lanes Araujo de Souza	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Patricia Villen	Universidade Estadual de Campinas
Paula Marcelino	Universidade de São Paulo
Renato Paula	Universidade Federal de Goiás
Roberta Traspadini	Universidade Federal de Santa Catarina
Roberto Goulart Menezes	Universidade de Brasília
Rodrigo de Souza Dantas Mendonça	Universidade de Brasília
Rubens Sawaya	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Sarah da Silva Telles	Pontifícia Universidade Católica de Rio de Janeiro
Sávio Cavalcanti	Universidade Estadual de Campinas
Silvia Beatriz Adoue	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Silvio Camargo	Universidade Estadual de Campinas
Sonia Maria Karam Guimarães	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Tataiane Araujo	Universidade Federal da Bahia
Thula Pires	Pontifícia Universidade Católica de Rio de Janeiro
Ximena Simpson	Universidad Nacional de San Martín

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

ESCOPO E POLÍTICA

O CADERNO CRH – revista quadrimestral de Ciências Sociais, aceita a colaboração livre de textos inéditos, de reconhecido interesse acadêmico e atualidade das ciências sociais, na forma de artigos, ensaios bibliográficos e resenhas. Cada número contém um dossiê temático sobre tema específico organizado a partir de autores convidados, de reconhecida experiência acadêmica, e que represente contribuição original ao debate, os quais são igualmente submetidos ao processo de revisão pelos pares.

Em ambos os casos é imprescindível que os trabalhos sejam enviados para os editores em sua forma final, apresentem consistência teórica, coerência quanto às fundamentações e alguma originalidade. Informações técnicas devem ser evitadas no corpo do texto e se limitarem ao fundamental. Os artigos não devem ser submetidos simultaneamente pelo autor a mais de um periódico nacional.

A publicação dos textos está condicionada a pareceres do Conselho de Redação e Editorial, garantindo o anonimato de autores e avaliadores. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo, por parte da Editoria, serão previamente acordadas com os autores. Não serão admitidos acréscimos ou modificações depois que os trabalhos forem entregues para composição final.

NATUREZA DOS ARTIGOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A revista aceita os seguintes tipos de contribuições:

DOSSIÊ TEMÁTICO - o editor convidado (organizador do dossiê) solicita aos autores que encaminhem artigos originais relativos à temática previamente decidida, conforme o planejamento da revista, deliberando sobre a sua publicação com base em pareceres. A Editora faz a leitura final, podendo sugerir eventuais ajustes de estrutura e forma para adequá-lo à política editorial da revista.

ARTIGOS DE DEMANDA LIVRE - Os textos passam inicialmente por uma conferência preliminar relativa às normas exigidas para publicação (o não cumprimento das orientações implicará na interrupção desse processo), sendo remetidos ao Conselho de Redação, que analisa a natureza da matéria e sua adequação à política editorial, deliberando sobre encaminhamentos. Posteriormente seguem para avaliação de pareceristas, garantindo anonimato de autores e consultores.

Todos os artigos (dossiê e demanda livre) podem sofrer eventuais modificações de forma ou conteúdo pela Editora, mas essas serão previamente acordada com os autores. A revista não aceita acréscimos ou modificações dos autores após iniciado o processo de composição final.

RESENHAS - podem ser originar tanto de demanda livre como por convite, garantindo o fluxo da programação. O Conselho Editorial e o editor de resenhas decidem quanto à publicação, levando em conta temática, atualidade, qualidade e boa redação.

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e a sua publicação não exprime endosso do Conselho Editorial ou do Conselho de Redação às suas afirmações. Os textos não serão devolvidos aos autores e somente após sua revisão (quando for o caso) e aceitação final será indicado em que número será publicado. Os autores receberão dois exemplares do número após publicado.

Situações que possam estabelecer **conflito de interesse** de autores e revisores devem ser esclarecidas. Por conflito de interesses se entende toda situação em que um indivíduo é levado a fazer julgamento ou tomar uma decisão da qual ele próprio possa tirar benefício direto ou indireto. No caso de haver restrições de financiadores e patrocínio de pesquisas, ou de co-autorias e de participações nas pesquisas que deram origem ao texto, o primeiro autor deve trazer autorizações explícitas que garantam a publicação. No caso dos avaliadores, estes devem indicar explicitamente situações que possam resultar em benefício a ele ou a colaborador próximo; ou situações de potenciais conflitos de interesse relativos ao texto em análise.

O CADERNO CRH reserva-se todos os direitos autorais dos artigos publicados, permitindo, no entanto, sua reprodução com a devida citação da fonte.

NORMAS EDITORIAIS

- Os textos deverão ter em torno de 30 páginas em espaço duplo, incluindo notas e referências bibliográficas. Devem ser enviados completos e revisados pelo autor através do site www.cadernocrh.ufba.br ou pelo email revcrh@ufba.br, em Word (fonte Times New Roman, corpo 12). No caso das resenhas os textos devem ter, no máximo, 06 páginas. O dossiê deverá ficar em torno de 180 páginas.
- A **página inicial** (em separado) deve indicar: *título* do artigo (até 70 caracteres); *nome do (s) autor(es)*; *resumo*, *abstract* e *resumé* do artigo (até 150 palavras) e cinco *palavras-chave*. O resumo deve apresentar objetivos, métodos e conclusões do texto. Todos os autores devem ser identificados com endereço institucional e residencial completo, telefones, *email* e sinopse curricular (dados sobre formação acadêmica, afiliação institucional e principal publicação. Até 150 palavras).
- Os textos devem ter no máximo três níveis de **intertítulos**, assim hierarquizados: 1º **INTERTÍTULO - MAIÚSCULAS** em negrito; 2º **Intertítulo** - apenas as **Iniciais Maiúsculas** e em negrito; 3º *Intertítulo* – apenas *Iniciais em Maiúscula* e tipo itálico.

- As **notas** são substantivas e não bibliográficas e dizem respeito a informações e/ou comentários complementares. Não devem ultrapassar cinco linhas.
- As **citações textuais** devem aparecer “entre aspas” e não se utilizará nem **negrito** nem *itálico* para este fim.
- **Uso de itálicas** - as itálicas devem ser usadas para ressaltar conceitos que se constituem em idéias-força que o autor quer destacar. Em nenhum caso deverá usar-se **negrito** ou sublinhado para este fim. As itálicas se aplicam também a todo *termo estrangeiro* que o autor utiliza no texto.
- Os **números cardinais** que se referem a enumerações se escrevem em letras, excetuando-se datas, anos de idade, tabelas e gráficos, volumes ou páginas; quando estão seguidos de unidades de medida; e quando correspondem a porcentagens. Nenhum parágrafo deve começar por um número escrito em cifras.
- **Gráficos e tabelas** devem ser enviados separados do arquivo do texto, numa versão em preto e branco e dentro da mancha da revista, indicando o lugar de sua inclusão no texto.
- As **citações bibliográficas** devem obedecer às normas da ABNT – NBR 10520, incluindo-as no texto. Ex. (Martins, 1986) Quando aparecem entre aspas deve-se acrescentar o número da página Ex.: (Martins, 1986, p. 95). Vários documentos de um mesmo autor com datas iguais devem ser distinguidos mediante acréscimo de letras minúsculas em ordem alfabética. (Ex.: Martins, 1986a) (Martins, 1996b). A referência a idéias de um autor (es) no texto, sem sua transcrição, segue o exemplo. Ex.: (Cf. Martins, 1986). Antes de enviar o texto o autor deve compatibilizar as citações com as referências bibliográficas.
- As **referências bibliográficas** ao final do artigo seguem a ordem alfabética pelo sobrenome do autor (maiúscula), nome, título, subtítulo (se houver), edição, local, editora, data da publicação, página e/ou volume, obedecendo às normas da ABNT, conforme exemplos abaixo:

LIVRO

EDER, K. *A nova política de classes*. São Paulo: EDUSC, 2002. 362p.

LIVRO DE VÁRIOS AUTORES

DONIOL-SHAW, G. et al. *Les plans d'égalité professionnelle: Étude/Bilan, 1983-1988*. Paris: La Documentation Française, 1989.

CAPÍTULO DE LIVRO

DINIZ, E. De Sarney a Collor: as metamorfoses da agenda pública. In: _____. *Crise, reforma do Estado e governabilidade*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 113-138.

ARTIGO EM COLETÂNEA ORGANIZADA PELO AUTOR

ZICCARDI, Alicia. Las ciudades y la cuestión social. In: _____ (Org.) *Pobreza, desigualdad social y ciudadanía*.

Los límites de las políticas sociales en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 85-126. (Colección grupos de trabajo).

ARTIGO EM COLETÂNEA ORGANIZADA PELO AUTOR EM CONJUNTO COM OUTRO

HIRATA, H. Apresentação à edição brasileira. In: MARUANI, M; _____. (Orgs.) *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: SENAC Editora. 2003. p. 15-20.

ARTIGO EM COLETÂNEA ORGANIZADA POR OUTRO AUTOR

SILVA, Léa da. Somos todos iguais? In: LOVELL, P. (Org.) *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991. p.161-170.

ARTIGO EM REVISTA

HIRSCH, J. Políticas Ambientais Globais. *Caderno CRH*, Salvador, Centro de Recursos Humanos da UFBA, v. 14, n.35, p.107-122, jul./dez. 2001.

TESE ACADÊMICA

JESUS, S.C.S. *A crise do 'habitus' fordista: um estudo do processo de reestruturação do Banco do Brasil*. 2003. 154 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

OBRAS CONSULTADAS POR MEIO ELETRÔNICO

BOYER, R. Existe una crisis del Estado de bienestar? Estudio comparativo de la política social de Francia. In: OIT. Organización Internacional del Trabajo. 2002. Disponível em <http://www.ilo.com/ses>. Acesso em: 01.11.2003

SEMINÁRIOS E CONGRESSOS

SANTOS, MILTON. INOVAÇÃO METROPOLITANA E ECONOMIA SEGMENTADA. IN: SEMINÁRIO METROPOLITANIZAÇÃO E SEDE URBANA- PERSPECTIVA DOS ANOS 90. RIO DE JANEIRO. RIO DE JANEIRO: IPPUR/CNPQ. 1990.

SEGUNDA OCORRÊNCIA DO MESMO AUTOR

GOFFMAN, E. *Encounters: two studies in the sociology of interaction*. Indianapolis: Bobbs-Merrill Educational Publishing. 1961.

_____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes. 1983.

INDICAÇÃO DE EDIÇÃO ORIGINAL A OBRA (quando necessário)

No corpo do texto: (Durkheim, [1895] 1989).

Observação: A data entre colchete indica o ano de publicação original da obra. Ela só é indicada na primeira citação da obra no texto. Nas seguintes registra-se apenas a data da edição consultada pelo autor. Ex.: (Durkheim, 1989) (N.E.)

Nas referências bibliográficas:

Durkheim, Émile. *A divisão do trabalho social*. 1ª edição [1895]. Lisboa: Editorial Presença Ltda, 1989.

OBRA EM OUTRO IDIOMA

Não traduzir dados de referência, cf. GOFFMAN (1961) no exemplo acima.